

# GÊNERO E GERAÇÃO



**GT 02**

## SUMÁRIO

<b>APONTAMENTOS SOBRE O CUIDADO NO MASCULINO</b>	<b>625</b>
Alda Britto da Motta	625
<b>JUVENTUDE: UMA CATEGORIA FRONTEIRIÇA NO SISTEMA SEXUAL E DE GÊNERO</b>	<b>639</b>
Ana Urpia	639
<b>MÍDIA, CORPO VELHO E AS ESTRATÉGIAS DE POSITIVAÇÃO DO TERMO “TERCEIRA IDADE”</b>	<b>652</b>
C. L. A. M	652
<b>MUDANÇAS FAMILIARES E COEDUCAÇÃO INTERGERACIONAL: O APRENDIZADO DA SEXUALIDADE ENTRE 3 GERAÇÕES DE MULHERES</b>	<b>665</b>
Christiane Vieira Lopes	665
<b>MULHERES EM TEMPO DE INCERTEZA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DE CONQUISTAS AMEAÇADAS</b>	<b>674</b>
Eulália Lima Azevedo	674
<b>OS DELES E OS DELAS NO ESPAÇO/TEMPO DE BRINCAR: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE SERGIPE</b>	<b>687</b>
Evanilson Tavares de França	687
<b>SOBRE O ENVELHECER NA BATALHA: NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES POBRES NO EXERCÍCIO DA PROSTITUIÇÃO</b>	<b>700</b>
Fernanda Priscila Alves da Silva	700
<b>MULHERES IDOSAS E O ENVELHECIMENTO ATIVO</b>	<b>717</b>
Isolda Belo	717
<b>“CAMINHOS PERCORRIDOS” POR MARIA THETIS NUNES: PIONEIRA CATEDRÁTICA DO ATHENEU SERGIPENSE</b>	<b>726</b>
João Paulo Gama Oliveira	726

**VIOLÊNCIA E CUIDADO: QUANDO AS IDOSAS PRECISAM DE PROTEÇÃO ESPECIAL- CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE DE SALVADOR 741**

Josimara Delgado 741

**GÊNERO E PODER: LEITURAS DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA SERGIPANA 754**

Kelly Araújo Valença Oliveira 754

**CARTOGRAFIA DOS (POSSÍVEIS) CAMPOS DE DISPUTAS NO CENÁRIO DAS ADOÇÕES DE CRIANÇAS POR CASAS HOMOAFETIVOS 766**

Luciano Bairros da Silva 766

**O ENVELHECIMENTO DA CATEGORIA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS 781**

Luísa Vilharquide Firmino 781

**A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: ENTRELACES DE GÊNERO E GERAÇÃO 795**

Márcia Santana Tavares 795

**MULHERES NORDESTINAS: SOCIEDADE DE PARTIDA E DESLOCAMENTO NA TRANSVERSALIDADE DAS QUESTÕES E GERAÇÕES 807**

Raimunda Gomes da Silva 807

**UMA DAMA ENTRE OS CAVALEIROS: GÊNERO, ENVELHECIMENTO E VIUVEZ 817**

Silmária Souza Brandão 817

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VELHICES INSTITUCIONALIZADAS: COMPARAÇÃO DE VIVÊNCIAS 831**

VCB (1) 831

## APONTAMENTOS SOBRE O CUIDADO NO MASCULINO

Alda Britto da Motta  
*Universidade Federal da Bahia*  
*aldamotta01@hotmail.com*

### Resumo

Crianças, velhos e doentes sempre precisaram ser cuidados - os modos e as condições em que isto é feito têm variado historicamente. Entretanto, aquele que cuida sempre foi do sexo feminino. A existência de alguém para cuidar de outrem tem sido base do próprio contrato social, sendo o fundamento da reprodução social um contrato de gênero, assumido pelas mulheres. Nesta sociedade, capitalista e longeva, com a extensão do tempo de vida cada vez maior, ultrapassando os cem anos, tem crescido a demanda por cuidadores e aumentada a diversidade de sua origem social. Enquanto anteriormente as necessidades de cuidado eram supridas pelas mulheres da família, com a intensificação da participação destas no mercado de trabalho e sobretudo o crescimento do número dos muitos idosos, chega-se à profissionalização do cuidado. São cursos, treinamentos, especializações - um mundo de trabalho instituído e em expansão. E como qualquer nicho de trabalho que se expande torna-se crescentemente masculino. O gênero do cuidado está se diversificando. Os homens estão sendo também cuidadores, como profissão. Ao mesmo tempo, estão atuando cada vez mais como cuidadores informais nas suas próprias famílias- o que tem sido propiciado inclusive, pela longevidade da situação de casados. Organizam-se apontamentos sobre isso visando um estímulo à pesquisa

**Palavras chaves:** Cuidado, Gênero, Homens, Mulheres, Idade.

## Introdução

Crianças, velhos e doentes sempre precisaram ser cuidados – o tempo, os modos e as condições em que isto é feito é que têm variado historicamente.

Independentemente dessas variações e da geração a ser cuidada, entretanto, aquele que cuida tem-se mantido com um perfil constante – é alguém do sexo/gênero feminino. O fato é que a existência de alguém para cuidar de outrem é base do próprio contrato social – o que também pode ser enunciado assim: o fundamento da reprodução social é um contrato de gênero, assumido pelas mulheres. Tem sido longamente assim.

Na sociedade atual, capitalista e longeva, com a extensão do tempo de vida cada vez maior, ultrapassando, mais e mais, os cem anos, tem crescido também a necessidade de um número apreciável de cuidadores, assim como tem-se estendido a diversidade de sua origem social. Enquanto em períodos ainda poucos recuados no tempo as necessidades de cuidado eram supridas pelas mulheres da família, com a intensificação de participação destas no mercado de trabalho e o próprio crescimento do número dos muito idosos, e dos seus anos de vida, vai-se chegando a uma profissionalização cada vez maior do cuidado. Agrega-se essa profissionalização a uma atenção familiar mais diversificada, {incluindo aí os homens} à caridade e à filantropia, como contexto de atuação.

Agora são cursos, treinamentos, especializações – um mundo de trabalho instituído e em expansão, que começa a ser, em certas áreas, objeto de atenção e estudo da academia.

Como sempre ocorreu na História, qualquer nicho de trabalho que se expande torna-se crescentemente masculino. (Évelyne Sullerot, 1970). É o que começa a ocorrer. E neste momento específico de crise econômica e reestruturação produtiva, é uma oportunidade nova de emprego que se abre para os homens. O assalariamento aí instalado, o gênero do cuidado vai-se redirecionar, diversificar. Os homens estão começando a ser também cuidadores em maior escala, no âmbito familiar, mas também como profissão.

Mais uma rodada da História, que se amplia segundo uma série de alternativas e campos de atuação. Há novas necessidades sociais, alimentadas por também novos contingentes de força de trabalho feminina, até migrantes internacionais. (DEBERT, Guita Grin, 2014) Assalariadas informais, migrantes frequentemente ilegais, dublês de empregadas domésticas, cuidando de velhos dependentes em países europeus. Nisto replicando as migrações internas do

passado, tão comuns no Brasil; modalidade internacional recém iniciada no país, principalmente em São Paulo, porém em pleno uso nos países ricos da Europa.

Concomitantemente, mantem-se um outro novo segmento cuidador, em outras bases e com outros personagens, plenamente familiares: são as idosas “jovens” - nada raro também algumas menos “jovens” – aposentadas ou não, que cuidam dos muito velhos, a chamada geração pivô. Ampliando supinamente o sentido de cuidado, estendendo-o também aos jovens, seus filhos e netos. (Britto da Motta,2012)

Ainda em outra base de gênero, despontaram também os homens idosos que, em uma família com menos filhos e organizada em bases menos formais, cuidam de suas equivalentes geracionais, as esposas ou companheiras, quando estas se tornam doentes crônicas ou dependentes.

Em bases ampliadas com a reestruturação produtiva, ainda outro cuidar é alargado, com outros sentidos: o demandado pelos jovens. O dos filhos adultos e dos netos, ainda mantidos ou retornados à casa dos pais ou avós. E não apenas tangidos pelo desemprego ou precariedade do emprego, mas também pela instabilidade dos laços afetivos/sexuais, expressos pelos descasamentos ou recasamentos. (Ou até os “boas vidas” que têm trabalho, são solteiros, e não veem por que sair de casa e dos cuidados maternos cotidianos: a chamada “geração canguru”).

Em resumo, conforme a remuneração ou a gratuidade pode mudar o gênero do cuidado. A idade, também.

## **Reflexões prévias a uma possível pesquisa**

Há relativamente poucas pesquisas e trabalhos sobre o cuidado, no Brasil, no campo das Ciências Sociais. Até há pouco tempo, os textos disponíveis vinham da Gerontologia, do Serviço Social e da Enfermagem, nestes concentrando-se no cuidado de dependentes em domicílio, ou sobre uma visão ética, desejadamente “desprendida”, dos profissionais de enfermagem. Textos apresentados, ao mesmo tempo, em desenvolvimento teórico e prescrição humanista.

Só nos anos mais recentes iniciaram-se pesquisas e discussões teóricas sobre o cuidado como forma de trabalho e possível profissionalização, no que o estudo comparativo conduzido por Helena Hirata, em curso em três países, constitui uma ponderável contribuição, já com apresentação de resultados em livro (Guimarães; Hirata, 2012), dossiês temáticos (2014 e 2016) e colóquios internacionais no Brasil e na França. Também se conta com o livro de Ana Amélia Camarano, que participou dos referidos encontros internacionais e analisa o

cuidado nas ILPIS (2011), com promissores desdobramentos demográficos/estatísticos e o sensível trabalho de Analía Soría (2011), também direcionado às ILPIS, apresentado inicialmente no Congresso da SBS de 2011, visando aprofundamento teórico da categoria cuidado. Resta a necessidade complementar de desenvolverem-se pesquisas específicas sobre o cuidado no interior das famílias e seus significados teóricos em termos de relações de gênero e entre as gerações.

Não tenho uma pesquisa específica sobre o cuidado, com realização de trabalho de campo sistemático, porém, venho constituindo uma base informativa razoável por vários caminhos. Cheguei a essa categoria transversalmente, tanto em questões para desenvolvimento teórico, como em observação empírica eventual, analisando relações de gênero e entre as gerações na família multigeracional na minha pesquisa longitudinal sobre centenários e a geração pivô, ou intermediária entre pais idosos e filhos e/ou netos sob sua dependência ou apoio constante.<sup>(1)</sup> Observando, inclusive, o crescimento e constância da presença dessa geração pivô na família e, ao mesmo tempo, a escassez de estudos e pesquisas específicas sobre a temática. Subsidiariamente, <sup>(2)</sup> algo que não costumamos lembrar, as bancas de exame – participando da análise de várias teses e dissertações que se direcionaram ou que confluíram para a temática do cuidado, a maioria na área de saúde. E não por último, <sup>(3)</sup> dada a importância que a questão do cuidado vem adquirindo nas discussões e prescrições sobre o aumento crescente da longevidade e, portanto, do número de velhos a serem cuidados; além do grande número de gerações coexistindo na sociedade atual - e ao mesmo tempo de consequências da reestruturação produtiva nas relações de família, exigindo uma intensidade maior de ações de solidariedade. Mais recentemente, deparando-me com casos repetidos de velhos cuidando de outros velhos. E não apenas as clássicas cuidadoras, mulheres, mas também cuidadores, homens.

Daí uma ideia de sistematizar observações e apontamentos, reflexão inicial para um possível futuro projeto de pesquisa sobre o cuidado, com ênfase teórica nas relações de gênero segundo as gerações e - pela sua raridade - foco especial nos homens que cuidam.

## **A discussão teórica indicada:**

- 1) A grande questão social de gênero: Há um contrato de gênero na base do grande contrato social, que não se restringe àquele percebido como um contrato entre as gerações. Contrato de gênero que é historicamente

assumido pelas mulheres, justificado e internalizado como disposição natural delas.

- 2) Com o crescente aumento da longevidade, e não apenas do número de velhos, mas também dos anos de velhice e, conseqüentemente, do tempo de dependência, correspondendo à constituição de novos padrões de família, com menos filhos, menor estabilidade matrimonial e, não por último, a participação ampliada das mulheres, as antigas cuidadoras, no mercado de trabalho, necessidade ampliada de cuidadores está se constituindo.
- 3) A constatação de algo muito recente, o aumento do número de homens assumindo o trabalho do cuidado, sobretudo em termos de profissionalização – o que não significa simplesmente, e mais uma vez na História, a realização da velha tendência social de os homens desbancarem as mulheres e assumirem os postos ocupacionais mais privilegiados ou afluentes no mundo do trabalho (conforme a importante análise de Evelyne Sullerot, 1970), mas ao mesmo tempo fazerem isto no caminho da perda, motivados pelo crescimento do desemprego ou pela retração das oportunidades de emprego formal.
- 4) O aumento de algo também mais recente: a longevidade da situação de casal (ou de casados), propiciando, mais ou menos obrigatoriamente, o cuidado de mulheres com problemas graves ou crônicos de saúde, por homens, seus maridos ou companheiros.
- 5) Mas, o cuidado masculino pode ser diferente do feminino, alguns trabalhos sugerem. Podem replicar a velha divisão sexual do trabalho ou ser algo mais inovador. Importante verificar.
- 6) Não esquecer, nessa discussão, as razões subjetivas: os homens vêm dulcificando suas maneiras de agir – já podem chorar ou mostrar ternura sem perder a sua “masculinidade” e até assumirem, na divisão do trabalho atual, tarefas “femininas”. Embora, ao mesmo tempo, nisso permaneçam justificados por atributos “masculinos”, como serem dotados de maior força física e, portanto, estando mais aptos a exercerem tarefas “pesadas”, como tem sido desde sempre arguido na organização do trabalho na indústria, mas também na enfermagem hospitalar, como os mais adequados para amparar ou soerguer os pacientes.

Discernem-se, aí, duas esferas básicas do cuidado: aquela impulsionada pelo crescimento da longevidade, o remunerado e que vai se profissionalizando:

e a “de sempre”, exercida no âmbito privado das famílias, “patrimônio” das mulheres, espécie de “segunda natureza” delas. Filhas e empregadas domésticas. Agora contando também com homens.

É o que também se começou a descortinar na minha pesquisa atual sobre centenários e a “geração sanduíche” ou pivô. (2) recentemente atingindo mais em cheio a questão (ou padrão em desenvolvimento) do idoso cuidando de outro idoso.

## Quando os homens cuidam

Apesar do aumento perceptível, e já registrado em alguns estudos sobre homens cuidadores( por exemplo Melo, 2009 e Oliveira et al., 2012) de homens cuidadores, inclusive no âmbito familiar, ainda são escassos os trabalhos a esse respeito; ou que mesmo tangenciem a temática, como o de Hirata (2012).

Melo (2009), em uma dessas raras pesquisas, já registra 31% de cuidadores homens em Portugal, que se responsabilizavam pela maioria dos cuidados prestados à cônjuge. (Embora também registre, em contraposição, que apesar das mulheres estarem desempenhando papel “ativo e relevante” no mercado de trabalho, continuam a ser responsabilizadas pela maior parte do trabalho familiar).

Em outro contexto, o do trabalho profissional, ou formal, Hirata (2012, p.161), pesquisando cuidadores que trabalhavam em instituições japonesas, surpreende-se com os 35% de homens que encontrou, principalmente comparando-os com os 10% registrados na França e menos de 10% no Brasil. Entretanto, estando tanto Portugal quanto Japão vivenciando período de crise (logo viria o Brasil...), e considerando-se o fato da mudança de padrão organizativo na família atual, com menor número de alternativas de cuidadores familiares tradicionais, e, sobretudo, diante das bem mais escassas possibilidades de emprego atuais, a mudança teria que dar-se também nesse setor...

Assim é que Hirata, depois de reportar como no Japão, país de alto contingente de população idosa, e diante da crise econômica, o próprio Estado está estimulando a formação e recrutamento de ex-trabalhadores desempregados para o trabalho de cuidado, comenta: “ Há um paradoxo evidente neste investimento feito pelos homens em tarefas consideradas tradicionalmente femininas. ” Mas termina por verificar que “ ... entre o não emprego ou o desemprego e o trabalho no setor do ‘ care’, a escolha por parte dos homens é clara”.

Como tive oportunidade anterior de comentar (Britto da Motta, 2012a, p. 20),

O trabalho do cuidado, como ocupação em crescimento e, talvez, profissionalizante, vai repor em cena a questão do contrato social de gênero. Realmente, a existência dessa atividade prestativa, via de regra de sentido intergeracional, abrangendo tarefas materiais informadas por considerações de ordem emocional e cada vez mais demandada, está se desenvolvendo no sentido de se constituir em campo profissional, o que pode significar – remetendo à trajetória clássica da divisão sexual do trabalho – maior afluência de homens para onde há melhores oportunidades, em contraste com o fluxo histórico de presença maciça de mulheres na realização do cuidado.

Importante, entretanto, lembrar o referido fluxo de mão de obra migrante feminina, internacional, de países do terceiro mundo para os países ricos.

Melo (2009) pesquisou os homens cuidadores familiares, faceta a menos conhecida do trabalho (não remunerado) do cuidado. Foram 13 entrevistados, cônjuges de mulheres com diagnóstico clínico de demência, eles com idades entre 59 e 81 anos e elas entre 60 e 82 ANOS.

Importante registrar algumas das características básicas desse trabalho gratuito, que em parte correspondem aos resultados da minha pesquisa em duas entrevistas recentes realizadas com homens cuidadores.

Dos casais estudados por Melo, somente quatro partilhavam o domicílio com os filhos; os nove restantes viviam sozinhos. Somente dois cuidadores recebiam apoio de familiares. Dos 13 cuidadores, 11 prestavam cuidado permanentes e somente dois cuidavam entre dezenove e oito da manhã durante a semana e todo o tempo durante o fim de semana.

A maioria (11 deles) se encarregava dos cuidados básicos tais como a higiene pessoal, e nove, também a elaboração das refeições, mas todos “se responsabilizavam pela gestão das consultas médicas e administração de medicação”, assim como das compras necessárias para o dia a dia.

Interessante, e possível contribuição para o sucesso do cuidado, a maioria dos cuidadores tinha experiência prévia de gerir e realizar atividades domésticas, seja pela vida profissional (anterior), ou por opção na organização da vida familiar.

Adicionalmente, “ evidenciou-se a dedicação aos cuidados como um modo de reconhecimento ou tributo à companheira”, pelo percurso de vida que haviam tido, à companheira que ela fora. Uma espécie de reciprocidade,

“ a certeza de que o outro faria o mesmo, é uma das razões apontadas para o envolvimento emocional, bem como para a prestação de cuidados, como se verifica em estudos femininos, mas surgiu o elemento interessante de “ retribuição” por um passado que suas mulheres lhes permitiram viver, dando relevo ao fato que a qualidade das experiências e memórias da vida conjugal são elemento fundamental para o homem decidir cuidar da sua mulher”. ( Melo, 2009, p.327)

Melo assinala que a maioria dos estudos registra diferenças entre prestação de cuidados realizados pelos homens, e aquele realizado pelas mulheres, mantendo-se uma divisão do trabalho à maneira “clássica”, com os homens executando “ grande parte das tarefas instrumentais” e muito menos tarefas de cuidado pessoal. Porém comenta que não foi este o encontrado na sua pesquisa. Ao contrário, observou a atuação dos cuidadores em um conjunto amplo de atividades que tanto asseguram a gestão doméstica, como a vida familiar.

Estes resultados, aliás, correspondem em grande parte aos das duas entrevistas que iniciam a secção “ Idosos que cuidam de idosos” da minha pesquisa, em sua fase atual, que citarei adiante.

Já Oliveira et al. (2012) buscam apresentar a vivência e a prática de cuidadores familiares de doentes crônicos dependentes em domicílio, visando contribuir com os profissionais de saúde da família (ESF), em Maringá, Paraná, no direcionamento do atendimento aos dois focos da pesquisa. Acompanharam 12 cuidadores de ambos os sexos com idades entre 27 e 72 anos, a maioria (sete) com mais de 60 anos. Também sete eram mulheres.

Em breve discussão de diferenciais de gênero nesse mister, comentam como a prestação de cuidado tem continuado uma função social atribuída às mulheres, e que os homens só se tornam o cuidador principal se não houver uma mulher próxima e disponível para isso. Ao mesmo tempo comentam que nos últimos anos verificou-se um aumento de homem cuidadores, informando um índice encontrado de 36%.

Expõem algumas características interessantes no exercício desse referido cuidado, que também correspondem aos achados nas entrevistas da minha pesquisa.

Como Melo (2009) {e também os meus dois entrevistados}, Oliveira et al. (2012,p. 433) observaram que os homens relataram assumir o cuidado das esposas “ pela cumplicidade desenvolvida ao longo do convívio conjugal”, mas também “ pela compreensão da que esse era seu dever para com a esposa”.

Eu cuido porque eu assumi, quando eu fui lá na igreja eu assumi, então eu vou fazer enquanto eu for vivo, seja o que for. ( C. F.9)

Oliveira et al. Registram um fato interessante, embora não surpreendente, diante da conhecida e ainda prevalente imagem da mulher como cuidadora “natural”, e, portanto, já dotada de aptidões e conhecimento para isso.

Percebeu-se que quando o cuidador principal era homem, este contava com a ajuda oferecida pelos (as) filhos (as), noras e netos; já em situações em que a mulher exerce o papel de cuidadora principal, notou-se que esse apoio era menor ou inexistente. (p. 133)

Ainda assim, foram registrados casos de dedicação dos homens a ponto de descuido com a própria saúde: (p. 131)

O meu remédio eu me esqueço, mas agora o dela, não me esqueço, o dela eu dou tudo na hora certinha... (C. F. 3)

A minha mulher toma bastante remédio, porque ela é bastante doente. Ela tem pressão alta, problema de coluna, todos aqueles problemas. Eu tenho muito problema também, tenho problema de desgaste do joelho e problema na coluna também... (C. F. 8)

Situação semelhante encontrei na minha pesquisa com Sr. Eliseu – aliás, história radical e que se encerrou prematuramente, com a morte do cuidador.

Na busca de informação local sobre homens cuidadores domésticos, localizei inicialmente dois casos, que foram objetos de entrevista.

O contato foi iniciado em um hospital público da cidade de Salvador, onde ambos acompanhavam as respectivas esposas. Estabelecido o contato, as entrevistas foram realizadas em suas residências. São casas muito pobres, primando pelo desarranjo, em bairros populares. Eliseu tem 71 anos, é pardo, tem 2º grau completo, é evangélico, em união estável há cinco anos. A casa é da

esposa, Célia, que recebe pensão por morte do primeiro marido. Ele tem o BPC. Declara –se o chefe da família.

Estabeleceram uma relação de evidente solidariedade e reciprocidade de atenção. Ambos já estiveram hospitalizados, cada um por sua vez, mas ela é realmente a receptora de cuidado, porque além de precariedade da saúde, é cega.

Assumem o cotidiano como podem. Mesmo sem enxergar, ela cozinha; volta e meia se queima. Ele realiza as outras tarefas da casa e de cuidado dela. Relata:

Eu acordo cedo, por volta das 6 horas. Aí vou fazer o café, passo pano na casa, lavo os pratos, acabo de comer e limpo tudo e deixo lavadinho e vejo as coisas que tenho que fazer. A comida eu não sei fazer, quem faz é ela e eu ajudo ela. Às vezes como no Prato do povo, principalmente quando vou para o oftalmologista. Às vezes eu e ela come lá quando estamos na rua para ir para o médico. A tarde costumo dormir, sentado na cadeira. Esse remédio tem me dado muito sono. E a noite assisto RR Soares, daí vou dormir. Vou para a igreja dia de terça feira, mas esses dias não pude ir, porque fui para o hospital. Eu gosto de ir para a igreja porque me sinto bem. Eu vou para a igreja para me confortar das dificuldades da vida. Pedir a Deus perdão pelos meus pecados. Você viver com uma pessoa que não enxerga e não anda direito e não pode fazer nada, é uma das dificuldades. Não pode sair, não pode ir para lugar nenhum. Se eu estivesse no lugar dela eu não aguentaria, eu acho que estaria morto ou só viveria chorando, ...

Continua:

Ela necessita de cuidados específicos, como eu tenho que dar os remédios de manhã cedo, colocar o colírio, dar injeção, lavar os pratos, porque se ela lavar ela quebra tudo, apagar a luz porque ela deixa acesa, a comida na mesa que eu tenho que colocar, colocar no prato dela porque as vezes eu me queimo. Tem um pessoal que mora aqui perto que ela criou, elas agora nem aqui vem, nem se quer vem procurar saber se tem algo para fazer e moram aqui pertinho.

Ele reflete sobre o que é cuidar:

Cuidar é você ter muita calma, ter carinho com aquela pessoa, não ter violência com ela, ter todo cuidado com ela, lavar as roupas dela, limpar a pessoa. Eu dava banho nela, eu trato ela com todo o mimo e dedicação, isso que é cuidar.

Célia rememora situação anterior:

Eu fiquei numa situação usando fraldas, quando eu fiquei nessa situação ele pegava todos esses panos ,lavava (ficou emocionada e ele também se emocionou), eu vomitava e ele me limpava. (...). Na época eu não via nada, e hoje pelo menos eu enxergo vultos. O que eu peço a Deus é que dê saúde a ele, porque ele que cuidou de mim.

O casal realmente aparenta carinho, entendimento e, como foi encontrado nos referidos Melo (2009) e Oliveira et al. (2012), também em relação às mulheres cuidadoras, em circunstâncias assim frequentemente o cuidador dá prioridade às tarefas do cuidado, (em comparação com seus próprios interesses).

Cuidando dela, dando remédio, botando remédio nas vistas, às vezes deixo de tomar o meu café para dar logo o dela, primeiro eu cuido dela para depois cuidar de mim.

Há também desistência do lazer:

Às vezes quero ir numa praia, mas não posso, ou ir ao cinema, ou viajar, ou ler, mas não posso porque tenho que cuidar dela.

Revela ter também um problema de saúde: “ Cansaço, falta de ar ... Eu tomo medicamento”.

Morreu dois meses depois da entrevista.

O segundo cuidador entrevistado, Isidório, é bem diferente de Eliseu. Alto, corpulento, exageradamente falante, não exala maior sinceridade, como ele. Negro, 63 anos, evangélico.

Têm muitos anos de casados – “quase 32”, informa ele. Ela tem filhos de um casamento anterior, adultos, vivendo em suas próprias casas, que prestam auxílios ocasionais em tarefas, e, eventualmente, em dinheiro.

Relata um antigo companheirismo do casal, a mulher ajudando-o em tarefas de evangelização – que ele não realiza mais, porque precisa de tempo para cuidar dela- e ele ajudando-a em tarefas domésticas.

Hoje é diferente:

As atividades que aparece, eu faço tudo. Aqui eu não deixo ela fazer nada, é de roupa a calçados, é de café a pão na mesa, não deixo ela ir para o fogão, eu faço a comida. Às vezes ela esquece o fogo aceso quando vai para a cozinha. Às vezes eu deixo ela fazer alguma coisa, mas é só quando eu to perto dela. Eu não deixo ela fazer nada, porque eu não confio. Eu tenho maiores cuidados com ela. Tudo aqui quem faz sou eu. Arrumo a cama quando ela levanta. Todo aparato de uma doméstica, eu faço.

Provisoriamente, eu ainda não estou precisando dar banho nela, ainda não escovo os dentes dela, não preciso fazer limpeza nela. Eu só faço cuidar da perna dela, dar o alimento, dar o remédio, caso ela peça alguma coisa que ela esteja na cama, eu levo. Em outras partes ela ainda faz, como lavar as roupas dela. Eu me sinto bem e a vontade em cuidar dela. (...). Aprendi que eu e ela está descendo, pois estamos velhos, mas estamos juntos.

A esposa tem 73 anos e deve ter tido uma condição social melhor que a dele, nos primeiros anos de vida em comum. A casa em que vivem é de propriedade dela. E ao responder sobre a própria escolaridade, ele revela: “ Eu nunca estudei. Às vezes leio e escrevo porque ela me ensinou e fui engatinhando na Bíblia. Eu não estudei em escola nenhuma. Estudei o 2º grau aqui com ela, aqui em casa. ” Declara adiante: Nós dois somos o chefe da família”. (Entretanto, ele se apresenta em tons muito mais de chefe do que o tranquilo sr. Eliseu).

Em uma entrevista que conseguiu alongar, expôs repetidamente aspectos restritivos do cuidar que também então presentes em outras pesquisas, anteriormente citadas, de Melo (2009) e Oliveira et al, (2012) de dificuldade ou impossibilidade de ter tarefas laborativas fora de casa; assim como oportunidades de lazer. Traça, também, em alguns momentos, uma espécie de trajetória de homem “fruto selvagem”, que, no passado, considerava a mulher como um

vaso qualquer, um instrumento de uso”, e “ a leitura bíblica fez enxergar uma nova forma de tratar a mulher. ”

Em seu longo discurso, fica sugerida uma espécie de atividade compensatória do passado posta no cuidado, ou que até estrutura a intenção/ação de cuidar. O que tem sido também entrevistado em outros estudos sobre o tema.

## Conclusões

Dentro da grande amplitude atual de formas de cuidado encontrados, todos intensamente informados pelas relações e condições de gênero, avultam como novas e demandam mais pesquisas, aquelas que se beneficiam de rotas internacionais, e são empreendidas por mulheres assalariadas; e em contexto doméstico familiar, não apenas profissional, o aumento bem perceptível de homens como cuidadores de pessoas (geralmente esposas) da sua família.

Detive-me sobre esse aspecto mais raro- de casos e de pesquisas- sobre os homens como cuidadores familiares, como primeiras observações para uma possível futura pesquisa. Foi observada a real existência desse cuidado masculino, mas em uma base bastante precária, neste país de pouco atuantes políticas públicas. Sofrem em geral restrições financeiras e de orientação sobre o cuidar e, individualmente a cada cuidador, alguns tipos de sacrifício, como desgaste físico, prejuízo de autocuidado e restrição à vida social e ao lazer, quando não às próprias oportunidades de trabalho.

## Referências:

BRITTO DA MOTTA, Alda. A geração pivô, intermediária na família. Anais do XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré ALAS Brasil. Setembro 2012, UFPI, Teresina, Piauí. <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT10-08.pdf>

BRITTO DA MOTTA, Alda. Apresentação do Dossiê: O final da vida no século XXI. Revista Mediações. Londrina, V. 17 N. 2, P. 9-25, Jul./Dez. 2012. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/14339/11948>

CAMARANO, Ana Amélia. Cuidados de longa duração para a população idosa. Ipea, 2011.

DEBERT, Guita.G. Arenas de conflito em torno do cuidado. *Tempo Social*. Vol.26, nº1, São Paulo, 2014, pp. 35-45.

*HIRATA, Helena*. O trabalho de cuidado aos idosos no Japão e alguns aspectos de comparação internacional. *Revista Mediações*. Londrina, V. 17 N. 2, P. 157-165, Jul./Dez. 2012. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/14027/11838>

\_\_\_\_\_; GUIMARÃES, Nadya Araújo (Org.) *Cuidado e Cuidadoras: As várias faces do trabalho do care*. Editora Atlas. São Paulo, 2012. 236 p.

MELO, Graça. A experiência vivida de homens (cônjuges) que cuidam de mulheres com demência. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. V. 12. Nº13. Rio de Janeiro. Set/dez.2009.

OLIVEIRA, W.T. ANTUNES, F. INOUE, L. REIS, L.M. ARAÚJO, C.R.M.A. MARCON, S.S. Vivência do cuidador familiar na prática do cuidado domiciliar ao doente crônico dependente. *Rev.bras. Geriatr. Gerontol*. 2009; 12(3):319-330

SORÍA BATISTA, Analia; ARAÚJO, Anna Bárbara. Intimidade e Mercado: o cuidado de idosos em instituições de longa permanência. *Revista Sociedade e Estado*, UNB, v. 26, 2001, p. 175-195.

SULLEROT, Evelyne. *A mulher no trabalho- História e sociologia*. Editora Expressão / Cultura, 1970

## JUVENTUDE: UMA CATEGORIA FRONTEIRIÇA NO SISTEMA SEXUAL E DE GÊNERO

Ana Urpia

*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*

anaurpia@gmail.com

### Resumo

Utilizando-se da metáfora da fronteira enquanto dispositivo de controle social que, ao mesmo tempo em que aproxima, também diferencia e separa, este artigo pretende mostrar que em contextos sociais orientados pelo binarismo de gênero e pelo imperativo heterossexual, a juventude desenha-se como espaço-tempo de vida fronteiro, sob forte regulação social. Neste espaço-tempo de vida social, tantas vezes marcado por experiências de ambigüidade e descontinuidade, o sujeito jovem é, muito freqüentemente, chamado a definir-se quanto à sua “escolha de objeto amoroso”, e a “assumir”, sob acusação ou suspeita, uma posição identitária dentro do sistema sexual e de gênero. Palavras-chave: identidade, alteridade, gênero, juventude e sexualidade

## Introdução

*“Yo no sé si este amor es pecado que tiene castigo”*

Pecado – Caetano Veloso

Para autoras feministas como Judith Butler (2003/2007), muito do que se afirma, em nossa cultura, sobre as identidades sexual e de gênero, tem relação com o fato de tomarmos os gêneros como binários e decorrentes do sexo “biológico”, e a heterossexualidade como compulsória. Estabelecendo um diálogo crítico com autores ligados ao campo dos saberes psicológicos, como Freud, Judith Butler (2003) posiciona-se na contramão da teoria edipiana, sugerindo, dentre outras coisas, que o tabu da homossexualidade, em nossa cultura, é anterior ao tabu do incesto, e que ambos são generativos da identidade, visto que atuam como as proibições que produzem a identidade sexual e de gênero nas grades culturalmente inteligíveis de uma heterossexualidade idealizada e compulsória (BUTLER, 2003). Ela argumenta, que, considerando a existência de um conjunto de disposições bissexuais primárias da libido, hipótese defendida pelo próprio Freud, não haveria razão para negar o amor sexual original do filho pelo pai, mas o autor implicitamente o faz quando formula a sua teoria. Não fosse assim, o que impediria o menino de tomar como objeto de seu amor, o próprio pai? Para Butler (2003), o fato de o menino geralmente escolher o heterossexual não resultaria do medo da castração pelo pai, tal como formulado na psicanálise de Freud, mas do medo de castração, ou seja, do medo de “feminização” associado à homossexualidade masculina em culturas heterossexuais.

Em Freud (2011a), o gênero [ou a identidade de gênero] de um sujeito, assim como sua sexualidade [ou sua identidade sexual] é desenhada tendo como via de regra o outro, esse outro pode ser tomado como modelo, objeto, auxiliador e adversário. A identificação com o outro desempenharia, assim, um papel fundamental na pré-história do complexo de Édipo, onde o menino, invariavelmente, tomaria o pai como seu modelo e, paralelamente, a mãe como seu objeto de amor, ainda que tendo como base disposições bissexuais. É somente no processo, que se perde de vista o destino da identificação com o pai e pode ocorrer que o complexo de Édipo sofra uma inversão, isto é, que o pai, numa postura feminina, seja tomado como objeto. (FREUD, 2011a).

Para Freud, a gênese da homossexualidade masculina estaria associada ao evento da puberdade, quando o jovem, após um período de “latência”, em que fica adormecida a sua intensa relação de amor com a mãe – tomada como

objeto –, precisa trocá-la por outro objeto possível [já que a mãe é um objeto de amor proibido em nossa cultura – tabu do incesto]. Nesse momento, algo inesperado e repentino pode suceder: o menino, em vez de abandonar sua mãe, identifica-se com ela, transforma-se nela, obviamente arriscando ameaçar o sistema classificatório sexual e de gênero em cuja matriz está a heterossexualidade como compulsória.

A construção das identidades sexual e de gênero das meninas percorreria, segundo Freud (2011b), um caminho um pouco diferente. O complexo de Édipo seria, nesse caso, uma formação secundária, antecedido pelo complexo de castração. Freud (2011b, p.212) explica que a menina não entende sua falta de pênis como uma característica sexual, e tende a explicá-la através da hipótese de que possuía um membro do mesmo tamanho e depois o perdeu com a castração. Se a menina não terminar presa à ideia de ter um pênis, identificando-se, assim, com o (complexo) masculino, passará da inveja do pênis ao desejo de ter um bebê, entrando no complexo de Édipo, quando “escolhe” o pai como seu objeto de amor (proibido).

Segundo o autor (2011b, p.41), o desenlace da situação edípica numa identificação com pai ou com a mãe, que culmina no período da adolescência, dependeria, em ambos os sexos, da relativa força das disposições sexuais. Questão que foi bastante explorada e questionada por Judith Butler (2003), em Problemas de Gênero.

A juventude desenha-se, pois, como um espaço-tempo de vida fronteiroço, suscetível a mudanças, e sob forte regulação social. Neste espaço-tempo de vida social muitas vezes marcado por ambiguidades, o sujeito é chamado a definir-se quanto à sua escolha de objeto, “assumindo” uma posição identitária dentro do sistema sexual e de gênero. Para a sociedade, o jovem encontrar-se-ia num estado intersticial, entre a condição (as)sexuada infantil e a condição sexuada adulta, motivo pelo qual seria necessário trabalhar pela manutenção da “lei do sexo” (BUTLER, 2003), não raro exigindo do/a jovem provas de sua aceitabilidade como sujeito possível. Como nota Butler (2007), as normas regulatórias do ‘sexo’, transmitidas de geração a geração, trabalham de forma performativa [produzindo os corpos que nomeia] para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. Mas a autora adverte, a materialização nunca é completa, porque os corpos [de todas as idades, mas em particular os jovens] não se conformam completamente, desafiando as normas. As instabilidades abertas por este processo marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode voltar-se contra ela mesma, colocando em questão sua força hegemônica.

Posicionado nesta condição de fronteira, não é incomum, em nossa cultura, que se aceite uma certa experimentação da parte do/a jovem, desde que este/a, ao final, termine por conformar-se às normas regulatórias de gênero e sexualidade. Assim, no que diz respeito à sexualidade, compreende-se, por exemplo, que o/a jovem estabeleça relações de intimidade lúdica com pares do mesmo sexo, mas se esta ludicidade ensaiar cruzar a fronteira entre a homosociabilidade e a homossexualidade, poderá ser fortemente coibida. No que diz respeito ao gênero, uma menina pode até vestir-se e “comportar-se como os meninos”, desde que isso não se alongue para além da adolescência e converta-se em indicador de identificação com estes.

Neste artigo, com base em uma experiência chicazo<sup>1</sup> e em diálogo, sobretudo, com teóricos da psicologia social de tradição interacionista, e com teóricas do campo dos estudos de gênero e queer como Judith Butler, pretendo apontar para: i) a impossibilidade de falar de identidade sem referência à alteridade ou, se preferirmos, “outridade”, ii) a prática de acusação/aceitação pública a que está sujeito o indivíduo em idade jovem, por ser visto, em nossa cultura, como possível ameaçador do sistema de classificação sexual e de gênero, iii) para a idade adulta e o envelhecimento como tempos de vida propícios para redefinições de identidade em conformidade com desejos às vezes impossíveis de serem pronunciados, outrora, na juventude.

## **Na fronteira eu-outro: a produção das identidades sexual e de gênero**

Se há um ponto em que autores/as de diversos campos disciplinares parecem concordar, não obstante todas as controvérsias em torno do debate acerca da identidade (sexual e de gênero), é quanto ao entendimento de que o Eu é tecido na relação com o Outro. Compreende-se que não há possibilidade de um Eu, sem a existência de um Outro. A alteridade ou outridade é vista, pois, como a condição de emergência e de existência da identidade, já que nenhum indivíduo humano pode “vir-a-ser o que é” a não ser por intermédio dos outros sociais dos quais é, inescapavelmente, dependente. Interacionistas como George Mead (1962), afirmam, assim, que o desenvolvimento no nível

---

1 Chicazo são crianças e pré-púberes do “sexo feminino” cuja performance de gênero contraria o que se espera das meninas, apresentando um comportamento ambíguo ou mais próximo ao que se observa no “universo masculino”.

humano passa, necessariamente, pela mediação do outro generalizado, que corresponde ao conjunto de outros pelo qual a identidade de cada pessoa é produzida e mantida. Partindo desse pressuposto, teóricos ligados ao dialogismo na psicologia, com base no pressuposto básico de um *self* estendido, argumentam que o outro não está fora do *self*, antes, é parte intrínseca deste (HERMANS; HERMANS-KONOPKA, 2010). Conclui-se, assim, que é na fronteira Eu/Alter que as identidades são constituídas, tese defendida pela psicanálise tão bem quanto pelos teóricos do interacionismo simbólico e do dialogismo em psicologia.

Para Freud (2011a), que não se debruçou intencionalmente sobre o fenômeno da identidade, mas nos forneceu inúmeros recursos teóricos para pensá-lo, o Outro é via de regra na constituição da vida psíquica, e pode ser tomado como modelo, objeto, auxiliador e adversário, motivo pelo qual a psicologia individual é, conforme sublinha ele (2011a), desde o início, psicologia social. Em consonância com as ideias freudianas, Erikson (1998, p.63), referindo claramente à questão da identidade, afirma que “[...] ninguém pode “saber” “quem é” antes de encontrar e testar parceiros [...]”. Para este autor, a formação da identidade surge do repúdio seletivo (exclusão) e da assimilação de identificações da infância e da absorção (inclusão) e reelaboração destas numa nova configuração, a qual, por seu turno, depende do processo pelo qual uma sociedade (muitas vezes através de seus múltiplos grupos sociais) identifica o indivíduo jovem, reconhecendo-o como alguém que tinha de tornar-se o que “é” e que, sendo o que “é”, é aceito pela sociedade que neste se vê reconhecida (ERIKSON, 1976). Pode acontecer também, como sinaliza Erikson (1976, 1998), que esta mesma sociedade venha a sentir-se profunda e vingativamente rejeitada pelo indivíduo jovem, caso este não pareça se importar em ser aceitável, ou seja, caso não tome os modelos humanos aceitáveis de sua cultura como guias para sua performance.

Aproximando-nos um pouco mais de uma psicologia focada nas interações sociais e no tecido simbólico que as orienta, é em autores como Erving Goffman (2013) e Anselm Strauss (1999), ambos herdeiros da tradição interacionista de Chicago, que encontramos indicações para melhor compreender o papel do Outro na configuração do Eu.

Para Goffman (2013), que se utiliza da metáfora do teatro como recurso analítico para compreender as interações sociais, o Eu é uma resultante, um “efeito dramático” e não a causa das cenas interativas, tal qual o define também Judith Butler (2003), referindo-se à identidade de gênero. O Eu é um produto

de arranjos, de relações sociais. Uma cena competentemente representada conduz a plateia a atribuir um Eu, uma identidade ao personagem representado, mas esta atribuição – este “eu” – é somente um produto de uma cena que se verificou e não uma “causa” dela. (GOFFMAN, 2013). O interesse primordial é saber se este “eu”, que surge difusamente na cena apresentada, será acreditado ou desacreditado. De acordo com o autor (2013), numa interação social há uma equipe de pessoas cuja atividade no “palco” constrói a cena da qual emerge o “eu” do personagem representado, e há outra equipe, a plateia, de cuja tarefa interpretativa este eu depende para emergir como efeito. Todos esses arranjos, que incluem não somente os/as atores/atrizes em copresença, mas também outros invisíveis, porém presentes na trajetória biográfica do indivíduo, compõem o contexto gerador deste “eu”, que, por sua vez, traz em si mesmo as marcas dessa sua gênese.

Semelhantemente, Judith Butler (2003), referindo-se à identidade de gênero considera que são os atos, gestos e desejos dos sujeitos que produzem o efeito de um núcleo, de uma substância interna a que chamamos identidade. Esses atos, gestos e atuações cênicas são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (BUTLER, 2003). Para a autora, o gênero, enquanto estilo corporal é um “ato” performativo, no sentido de uma construção dramática e contingente responsável por produzir a ilusão de uma identidade substancial, equivocadamente, tomada como causa dos “atos”. Os gêneros distintos e polarizados são, por sua vez, parte de um projeto político que “humaniza” uma parcela dos indivíduos na cultura contemporânea, ao tempo em que pune aqueles que não desempenham “corretamente” o seu gênero. Butler (2003) considera que o gênero não deve ser compreendido como uma identidade estável ou *locus* de ação do qual decorrem vários atos, em vez disso, propõe pensá-lo como uma identidade tenuemente constituída no tempo, e produzida num espaço externo [constituído por relações de poder com os outros sociais] por meio da repetição estilizada de certos atos. Essa formulação, como a própria autora argumenta oportunamente, afasta a concepção do gênero do modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro, que requer conceber gênero como uma “temporalidade social constituída” (BUTLER, 2003, p.200).

Fazendo-nos lembrar de Goffman (2013), Butler (2003, p.200) afirma que a aparência de substância é construída, uma realização performativa em que a “platéia mundana”, incluindo os próprios atores e atrizes sociais, passam a

acreditar. Em Butler como em Goffman, conclui-se: é a *performance* cotidianamente encenada que define o “Eu” de um determinado ator/atriz social, e não o contrário. A identidade que resulta como efeito, é uma produção forçada que emerge e tem sustentação no contexto relacional.

Para Strauss (1999, p.29), “o conceito de identidade é tão esquivo quanto o é o senso que toda pessoa tem de sua própria identidade pessoal,” de qualquer sorte, ela é, tal como em Goffman (2013), efeito das cenas interativas. Ele sublinha que estamos a todo tempo avaliando os nossos atos conforme os nossos próprios julgamentos e em conformidade com os julgamentos que imaginamos que estariam fazendo ou fariam os outros sociais com os quais compartilhamos as cenas dramáticas de nossa vida cotidiana. Em sua concepção,

[...] a identidade está associada às avaliações decisivas feitas de nós mesmos – por nós mesmos ou pelos outros. Toda pessoa se apresenta aos outros e a si mesma, e se vê nos espelhos dos julgamentos que eles fazem dela. As máscaras que ela exhibe então e depois ao mundo e a seus habitantes são moldadas de acordo com o que ela consegue antecipar desses julgamentos.” (STRAUSS, 1999, p.29).

Em Butler (2003, 2007), talvez pudéssemos atribuir esta necessidade de moldarmo-nos àquilo que antecipamos dos julgamentos dos outros sociais, às normas sociais reguladoras, que produzem aquilo que nomeiam. A autora sublinha, porém, que se é verdade que as regras culturalmente compartilhadas em torno do binarismo de gênero e da heterossexualidade compulsória restringem as *performances* sexual e de gênero, também permitem a afirmação de campos alternativos de inteligibilidade. Segundo Butler (2003, p.209), “[...] é somente no interior das práticas [sociais] de significação repetitiva que se torna possível a subversão da identidade.” Para ela,

“a ordem do *ser* de um dado gênero produz fracassos necessários, uma variedade de configurações incoerentes que, em sua multiplicidade, excedem e desafiam a ordem pela qual foram geradas.” (BUTLER, 2003, p.209).

Ademais, é importante sublinhar que a concepção de Butler (2003) acerca da identidade de gênero, passa, necessariamente, pela idéia de uma heterossexualidade, tomada como compulsória. Esta concepção fica bastante clara

quando a autora questiona: “Qual a lei interditora que gera a estilização corporal do gênero, a representação fantasiada e fantasiosa do corpo?”, a seguir afirmando que o tabu do incesto e o tabu anterior contra a homossexualidade são momentos generativos da identidade de gênero. Uma produção forçada que leva a efeito uma falsa estabilização do gênero enquanto identidades estáveis e substanciais, no interesse da construção e regulação heterossexuais da sexualidade no domínio reprodutor. A construção dessa coerência ocultaria, segundo a autora, as discontinuidades do gênero presentes nos contextos heterossexuais, bissexuais, gays e lésbicos, nos quais o gênero não decorre, necessariamente, do sexo, e nem o desejo do gênero, como notaremos na experiência que apresentarei a seguir.

## Juventude: uma categoria fronteira no sistema sexual e de gênero

Para Guimarães (2004), os/as jovens encontram-se, do ponto de vista social, num estado intersticial, entre a condição “assexuada” infantil e a condição sexuada adulta, e, a qualquer tempo, são requisitados/as a definir-se dentro do sistema classificatório sexual e de gênero. A ausência de uma *performance* que demonstre estreita “coerência” entre sexo/gênero/desejo ou a apresentação de um posicionamento ambíguo, fronteira, costuma causar incômodos à sociedade, que logo se incumbe de exigir do/a jovem um posicionamento a fim de reconhecê-lo no interior da matriz heterossexual ou posicioná-lo/a na “zona de inabitabilidade” (BUTLER, 2007, p.155). Como tenta mostrar Butler (2007), o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras identificações, as quais são consideradas abjetas. Os sujeitos abjetos, aqueles que divergem dessa matriz excludente, estão posicionados nas zonas inóspitas, inabitáveis da vida social. Esta zona de inabitabilidade constitui-se, segundo a autora, o local de temida identificação, o limite definidor do domínio do sujeito.

A experiência de Antônia, uma mulher adulta hoje, porém jovem por volta dos anos 1970 pode nos ajudar a entender o que acabo de dizer. A trajetória de Antônia me fez lembrar não apenas da história de Halberstam (2008), como também suas considerações acerca das *chicazos*. A *chicazo*, segundo Halberstam (2008), tende a associar-se a um desejo “natural” por essa maior liberdade, mobilidade e independência de que tem desfrutado os homens há gerações. A conduta da *chicazo* pode, inclusive, ser encorajada, até o ponto

em que permaneça vinculada comodamente a uma identidade feminina (de menina). É castigada, porém, quando se converte em indicador de uma forte identificação com os rapazes (como recusar-se a vestir roupa de menina), e também quando ameaça a prolongar-se para além da infância, na adolescência. A adolescência *chicazo* supõe um problema, e costuma ser objeto de severos esforços de reorientação, a não ser que a jovem consiga manter-se numa posição que inviabilize a compreensão da direção de seu desejo. Poderíamos dizer que a *chicazo* é tolerada enquanto é pré-púbere, mas quando chega a puberdade, todo o esforço de adequação cai sobre a menina.

Contudo, sublinha a autora, a adequação de gênero é uma pressão que se exerce sobre todas as meninas, não somente sobre *chicazos*. Para as meninas, a adolescência é uma lição de moderação. Embora Antônia não tenha referido muita coisa acerca de sua infância e adolescência, sua aparência e maneira – tom de voz, modo de se vestir e de se comportar – (GOFFMAN, 2013), e alguns pontos de seu relato, me conduziram a pensar que ela viveu uma experiência *chicazo*. Vejamos o que ela nos fala.

Ah, você pegou alguém bem estranha para entrevistar. Porque como era muito tímida, eu ía da escola para casa. Tanto que a minha irmã mais nova, minha mãe diz que deu um trabalho a ela! Ela sempre dizia pra minha irmã: sua irmã que não me deu trabalho nenhum. [...] Hoje, eu digo, uma pessoa igual a mim, logo vão meter num psicólogo, mas minha mãe achava até bom, porque não dava trabalho. Às vezes, as amigas de minha mãe é que falavam: essa menina não vai dar para nada.

Mais adiante, referindo-se aos seus primeiros relacionamentos, já na vida adulta, acrescenta:

eu digo que no início eu era tão crua, que eu não sabia nem arrumar uma casa, porque na verdade eu nunca tive uma experiência de ajudar a minha mãe, eu ajudava meu pai na venda.

A *performance* corporal e o relato de Antônia sobre as impressões que suscitavam seu comportamento na infância e puberdade parecem indicar, no mínimo, para uma indefinição de gênero, ou melhor, uma *performance* de gênero ambígua (HALBERSTAM, 2008), o que a tornava ilegível para a sua

comunidade. Ilegibilidade que se expressa em frases como esta: “essa menina não vai dar para nada”. Comentário que, a meu ver, pode ter relação tanto com o fato de que o corpo de Antônia – ao apresentar uma *performance* masculinizada – parecia “[...] escapar às duras normas que prescrevem como cada sexo deve corresponder a um gênero respectivo [...]” (PELÚCIO, 2009, p. 233), quanto com o fato de que não manifestava, em consonância com o esperado para o “seu gênero”, nenhum tipo de interesse ou desejo por jovens rapazes. Considerando que estávamos nos anos 1960/1970, quando modelos tradicionais de gênero e sexualidade entravam em choque com modelos modernos, poderíamos afirmar que a *performance* de Antônia, circunscrita como estava à realidade de uma cidade conservadora do interior da Bahia, ameaçava o sistema sexual e de gênero vigente, ainda que este estivesse em franca transformação.

Como observa Guimarães (2004), nos contextos urbanos tradicionais de acentuada configuração machista, como aquele no qual Antônia havia crescido, alcançando a puberdade, o jovem rapaz era chamado a dar provas de sua masculinidade por meio da consecução da primeira relação sexual, a jovem moça, por sua vez, provaria sua feminilidade através do recato com que guardasse seu corpo até o casamento. Para jovens como Antônia, porém, o casamento significava aprisionar-se para a vida inteira ao lado de um homem na condição de “cama e mesa”, o que não a agradava nem um pouco, mantendo-a, para a estranheza de sua comunidade, no “mundo masculino”. Essa postura masculinizada, porém, coloca sempre à sua espreita, um fenômeno bem conhecido entre os/as jovens da geração 1960/1970, e ainda hoje, entre os/as jovens da geração contemporânea: o “fenômeno de acusação/aceitação pública” (GUIMARÃES, 2004, p.50). Este fenômeno, que em geral ocorre no período da puberdade/adolescência, quando o/a jovem ensaia sua entrada na vida adulta, corresponde ao momento em que a sociedade reclama do sujeito um posicionamento, acusando-o/a, publicamente, caso suspeite que este/esta se encontre do outro lado da fronteira que separa os ditos “normais” dos considerados “abjetos”.

Assim, é somente quando ganha distância de sua comunidade de origem e envolve-se no clima libertário que caracteriza a modernidade da capital nos anos 1960/1970, que Antônia encontra espaço para reclamar para si mesma esta forma ideal de atenção, muitas vezes chamada de amor, outras vezes de amizade (SINGLY, 2003), superando o estigma colocado sobre sua identidade sexual.

Antônia agora podia amar, mais ainda, podia amar uma mulher, uma escolha de parceria amorosa, de certa forma, revolucionária, mesmo para as mulheres

mais escolarizadas de sua geração. Afinal, como observa Del Priori (2006), mesmo nos anos “libertários” de 1960/1970, a homossexualidade e qualquer expressão sua, ao contrário do feminismo, que era tratado quase como uma curiosidade pelas revistas da época, era, invariavelmente, rotulada de “desvio” e de “doença”.

## **A dinâmica da fronteira eu-outro: identidade e mudança**

Como nota Strauss (1999), o Eu não é mais imune do que qualquer outro objeto ao exame e reexame em função do olhar do outro. De acordo com o autor, a auto-avaliação conduz a decisões que garantem a sobrevivência social: evitar atos, fazer correções, assumir novas atitudes, evitar outras, quem sabe colocando-se “dentro do armário”, ou, fora dele. Nesse movimento de auto-avaliação constante, não raro, é para além da juventude – na vida adulta ou no envelhecimento –, que o sujeito consegue experimentar alternativas que estão em consonância com seus desejos, porém, em desacordo com imperativo heterossexual.

Nesse ponto, vale a pena retomar as considerações de Sedgwich (2007) sobre a metáfora do “armário”. Segundo ela, o “armário” ou o “segredo aberto” marcou e ainda marca a experiência gay/lésbica. Mesmo no nível individual, e até mesmo entre pessoas assumidamente gays, encontramos pouquíssimas que não se posicionem no armário diante de alguém próximo ou distante, e, especialmente, em situações novas, onde não tem condições de prever o resultado da enunciação de sua orientação sexual. Embora a autora ressalte que o armário não é uma realidade apenas para gays e lésbicas, frisa que é na vida destes últimos que ele assume uma presença formadora.

A experiência de Antônia aponta para esta presença formadora, seja nos primeiros tempos de sua trajetória, quando era constrangida por uma sociedade abertamente preconceituosa, seja nos tempos de universidade, em que um clima libertário permite a vivência de um amor “proibido”, mas sob a implícita exigência de discrição.

A história de Antônia é reveladora dessa capacidade que temos, nós humanos, de interpretar as mensagens culturalmente compartilhadas, moldando a nossa identidade conforme as demandas dos contextos. Embora a identidade não seja uma simples resultante do ambiente em que ganha corpo, é possível afirmar que este tem grande importância no modo como esta se desenhará. Como afirma Strauss (1999), as máscaras que exibimos são, frequentemente,

moldadas de acordo com o que conseguimos antecipar do julgamento que os outros fazem de nós mesmos, e, talvez por isso mesmo, o/a jovem, nos anos 1960/1970 receasse, como ainda receia hoje, nomear-se ou apresentar-se como homossexual.

## Referências

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2007, pp.151-172.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. (Sujeito e história).

DEL PRIORI, Mary. *História do amor no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ERIKSON, Erik H. *Identidade, juventude e crise*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. *O ciclo de vida completo*. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. Tradução Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2011a. (Obras Psicológicas Completas, v. 15).

\_\_\_\_\_. *O eu e o id, “autobiografia” e outros textos. (1923-1925)*. Tradução Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2011b. (Obras Psicológicas Completas, v. 16).

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 2013. (Sociologia).

GUIMARÃES, Carmem Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HALBERSTAM, Judith. Uma introdução a la masculinidade feminina: masculinidade sem homens. In: HALBERSTAM, Judith. *Masculinidade feminina*. Tradução de Javier Sáez. Barcelona, E. Egales, 2008, pp.23-66.

HERMANS, Hubert. J. M.; HERMANS-KONOPKA, Agnieszka. *Dialogical self theory: positioning and counter-positioning in a globalizing society*. Cambridge: Cambridge University, 2010.

MEAD, George H. *Mind, self, and society: from the standpoint of a social behaviorist*. London: University of Chicago, 1962. (Works of George Herbert Mead, v. 1).

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. Pinheiros: Annablume, 2009.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. *Cadernos Pagu* (28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2007, pp. 19-54.

SINGLY, François de. *Uns com os outros: quando o individualismo cria laços*. Tradução de Magda Bigotte Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. (Epistemologia e sociedade).

STRAUSS, Anselm L. *Espelhos e Máscaras : a busca da identidade*. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo : Edusp, 1999.

## MÍDIA, CORPO VELHO E AS ESTRATÉGIAS DE POSITIVAÇÃO DO TERMO “TERCEIRA IDADE”

Cassio Luiz Aragão Matos  
*Universidade Federal da Bahia (UFBA)*  
*cassioaragaofisio@gmail.com*

### Resumo

Este artigo aborda aspectos concernentes às transformações socioculturais que a velhice vem sofrendo nas modernas sociedades ocidentais. Para tanto, faz uma breve retrospectiva, a partir de estudos que centralizam suas análises do fenômeno tomando como ponto de partida a ambiência midiática. O artigo elege como foco a mudança social e discursiva representada pela presença e amplitude semântica da expressão “Terceira Idade” contrapondo-se à compreensão cristalizada no tecido social de uma velhice decrépita, isolada e incapaz. Aspectos decorrentes do aumento da média de vida inserem parcelas significativas da população com 60 anos ou mais no mercado de consumo e, crescentemente, chamam a atenção dos homens de marketing para a necessidade de se dirigir a estes públicos potenciais. Por fim, discute aspectos do culto ao corpo como uma das dimensões da cultura de consumo e reforçadas pela mídia para construir e legitimar novas representações culturais da pessoa velha.

**Palavras-Chave:** Envelhecimento, Terceira Idade, Consumo, Mídia, Corpo.

## Introdução

O objetivo deste artigo é discutir que a “Terceira Idade” é uma expressão advinda da cultura de consumo e que, simbolicamente, torna possível a construção de identidades socioculturais para a pessoa idosa, nas dimensões da cultura. Discute ainda aspectos do corpo como uma das dimensões da cultura contemporâneas construídas através da cultura de consumo para legitimar a identidade cultural do idoso. A metodologia de trabalho utilizada para este artigo foi à pesquisa bibliográfica. O resultado da análise realizada proporcionou uma melhor compreensão acerca dos processos de visibilidade da “Terceira Idade”, como um grupo que é atualmente expressivo, no Brasil. A conclusão é que o termo “Terceira Idade” sugere também mudanças de práticas, hábitos e comportamentos de consumo, e que a identidade cultural da “Terceira Idade” é representada como aquela que está sendo levada a buscar novos estilos de vida e formas de consumo para viver a eterna juventude na construção de um corpo juvenilizado para a velhice.

## Discussão

Uma abordagem sobre o envelhecimento inclui, necessariamente, a análise dos aspectos socioculturais, políticos e econômicos relativos a valores, preconceitos e sistemas simbólicos que permeiam a história das sociedades. Entende-se que o envelhecimento é um processo vital e que os padrões de vida que podem promover um envelhecimento com saúde são formados no princípio da vida. Porém, vale salientar que fatores socioculturais definem o olhar que a sociedade tem sobre os idosos e o tipo de relação que ela estabelece com esse segmento populacional. A velhice é, não raro, entendida como momento de perdas, decrepitude, inutilidade. Discorrendo a respeito das sociedades e as imagens construídas pela mídia em relação aos velhos, Beauvoir (1990, apud Palacios, 2007, p. 2):

Na década de setenta, Simone de Beauvoir (1990) publicou *A velhice*, uma obra de caráter filosófico e sócio-anropológico, antecipando preocupações e mudanças de atitude relacionadas com a chamada “Terceira Idade”, que viriam a ocorrer a partir das décadas de 80 e 90. A autora (1990), além de caracterizar a velhice como uma instituição social, e não simplesmente como uma condição

biológica, analisando-a através da história e situando-a em diversas sociedades e culturas, trata de gerontologia, medicina, sociologia, psicologia e economia, combatendo a postura até então dominante que caracteriza a velhice como uma espécie de segredo vergonhoso, sobre o qual é indecente falar.

Motta (2006) pontua que a velhice é um fenômeno biossocial que não existe singularmente e nem de modo tão evidente quanto se costuma enunciar. Isto é, não existe a velhice, existem velhices; o que também significa dizer que não existe velho, existem velhos; velhos e velhas e uma pluralidade de imagens socialmente construídas e referidas a um determinado tempo do ciclo de vida. A autora (2006) afirma que “é, portanto, a heterogeneidade que caracteriza o envelhecimento, como todo fenômeno social” (MOTTA, 2006, p. 78).

Já o termo “Terceira Idade” surgiu na França a partir de 1962, em virtude da introdução de uma política de integração social da velhice visando à transformação da imagem das pessoas maduras (PEIXOTO, 1998). Até então, o tratamento à velhice era pautado pela exclusão social, tendo o asilo como seu principal símbolo. “Terceira Idade” é uma expressão que, recentemente e com muita rapidez, popularizou-se no vocabulário brasileiro no início da década de 90 (PEIXOTO, 1998). Seu uso corrente entre os pesquisadores interessados no estudo da velhice não é explicado pela referência a uma idade cronológica precisa, mas por ser essa uma forma de tratamento das pessoas com mais idade.

Tal categoria não adquiriu ainda uma conotação depreciativa. Palacios (2007, p. 91) afirma: “o numeral ordinal Terceira nos remete a uma compreensão de sucessibilidade, ou seja, à existência de fases anteriores: a primeira e a segunda idades” e conclui que, “a nomenclatura “Terceira Idade” faz desaparecer a alusão direta a vocábulos tão semanticamente marcados, como velhice, senilidade e envelhecimento” (PALACIOS, 2007, p. 91).

A invenção da “Terceira Idade” é compreendida como fruto dos processos atuais de socialização da gestão da velhice. Durante muito tempo foi considerada como própria da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela se transformou numa questão pública (DEBERT, 2004).<sup>1</sup> A “Terceira Idade” está entre o final da vida adulta e a

---

1 **Debert (2004)**, aponta em suas pesquisas que os programas da Terceira Idade e o movimento dos aposentados indicam uma preocupação recente com a melhoria da qualidade de vida na sociedade brasileira, e muda não apenas a sensibilidade investida na velhice, mas tende a transformar o envelhecimento em uma experiência radicalmente distinta para homens e mulheres.

velhice, essa expressão não é apenas uma classificação etária e não existe desde sempre, mas foi criada para designar uma forma, um modo de envelhecer.

Fogaça (2011) mostra, também, que espaços estão sendo criados e ocupados rapidamente pela população da “Terceira Idade” para que novas experiências de envelhecimento possam ser vividas coletivamente. Exemplos disto é a criação de instituições, como Universidades da “Terceira Idade”, grupos da “Terceira Idade”, *spas*, grupos de dança de salão, viagens turísticas, grupos recreativos, academias de educação física, de pilates e de hidroginástica, lojas de roupas e de cosméticos, espaços de saúde e beleza, programas e revistas especializados na mídia voltados para este segmento com a finalidade de atender a esse público específico. A realidade demográfica do Brasil, a exemplo do que ocorre mundialmente, leva à criação de um grupo denominado “Terceira Idade”, caracterizado por uma velhice ativa e direcionada principalmente para a prática de atividades de lazer e de autodesenvolvimento (PALACIOS, 2007).

A imagem de uma velhice ativa e gratificante surge nos programas de “Terceira Idade”, veiculados na mídia. Da mesma forma, crescentemente consultados pelos meios de comunicação, os gerontólogos<sup>2</sup> são chamados a indicar formas de prevenção da velhice, e é, sobretudo na condição de *experts* no combate ao envelhecimento que estes profissionais ganham reconhecimento e notoriedade. As novas imagens do envelhecimento são, sem dúvida, expressões de um contexto marcado por mudanças sociais, políticas e culturais, que redefinem esses indivíduos na cultura contemporânea. A boa aparência, o bom relacionamento sexual e afetivo, a busca pela qualidade de vida, a performance corporal, deixam de depender de qualidades fixas que as pessoas podem possuir ou não, e se transformam em algo que deve ser conquistado a partir de um esforço pessoal.

Desse modo, na cultura contemporânea, os idosos, principalmente aqueles oriundos de estratos sociais mais abastados da sociedade brasileira, passam a ter um certo protagonismo entre os públicos consumidores, contribuindo, assim, para a consolidação de novos mercados de consumo. De uma maneira geral, parece não haver lugar para a velhice, que tende a ser vista como consequência do descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e de estilos de vida inadequados.

As novas imagens do envelhecimento são ativas na revisão de estereótipos através dos quais as etapas mais avançadas da vida são representadas. As

---

2 Qualquer profissional de saúde especializado no tratamento aos idosos.

imagens oferecem um quadro positivo do envelhecimento, que passa a ser concebido como uma experiência heterogênea na qual a doença física e o declínio mental, considerados fenômenos normais nesse estágio da vida, são redefinidos como condições que afetam as pessoas de qualquer idade. Elas possibilitam ainda, a abertura de espaços para que novas experiências possam ser vividas coletivamente. Nestes espaços, é possível buscar a auto-expressão e explorar identidades de um modo que era exclusivo da juventude (DEBERT, 2004).

Featherstone (1995) afirma que os idosos, nas sociedades contemporâneas, buscam cada vez mais estados identificados com a juventude, praticando esportes, alguns radicais, vestindo-se despojadamente, frequentando salões de dança. Vivemos uma transformação no ciclo da vida, em que parece haver um movimento pendular onde, ao mesmo tempo em que as barreiras entre juventude e velhice estão se borrando e ser jovem coloca-se como um imperativo para os mais velhos. Fato que está ligado à cultura de consumo<sup>3</sup>, que apresenta a “Terceira Idade” como uma fase da vida na qual traços da juventude, como rigor e atratividade físicos, podem e devem ser mantidos (FEATHERSTONE, 1995). No cenário atual, o processo de envelhecimento passa a ser tratado como um problema de quem não é ativo e não está envolvido em programas de rejuvenescimento e de socialização. Em decorrência desta interpretação, a própria pessoa idosa é responsabilizada por seu isolamento, pelas consequências danosas de alguma doença que a acomete. Debert (2004) aponta que para refletir sobre tais questões é importante entender o processo de reprivatização da velhice. A autora (2004) assinala que:

O processo de reprivatização da velhice é o resultado de uma interlocução intensa entre gerontólogos com a mídia e com os espaços sociais criados em torno do envelhecimento. Essa interlocução obriga o discurso gerontológico a se colocar em dia com o que se faz de mais avançando em relação à velhice nos setores de ponta, em nível internacional, e a responder, ao mesmo tempo, a um conjunto de novas demandas sociais. (DEBERT, 2004, p. 230).

---

3 Ver, especialmente (Featherstone, 1995).. O autor explica que a expressão Cultura de Consumo vem sendo bastante utilizada na literatura sociológica, no sentido de indicar que os princípios de estruturação do mundo das mercadorias são centrais para a compreensão das sociedades contemporâneas, envolvendo tanto a dimensão cultural da economia, isto é, o uso das mercadorias como signo, comunicadores, quanto a dimensão propriamente econômica e utilitária.

Os idosos da cultura de consumo, considerados saudáveis e bem sucedidos, tendem a aderir aos estilos de vida e à multiplicidade de técnicas de manutenção corporal vinculados pela mídia. Ainda conforme Castro (2007), os indivíduos das sociedades contemporâneas, na busca de construir suas identidades, estabelecem distinções sociais através de injunções, que terminam por moldar uma variedade de estilos de vida. A “Terceira Idade” concorre para o estabelecimento de novas necessidades e aspirações para parcelas numericamente significativas de indivíduos com 60 anos ou mais, todas elas ligadas a uma imagem positiva. Neste processo, diversos fatores afluem para associar o termo “Terceira Idade” ao lazer, a novos estilos de vida, à concretização de planos que ficaram para trás por circunstâncias da vida e à aderência a produtos e técnicas que colaboram para a negação do envelhecimento do corpo.

## **A Juvenilização do Corpo na Mídia**

A celebração da juventude manifesta-se de muitas e variadas maneiras nas sociedades contemporâneas. Nelas, ideais e tecnologias para manter-se jovem proliferam e são incessantemente divulgados e legitimados. Couto e Meyer (2011, p. 54) afirmam que: “É preciso ser jovem e, quando se deixa de sê-lo, é preciso investir no próprio rejuvenescimento, abolindo qualquer sinal na pele que traduza marcas do tempo, revitalizando o corpo e a mente, adotando uma vida ativa e performática”.

Paradoxalmente, quanto mais ser jovem se converte em meta existencial, mais a concepção de velhice comprometida com percepções negativas, sombrias, passa a ser vista como inadmissível intolerável. Na cultura contemporânea, ter o corpo velho é tudo aquilo que deve ser evitado e afastado dos corpos mostrados como espetáculo (DEBORD, 1997).

Para os defensores e construtores de corpos sempre jovens, os corpos velhos são ameaças constantes e o envelhecimento deve ser vencido, diariamente, por meio de múltiplas técnicas disponíveis para juvenilizar e revitalizar o corpo. O corpo contemporâneo é o corpo apresentador de si mesmo, aparentemente a serviço de uma cultura que se pauta pelo efêmero e pelo imediato, caracterizado como porta-voz de forma e não de conteúdos. Trata-se do corpo reconstruído por cirurgias plásticas, implantes de substâncias químicas que

buscam incessantemente apagar da pele as marcas biológicas do tempo e, ao mesmo tempo, inscrever de forma física os sinais da corpolatria (CODO; SENNE, 1995)<sup>4</sup>.

Este corpo é, em si, o próprio espetáculo (FONTES, 2007). O fenômeno do culto ao corpo parte de um estágio em que o corpo era demonizado (PRIORE, 2011), escondido, fonte de vergonha e pecado e culmina com o corpo das academias e sua explosão de músculos, atingindo seu grau máximo de ilustração com a emergência e a multiplicidade das estratégias de *body-building*, as cirurgias plásticas, os implantes e a profusão de técnicas médicas, químicas, cosméticas e de vestuário (FONTES, 2007). Castro (2004) define o culto ao corpo como:

Culto ao corpo está sendo entendido aqui como um tipo de relação dos indivíduos com seus corpos que tem como preocupação básica o seu modelamento, a fim de aproximá-lo o máximo possível do padrão de beleza estabelecido. De modo geral o culto ao corpo envolve não só a prática de atividade física, mas também as dietas, as cirurgias plásticas, o uso de produtos de cosméticos, enfim, tudo que responda à preocupação de se ter um corpo bonito e/ou saudável (CASTRO, 2007, p.17).

A mídia reforça a ideia de que é possível viver, e viver muito bem, na “Terceira Idade”, desde que se tenha uma vigilância contínua para afastar, controlar e administrar os pequenos sinais da velhice. Pode-se dizer que, nos dias atuais, ao invés de envelhecimento, vive-se o processo técnico de rejuvenescimento constante. É preciso viver desperto, atento, ser capaz de vigiar cada detalhe do corpo, recorrer às técnicas cirúrgicas, terapias, medicamentos, exercícios e cosméticos capazes de prolongar cada vez mais o estado de juventude (COUTO; MEYER, 2011).

Couto e Meyer (2011) afirmam que todos estes procedimentos que fazem parte de um repertório técnico e cultural cada vez mais familiar são exemplos de meios pelos quais é possível cuidar de si – do corpo. Para alguns sujeitos, então, todo sacrifício é válido para tornar o corpo livre do envelhecimento.

---

4 Para os autores, os cuidados com o corpo adquirem uma conotação que beira o religioso e articulam-se com a alienação e o narcisismo.

Podemos reafirmar que na cultura contemporânea não existe lugar para a velhice. Paradoxalmente, talvez a crescente valorização do idoso na cultura de consumo esteja no fato de que ele se tornou um grupo que se dedica plenamente ao presente. Reconstrói seu corpo rejuvenescido, conserva a boa forma, a saúde, a sexualidade, fazendo parecer que o envelhecimento só é aceito na cultura contemporânea na medida em que ele mesmo é negado e renegado. O envelhecimento, que é festejado, parece ser aquele que prima pelo apagamento das marcas do tempo, que persegue os ideais de rejuvenescimento. Já não se trata de parar no tempo, e, sim, de fazer o corpo e a condição física movimentarem-se em direção contrária, para trás.

Atualmente, é por meio da adoção de novas práticas e hábitos de consumo que parcelas significativas de pessoas com 60 anos ou mais dotadas de poder aquisitivo adequado para tal, podem aproveitar intensamente a vida. Estes idosos pertencentes a estratos sociais mais abastados da sociedade brasileira contam com a mídia como principal arsenal de estímulo e de legitimação para tais comportamentos.

No bojo da sociedade contemporânea, que tem no consumo um de seus pilares de sobrevivência (BAUMAN, 2008), o corpo assume um caráter de mercadoria, por meio de uma universalização de padrões, principalmente quando esta mercantilização atrela-se à incessante busca pelo corpo jovem e belo.

Por certo, neste contexto, a mídia tem um papel fundamental na construção de um imaginário no que diz respeito ao culto ao corpo e ao processo de construção de representações da pessoa idosa. Pesquisas realizadas nas décadas de 70 e 80 (DEBERT, 2004) apontam para, basicamente, dois tipos de problemas ligados à representação dos idosos na mídia, quais sejam: ênfase em características negativas e baixa representatividade dos mesmos. A mídia optava por atores jovens e bonitos, representantes de uma sociedade cuja cultura é adepta ao culto da jovialidade, trabalhando com sonhos e idealizações. A partir dos anos 90, houve um aumento gradativo da participação do idoso na mídia. É possível encontrar personagens em um grande número de narrativas e na publicidade existe uma demanda de atores da “Terceira Idade” para representar papéis. Este fato decorre do aumento da média de vida da população, principalmente nos países ocidentais e, conseqüentemente, à participação dos grupos idosos, identificados como pertencentes à “Terceira Idade”, na esfera do consumo. (DEBERT, 2004).

A tendência de encarar os idosos como consumidores potenciais é mantida atualmente, pois eles continuam a ser conclamados à aquisição de diversos

tipos de produtos. A partir da década de 90, os idosos começaram a ser representados de maneira mais positiva. Palacios (2008, p. 11) define como: “tímidas estratégias de posituação da velhice” especialmente empregadas pelo discurso da publicidade. A autora (2008) adverte que, nos fragmentos do discurso publicitário observados, a velhice, “Terceira Idade”, melhor idade ou maturidade parecem ser representadas como um processo social homogêneo.

A mudança na imagem do idoso na mídia pode estar relacionada também com o esforço da geração *baby boomers*, que, na atualidade, desempenha papel central na produção cultural. Os indivíduos dessa geração já completaram ou estão prestes a completar 60 anos, pois nasceram entre os anos 1946 a 1964. Foram protagonistas da chamada Contracultura (Revolução de costumes e valores, com o auge nos finais da década de 1960) e, em decorrência, vivenciam um certo inconformismo em relação à ordem estabelecida. A redefinição de padrões de envelhecimento é explicada como parte deste processo, gerando desdobramentos nos modos como esta geração encara seu próprio envelhecimento. Obviamente, de modo distinto e até em contraposição aos padrões vigentes na geração anterior. A esses elementos culturais somam-se os avanços das ciências médicas, que propiciam longevidade e melhor qualidade de vida.

Outro fator que contribuiu para a mudança é o reconhecimento do idoso como potencial consumidor. Se, anteriormente, as empresas em seus anúncios tratavam o velho com indiferença, a partir do momento em que ele foi considerado um consumidor ativo, com poder aquisitivo, passou então a ter importância para o mercado, e, portanto, para a cultura de consumo. De acordo com Lipovetsky (2007), vivemos agora a era do “vovô-boom”, o autor (2007) explica que:

Foi a época em que os aposentados estavam esgotados, com poucos anos por viver, em que os avós se contentavam em cuidar dos netos. Criados na sociedade de consumo, os seniores viajam, partem para o outro extremo do mundo, visitam cidades e museus, fazem cursos de informática, praticam esportes, querem parecer “mais jovens”. A bulimia consumista já não é interrompida pela idade: a geração do vovô-boom mostra-se ávida de evasões distrativas, de maior bem-estar, de qualidade de vida associada ao consumo de produtos dietéticos, aos prazeres do turismo, aos cuidados cosméticos (LIPOVETSKY, 2007, p. 121).

Atualmente, expressões da cultura de consumo também podem ser observadas nos processos de representação do idoso construídos pela mídia, por meio de imagens que retratam jovialidade, dinamismo e atratividade, diferentemente dos anos 70 e 80, quando o idoso aparecia sob a marca de debilidade, senilidade, acomodamento e isolamento social. Nesse sentido, as novas imagens do idoso na mídia, estimuladas pelo consumo, representam o caminho da “Terceira Idade”, comprometido com a idéia de felicidade plena.

As já citadas novas interpretações da velhice significam também a compreensão de que os idosos, na atualidade, praticam exercícios, fazem cirurgias plásticas, utilizam cosméticos, fazem dietas, reforçando os cuidados com o corpo e com a valorização da aparência física. Ou seja, estas novas interpretações da velhice encontram-se em conformidade com expoentes do que se conhece como sendo a ideologia do culto ao corpo, uma das hastes culturais mais expressivas de conformação das sociedades ocidentais contemporâneas.

## Conclusões

Esperamos que o percurso empreendido pelo presente artigo, por meio da revisão de um pontual recorte da literatura acerca das temáticas expostas, possa contribuir para uma compreensão mais aprofundada sobre processos de visibilidade midiática da “Terceira Idade”, como um grupo, demográfica e cultural e crescentemente expressiva, na sociedade brasileira.

Constatamos que o termo “Terceira Idade” empregado pelo discurso publicitário sugere e ao mesmo tempo legitima mudanças de práticas, hábitos e comportamentos de consumo. No atual contexto mercadológico, as novas concepções de velhice parecem determinadas à ação de apagamento de antigas interpretações, comprometidas com representações de decrepitude, isolamento e acometimento de doenças, estados estes que concorrem para afastar a pessoa idosa do convívio social. Ideologicamente, só é velho quem quer, pois, a juventude é mostrada como um bem que pode ser conquistado por qualquer faixa etária, desde que sejam adotados estilos de vida modernos e formas adequadas de consumo.

O culto ao corpo no Brasil chegou para ocupar um espaço significativo na sociedade de consumo, recorrendo à valorização e à promessa da eterna juventude, tornando-se um eficiente catalisador de hábitos, tendências, práticas e comportamentos de consumo. Neste processo, a mídia legitima a lógica de valorização da juventude. Atualmente, considera-se e difunde-se a ideia de que

os cuidados pessoais na “Terceira Idade” dignificam a vida. A “Terceira Idade” da cultura de consumo é representada como aquela que está sendo levada a buscar novos estilos de vida e formas de consumo para viver a eterna juventude.

É mister destacar que, ao nos aprofundarmos neste universo temático, percebemos que os discursos de legitimidade de novas interpretações da velhice representam parcelas envelhecidas da população brasileira originárias de estratos sociais mais favorecidos, econômica, quanto cultural e politicamente. Entretanto, é importante destacar que estes discursos podem circular entre parcelas numericamente extensas de pessoas com 60 anos ou mais que vivem no Brasil, em condições de pobreza. Um reflexo da situação de desigualdade social em que vivem muitos idosos no Brasil, pode ser percebido nas políticas públicas de saúde voltadas para idosos que fazem uso assistido de medicamentos distribuídos gratuitamente pelo estado, por não terem condições financeiras para adquiri-los.

Os discursos legitimados pela mídia e pelos especialistas parecem operar no sentido de fazer os idosos adotarem práticas e mudanças de consumo para negar a velhice. Os processos legitimadores dos novos paradigmas indicam que é necessário moldar continuamente o corpo e submeter-se à lógica do espetáculo e do consumo, culminando com a negação do envelhecimento do corpo, por parte da pessoa idosa. A juvenilização torna-se, portanto, uma crença das mais vigorosas da nossa época: a de que os nossos corpos, se quisermos, e se pudermos investir neles, não mais envelhecem.

## Referências

BARBOSA, Lúvia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida de consumo**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2008.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRITTO DA MOTTA, Alda. **Visão Antropológica do Envelhecimento**. IN: Lígia; FREITAS, E.V. et al (org). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2006, p. 78 – 82.

CASTRO, Ana Lúcia. **Culto ao Corpo: Identidades e Estilos de Vida**. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra/Portugal, 2004.

CASTRO, Ana Lúcia. **Culto ao Corpo e Sociedade: Mídia, Estilos de Vida e Cultura de Consumo**. 2 edição, São Paulo: Annablume: Fapesb, 2007.

COUTO, Edvaldo Souza. **Uma Estética para Corpos Mutantes**. In: COUTO, Edvaldo Souza; COUTO, Edvaldo e MEYER, Dagmar Estermann. **Viver Para Ser Velho? Cuidado de Si, Envelhecimento e Juvenilização**. R. Faced, Salvador, n.19, p. 21 – 32, jan/jun. 2011.

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. São Paulo: Edusp/Fapesb, 2004.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernidade**. Tradução Julio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995 1992. p. 18 – 33.

FOGAÇA, Maria Cristina Costa Braga Hortelli. **Reflexões sobre o envelhecimento: Faculdade Aberta para a Terceira Idade “Costa Braga”**. São Paulo: LTR, 2011.

FONTES, Malu. **Os Percursos do Corpo na Cultura Contemporânea**. In: COUTO, Edvaldo Souza, GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GOLDEMBERG, Mirian. **Corpo, Envelhecimento e Felicidade na Cultura Brasileira: Body Aging ans Hapiness in Brazilian Culture**. Ed. 18, vol 9. N 2, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Alda Britto da. Visão Antropológica do Envelhecimento. IN: FREITAS, Lígia (Org). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2006. P. 78 – 82.

PALACIOS, Annamaria da Rocha Jatobá. **Fragmentos do discurso publicitário para idosos no Brasil: estratégias de posituação da velhice, novos velhos ou novos mercados de consumo? (2008)**. Trabalho originalmente apresentado ao GT Publicidade

e Propaganda, do IX Congresso Brasileiro de Ciência de Comunicação na Região Nordeste. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/palacios-annamaria-fragmentos-do-discurso-publicitario.pdf> Acesso em 17 maio 2015.

PALACIOS, Annamaria da Rocha Jatobá. **Velhice palavra quase proibida: terceira idade, expressão quase hegemônica.** In: COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). *Corpos Mutantes: Ensaio sobre novas (D)eficiências corporais.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PEIXOTO, C. **Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios. Velho, Velhote, Idoso, Terceira Idade.** In: BARROS, M. M. L de (Org). *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 69 – 84.

PRIORE, Mary Del. **Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

## **MUDANÇAS FAMILIARES E COEDUCAÇÃO INTERGERACIONAL: O APRENDIZADO DA SEXUALIDADE ENTRE 3 GERAÇÕES DE MULHERES**

Christiane Vieira Lopes  
*christianelrc@ig.com.br*

Adriana Maria de Figueiredo  
*adrianamfigueiredo@medicina.ufop.br*

Rosa Maria da Exaltação Coutrim  
*Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP*  
*rosacoutrim@ichs.ufop.br*

### **Resumo**

Nos últimos anos o perfil da família nas sociedades modernas vem se modificando em ritmo acelerado, apresentando novos modelos de organização, diversificando e transformando o cenário das relações familiares no campo social, afetivo e sexual intergeracional. Representando o alicerce na construção e formação do sujeito social, a família vem se construindo culturalmente, constituindo-se em grupos, legitimados em suas singularidades e estruturados através das relações de consanguinidade, descendência e afinidade. O aprendizado para a sexualidade é intermediado pelas diferentes instituições que colaboram no processo de socialização. Práticas e disposições familiares contribuem para este aprendizado da sexualidade, colocando diferentes gerações em interação. A pesquisa ora apresentada tem como objetivo principal investigar o processo coeducativo para o aprendizado da sexualidade entre 3 gerações de mulheres de uma mesma família em um distrito de alta vulnerabilidade social do município de Ouro Preto/MG. Para isso, tem-se como meta também traçar um perfil das famílias, cujas mães possuem filha(s) adolescente(s) e mães que coabitam o domicílio ou microáreas do território adstrito. A metodologia adotada é quali-quantitativa e implica na aplicação de questionários e na realização de entrevistas com as mulheres da

2ª geração. Os resultados preliminares revelam que a população pesquisada tem baixos rendimentos e pouca escolaridade. Demonstram também que as gerações mais novas têm tido maior acesso às informações, que na família há o aumento do diálogo sobre sexualidade entre as mulheres da 2ª e 3ª geração, bem como maior cooperação intergeracional.

Palavras-chave: Relações intergeracionais, Educação para a sexualidade, Coeducação intergeracional.

## Introdução

Nos últimos anos, o perfil da família nas sociedades modernas vem sendo alterado em ritmo acelerado, apresentando novos modelos de organização, diversificando e transformando o cenário das relações familiares no campo social, afetivo e sexual intergeracional. Tais transformações, além de marcarem a contemporaneidade, têm colocado em questão a hegemonia do modelo de família nuclear, constituída pelas figuras do pai, mãe e filho.

Representando o alicerce na construção e formação do sujeito social, a família vem se construindo culturalmente, constituindo-se em grupos, legitimados em suas singularidades e estruturados através das relações de consanguinidades, descendência e afinidades.

Indicadores sociais e demográficos, apontam, no processo de constituição familiar, uma significativa redução na taxa de fecundidade e um expressivo aumento da expectativa de vida da população idosa (Camarano, 2014). O crescimento percentual de famílias que optaram por não ter filhos, a inserção maciça da mulher no campo profissional e o seu novo papel social estão fortemente associados a essas mudanças.

Até a metade do século XX, o casamento era considerado a principal instituição de promoção de união na sociedade ocidental. Uma instituição regida por normas, leis e costumes rígidos, visando à reprodução biológica, material e simbólica do grupo, regulando as trocas privadas e definindo as obrigações recíprocas entre os cônjuges, seus estatutos, seus papéis e suas relações. Pouco espaço era dado às preferências pessoais (Roussel, 1989 apud Costa 2009, p. 362). Hoje, existe uma diversidade que norteia a família existente nas diversas culturas, independente do formato a qual está alicerçada.

Ao analisar a família no período contemporâneo, situando-a em um domínio menos institucional e mais individual, Singly (2007) observa um sistema de valores que aprova a autonomia de seus membros e a recusa em seguirem costumes e papéis sociais nucleares oriundos de gerações anteriores.

Nesta mesma direção, Ruiz Correa (2000) define a família como um grupo dotado de características singulares e plurais, reunindo elementos de continuidade e contiguidade que incluem laços de aliança, filiação e fraternidade. E na intercessão desses elementos encontramos uma herança intergeracional, que reflete diretamente na relação familiar, afetando os laços que vão se formando no convívio entre as pessoas envolvidas.

Assim, a família está em constante movimento orientado por valores morais e intencionais de conhecimentos entre as diferentes gerações que, muitas vezes, exigem mudanças nos papéis rigidamente estabelecidos das pessoas que integram esse ambiente. Tais mudanças trazem consigo situações de conflito e de aprendizado individual e do grupo familiar. Tais mudanças de valores ocorrem, inclusive, no campo da sexualidade.

Atualmente, a sexualidade tem sido objeto de estudo para diversas áreas da Ciências Sociais e temas como identidade sexual, gênero, valores, família, doenças sexualmente transmissíveis, e outras normatividades, vão se construindo à medida que a sociedade avança na modernidade.

Michel Bozon (2014) atribui à sexualidade não apenas um processo biológico de desejos e vontades, mas uma construção social no contexto cultural, capaz de coordenar as atividades física e mental do indivíduo, apresentando papel importante na legitimação da ordem entre os sexos e entre as gerações. Muitas vezes, a sexualidade, é ignorada no ambiente familiar, pois se defronta com contrastes e diferenças entre as gerações. As questões que envolvem esse tema estão pautadas em decisões que vão se fazendo ao longo dos anos, colocando em jogo os valores sociais e os recursos materiais familiares existentes.

O termo sexualidade surgiu no século XIX, significando mais do que apenas um remanejamento de vocabulário. O uso desta palavra é estabelecido em relação a outros fenômenos, como o desenvolvimento de campos de conhecimento diversos, a instauração de um conjunto de regras e de normas apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas, médicas e sociais. Mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, desejos, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos (FOUCAULT, 1998, p. 9).

Cada vez mais o tema da sexualidade tem ocupado lugar de destaque nas Ciências Sociais, em suas diferentes formas de expressão. Em todas as suas caracterizações, são agregados valores, estigmas e preconceitos, que inseridos numa estrutura social e cultural engendrada em um sistema de poder, contribuem para a legitimação desse significado. E, num constante movimento de transformação e codificação, a sexualidade vai se construindo e se perpetuando por gerações.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a sexualidade é vivida e expressa por meios de pensamentos, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos (Brasil, 2010). Em todas as

sociedades, as expressões da sexualidade são alvo de normas morais, religiosas ou científicas, que vão sendo apreendidas pelas pessoas desde a infância. Em nossa sociedade, por exemplo, a sexualidade foi histórica e culturalmente limitada em suas possibilidades de vivência, devido a mitos, preconceitos e relações desiguais de poder entre homens e mulheres (CASTRO; ABRAMOVAY E SILVA, 2004).

Na cultura contemporânea, a sexualidade não é atribuída a uma ação natural, mas construída sob as influências sociais e culturais que, conforme as convenções da sociedade vigente, seu significado é alterado. De acordo com Araújo (2000), trata-se de uma construção social que engloba o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais. Nesse sentido, ao falar da sexualidade enquanto construção histórica e social, podemos inferir que nada é natural.

O aprendizado para a sexualidade é intermediado pelas diferentes instituições que colaboram no processo de socialização. Práticas e disposições familiares (BOURDIEU, 1982) contribuem para este aprendizado, colocando diferentes gerações em interação. Nesse sentido, a família deve ser percebida como um processo integrante da vida e das trajetórias individuais e não simplesmente como o somatório de comportamentos, anseios e demandas individuais.

Esse artigo está inserido numa discussão sobre as relações familiares e busca conhecer como se dá o processo de transmissão intergeracional do aprendizado da sexualidade, entre mulheres de uma mesma família.

Trata-se de uma pesquisa de mestrado que se encontra em andamento e que tem como *objetivo principal* investigar o processo coeducativo para o aprendizado da sexualidade entre 3 gerações de mulheres de uma mesma família. Para que a principal meta seja alcançada foram traçados os seguintes *objetivos específicos*: Traçar um perfil das famílias, cujas mulheres, possuem filha(s) adolescente(s) e mãe que coabita o domicílio ou microáreas do território adstrito; investigar as implicações das relações intergeracionais na educação para a sexualidade e pesquisar a existência de uma coeducação intergeracional no contexto familiar.

O campo de pesquisa é um distrito, considerado de alta vulnerabilidade social no município de Ouro Preto/MG. Nesse território, muitas famílias são marcadas pela pobreza e precariedade social e econômica, e nem sempre são reconhecidas em sua luta na busca de melhores condições de oportunidades. Ao contrário, o que percebemos é uma fragilidade social que norteia todo o terreno de constituição familiar.

Nesse sentido, nossa preocupação está no movimento dessas ações orientadas por valores morais e intencionais de conhecimentos entre as diferentes gerações que, muitas vezes, exigem mudanças nos papéis rigidamente estabelecidos das pessoas que integram esse ambiente.

A relevância em investigar mulheres de uma mesma família e de três gerações diferentes decorre da importância desta categoria social e de considerá-la como núcleo articulador familiar das práticas que norteiam o processo de reprodução social afetivo e sexual. No espaço familiar são absorvidos os valores éticos e humanitários, aprofundam-se os laços de solidariedade, constroem-se as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. A mulher, representada pela figura materna, em sua maior parte é a referência pela qual os outros familiares elaboram e determinam suas relações sociais.

Assim, ao focalizarmos a mulher e a família como referências e unidades de análise, buscamos resgatar a noção de que no espaço da convivência familiar, são construídos e estruturados os mundos simbólicos de cada indivíduo, e são estabelecidos os padrões de relacionamentos legitimados na sociedade.

Até o momento não foram encontrados estudos na literatura brasileira nas áreas da Sociologia da Educação e das Ciências Sociais que se debruçaram sobre os relacionamentos intergeracionais de mulheres tendo como enfoque três gerações de uma mesma família, ou seja, das mães com suas próprias mães e com suas filhas. Portanto, essa pesquisa traz uma relevante contribuição para os estudos da Educação e da Família ao investigar como se configura aprendizado da sexualidade dessas mulheres de camadas populares em uma mesma família.

## Metodologia

A pesquisa adotou uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos, visando a análise dos dados pela triangulação das fontes (Minayo et al, 2010). Em sua primeira etapa, utilizamos como técnica de coleta de dados um questionário com as mulheres selecionadas mediante consulta cadastral da Unidade Básica de Saúde, do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) e-SUS (AB) (Estratégia da Atenção Básica). Foram selecionadas para a pesquisa, mulheres cujas mães residem no distrito e que tenham filhas adolescentes que coabitem a mesma moradia, configurando assim pertencimento à segunda de três gerações de mulheres. Isto significa que apenas a geração do meio responderá ao questionário e às entrevistas.

Dados preliminares indicam que há aproximadamente 75 mulheres com essas características na área coberta pela pesquisa. Assim, por se tratar de uma

de investigação que contempla todo o universo de mulheres com as características de interesse da pesquisa, não foi necessário um plano amostral. Estão sendo utilizadas para a análise dos questionários, estatística descritivas com o fim de descrever o universo pesquisado e construir o perfil dessa população.

Até o momento, foram aplicados parte dos questionários e os dados trazidos nesse artigo são parciais.

A análise parcial de dados do questionário já se permite construir um panorama da população investigada, com a descrição das principais características das mulheres, de suas famílias e do processo coeducativo intergeracional vivenciado por elas, tendencialmente.

A partir desse quadro descritivo, na segunda etapa da pesquisa, será utilizada a abordagem qualitativa, com a realização de entrevistas. As mulheres ouvidas nas entrevistas serão definidas a partir do universo informacional apresentado na primeira fase da pesquisa. A análise dos depoimentos seguirá a metodologia exposta por Gomes *et al* (2005) e contemplará as etapas de análise interna e validação do material coletado; organização, classificação e elaboração das estruturas de análise.

Ao final, realizar-se-à a triangulação das fontes para a análise das informações nas duas fases anteriores, com uma confrontação dos achados expressos nos dados, com a busca de interpretação ampliada do objeto de estudo e da unidade entre aspectos teóricos e empíricos, como proposta neste tipo de metodologia por Minayo (2010).

## Resultados

Conforme mencionado anteriormente, os resultados da pesquisa ainda são preliminares. Porém, os questionários aplicados e analisados apontam para uma situação de precariedade entre as mulheres pesquisadas.

Todas as respondentes são de baixa renda. O salário familiar varia de um a três salários mínimos e todas contam com a presença de parceiros/maridos que são os pais de suas filhas adolescentes. O nível de instrução também é baixo. Poucas respondentes fizeram o ensino médio ou técnico. A grande maioria estudou até o fundamental e os principais motivos para o abandono dos estudos foi o cuidado com os filhos ou a gravidez precoce.

Os primeiros resultados também apontam uma mudança nos padrões e valores familiares no que diz respeito ao diálogo sobre a sexualidade. Embora ainda não tenhamos dados conclusivos, a maioria das entrevistadas até o

momento relatam que não conversaram com suas mães sobre sexualidade, porém, mantêm um diálogo sobre sexo e namoro com suas filhas adolescentes.

Assim, o aprendizado para a sexualidade dessas mulheres se deu principalmente na escola ou com amigas, com exceção de um caso em que a mãe mantinha um diálogo com a filha.

Todas iniciaram a vida sexual na adolescência: entre 15 e 16 anos. Um ano depois de terem iniciado a vida sexual, a maioria das entrevistadas estava grávida ou já tinha tido o primeiro filho (apenas duas mulheres entrevistadas, engravidaram depois dos 20 anos). A maioria morava na casa dos pais.

Tais resultados ainda estão longe de ser conclusivos, contudo, é possível observar, a partir dos dados preliminares, que a situação de vulnerabilidade social dessas famílias é um dado muito relevante na pesquisa. Com baixa escolaridade e salários, as mulheres entrevistadas engravidaram muito cedo e enfrentam barreiras que dificultaram os estudos e, conseqüentemente, a melhor inserção no mercado de trabalho. Contudo, conforme apontado na literatura utilizada nesse artigo, observa-se que há uma mudança de conduta com relação às filhas.

Diferentemente de suas mães, as mulheres participantes da pesquisa procuram conversar com suas filhas sobre a sexualidade e proporcionar às mesmas o aprendizado que não tiveram na adolescência.

Se tal mudança de conduta tem, de fato, impacto na vida das adolescentes, somente a conclusão da pesquisa e de outras investigações com este propósito poderão revelar.

## Referências

ARAUJO, M. F. (2011). *Paradoxos da família contemporânea*. Psicologia & Sociedade, 23(2), 436-437.

BOURDIEU, Pierre. (1982). *Gostos e classe e estilos de vida*. In: ORTIZ, Renato (org.) Sociologia. São Paulo, Ática.

BOZON, M. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Saúde sexual e saúde reprodutiva*. Cadernos de Atenção Básica n 26. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CAMARANO, Ana Amélia. Novo Regime Demográfico Uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro. IPEA, 2014.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadeth da. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p

COSTA, LF. Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos. In: NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., orgs. *Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas*. Salvador: EDUFBA, 2009, pp356-371.

FOUCAULT, Michel. *Poder-corpo*. In: *Microfísica do poder*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

RUIZ CORREA, O. B. *O Legado Familiar: a tecelagem grupal da transmissão psíquica*. Rio de Janeiro, 2000.

SINGLY, François de. *Sociologia da Família Contemporânea*. Tradução Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208p.

## **MULHERES EM TEMPO DE INCERTEZA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DE CONQUISTAS AMEAÇADAS**

Eulália Lima Azevedo

*Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM/UFBA*

[eulaliaazevedo@uol.com.br](mailto:eulaliaazevedo@uol.com.br)

A incerteza do momento atual nos impõe a análise dos avanços conquistados por aquelas e aqueles que lutaram contra as discriminações que sofrem e em função destas vivem uma situação de pobreza, de precariedade e de humilhação em variadas circunstâncias. O que vai se observando é a pretensão de redução, ou até mesmo de exclusão de direitos, muitos garantidos em leis, inclusive na Constituição de 1988. As mulheres, especialmente as mulheres idosas são as mais afetadas, notadamente as mulheres que envelhecem, como de resto acontece toda vez que os gestores públicos estão às voltas com uma crise econômica e apresentam medidas para superá-la. Proponho, neste trabalho, uma análise preliminar dessas medidas propostas pelas forças de oposição ao governo atual, contidas no documento “uma ponte para o futuro”, apresentado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, como programa do eventual governo que assumirá o comando do país, caso consigam impedir a presidenta Dilma Rousseff.

Palavras Chave: Seguridade social, mulheres, políticas públicas.

## Introdução

Estamos vivendo recentemente, no Brasil, um contexto de nova crise econômica, reflexo da crise do crescimento econômico mundial e cujo enfrentamento se posterga a cada dia em decorrência da emergência da crise política que se acirra com a vitória da presidenta Dilma Rousseff nas últimas eleições de 2014. Nesse cenário, as propostas que sugerem as forças de oposição ao governo da presidenta para a superação da crise trazem no seu cerne a supressão dos gastos com as políticas sociais, notadamente aquelas que atendem demandas de segmentos específicos como mulheres, negros(as) idosos(as) e jovens.

A ordem é não investir recursos na elaboração e implementação de políticas públicas que possam promover a melhoria das condições de vida dos grupos de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, provocada pela discriminação que sofrem em razão da classe social, do gênero, da raça, da idade, da orientação sexual, dentre outros. Não é outro o anseio contido no dito programa de governo apresentado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) “uma ponte para o futuro”, capitaneado pelo ex- presidente do Congresso, Eduardo Cunha, e pelo vice-presidente da República, Michel Temer.

Forças conservadoras, de orientação ideológica à direita, à extrema direita e até fascistas, na sede de assumir o comando do país, sem que tenham conseguido votos suficientes, nas últimas eleições, para eleger seu representante, urde com outras forças políticas um profundo golpe na Democracia brasileira. O golpe vai se configurando a partir da aprovação, no dia 17/04/2016 pela Câmara dos Deputados, da admissibilidade do pedido de impeachment da presidenta eleita com mais de 54 milhões de votos e sem nenhum indício de que tenha cometido crime de responsabilidade, como reza a Constituição de 1988, vigente no país.

A sociedade brasileira está assistindo o processo de impedimento de uma mulher honesta, honrada, moralmente íntegra, corajosa, que carrega no seu currículo uma história de luta pelo resgate da institucionalidade democrática, pelo qual sofreu a brutalidade das torturas da ditadura militar, na condição de presa política. Continua lutando ao lado dos democratas desse país, na firmeza que lhe é peculiar para que nunca mais se pinte os horrores daquele tempo no curso de vida de nossa gente e nesse cenário vem enfrentando todas as manifestações do sexismo e da misoginia.

O mais grave disso tudo é a condução desse processo por pessoas que estão sob a investigação no Supremo Tribunal Federal (STF) com base em robustas e indiscutíveis provas de uma conduta que fere profundamente os padrões da ética e da moralidade, bem como a possibilidade da substituição da presidenta por uma pessoa que tem seu nome envolvido, por várias fontes, em operações ilícitas e sobre quem pesa a mesma acusação feita a ela. É em nome do combate à corrupção que as forças conservadoras usam as ações da Polícia Federal, do Judiciário e do Ministério Público para, através da grande mídia, comprometida com elas, formar a opinião da população contra o governo. O retrocesso no que diz respeito às políticas públicas de atendimento ao contingente vulnerável da população brasileira, apresentado em vários pontos desse programa de governo, merece a atenção de todas e todos que reivindicam a garantia de seus direitos negados. Com base nessa premissa busco, a seguir, analisar o impacto dessas propostas de governo na vida das mulheres, com especial destaque para tais impactos, quando as mulheres perdem suas forças para o trabalho e buscam seus direitos no acesso às políticas de proteção social pública, previdência e assistência, as mulheres velhas.

Neste momento da análise, parto de uma pesquisa bibliográfica para apresentar os resultados preliminares do provável próximo passo em relação às políticas públicas de proteção social em nosso país, anunciado no documento “uma ponte para o futuro” que tento interpretar. Utilizo os dados estatísticos trazidos pelas pesquisas do IBGE, sobretudo aqueles sobre a situação de empregabilidade e renda das mulheres, considerando que o acesso à política pública brasileira de proteção social, com destaque para a previdência social pública, que em sendo contributiva, está diretamente relacionado à qualidade da inserção no mundo do trabalho. Trago ainda da literatura autoras que trabalham com a temática do envelhecimento, assim como da forma da previdência. Busco dados na Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM/BA) sobre a situação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, entendendo que romper o ciclo desse tipo de violência passa pela autonomia econômica de quem a sofre. Um dos fatores que impede as mulheres de romper o ciclo da violência doméstica e familiar a que estão submetidas é a insegurança econômica que um trabalho digno lhes daria.

## **De novo? Outra reforma da previdência?**

O programa “uma ponte para o futuro”, não disfarça os pressupostos do Estado mínimo neoliberal contidos na sua proposta de governo, quando

apresenta o ajuste fiscal, como eixo fundamental para a superação da crise econômica permanente, mediante redução de recursos para políticas públicas, com destaque para aquelas de proteção social como a previdência e a assistência social. O desequilíbrio fiscal e o endividamento do Estado, como tendência crescente, são apontados como os principais obstáculos ao crescimento econômico, provocado pela retração do investimento privado em função da incerteza na evolução da economia.

A promoção do equilíbrio duradouro das contas públicas é defendida como a primeira medida para solucionar a crise de crescimento do país. Para tanto, não importa quão duras sejam para a população, propõe medidas emergenciais, bem como reformas estruturais para a efetivação desse equilíbrio fiscal permanente. Os programas sociais para melhor distribuição de renda, criados e ampliados pelos governos Lula e Dilma a partir de 2001, são acusados como “distorções acumuladas!” cometimento de excessos que minaram “as bases para um funcionamento virtuoso do Estado”. Até mesmo as garantias de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais contidas na Constituição de 1988, resultado das demandas dos movimentos sociais organizados em torno de suas especificidades, estão na mira dessa proposta de governo ao defender: “... Para enfrentá-lo (problema fiscal) teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável...” (BRASÍLIA, 2015p. 5 )

Afirma o documento que as despesas públicas cresceram significativamente acima do PIB a partir da Constituição de 1988, visto que Esta atribuiu ao Estado novos encargos obrigatórios, indexou renda e benefícios de vários segmentos sociais, provocando crescimento automático das despesas e consequente descontrole do déficit fiscal do Estado. Com base nesses argumentos advogam profundas reformas constitucionais para que torne possível a continuidade das reformas da previdência social pública, bem como de toda a legislação que assegura políticas públicas sociais que objetivam enfrentar as desigualdades de classe social, de gênero, de raça/etnia, de orientação sexual, mas, sobretudo aquelas que buscam promover uma condição de vida menos sofrida para a população idosa, como é o caso das políticas da assistência social e da previdência social pública, já referida.

A proposta de eliminar da Constituição a garantia dos direitos previdenciários contida no documento “uma ponte para o futuro” desenha para as(os) velhas(os) que vivem dos benefícios sociais no Brasil um futuro de maior incerteza, insegurança e medo :

A outra questão da mesma ordem provém da previdência social. Diferentemente de quase todos os demais países do mundo, nós tornamos norma constitucional a maioria das regras de acesso e gozo dos benefícios, tornando muito difícil a sua adaptação às mudanças demográficas. Nós deixamos de fazer as reformas necessárias decorrentes do envelhecimento da população nos anos 1990 e 2000, ao contrário de muitos países, e hoje pagamos o preço de uma grave crise fiscal

Mais adiante continua no mesmo tom...

Para isso é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação. [...] Outro elemento para o novo orçamento tem que ser o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais. A cada ano o Congresso, na votação do orçamento, decidirá, em conjunto com o Executivo, os reajustes que serão concedidos. A indexação dos gastos públicos agrava o ajuste em caso de alta da inflação. (BRASILIA, 2015.p.8)

Um dos alvos prioritários é eliminar a vinculação do menor benefício previdenciário e assistencial ao valor do salário mínimo. Isto significa a possibilidade de redução desses benefícios a um valor menor do que o menor salário do país. Trata-se de uma perspectiva sombria para a população velha do país, visto que sua maioria vive do benefício equivalente a um salário mínimo. Se a renda de um salário mínimo mensal já deixa muitas famílias de idosos, especialmente idosos em grandes dificuldades, como irão sobreviver com a redução dessa renda?

Em relação às reformas da previdência social pública que já tive oportunidade de discutir em trabalhos anteriores (AZEVEDO, 2005a; 2010), a justificativa na primeira etapa da reforma proposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso a partir do início de 1995, está sustentada no diagnóstico de uma crise contábil e demográfica, isto é, num problema técnico fundamentado na análise do impacto do crescimento da população de idosos/as sobre a razão entre contribuintes e beneficiários. Esta mesma justificativa foi utilizada pelo governo Luis Inácio Lula da Silva em 2002 e do mesmo modo defende agora o documento “uma ponte para o futuro”. A previdência social pública constitui o

alvo privilegiado das políticas que se pautam pela lógica neoliberal de minimização do Estado e significa responsabilizar a família e até o próprio indivíduo pelos problemas decorrentes do envelhecimento, desobrigando o Estado do seu dever de atender a velhice, mediante políticas públicas de proteção social adequadas a essa população.

O enfoque da discussão sobre a política previdenciária está invertido. Segundo Azevedo (2005a, p 41),

...discutir previdência significa discutir seguridade social, que não pode ser tratada como resultado de cálculos matemáticos, restritos a números, quantitativos, proporções entre contribuintes diretos e benefícios. Trata-se de compreendê-la como um direito universal do cidadão/ã e como tal, independe de qualquer condicionante, como de resto muitos outros direitos inscritos nas políticas públicas, como educação, saúde, assistência, segurança, saneamento básico, etc. Não cabe, portanto, falar em déficit, por se tratar de direito. Não é uma atividade programada para auferir lucros.

A sociedade brasileira conquistou no texto constitucional de 1988 a incorporação do conceito de seguridade social como um conjunto integrado de ações voltadas à garantia da política de proteção social como dever do Estado e como direito do(a) cidadão(ã). Ao associar o direito à previdência social, à saúde e à assistência social sob a rubrica de seguridade, os(as) trabalhadores(as), aposentados(as) e pensionistas buscaram garantir um modelo de proteção social mais eficiente, capaz de inserir as especificidades de cada um desses campos no espírito de uma proteção social universal, distributiva, democrática e não-estigmatizante. Desse modo, a narrativa do déficit na previdência é falsa, considerando que um dos princípios básicos da seguridade social, o financiamento integrado do sistema, não tem sido viabilizado.

Não há déficit na previdência se suas despesas e receitas forem computadas como receitas e despesas do sistema de seguridade social, saúde, assistência e previdência, como define a Constituição de 88. Pelo contrário, o saldo tem sido positivo. Os dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) informam que a seguridade social teve um superavit de R\$ 76,2 bilhões em 2013 (ANFIP, 2014).

Os argumentos que fundamentaram as reformas anteriores da previdência social pública, igualmente a proposta atual prevista no programa de governo

do PMDB contrariam os pressupostos de seguridade social incorporados na Constituição brasileira, com vistas a uma proteção social universal baseada nos direitos de cidadania, uniformização dos benefícios, financiamento proveniente dos orçamentos da União, Estados e Municípios, das contribuições sociais (empregadores - folha de salários, faturamento e lucro - e os empregados/as) e das receitas de concursos de prognósticos, gestão pública e unificação institucional.

Os(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) lutaram e lutaram muito, destacadamente os(as) velhos aposentados(as),<sup>1</sup> para que esses direitos fossem garantidos na Constituição. A expectativa agora é que esses(as) brasileiros (as) que lutaram tanto não se conformarão com as reformas constitucionais propostas em “uma ponte para o futuro” que pretendem subtrair os direitos conquistados. Provavelmente, não irão permitir que se aprofunde a lógica de uma proteção social que não se vincula às necessidades, mas às contribuições. Irão continuar defendendo políticas sociais financiadas, não pelo trabalho, mas pela taxação do capital na perspectiva da seguridade social. Não deverão, muito menos, aceitar reduzir direitos por parte de um governo ilegítimo que não foi eleito, democraticamente, pelo voto direto da população numa eleição convocada legalmente para isto.

## **Mulher velha e um tempo incerto por vir**

O reconhecimento das formas diferenciadas de viver e envelhecer de homens e mulheres vem, cada vez mais, tornando-se objeto de atenção nos estudos e discussões sobre a velhice da população (BRTTO DA MOTTA, 2000; 2003; AZEVEDO, 2005a; 2005b; 2006; 2007; 2010; GOLDANE, 1999; 2004; DEBERT, 1994; 1999) articulado aos diferenciais de gênero, de classe social, de raça/etnia, e outras dimensões identitárias. No que tange às reformas propostas no programa de governo em discussão, neste trabalho, nunca é demais evidenciar a maior desvantagem das mulheres, sobretudo, as mulheres idosas em se tratando de redução do valor dos benefícios previdenciários e assistenciais. As mulheres serão, as mais afetadas porque, por um lado, elas são a maioria da população velha que, por vários fatores, recebem benefícios de apenas um salário mínimo, com o qual, em função da maior longevidade, se tornam, em especial, o suporte econômico financeiro de filhos e filhas desempregados(as),

---

1 Ver sobre este tema em Azevedo, 2005.

que não conseguem mais arcar com as responsabilidades junto aos seus dependentes, crianças em maioria.

Um maior número de mulheres, comparado aos homens, chega à velhice, fazendo jus a apenas um salário mínimo como valor de aposentadoria ou como valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC), um benefício do sistema único da assistência (SUAS). Tal situação ocorre porque: a) um maior contingente de mulheres nunca ganhou mais do que o menor salário do país; b) são trabalhadoras rurais, categoria que só recebe um salário mínimo de aposentadoria ; c) grande número de mulheres só pode comprovar 15 anos de contribuição à previdência social pública<sup>2</sup>; d) sempre trabalharam na informalidade e nunca contribuíram para o sistema previdenciário. As dificuldades para alcançarem salários maiores são devidas aos constrangimentos de gênero vividos no cotidiano feminino: entrada no mercado de trabalho em situação de desigualdade com salários, ainda hoje, menores que os dos homens, para as mesmas funções; ocupam em maior número os postos de trabalho precários e menos valorizados; intermitência no mercado de trabalho devido às interrupções por dedicação ao trabalho reprodutivo; constituem a maioria das ocupações informais e dos índices de desemprego (IBGE, 2015).

Em épocas de ajustes, sobretudo econômicos, como no momento que vivemos agora, o desemprego e a precarização do trabalho atingem a todos os trabalhadores, mas, sobretudo, as mulheres cujos índices são significativamente maiores do que os dos homens como vem demonstrando várias pesquisas. Em 2014 foram contabilizados quatro milhões de mulheres de 16 anos ou mais de idade na condição de desempregadas, representando 8,7% do total da população desocupada, contra 5,2% dos homens. (IBGE, 2015)

A situação de desemprego e precariedade da ocupação das mulheres, especialmente no que tange ao trabalho doméstico e informal, vai refletir na desvantagem das delas quando envelhecem e não podem prescindir da proteção social pública, como o sistema de seguridade social. Tal desvantagem ocorre em função da não mensuração de grande parte do trabalho executado pelas mulheres nas estatísticas nacionais, tanto em termos quantitativos quanto em relação à sua valorização e reconhecimento social. Um contingente de 88% das mulheres ocupa-se com o trabalho doméstico não reconhecido (dupla e tripla jornada) e gasta 21,2 horas semanais com essa modalidade de trabalho,

---

2 As mulheres urbanas que comprovarem 15 anos de contribuição, a partir dos 60 anos têm o direito a se aposentarem com um benefício no valor de um salário mínimo.

contrastando com os homens que somam 46% dos que se ocupam com o trabalho doméstico e gastam 10 horas com o mesmo, menos da metade das horas que gastam as mulheres. Com relação à desigualdade dos rendimentos, as mulheres na informalidade recebem 65% do rendimento dos homens, diferença sensivelmente maior do que quando a modalidade do trabalho é formal, ficando esta em 77% , segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2015). Observa-se, a partir desses dados, que a contribuição das mulheres no desenvolvimento torna-se, assim, extremamente subestimado e que a feminização da pobreza persiste e continua relacionada a esses fatores apresentados neste trabalho, sendo agravada pelo impacto das políticas de Estado mínimo como demonstram, inclusive, as declarações mundiais a respeito da situação de precariedade na qual vivem as mulheres<sup>3</sup>.

A precariedade das mulheres no campo do trabalho tem a sua parcela de contribuição na dificuldade de ruptura do ciclo de violência a qual muitas estão submetidas. A falta de condições materiais que um trabalho digno lhes confere para o sustento dos(as) filhos(as) e de si próprias, ainda é um fator limitante nesses casos. No âmbito das políticas públicas, aquelas destinadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres merece especial destaque, levando em conta o quanto a brutalidade das ações violentas é desastrosa para a autoestima das mulheres, ferindo, no mais fundo do seu ser, os atributos da sua humanidade, incapacitando-as para a vida.

O enfrentamento à violência contra as mulheres requer a ação conjunta de diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, dentre outros), para a promoção de ações que possam desconstruir as desigualdades e combater as discriminações de gênero, garantindo o empoderamento das mulheres e a desconstrução dos padrões classistas, sexistas, racistas, homofóbicos e de discriminação geracional ainda muito presentes na sociedade brasileira.

Vários organismos destinados a implementar as políticas para as mulheres foram criados em todo o país sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), criada em 2003 com o status de Ministério. Foi no curso dessa conquista que o movimento feminista e de mulheres da Bahia também conquistou a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM/BA) criada pela Lei nº 12.212/04.05.2011

---

3 Como exemplo pode-se citar a Conferência de Beijing. Declaração Final. Nações Unidas, 1995.

Como medida para assegurar uma vida sem violência para as mulheres, conquistamos, ainda, além da Lei Nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, o Pacto Nacional pelo Enfretamento à Violência Contra as Mulheres. Trata-se de um Acordo Federativo entre o governo federal e os governos estaduais e municipais, além do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado, lançado em 2007, mas revisado em 2011 com o propósito de enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma visão integral deste fenômeno. (SPM-BA, 2016)

O Estado da Bahia, signatário do Pacto desde 2008, conta com 78 municípios que aderiram ao Pacto Estadual pelo Enfretamento à Violência Contra as Mulheres, no empenho para reduzir a vergonhosa taxa de 5,8 % de feminicídio para 100 mil mulheres no Estado (WAISELFISZ, 2015), sob a coordenação da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM/BA). Nesse mesmo esforço buscou ampliar e fortalecer a rede de serviços para mulheres em situação de violência, cumprindo, assim, a definição do eixo II do referido Pacto Nacional. Entre 2015 e 2016 o governo do Estado da Bahia, através da SPM/BA, completará a inauguração de mais nove Centros de Referência de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência (CRAMs) e passará a dispor de 29 desses Centros em funcionamento e mais 04 Núcleos de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência (NAMs), distribuídos pelos 27 Territórios de Identidade do Estado (SPM/BA, 2016).

Merece ressaltar que estas políticas aqui referidas e muitas outras voltadas para a redução das desigualdades de classe, raça, geração, orientação sexual, todas elas em interseção com gênero, só foram possíveis a partir de 2001 com a inauguração no país de outro projeto político que não se informa na cartilha neoliberal de apologia ao estado mínimo. Esse projeto político eleito pelo voto direto da população brasileira iniciou sua execução no governo Lula – Luis Inácio Lula da Silva, foi mais uma vez aprovado nas urnas para continuar sua execução no governo Dilma - Dilma Rousseff. Agora, de forma esdrúxula, está sofrendo uma derrota, não nas urnas através de uma eleição direta, mas sob um mecanismo indireto, sem nenhum respaldo legal, ferindo todos os princípios da democracia e da Constituição de 1988. Está sendo derrotado mediante um golpe parlamentar. E por quê? E para que? Porque as políticas que servem para a maioria da população empobrecida, não servem à elite. É preciso adotar outro projeto para que a elite se veja nele, para que a elite sinta-se segura com a fidelidade do governo que vai executar o seu projeto político. Hoje o projeto político da elite brasileira está amarrado ao ideário do neoliberalismo que foi derrotado nas urnas por quatro eleições seguidas.

Considerando as preocupações preliminares aqui expostas no que concerne aos tempos difíceis que se anunciam, vou concluir, dizendo que está ameaçada a continuidade do menor valor dos benefícios da proteção social correspondente ao salário mínimo, atingindo a maioria da população idosa que sobrevive com os recursos da aposentadoria, pensões e BPC, visto que esta maioria só recebe um salário mínimo, como valor de benefício; está ameaçada a continuidade da ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; a continuidade do esforço para apoiar os municípios signatários do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tendo em vista o cumprimento dos cinco eixos definidos no Pacto Nacional; a continuidade da ampliação dos organismos para implementar as políticas públicas para as mulheres; a continuidade dos próprios organismos de políticas para as mulheres já existentes; a continuidade da ampliação dos recursos para financiar a saúde e a educação; a continuidade de muitas outras políticas que atendem os interesses da população velha, negra, LGBTT, de mulheres está ameaçada .

O movimento feminista e de mulheres, lado a lado com os demais movimentos sociais, estão desafiados a enfrentar a tensão entre os avanços conquistados e o impacto, em suas condições de vida, da redução ou até supressão dos recursos para sustentação e ampliação dos programas sociais, políticas públicas de distribuição de renda e de promoção da igualdade de gênero e de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, bem como das políticas de saúde e educação. Essas políticas tornam-se o alvo das medidas para superar a atual crise econômica que estamos vivendo, propostas recentemente por aqueles que pretendem substituir a presidenta Dilma, no caso da confirmação do impeachment. Basta ler “uma ponte para o futuro”

## Referências bibliográficas:

ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Seguridade social teve superavit em 2013, diz estudo de associação Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/trabalho-e-previdencia/475560-seguridade-social-teve-superavit-em-2013,-> acesso em 03/08/15

AZEVEDO, Eulália Lima. **Aposentados em movimento:** tensões e convergências com o movimento sindical. 2005.190f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)

☒ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005a.

\_\_\_\_\_. A mulher e seus fazeres no movimento dos aposentados In: BRITTO DA MOTTA, Alda; GOMES, Márcia Q.C.; AZEVEDO, Eulália Lima (Orgs.). **Reparando a falta:** dinâmica de gênero em perspectiva geracional, Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2005b. p. 153-171.

\_\_\_\_\_. Mulheres idosas beneficiárias da Seguridade Social: que limites? In: WOLF, Cristina Scheibe et al. (Orgs.). **Anais...** Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Gênero e Preconceitos. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. 1 CD.

\_\_\_\_\_. As mulheres fazem a diferença. Fazem também a indiferença? In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 13º., 2007, Maceió. **Anais...** Maceió, 2007. 1 CD.

\_\_\_\_\_. **Um palco de múltiplas vozes:** a nova invenção dos/as idosos/as em luta pela cidadania. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 2010.

BRASLIA, 2015: “Uma Ponte Para o Futuro. Disponível em [http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/release-temer\\_a4-28.10.15-online.pdf](http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/release-temer_a4-28.10.15-online.pdf), Acessado em 28/04/16.

BRITTO DA MOTTA, Alda. “Chegando pra idade”. In: BARROS, Myriam Morais Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idades?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 223-235.

\_\_\_\_\_. **Espaços domésticos e gerações:** disputas veladas e renúncias ambíguas. Trabalho apresentado no XI CISO. Aracaju, SE: UFSE, 2003.

DEBERT, Guita Grin. Gênero & envelhecimento. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 1, p.33 -51, 1994.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. Universidade de São Paulo: São Paulo Press, Fapesp, 1999.

GOLDANI, Ana Maria. Mulheres e envelhecimento: desafios para os novos contratos intergeracionais e de gêneros In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Muito além dos 60: Os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 75-114.

\_\_\_\_\_. Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar: por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 211-250.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2015.

SPM-BA. Uma vida sem violência é direito de todas as mulheres. Coordenação do Eixo de Enfrentamento à Violência. SPM-BA. Salvador, 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em [www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br). Acessado em 15/10/2015

## **OS DELES E OS DELAS NO ESPAÇO/TEMPO DE BRINCAR: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE SERGIPE**

Evanilson Tavares de França  
*evanilsont@gmail.com*

Kelly Araújo Valença Oliveira  
*araujo\_kelly71@yahoo.com.br*

Dilma de Jesus Goes  
*dilmagoes@hotmail.com*

Ana Lúcia Lima da Rocha Muricy Souza  
*Secretaria de Estado da Educação/Sergipe (SEED/SE)*  
*analucia.muricy@gmail.com*

Maria Batista Lima  
*Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE)*  
*balima.ufs@gmail.com*

### **Resumo**

O entendimento de que brinquedos e brincadeiras atuam como mecanismos de aprendizagem, de socialização, de inserção no universo cultural e como elemento essencial nos processos de construção identitária parece ser ponto pacífico entre aqueles que se debruçam sobre o tema. Transitando por esta compreensão, o artigo que por ora subscrevemos traz como objetivo desenvolver reflexões sobre as percepções de estudantes de uma escola pública estadual (de Sergipe) no tocante a brinquedos e brincadeiras e suas implicações de gênero. Para a detecção de tais percepções, no território da pesquisa descritiva, recorreremos a aplicação de questionários, o que nos permitiu coletar informações de um número significativo de sujeitos em um intervalo relativamente curto. As análises dos dados nos demonstram que: 1) ainda que

os respondentes, no concernente à faixa etária, circulem entre os 15 e 18 anos, a classificação de brinquedos e brincadeiras para meninos e para meninas ainda se faz presente no imaginário dos jovens; 2) meninos e meninas aproximam-se significativamente quanto ao entendimento da necessidade de separação entre brinquedos e brincadeiras para eles e brinquedos e brincadeiras para elas, o que, parece-nos, resulta de um processo educativo (formal e informal) presente no seio da sociedade; entretanto, há um quantitativo considerável daqueles/as que não mais advogam a separação. Nossa esperança é que a pesquisa aqui registrada possa contribuir para a desconstrução da ideia que os brinquedos definem a orientação sexual e cooperar com o entendimento de que brinquedos e brincadeiras são construções culturais e como tais suas concepções podem ser reelaboradas.

**Palavras-chave: brinquedos e brincadeiras, percepção de estudantes, gênero.**

## Palavras Iniciais

A compreensão de que tanto brinquedos quanto brincadeiras atuam como dispositivos fundamentais para a formação dos sujeitos parece encontrar convergência entre educadores e educadoras e outros/as pesquisadores/as que têm a temática como objeto de pesquisa. Vistos como instrumentos de socialização, de transmissão e reconstrução da cultura (as crianças, muitas vezes, ressignificam os brinquedos e as brincadeiras – e reelaboram regras) e também como estratégias de construção identitária, brinquedos e brincadeiras são advogados por profissionais da pedagogia, da psicologia, da sociologia e até mesmo da arquitetura.

Nesse ínterim, é imperativo sublinhar que entendemos por brinquedo “o material que dá suporte à brincadeira; e esta, o lúdico em ação, ou seja, o uso das regras do jogo, que provêm do mundo social” (KISHIMOTO, ONO, 2008, p. 210).

Dada a relevância desses elementos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) defendem que os brinquedos e as brincadeiras componham a proposta pedagógica das escolas que ofertam esse nível da Educação Básica. E mais: os brinquedos e as brincadeiras devem preservar e assegurar a acessibilidade e respeitar as características ambientais e socioculturais da comunidade. É que, de acordo com o documento em epígrafe, dada a sua importância, os brinquedos e as brincadeiras devem converter-se em procedimento de acompanhamento dos/as infantes.

Nessa direção, França (2013, p. 170) lembra que “Brincadeiras e jogos – e muitos jogos são também brinquedos e brincadeiras – representam estratégias e/ou recursos pedagógicos extraordinários para a aprendizagem”.

De acordo com Bichara (1999, p. 58), “[...] ao brincar a criança reproduz, mesmo que indiretamente, as relações vivenciadas no seu universo social”. Levando-se em consideração que o social e o cultural se entrelaçam e definem a identidade do lugar, brincando as crianças (e os/as jovens – e até mesmo os/as adultos/as) vão se constituindo, definindo e assumindo seus papéis (que são diversos) no cenário social; vão se tornando sujeitos – fazendo-se e refazendo-se, mas também reconstruindo as normas e as regras do jogo, e ao fazerem isso vão também (em pequena ou larga escala – dependendo do ponto de vista e das possibilidades) reelaborando-se e reelaborando as regras de convivência – as regras sociais.

O sujeito faz cultura enquanto a cultura o faz. E nessa relação dialética e dialógica, meninos e meninas, recorrendo às experiências que lhes foram possibilitadas pelo contexto (social e cultural – e também ambiental) significam e ressignificam as aprendizagens, semantizam e ressemantizam as relações, o *established*. E esse, parece-nos, representa um momento singular para a atuação do adulto. Nesse espaço/tempo é possível reforçar as segregações – que rotulam, produzem afastamentos e marginalizações – ou discutir (consigo e com o outro) as regras de convivência e de conduta: Por que há separação de brinquedos e brincadeiras para meninos e para meninas? O que aconteceria se os meninos brincassem com os brinquedos indicados para meninas e as meninas, com aqueles que se destinam aos meninos?

Pontes e Magalhães (2003, p. 117) lembram que “o elo entre cultura e criança é claramente percebido nos jogos e brincadeiras tradicionais e populares, especialmente aquelas desenvolvidas em rua”. Torna-se explícita, por essa via, a importância que tem o brinquedo (e as brincadeiras) nos processos de introjeção de conceitos, comportamentos e valores. Enquanto brinca, a criança não apenas se apropria dos saberes legitimados por sua comunidade, ela também corporifica atitudes, formas de ver e de se posicionar diante do semelhante e do diferente – e da diferença. Mesmo porque “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender é preciso conhecer o lugar social de quem olha” (BOFF, 1997, p. 09).

Não obstante, a mesma criança que internaliza os modos de fazer, de agir e até de ser é capaz de reelaborar procedimentos e atitudes, sendo, consequentemente, coautora de uma modalidade nova de brincar, de se portar diante da novidade (e da similitude), de interagir com o outro, de reagir perante as provocações oriundas do meio (ambiente, social e cultural), de rever conteúdos e procedimentos – intervindo diretamente na arquitetura cultural e social – obviamente, considerando os limites e possibilidades que lhes são próprios.

É diante dessa percepção que efetuamos a pesquisa que ora apresentamos. Arrastados pelo objetivo de desenvolver reflexões sobre as percepções de estudantes de uma escola pública estadual (de Sergipe), no tocante a brinquedos e brincadeiras e suas implicações de gênero, trazemos para o debate público a visão de estudantes de ensino médio (meninas e meninos) de uma escola pública localizada na capital sergipana (Aracaju). Os olhares se inovaram ou o velho se apresenta com uma nova roupagem? Aguardemos os posicionamentos dos/as respondentes.

## Estratégia Metodológica

A incursão investigativa efetuou-se em uma escola pública localizada na capital sergipana, como já mencionado em linhas anteriores. A opção por aquela unidade de ensino encontra guarida na proposta pedagógica da escola, que se assenta na reflexão/discussão de temáticas conflitantes e que são imensamente caras, em nosso entendimento, à construção de uma escola pública de qualidade social.

À vista disso, a instituição educativa, desde 2009, tem levado para o interior do seu espaço pedagógico (e dele irradia-se), a partir da construção e implementação de projetos interdisciplinares (exemplo: “O Mundo da Leitura é a Leitura de Todo Mundo”, “Alma Africana”, “Grupo *ParlaCÊNICO* de Teatro”, “Seminários de Cidadania Ativa”) temáticas como: “Currículo: um espaço/tempo polissêmico e polifônico”, “Sexo e sexualidade: tabus, cuidados, vivências”, dentre outros.

Por outro lado, a unidade de ensino em foco, por via dos espetáculos de teatro estrelados por seus/suas educandos/as, vem provocando a comunidade estudantil a refletir sobre o seu entorno e a questionar a realidade que a envolve. Nesses últimos sete anos, o Grupo *ParlaCÊNICO* de Teatro, através do projeto “A escola pública vai ao teatro”, já levou aos espaços culturais do estado (e da Bahia) mais de 18.000 pessoas para assistirem às suas produções.

Tais propriedades, que diferenciam e destacam (em nosso olhar) o estabelecimento de ensino, estimularam-nos a ouvir o seu corpo discente – aqui representado por estudantes do Ensino Médio, matriculados/as no 2º e 3º anos.

Adotamos, dentro da pesquisa descritiva, o questionário como instrumento de pesquisa, visto que, de acordo com Gil (2008), este instrumental possibilita obter informações relevantes de diversos sujeitos em um tempo relativamente curto; também porque “não expõe os pesquisados a influências das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistador” (GIL, 2008, p. 122).

O questionário compôs-se de 30 questões, sendo 26 fechadas e apenas 04 abertas. As perguntas abrangiam desde a autodeclaração étnico-racial até a aspectos pedagógicos da escola e a relação deles com a Educação Sexual.

Por conta das limitações próprias desse tipo de produção textual – e também pela temática escolhida –, exploraremos apenas duas questões, a saber: 1) Em que gênero você se insere? 2) Indique com M o brinquedo (ou a brincadeira) mais adequada para meninas e com H, o brinquedo (ou a brincadeira) mais adequado para meninos (se você defende que meninos e meninas podem fazer

uso, igualmente, de todos os brinquedos – ou brincadeiras – apontados abaixo, marque o último par de parênteses: “tanto faz”).

A questão 1 apresentava apenas três opções (masculino – M, feminino – F, outro). A segunda interrogação trazia um número maior de escolhas: bola, boneca, carrinho, *videogame*, pega-pega<sup>1</sup>, casinha, esconde-esconde<sup>2</sup>, roda<sup>3</sup>, e tanto faz (esta última deveria ser indicada por aqueles/as que não estabelecem diferenças entre brinquedos e brincadeiras para meninos e para meninas).

Foram “ouvidos” 56 jovens, sendo 20 meninos (35,71% do total) e 36 meninas (correspondendo a 64,29% da totalidade). Os questionários foram aplicados por professores/as componentes do corpo docente da própria escola – e que possuíam, de acordo com informações da equipe pedagógica, um bom vínculo afetivo com os/as educandos/as. Mesmo que não houvesse obrigatoriedade para o preenchimento do instrumental, não houve sequer uma recusa e todos/as os/as respondentes precisaram apenas de um módulo/aula (50 minutos) para cumprimento integral da tarefa.

## Análise dos Resultados

O posicionamento das estudantes (da escola em foco) em relação à existência de brinquedos e brincadeiras específicos para meninos e outros que devem destinar-se exclusivamente às meninas encontra-se fotografado na tabela seguinte.

- 
- 1 Uma criança é eleita para, na corrida, “pegar” os colegas. Os/as alcançados/as saem provisoriamente da brincadeira enquanto os/as demais fogem do/a “pegador/a”. A brincadeira termina quando todos/as são pegos/as.
  - 2 Uma criança é escolhida como caçadora. Enquanto o/a caçador/a conta (de 01 até 50, não há uma contagem fixa) voltado/a para uma parede ou árvore, os/as demais se escondem. Terminada a contagem, o/a caçador/a sai em busca dos/as que estão escondidos/as. A brincadeira termina quando todos são encontrados. O/a primeiro/a a ser descoberto passa a caçar, na continuação da brincadeira.
  - 3 As crianças reunidas (duas ou mais), mobilizadas por uma cantiga específica e de mãos entrelaçadas, circulam até o final do cântico.

**Tabela 01: Brinquedos/Brincadeiras X Gênero (percepção das meninas)**

Brinquedos/ Brincadeiras	Meninos	Meninas
Bola	80%	10%
Boneca	0%	70%
Carrinho	70%	0%
Casinha	0%	50%
Esconde-esconde	30%	20%
Pega-pega	30%	40%
Roda	20%	60%
Videogame	70%	10%

FONTE: questionários.

Uma análise primeira – e talvez apressada da tabela acima – causa-nos certa desolação: ainda que estejamos no século XXI, ainda que o grupo de informantes esteja composto em sua integralidade por estudantes cuja faixa etária transita entre os 15 e 18 anos, ainda que os movimentos sociais (feministas, LGBT) exijam – justamente – tratamentos iguais (melhor seria: equânimes) para a diversidade componente da população brasileira (e mundial), ainda que se reivindique a construção de uma sociedade na qual os sujeitos definem seus caminhos e modos de caminhar, a separatividade entre brinquedos e brincadeiras próprias para meninos e próprias para meninas é ainda uma realidade.

Convém trazer à baila, contudo, que os percentuais constantes na Tabela 01 referem-se a 27,78% da totalidade das respondentes; para as demais, 72,22%, a separação de brinquedos e brincadeiras para meninos e para meninas não tem sentido.

Ainda assim, perceber que para 70% das mulheres (respondentes) o *videogame* deve destinar-se aos meninos e outros 70% consideram que brincar de bonecas é atividade específica para as meninas nos causa certa preocupação. Mesmo porque se por um lado o *videogame* alinha-se ao avanço da tecnologia (cujo domínio se faz necessário em tempos em que as novas tecnologias da informação e da comunicação estabelecem o ritmo do mundo empresarial e financeiro), por outro, as bonecas, que segundo as informantes devem destinar-se às meninas, resumem – assim nos parece – um arcabouço ideológico que coloca a mulher como a responsável prioritária (ou exclusiva) pela educação dos/as filhos/as e pelos cuidados domésticos:

No nascimento, o quarto das meninas é rosa, com bonecas, e o dos meninos é azul, com carros em miniatura. As meninas costumam brincar de “casinha” e representam o papel da mãe; os meninos, de “motorista”, que dirige o carro. É o contexto em que a criança vive, especialmente o meio familiar, que dirige inicialmente tais escolhas (KISHIMOTO, ONO, 2008, p. 210).

Como se percebe, os papéis desempenhados pelas mulheres nas práticas cotidianas definem as atividades lúdicas das crianças e estas, por sua vez, vão assegurar a continuidade daquelas.

A tabela seguinte retrata a posição dos meninos em relação à mesma questão – “Indique com M o brinquedo (ou a brincadeira) mais adequada para meninas e com H, o brinquedo (ou a brincadeira) mais adequado para meninos (se você defende que meninos e meninas podem fazer uso, igualmente, de todos os brinquedos – ou brincadeiras – apontados abaixo, marque o último par de parênteses)”.

**Tabela 02: Brinquedos/Brincadeiras X Gênero (percepção dos meninos)**

Brinquedos/ Brincadeiras	Meninos	Meninas
Bola	70%	20%
Boneca	10%	70%
Carrinho	70%	0%
Casinha	30%	70%
Esconde-esconde	50%	20%
Pega-pega	50%	20%
Roda	40%	40%
Videogame	50%	20%

FONTE: questionários.

Para 50% dos estudantes (respondentes), meninas e meninos podem fazer uso dos mesmos brinquedos e das mesmas brincadeiras, indistintamente. A outra metade, entretanto, considera que há brinquedos que devem ser utilizados apenas por meninos e aqueles que se destinam exclusivamente às meninas (como demonstra a Tabela 02).

Em algumas situações, o entendimento de meninos e meninas, quanto à correspondência brinque/brincadeira-gênero, é bastante similar, é o caso, por

exemplo, da boneca: para 70% das meninas, boneca é brinquedo de garota (o mesmo percentual fotografa o posicionamento dos meninos). Dado idêntico se repete quando eles e elas classificam o carrinho: para 70% de meninas e de meninos, o brinquedo supracitado é de uso exclusivo dos garotos.

No concernente à brincadeira de casinha, de acordo com as educandas (50% delas), essa atividade lúdica deve limitar-se às meninas: nenhuma estudante considera que os garotos devem participar da brincadeira. Para os educandos, meninos também podem brincar de casinha (30% assim se posicionaram); porém, a maioria (70%) avalia que se trata de atividade estritamente feminina.

Esconde-esconde e pega-pega, brincadeiras que requerem mais esforço físico, são, para eles (50% em ambos os casos), brincadeiras apropriadas aos meninos. Elas, as respondentes, não adotam o mesmo olhar: em relação ao esconde-esconde, 30% definem como brincadeira de menino e 20% concluem tratar-se de atividade feminina. Já o pega-pega, para 30% das meninas, é brincadeira de menina e 40% afirmam que somente os meninos podem lançar mão dessa atividade.

O *videogame*, para meninas (70%) e meninos (50%) é brinquedo para garotos. Os jogos eletrônicos parecem ocupar, no imaginário de homens e mulheres, um lugar preferencialmente masculino. As meninas até podem lançar mão deles, mas nem tanto: 10% das respondentes e 20% dos informantes. Mesmo porque, assim deduzimos, cabe às meninas dominar as tarefas domésticas. E isto fica bastante explícito quando observamos a miniaturização de objetos residenciais (talheres, mobiliário, etc.) compondo o acervo lúdico das meninas.

Para as meninas existe uma vastíssima gama de objetos miniaturizados que imitam os utensílios caseiros, como serviços de cozinha e toilette, bolsas de enfermeira com termômetro, faixas, esparadrapo e seringas, dependências como banheiros, cozinhas completas com eletrodomésticos, salas, quartos, quartinhos para bebês, jogos para coser e bordar, ferros de passar, serviços de chá, eletrodomésticos, carrinhos, banheirinhas e uma série infinita de bonecas com o respectivo enxoval (BELOTTI, *apud* FINCO, 2003, p. 97).

Aos meninos, ainda segundo Belotti (*apud* FINCO, 2003), reservam-se os brinquedos (e as brincadeiras) que revelam um poder mais amplo, capaz de ultrapassar os muros residenciais: meios de transporte terrestre, navais e aéreos

de todas as dimensões e de todos os tipos: navios de guerra, porta-aviões, mísseis nucleares, naves espaciais.

Os papéis vão, então, sendo estabelecidos. Os brinquedos e as brincadeiras de meninas e meninos conformam e disciplinam corpos e mentes. O que se inicia ainda no interior do bercinho – quando as meninas são cercadas pela cor rosa e por bonecas, e os meninos, tonalizados de azul e circundados por bolas, carrinhos e aviões – ultrapassa as fronteiras, a ponto de convencer, sem muita dificuldade, às meninas que o lugar delas tem extensão extraordinariamente menor do que o espaço destinado a eles e de reforçar junto aos meninos que as grandes tarefas e demandas sociais cabem a eles; que eles são os provedores da casa (e também do município, do estado, da nação), enquanto a elas cabem os quefazeres que, segundo a comunidade imediata e ampla, requerem menor competência técnica e/ou intelectual.

## Palavras Finais

Iniciamos a construção deste texto objetivando desenvolver reflexões sobre as percepções de estudantes de uma escola pública estadual (de Sergipe) no tocante a brinquedos e brincadeiras e suas implicações de gênero. Trabalhamos com estudantes matriculados/as no Ensino Médio, no 2º e 3º anos. Foram aplicados 56 questionários e 36 meninas e 20 meninos responderam às nossas indagações.

A unidade de ensino localiza-se em Aracaju (capital sergipana), mas a grande maioria dos/as estudantes origina-se da, assim denominada, Grande Aracaju: composta pela capital e os municípios circunvizinhos: São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro.

À guisa de Paulo Freire (2000), defendemos que as pesquisas precisam compor as ações próprias de educadores e educadoras. E partindo da própria prática – e ampliando-se – as investigações contribuem de modo significativo não tão somente para a construção de diagnósticos (da sala de aula, da escola, do município, do estado etc.), mas também para avaliação das práticas sociais, estando aí inseridas, obviamente, os fazeres educativos.

Quanto às percepções de gênero, pensamos que as reflexões/discussões, sustentadas em incursões investigativas e/ou nas experiências vivenciadas por cada um/a, requerem atuações imediatas e constantes, e por várias razões, dentre elas é possível destacar as diversas formas de violência e exploração às quais as mulheres são vitimadas diuturnamente – e há, entre essas mesmas mulheres

(fruto também da educação formal e informal), quem justifique tais comportamentos. E justificam porque ao longo de suas vidas aprenderam que há espaços para homens e espaços para mulheres; aprenderam que há tarefas capazes de extrapolar a capacidade feminina; aprenderam que há ciências inacessíveis às mulheres. E se homens e mulheres acessaram essa modalidade de aprendizagem, eles e elas podem (em verdade, devem) aprender outras coisas, mesmo porque, como nos ensina Arroyo (2006, p. 07),

[...] a história educacional da humanidade acontece colada à história social e cultural, [...] a educação das pessoas se dá na dinâmica histórica do desenvolvimento civilizatório e [...] a educação escolar tende a retomar e reproduzir a experiência humanizadora de nosso momento histórico.

Isto posto, numa sociedade que historicamente hierarquiza os gêneros, e cunha um mundo regido por homens, a escola não pode isentar-se do debate, da reflexão. Meninas e meninos precisam compreender-se como sujeitos históricos e culturais. Precisam entender que a arquitetura das sociedades não é natural e nem (muito menos) neutra. Precisam compreender que os modos de ser, de se relacionar, de interpretar e até mesmo de pensar têm sua origem no sociocultural e que a ele retorna para confirmá-lo e reafirmá-lo – ou para transformá-lo. E esta parece ser a grande descoberta: é possível transformar o mundo; é possível reestruturá-lo a partir de ações dos indivíduos e das relações que eles estabelecem com o outro; é possível dar novas cores ao mundo, novos sabores, novos cheiros e sons; é possível (e necessário!) assumir o papel de sujeito no cenário social – é possível e preciso “desobjetificar-se” (no sentido de rejeitar qualquer possibilidade de assunção do papel de objeto).

Quando jovens dividem os brinquedos e as brincadeiras segundo o gênero, como fizeram os/as respondentes dos questionários que aplicamos, eles/elas estão informando que acreditam em um mundo para homens e outro para mulheres; que o mundo dos homens terá determinado alcance e o das mulheres, certas delimitações. E eles/elas dizem mais. Informam-nos que a sociedade adota tais separações e as concebem como um valor. Informam ainda que, caso nenhuma ação trafegue na contramão, os filhos e as filhas desses jovens receberão a mesma aprendizagem e poderão repetir os mesmos comportamentos, as mesmas atitudes.

É óbvio que essa relação não é tão direta assim – não há naturalidade nisso. Ainda assim, caso não ocorra movimentos que provoquem ações/reflexões capazes de questionar o *status quo*, a possibilidade de reversão se prolonga ou ranços machistas podem ganhar fôlego e obstar ainda mais a horizontalização das relações de gênero.

Por fim, gostaríamos de acrescentar que a presente pesquisa representa apenas uma fresta através da qual se visualiza um tanto do que se precisa ver. Nossa pretensão é que outros caminhos e outros modos de caminhar contribuam para a ampliação dessa abertura: viabilizando novos olhares, novas leituras.

## Referências

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BICHARA, Ilka Dias. Brincadeira e cultura: o faz-de-conta das crianças Xocó e do Mocambo (Porto da Folha/SE). **Temas psicol.** [online]. vol.7, n.1, 1999.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

FINCO, D. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições**. Campinas: Unicamp, v.14, n.3 (42) set/dez. 2003.

FRANÇA, Evanilson Tavares de. **Escola e cotidiano: um estudo das percepções matemáticas da comunidade quilombola Mussuca em Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2013. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida; ONO, Andréia Tiemi. Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca. **Pro-Posições**. Campinas: Unicamp, v. 19, n. 3(57) – set./dez. 2008

PONTES, Fernando Augusto Ramos; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. Criação e manutenção de brinquedos: reflexões acerca do desenvolvimento de parcerias. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2003, 16(1), pp. 117-124.

# **SOBRE O ENVELHECER NA BATALHA: NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES POBRES NO EXERCÍCIO DA PROSTITUIÇÃO**

Fernanda Priscila Alves da Silva  
*Universidade do Estado da Bahia*  
[feracatejo@yahoo.com.br](mailto:feracatejo@yahoo.com.br)

## **Introdução**

A presente comunicação faz parte da pesquisa referente à dissertação, em andamento, na qual se discute sobre as trajetórias, saberes e transformações vivenciadas pelas mulheres que exercem a prostituição de baixa renda, no Centro Histórico de Salvador, Bahia. Neste artigo, o que se pretende é fazer um recorte e estabelecer um diálogo sobre o processo de envelhecer na *batalha*<sup>1</sup>, a partir do relato de duas entrevistadas: Ivone e Rosângela, 52 e 62 anos, respectivamente.

As entrevistadas são mulheres que exercem (ou exerceram) a prostituição de baixa renda majoritariamente situadas em Salvador/ BA. Importante considerar que diversos são os pontos de prostituição, assim como são diversas suas formas e modos de organização, demonstrando, portanto, que prostituição é uma prática social complexa e heterogênea.

Nesta pesquisa a concentração foi dada a região do Centro Histórico, principalmente a Praça da Sé e Barroquinha. Foram realizadas visitas aos bares da Ladeira da Montanha e Conceição, além dos bares do Comércio (estes localizados na Cidade Baixa). Entretanto, vale ressaltar que a Ladeira da Montanha

---

1 Batalha, nesta pesquisa, é entendida como a prática social da prostituição que envolve para além da realização do programa (relações sexuais e fantasias), as relações e interações no espaço – lugar da prostituição, relações que envolvem entre as mulheres entre si, entre os clientes, com os transeuntes e demais atores do cenário. Trata-se de um termo elaborado e reconhecido pelas mulheres como altamente significativo.

e Conceição já vinha sofrendo um processo de decadência<sup>2</sup> há alguns anos e com as chuvas no período de maio e julho de 2015 alguns casarões acabaram por desabar totalmente. Por volta dos meses de novembro de 2015 e início de 2016 alguns retomaram as atividades.

Ivone e Rosângela apontam a partir de suas narrativas e trajetórias de vida alguns elementos de transformação tanto no que tange ao espaço geográfico onde se concentra a prostituição no Centro Histórico, quanto em relação às transformações ocorridas em seus corpos a partir da prática e vivência da prostituição. As marcas, sentidos e significados apontados por estas duas mulheres remetem a lugares e modos como elas concebem e vivenciam o processo de envelhecimento, que nestes casos, além de trazer as expressões relacionadas ao gênero, trazem também expressões relacionadas à prática que desenvolvem em boa parte de suas vidas.

## Metodologia

O artigo reflete resultados parciais da pesquisa que vem sendo realizada no Mestrado em Educação e Contemporaneidade - UNEB, Campus I. O trabalho consiste em estudo sobre as sociabilidades construídas por mulheres pobres que exercem a prostituição de rua em Salvador, Bahia. O grupo pesquisado é composto por mulheres de baixa renda, em exercício de prostituição de rua, acima dos 18 anos, sendo neste estudo analisado um grupo de 10 mulheres, a faixa etária e 30 a 65 anos, que foram entrevistadas. Além deste grupo foram contatadas mulheres que estão no exercício da prostituição em bares, ruas, cines privês por meio da observação participante.

O referencial teórico deste trabalho está ancorado no campo de estudos autobiográficos em educação<sup>3</sup>, além dos princípios metodológicos e epistemológicos da etnografia. As narrativas de trajetórias de vida considerará uma perspectiva feminista possibilitando assim um diálogo a partir da categoria gênero. Compartilhando do pensamento de Rago (1998, p.92) de que o a categoria de gênero “não vem substituir nenhuma outra, mas atende a necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade de dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais”, entendo que nesta

---

2 Com esta expressão queremos expressar que a Ladeira da Montanha enquanto espaço de prostituição está em processo deterioração, ganhando na atualidade outras formas e a inserção de outros atores sociais. Os casarões encontram-se em processo de desabamento e demolição.

3 DOMINICE (1982); JOSSO (1986); PINEUAU (1983; 1985); NÓVOA (1988).

pesquisa ela tem sua importância na medida em nos possibilita dialogar com as formas como as mulheres se constroem enquanto mulheres e interagem com outros atores deste contexto.

## Resultados e discussão

A pesquisa realizada considerou um grupo de 10 mulheres que foram entrevistadas em suas residências, nos locais de *batalha*, na Praça, estabelecimentos comerciais, conforme a preferência de cada mulher. A inserção em campo foi pautada por uma observação participante, aliadas a estratégias próprias do fazer etnográfico e da construção dos sentidos e significados a partir das narrativas e trajetórias de vida.

As pesquisas etnográficas se caracterizam, portanto pelo envolvimento do pesquisador com o cenário e grupo social pesquisado. Exige-se desse modo, uma observação e interpretação holística dos dados. Estes dados coletados podem ser em forma de narrativas ou história de vida, como será neste trabalho.

Por narrativa de história de vida, pretende-se a utilização de histórias de vida considerando as narrativas de si, as experiências vividas e interpretações individuais de experiências sociais. Desde o ponto de vista epistemológico e metodológico, as teorias que inspiram o conceito de histórias de vida são apresentadas desde dois aspectos fundamentais: primeiro, pela narrativa que o sujeito faz de si mesmo, e segundo, pela dimensão de “projeto constitutivo da história de vida” (Delory-Momberger, 2006, p.361).

Enquanto atividade formadora, a narrativa de si e das experiências vividas ao longo da vida caracterizam-se como processo de formação e de conhecimento, porque se ancora nos recursos de experiências engendrados nas marcas acumuladas das experiências construídas e de mudanças identitárias vividas pelos sujeitos em processo de formação e desenvolvimento (SOUZA, 2006, p. 136).

A história de vida é também uma ferramenta da historicidade. O sujeito é produzido por sua história ao mesmo tempo em que a produz. Através do relato o indivíduo reconstrói essa história e lhe confere novas significações. O indivíduo através de sua

subjetividade, da singularidade psíquica, retraduz sua história à sua maneira, interage e se coloca rompendo com uma suposta passividade que o pudesse imobilizar. Na medida em que identifica as determinações dessa história, entende a maneira pela que ela o condiciona. Compreende o presente e num processo de “reescritura” pode tornar-se o sujeito de sua própria história e modifica o seu sentido (OLIVEIRA, 2008, p.37).

Segundo Delory-Momberger (2011, p. 51), o objeto da pesquisa biográfica se localiza em “explorar os processos de construção do sujeito no seio do espaço social; mostrar como os indivíduos dão uma forma às suas experiências, como dão significado às situações e aos eventos de sua existência, como agem e se constroem nos seus contextos histórico, social, cultural e político”. E para isso, a pesquisa biográfica se ocupa dos estudos das operações e processos segundo os quais as pessoas integram, estruturam, organizam e interpretam os espaços-tempos de seus contextos histórico e social.

Nesta pesquisa temos apostado no registro das trajetórias das mulheres como possibilidade de contribuir no campo de estudos sobre sociabilidades na prática da prostituição e nestes casos específicos, sobre a vivência do envelhecimento em situações de invisibilidade social.

Autores como Motta (2005), Cabral (2005), Debert (1988) tem tratado da temática do envelhecimento, geração e gênero e tem contribuído no sentido de demonstrar que a ideia de passagem do tempo remete à uma representação da pessoa velha. Cabral (2005) reconhece que:

Os dilemas da velhice também se antecipam para as mulheres, seja pelo impacto das imposições biológicas que interrompem as funções reprodutivas na menopausa, seja pelos estereótipos tradicionais sobre a condição das mulheres aos primeiros sinais do envelhecimento (CABRAL, 2005,p. 56)

Em um estudo realizado por Pinho (2010), a partir de narrativas de mulheres que exerceram o baixo meretrício do Farol do Mucuripe, em Fortaleza, o processo de envelhecimento é percebido por mulheres com mais de cinquenta anos com valor auto estigmatizante. Para a autora,

A construção da identidade das informantes dialoga com a estigmatização social imposta pelo fato de serem prostitutas ou ex prostitutas . Os contextos identitários, entretanto, incluem outros aspectos. A vivência da prostituição incide amplamente sobre a imagem de suas experiências. O papel de prostitutas é apenas um entre a multiplicidade de papéis cotidianamente desempenhados pelas personagens da pesquisa, seja como mulheres, esposas, namoradas, mães, filhas, avós ou trabalhadoras do mercado formal e informal (PINHO, 2010, p. 14).

Nesta pesquisa, Ivone e Rosângela nos mostram como alguns aspectos de suas vidas estavam intrinsecamente relacionados à prática da prostituição. O modo como foram, ao longo de suas trajetórias, se constituindo enquanto mulheres, as fugas de ambiente doméstico violento, a busca por melhores condições de vida, a maternidade, as relações amorosas, as conquistas no âmbito de direitos e cidadania foram elementos que foram ao longo de suas trajetórias agregando significados e sentido aos que elas consideram ser mulher e na atualidade ser mulher em processo de envelhecimento.

Ivone, de 52 anos, natural de Sergipe, 4<sup>a</sup>- série fundamental, 01 filho, 02 abortos iniciou a prática na prostituição com mais ou menos 17 anos. Segundo sua narrativa, sua infância foi feliz junto de sua mãe e irmãos. O pai sempre foi violento e segundo Ivone era matador, figura a qual ela nunca teve uma relação próxima. No interior, as condições eram precárias, a mãe trabalhava na roça e costurava. Como alternativa à fome, Ivone conta que se envolveu com um namorado padeiro, a fim de ter o que comer. Desta relação, vem a primeira gravidez, com 13 anos. A mãe encaminha o casamento, que não dura muito tempo. O retorno à casa da mãe é acompanhado de um discurso no qual Ivone era colocada como mulher rapariga. É neste momento que ela sai de casa, mudando-se para Salvador, onde tem como primeiro emprego o trabalho doméstico. Sentindo-se explorada neste espaço, foge a procura de outra oportunidade. Por meio de uma amizade conhece a Ladeira da Montanha, onde inicialmente, se torna uma espécie de garçomete e posteriormente inicia o trabalho na prostituição.

A recordação deste momento de sua trajetória é narrada por Ivone como algo glamoroso, acompanhada de muitas descobertas no contexto dos cabarés, como eram denominados naquela época (por volta da década de 1980) os espaços de *batalha* e prostituição. O cuidado e/ ou o não cuidado com o corpo

é algo que marca a fala de Ivone. Esta preocupação a acompanha durante sua trajetória, tanto no sentido de cuidado na prática da prostituição quanto em sua relação com o processo de envelhecimento:

**Ivone:** A gente descia. A gente não se cuidava. Tinha uma bacia e tinha um caneco grande dentro da bacia e a gente ficava de cocas e era só lavar thucothuco (demonstra)... Lavava, ai vestia a roupa, passava o perfume, passava o batom, se arrumava e subia pro salão. Ai já arrumava outro programa e já descia e fazia a mesma coisa. Tinha as bacia e nada de camisinha. Nessa época não tinha camisinha... a gente ficava... Chega o esperma escorria. Às vezes a gente botava papel higiênico pra não ficar escorrendo. Ai a noite ficava transando demais e a xereca ficava folgada. Muito esperma... Ai os homem dizia mesmo assim: é, mas não quero mais você não porque fui transar com você, ô humilhação, porque eu fui transar com você e tá folgada demais. Eu digo: folgada tá é você. Eu não sou frouxa não. É você que tem a pica fina (ri)... A rola do homem... é você que tem a pica fina que é a rola. Ai ele dizia: é deixa pra lá... eu fazia tanto programa, era tanto homem que os quarto não dava e as mulher tinha que transar no corredor. Às vezes transava duas num quarto. Três num quarto. Ate no chão. E a gente transava com todo tipo de homem que chegava. Não tinha escolha.

Ivone fala de clientes, dos donos dos estabelecimentos, das relações de amizades construídas com outras mulheres e clientes. Neste movimento, narra o processo de deterioração do qual foi percebendo ocorrer em boates da Ladeira da Montanha. Em seu relato, as mulheres foram envelhecendo neste lugar que com o tempo foi ganhando outros contornos.

**Ivone:** Ai depois elas foram discordando tudo, que o movimento ficou fraco. Ai elas foi brigando com a gente porque tinha cliente que pagava mais, quando tinha muito cliente tava tudo numa boa, ai fiquei durante mais ou menos assim, dentro do brega mesmo, chega eu ficava cansada, até de dia ia me procurar, eu dormindo, só porque eu entrei na vida novinha, como todas também. Entra com 13, 14 e a dona do brega escondia elas porque era de menor, pra não fechar a casa. Tinha essa. Tinha uma casa que tinha um

socovão lá na Ladeira da Montanha que as meninas nova ficava lá. Quando a polícia vinha pra fazer batida, a dona do brega colocava elas no carro, saia com elas não sei pra onde e levava pra não fechar a boate... Ai passei seis meses ganhando dinheiro direto. Ai quando todos os homem me conheceram ai não quiseram mais me procurar.

**Fernanda:** Isso é uma coisa que acontece com todas...

**Ivone:** Quando é novinha os homem chama mais. Ai eu fiquei na Montanha com 18 anos e sai tem 05 anos. Quantos anos eu fiquei na Montanha? A minha vida inteira. Agora eu tenho 52 anos. Não. Ainda vai fazer 05 anos. e depois a gente ficou chamando os homem. A gente tava passando até fome. Ai quando eu fui ficando velha. Ai os homem que eu chamava: psiu, vem cá faça favor... vamos fazer um programa, ai eles diziam mesmo assim, não vou não que você já tá velha, não tem uma mulher mais novinha ai pra mim não. Eu ficava com uma raiva danada e eu dizia: não tem não. Ai começava a xingar as mãe deles. Os ônibus quando subia a Ladeira da Montanha, as mulheres casada, aquelas mulheres de bairro, ficava tudo olhando pra gente. Ai eu ficava na porta em pé porque eu não conhecia ninguém, ficava lá e não tava nem ai. Tinha uns que jogava pedra na gente, teve um homem que jogou uma barra de ferro nas costas de uma mulher que quase o ferro entrou. Era mijo, era tudo o povo não queria, jogava na gente.

As transformações ocorridas geograficamente são sentidas por Ivone e relacionadas com as transformações percebidas em seu próprio corpo, estando neste caso muito relacionadas ao número excessivo de programas realizados durante o exercício da prostituição.

Apresento também neste artigo alguns dados de Rosângela. Ela natural de Alagoas, 1ª- série fundamental, 01 filho, exerceu a prostituição desde seus 25 anos. Conforme anotações realizadas no Diário de Campo compartilhamos nossas impressões.

Rosângela é uma mulher que vive só atualmente, apenas na companhia de seus dois cachorros, que são, segundo ela, seus filhos, suas companhias do dia a dia. Narrar sua história a faz ficar emocionada em vários momentos. Vai e volta, misturando temas e assuntos, o que na verdade não a faz se perder do que relata e como quer relatar. Rosângela é uma mulher forte e intensa. A

primeira vez que a vi no Projeto Força Feminina<sup>4</sup> foi acompanhada de uma briga com outra mulher que também batalhava na Praça. Elas se desentendiam por estarem se relacionando com o mesmo homem. Seus relatos eram sempre marcados por estas histórias de brigas e desentendimentos com outras mulheres, clientes e companheiros. Quando a conheci vivia com um homem que, segundo ela, a espancava. Atualmente, a decisão de ter se separado e superado esta situação é uma conquista. Em sua casa, fruto de luta e participação junto ao Movimento de População de Rua para conseguir a casa pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida” é uma vitória diante de tantas idas e vindas de sua vida. Ainda menina, vencida pelo cansaço na roça, deixou os estudos. Saiu de casa, onde sofria violência e ganhou o mundo. Posteriormente reencontra a família quando, já na *batalha*, tinha a possibilidade de “ajudar” com o dinheiro que ganhava *batalhando*. Nunca quis que a família soubesse o que fazia, apesar de atualmente seu filho saber de sua história e de sua vida na Praça da Sé. Em distintos momentos de sua participação no Projeto Força Feminina expressava a vergonha que tinha em ser reconhecida como mulher da *batalha*. Participava ativamente das atividades e enfrentou dificuldades até o momento em que conseguiu verbalizar publicamente, em Seminários e encontros promovidos pelo Projeto. Este reconhecimento terá marcado por dizer e não dizer. Ao mesmo tempo em que afirmava em um momento, evitava tocar no assunto em outro momento. Rosângela é uma mulher de muitas crenças e convicções, sua relação com o candomblé é muito forte e isto a faz recordar os tempos de infância e sua relação com a avó, mulher que a criou quando com nove anos de idade perdera a mãe. Ainda que verbalize situações de sofrimento, em muitos momentos, sorri, dá gargalhadas e recorda com alegria do que viveu com marinhos, nos cabarés e com aquelas mulheres bonitas que conheceu no tempo em que as casas eram glamorosas em Salvador. Nestes momentos, seu olhar brilha e ela demonstra a vergonha ou receio de que descubram o que ela faz. Nestes momentos, se recorda de amizades que construiu neste ambiente e de como estas amizades verdadeiras a ensinaram a viver. Seu contar e recontar são permeados de silêncios, lágrimas escondidas e uma força que atravessa os desencontros possibilitando assim o encontro com a vida, ainda que com suas ambiguidades e complexidades (Diário de Campo, 12 de julho de 2015).

---

4 Projeto Força Feminina é um projeto social (pertencente à Pastoral da Mulher) e compõe a Rede Oblata de Pastoral do Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor. Em Salvador, o Projeto Força Feminina atua há mais de 15 anos com mulheres inseridas em contexto de prostituição. Mais informações podem ser obtidas através do site: [www.oblatas.org.br](http://www.oblatas.org.br).

Para Rosângela a atualidade marca seu afastamento da *batalha*. Na medida em que relata ao mesmo tempo em que se emociona pelo vivido e se alegra pelo fato de ter garantido seu espaço, sua moradia. Reaproximou-se de seu filho, de quem esteve distante por um tempo e mantém seu ritmo de vida e organização, inserindo-se em atividades do condomínio e participando de outros espaços, para além do espaço da prostituição. Rosângela oscila entre momentos de aceitação e negação de sua história, afasta-se e se reaproxima quando em determinados momentos volta à Praça da Sé para visitar as colegas. Aos poucos vai se dando conta das dificuldades de locomoção e diminuição da energia, entretanto, cuida sozinha de seu apartamento, seus cachorros e de suas coisas. Quando estive em sua casa, mais de uma vez para conversar e para realizar a entrevista o que se percebe é um espaço bem cuidado, cheio de detalhes, com fotos de tempos na rua, com familiares, principalmente o filho e a neta, forros de mesa e sofás confeccionados por ela mesma. Em uma das visitas, enquanto narrava, me mostrava lençóis que havia lavado, moveis novos que havia chegado, panelas com comida que ela deixa pronta. Enfim, este é seu espaço, onde atualmente a maior parte do tempo Rosângela se reorganiza e se refaz.

## Memórias e Esquecimentos “da vida”

*“Eu não tenho boas lembranças da minha infância não. Tanto que eu não gosto de comentar...”*

Memórias, lembranças, recordações e porque não esquecimentos da vida... Estes foram sem dúvida pontos de encontro e desencontro no momento das entrevistas. Um dado importante neste percurso foi a percepção de que para algumas mulheres o momento da entrevista foi um espaço/tempo de recordar e fazer memórias marcadamente importantes. A confiança e neste caso, o fato de conhecer as mulheres e ter um vínculo estabelecido foi de fato algo fundamental. Estas mulheres falaram e se permitiram de fato tocar em temas e questões que lhes são significativas, pois compõem o seu existir. Em outras situações, o momento das entrevistas em si foi um espaço/tempo desafiante e falar/tocar em determinadas nuances de suas trajetórias era de fato difícil. Entretanto, estas mesmas mulheres em outros momentos (nos tempos em que permaneciam na praça, por exemplo), retomavam os assuntos e temas compartilhados nas entrevistas, aprofundando e rememorando.

Bosi (1987) em *Memória e sociedade: lembranças de velhos* fruto de sua tese de Doutorado busca fazer o que ela denomina de “colher memórias de velhos” escutando as lembranças de moradores da cidade de São Paulo, com idade superior a setenta anos. O registro feito pela autora buscou mostrar a memória pessoal e conseqüentemente, a partir desta, a memória social, familiar e grupal. A obra mostra alguns aspectos importantes no que tange ao conceito de memória, desse modo, no primeiro momento Bosi (1987) procura entender a função da memória na velhice a partir das entrevistas e análises de resultados. A importância desta obra na presente discussão se volta para o conceito de memória do qual Bosi vai aprofundando e que nos permitirá dialogar com as memórias e esquecimento apresentados pelas mulheres.

Para Bosi (1987), a memória tem uma função decisiva no processo psicológico, isto porque ela permite a relação do corpo presente com o passado, ou seja, por meio da memória, não apenas se volta ao passado, mas este retorno se mistura às percepções imediatas. A autora fala em duas memórias: a *memória-hábito* e *imagem-lembrança*. A memória-hábito trata-se de um exercício que ao ser retomado até a fixação se transforma em hábito. Ela permite que alguns movimentos sejam aprendidos e se tornem “automáticos”, por exemplo, escrever, dirigir, comer, digitar. Para Bosi (1987), esta memória-hábito “faz parte de nosso adestramento cultural” (p.11). Por outro lado, a *imagem-lembrança*, “traz à tona um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Dai também o caráter não mecânico, mas evocativo, do seu aparecimento por via da memória” (p.11). Por outro lado,

Há, portanto uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com o poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimento, ideias e valores que dão identidades àquela classe. A memória oral também tem seus preconceitos, sua inautenticidade [...] Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas, os traços que deixou na sensibilidade popular da época (BOSI, 2003, p.18).

A memória parte do tempo presente, voltando-se ao passado, é uma apropriação de algo que sabemos, mas não nos pertence mais, e assim às narrativas, a oralidade permitem recontar, em um processo de ressignificação daquilo que foi vivido e experienciado.

Se a substância memorativa se densa em algumas passagens, noutras se esgarça com grave prejuízo para a formação da identidade. É grave também nesse processo o ofuscamento perceptivo, ou melhor, dizendo, subjetivo, uma vez que afeta o sujeito da percepção. As coisas aparecem com menos nitidez dada a rapidez e descontinuidade das relações vividas; efeito da alienação, a grande embotadora da cognição, da simples observação do mundo do conhecimento do outro (BOSI, 2003, p. 24).

A memória tem liberdade para escolher acontecimentos no espaço e no tempo, mas isto não significa que elas estão arbitrariamente ordenadas e relacionadas. A memória projeta para o futuro, pois na medida em que o/a narrador/a rememora não apenas simboliza e significa o fato narrado, mas intui um devir, algo de si próprio de ressurgir no tempo:

É mais que um reviver imagens do passado. Pode haver no narrador oral um minuto em que ele intui a temporalidade. Seu caminho familiar entre os infinitos caminhos possíveis é uma trilha de formiga: o tempo vivido pela biografia é aquele pouco captado pela memória narrativa. Mas a pessoa reflete sobre o tempo que lhe aparece como luz atrás de um pano esgarçado (BOSI, 2003, p.45).

A memória é, portanto, um trabalho sobre o tempo vivido, experiências construídas, caminhos feitos, marcado pela cultura do indivíduo. O ser humano não caminha de forma homogênea, mas a partir de realidades distintas. Cada grupo social o vive, significa e ressignifica a seu modo.

Nesta pesquisa temos utilizado dos estudos autobiográficos em educação como recurso metodológico e neste sentido as autobiografias são concebidas como possibilidade de descrição da vida em memória, ou seja, a narrativa enquanto expressão da memória imprime alteridade e reciprocidade.

A memória é entendida como interpretação do vivido, que pela atribuição de sentido torna-se lembrança, sofre nova interpretação ao ser narrada. Interpretação que justifica/explica o tempo presente, a ação e o desejo que é potencialidade para um futuro imaginado. A narrativa, dessa forma, passa a ser percebida como uma interpretação da interpretação. E é nesse jogo de interpretações que

as modulações são possíveis e que há espaço para o ficcional (CUNHA, 2012, p. 100).

Na perspectiva de Cunha (2012), o exercício de desvelamento que caracteriza a pesquisa autobiográfica se fundamenta na memória. É a memória que assinala a singularidade de cada pessoa, direcionando as possibilidades de ser e fazer. O processo de contar a própria história possibilita aliar o passado e o presente, apontando não somente justificativas sobre o que somos, mas abrindo possibilidades de ser.

Em relação às mulheres entrevistadas, na pesquisa como um todo, e não apenas das duas mulheres aqui apresentadas, a memória da infância foi motivo de saudosismo e certa nostalgia, para outras, porém, parecia não haver motivos para recordar. Em relação, à inserção na prática da prostituição, algumas o vivenciaram com glamour e é interessante sublinhar que nestes casos foram as situações em que as mulheres hoje têm mais de cinquenta anos, por outro lado, as demais mulheres não trouxeram a inserção na prática da prostituição como um acontecimento glamoroso.

Fazendo um levantamento de alguns dados referentes ao ano em que as mulheres nasceram e o ano (aproximadamente) em que iniciaram na prostituição podemos dialogar com algumas memórias e recordações importantes no que tange a temporalidade. No quadro a seguir compartilho estas informações:

Identificação	Ano nascimento	Inserção na prostituição
Ivone	1963	1980
Daniela	1971	1995
Rosângela	1953	1970
Cristiane	1977	1992
Viviane	1966	1980
Linda	1975	2000
Bianca	1971	1988
Luana	1981	1996
Luci	1966	1988
Carla	1978	2000

*Quadro elaborado pela autora*

Importante observar estes dados, em relação com as narrativas das mulheres, pois expressam o modo como cada uma significa e significou sua inserção

na prostituição, o momento histórico em que viviam, os acontecimentos familiares, sociais, culturais; além de relacioná-lo com momento em que narram e lembram destes fatos. Dentre as mulheres entrevistadas, cinco delas nasceram da década de 1970 e tiveram sua inserção na prostituição na década de 1990, ou final da década de 1980. As outras duas mulheres nascidas neste período tiveram sua inserção na prostituição por volta do ano 2000 ou final da década de 1990. Importante sublinhar que três destas mulheres, antes de iniciarem na prática da prostituição foram casadas e entraram na batalha após o término do casamento, como foi o caso das duas últimas que iniciaram a prática por volta do ano 2000. Em ambos os casos houve situações de violência doméstica por parte dos companheiros. As outras duas mulheres contaram que iniciaram na prática da prostituição antes de completarem os 18 anos.

Visualizando o quadro identificamos três mulheres nascidas na década de 1960 sendo que todas três se inseriram na prostituição na década de 1980. Nesta situação, duas destas mulheres iniciaram a prática da prostituição após a fuga do ambiente familiar violento ou em busca de melhores condições de vida. Ainda, visualizando o quadro, temos uma mulher nascida na década de 1950 e com início na prostituição na década de 1970; e uma mulher nascida na década de 1980 e início na prostituição em 1990. As mulheres que iniciaram na prostituição nas décadas de 1970 e 1980 trouxeram mais relatos relacionados à bares glamorosos, como já pudemos identificar. Por outro lado, as mulheres que trouxeram os relatos relacionados às décadas de 1990 e 2000 trouxeram mais relatos relacionados à vivência na rua e às situações de violências e inconsistências neste contexto.

Os relatos assim como a visualização destes dados nos mostram e nos remetem a um dado fundamental nesta pesquisa: a experiência a partir da memória e/ou esquecimento trazido pelas mulheres. Por experiência, compartilho do pensamento de Kofes e Piscitelli (1997) que entendem que a experiência como aquilo que não se expressa apenas em sentimentos e ações, mas também em reflexões sobre ações e sentimentos. Este dado esteve muito presente nas narrativas das mulheres, pois à medida que faziam memória de suas trajetórias refletiam sobre as mesmas, estabelecendo elos e pontos de interseção e interpretação sobre as mudanças, continuidades, descontinuidades, rupturas ocorridas em suas trajetórias. Desse modo,

A memória, se considerada como lembrança e esquecimento ancorados no presente, seria, para os mais cientificistas, uma fonte inviável para a reconstituição do passado. Mas, se deixamos de

lado as preocupações positivistas dos trabalhos de historia oral interessados em desvendar “verdadeiramente” aconteceu no passado, é possível perceber a riqueza oferecida pelas memórias (KOFES e PISCITELLI, 1997, p. 346).

Construindo o que podemos denominar de universo de significados e estabelecendo correlações entre as mulheres trouxeram no tempo/espaço das entrevistas com o tempo/espaço/percepção de minha inserção em campo alguns elementos surgem como uma grande colcha permeada de fios, ora mais finos, ora mais grossos, ora com cores intensas e nítidas, ora com cores opacas, de modo que muitos ditos também deixaram transparecer não ditos, elementos que pouco pude captar, ou que me escaparam. Alguns esquecimentos, no processo de rememorar, fazem parte também de escolhas daquilo que significa e faz sentido.

Nas memórias, as lembranças pessoais são reconstruídas a partir de um presente que é social uma vez que, para o autor, a lembrança pessoal esta situada na encruzilhada de redes de solidariedade múltiplas com as quais os indivíduos estão comprometidos. Mas se essas reconstruções falam de um presente que estabelece limites para as lembranças e as que as molda continuamente dando a elas novas formas, as lembranças também falam do passado [...] seria possível levar em conta o “vaivém” entre o presente e passado e a singularização do social presente nas trajetórias de uma procura de reconstrução do passado ou aquela de partir de uma noção de individuo para em seguida ter que situá-la socialmente (KOFES e PISCITELLI, 1997, p. 347).

Aquilo que não foi dito ou não captado, ou ainda os elementos presentes neste universo intenso e complexo de significados que é a realidade da prostituição e, portanto, não puderam ser nomeados não diminui a riqueza da pesquisa, antes mostra que estamos falando de processos, de narrativas que são construídas, ditas e não ditas, de trajetórias e caminhos percorridos no qual se forma uma rede imensa de relações e interações. Neste sentido, o que tem importando de fato nesta pesquisa, é de certo modo, desvendar, perceber, captar de que forma as próprias mulheres significam e constroem saberes a partir deste universo.

A memória não é um objeto para ser provado ou demonstrado, não precisa de validação a partir de signos estabilizados e “neutrais”. A vida prática se tece na memória, como símbolo auto significante. As maneiras como elas lembram e narram suas vidas é uma forma radical de “agenciamento” (OLIVAR, 2010, p. 54).

A partir do leque de memórias trazidas e compartilhadas algumas expressões no processo de narrar e rememorar foram fios, que a princípio pareciam soltos, mas que no percurso da pesquisa foram se entrelaçando.

## Considerações finais

A temática do envelhecimento a partir da experiência e narrativa de mulheres que exercem ou exerceram a prática da prostituição no Centro Histórico de Salvador aponta como o processo de construção de identidade, gênero e envelhecimento tem se consolidado em suas trajetórias.

Contar e recontar suas trajetórias, reconhecer os desafios encontrados, os silêncios, pausas e interrupções, as escolhas feitas neste percurso marcam os modos como cada mulher interpreta sua própria história, recria possibilidades, estabelece relações e constroem a si mesmas enquanto mulheres.

Os conceitos de memória e esquecimentos surgiram a partir dos relatos e narrativas trazidos pelas mulheres, apontando o lugar da experiência, da memória e dos significados da prostituição e da velhice em suas vidas.

## Referências bibliográficas

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2ª-ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CABRAL, Benedita Edina Lima. **Mulher e Velhice**. In: MOTTA, Alda Britto da; AZEVEDO, Eulália Lima; GOMES, Márcia Queiroz de Carvalho (Orgs.). Reparando a falta: Dinâmica de Gênero em perspectiva geracional. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – MEIM. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2005.

DELORY-MOMBERGER, C. **Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa Biográfica em Educação**. Educação em Revista: Belo Horizonte, 2011, v.21 (01), p. 333-346.

DELORY-MOMBERGER, C. **Les Histoires de vie.** De l'invention de soi au projet de formation. Paris: Anthonpor, 2000.

DELORY-MOMBERGER, C. **Formação e socialização:** os ateliês biográficos de projeto. Educação e pesquisa. São Paulo, maio/ago. 2006, v.32, n2, p. 359-371.

DELORY-MOMBERGER, C. **A pesquisa biográfica:** projeto epistemológico e perspectivas metodológicas. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; PASSEGI, Maria da Conceição (Orgs). Pesquisa (Auto) Biográfica Temas transversais: Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto) biográfica, Tomo I. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012, p. 71-93.

KOFES, Suely. **Experiências sociais, interpretações individuais:** histórias de vida, suas possibilidades e limites. Cadernos Pagu, n.3, p. 117-141, 1994.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. **Memórias de “histórias femininas, memórias e experiências”.** Cadernos Pagu (8/9), 1997, p. 343-354.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Guerras, trânsitos e apropriações:** políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado Antropologia Social, Porto Alegre, 2010.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta:** políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

OLIVEIRA, Mônica Queiroz de. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte – o trabalho da vida nada fácil.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

PASINI, Elisiane. **“Corpos em evidência”, pontos em ruas, mundos em pontos:** a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo. Dissertação de Mestrado Antropologia. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000.

PINHO, E.B.M. **Trabalho sexual e envelhecimento: trajetórias** de vida de prostitutas idosas. XI Congresso Brasileiro Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 07 a 10 de agosto, 2011.

PINHO, E.B.M. **Entre estigmas e resistências: trajetórias de vida de prostitutas idosas.** II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, 13 a 15 de setembro de 2010, Belém do Pará (PA).

RAGO, Margareth. **Descobrimo historicamente o gênero.** Cadernos Pagu (11) 1998, p.89-98.

SOUZA, Elizeu C. **Pesquisa narrativa e escrita auto (biográfica):** interfaces metodológicas e formativas. In: SOUZA, E.C; ABRAHÃO, M.H.M.B. (Ogs). **Tempo, narrativas e ficções: a invenção de si.** Porto Alegre: EDIPURS, 2006, p. 135-147.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos:** brasileiras nos mercados do sexo transacionais do sexo. Coleção Sexualidade, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

## MULHERES IDOSAS E O ENVELHECIMENTO ATIVO

Isolda Belo

*Fundação Joaquim Nabuco,*  
[ibelodafonte@gmail.com](mailto:ibelodafonte@gmail.com)

Aline de Oliveira Bomfim

*Universidade Federal Rural de Pernambuco*  
[alineob@yahoo.com.br](mailto:alineob@yahoo.com.br)

### Resumo

As reflexões aqui apresentadas resultam do projeto *Mulher Idosa em Pernambuco: empoderamento e seus entraves*, desenvolvido pela Fundação Joaquim Nabuco, com a aplicação de 4.500 questionários a mulheres com mais de sessenta anos. O objetivo deste artigo foi analisar a relação entre o conceito de Envelhecimento Ativo (EA) e o comportamento das idosas entrevistadas relativo a sua atuação no âmbito doméstico ou público. Como resultado, pode-se concluir que as mulheres idosas pesquisadas, embora reajam aos estereótipos e modelos a elas predeterminados -seja pelos padrões marcadamente patriarcais da sociedade brasileira, seja pela imagem tradicional de velhice-, ainda reproduzem situações e valores, que reforçam a sua integral responsabilidade pelos cuidados da casa e da família, em detrimento de suas necessidades individuais, tanto em relação à saúde como também em torno da destinação dos recursos econômicos. Dessa forma, vivenciam também uma ambiguidade em relação às exigências de participação no espaço público contidas nas novas identidades sociais preconizadas pelo EA.

**Palavras-chave:** envelhecimento ativo, mulheres idosas, gênero.

## Introdução

Com base nos dados coletados na Pesquisa Mulher Idosa em Pernambuco: empoderamento e seus entraves<sup>1</sup>, refletimos sobre as dificuldades de inclusão da atual geração de mulheres idosas nas diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU, 2002) contidas na proposta do conceito de **envelhecimento ativo** (EA). Pretende-se contribuir, não apenas para o debate presente nos estudos sobre o envelhecimento, mas também reforçar os indicativos de que os novos desafios e modelos impostos à velhice podem ser reivindicados e reconstruídos principalmente no que se refere às mulheres.

Partimos da ideia de que os processos de mudança provocam e indicam a produção e condução de novas identidades sociais, permitindo diferentes configurações ao comportamento exigido a este coletivo pelas diversas forças sociais e políticas. Com isso, também queremos alertar sobre a necessidade de ampliar as políticas públicas destinadas à pessoa idosa, em especial, para a atual geração de mulheres com mais de sessenta anos que, devido à trajetória seguida e às desigualdades de gênero acumuladas ao longo da vida, veem suas chances diminuídas de reconfigurar suas realidades locais de forma a poder envelhecer na perspectiva proposta pelo EA. As questões básicas que nortearam este estudo foram: As identidades sociais produzidas pela e para a mulher idosa são afetadas diante dos novos desafios/modelos postos à velhice pelo conceito de EA? Em relação às prioridades estabelecidas pela atual geração de mulheres idosas, como fica a sua atuação no âmbito público, já que é esta a orientação contida nas atuais diretrizes da ONU para o envelhecimento?

## Metodologia

Este artigo se baseia na análise dos dados coletados na pesquisa *Mulher Idosa em Pernambuco: empoderamento e seus entraves*, que foi realizada no estado de Pernambuco e concluída no ano de 2015. Foram acrescentadas as reflexões circunscritas ao subprojeto a ela vinculado *Agora são elas: as novas identidades da mulher idosa*<sup>2</sup>. A pesquisa matriz aplicou 4.500 questionários

---

1 Pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco em parceria com a Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco.

2 Projeto do PIBIC desenvolvido por Aline Bomfim na Fundação Joaquim Nabuco, sob a orientação de Isolda Belo.

a mulheres com mais de sessenta anos, escolhidas aleatoriamente, em um universo definido por amostra da população idosa de Pernambuco, distribuída pelas diferentes regiões do Estado. Foram selecionadas as seguintes variáveis para análise aqui apresentada: renda, ocupação do tempo, estado civil, tomada de decisão sobre sua renda, tipo de mídia a que tem acesso, violência e as concepções sobre o significado de *ser velha* e *ser mulher*. Esta seleção se fez em face do objetivo de compreender a prioridade existente no comportamento dessas mulheres relativo à sua atuação no âmbito público ou privado. Este eixo de análise tem por base a diretriz contida no conceito de EA, que estabelece a priorização do protagonismo da pessoa idosa estimulando sua participação efetiva nas diversas estruturas sociais.

## Resultados e Discussões

Inicialmente apresentamos o perfil econômico das mulheres entrevistadas para a pesquisa que, intencionalmente, buscou atingir as mulheres que demandam políticas públicas, ou seja, aquelas de menor poder aquisitivo: 90,2% delas declararam receber até 2 salários mínimos. Desse total, quase metade (41,4%) recebe apenas um salário mínimo. A maioria delas (76,7%) exerceram atividades remuneradas no decorrer da vida, não sendo, portanto, mulheres que tiveram a sua atuação circunscrita à vida doméstica.

Para a análise quanto à autonomia econômica realizamos o cruzamento de duas informações: estado civil e identificação da pessoa responsável pela tomada de decisão sobre o uso da renda. As mulheres que decidem sobre sua renda são aquelas que não vivem atualmente com algum companheiro ou marido. Em relação às casadas, não existe autonomia para o gasto de seus recursos financeiros. Segundo os dados pesquisados, 69,2% das idosas entrevistadas gastam todo seu rendimento em custos do domicílio; apenas 0,1% afirma gastar quase nada ou ter o salário integral poupado. Temos, ainda, que 21,7% dessas mulheres ainda exercem atividade que gera renda em trabalhos desempenhados no comércio 7,3%; em atividade agrícola, 7,7%; emprego em casas de família, 3,1%, e na indústria têxtil, 2%. Das mulheres que estão inativas (78,3% das entrevistadas), 39,7 delas recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do Governo federal .

Em relação às formas de uso do tempo e participação em atividades no âmbito público, pode-se constatar que a grande maioria delas (63,5%), tem como atividade social principal a visita a pessoas da família. Em seguida, temos

21,6% que frequentam grupos que denominam *da terceira idade* dedicando-se ao lazer, constituído de passeios ou pequenas festas organizadas por estas entidades, fundamentalmente frequentadas por pessoas idosas e, em sua quase totalidade, por mulheres. Apenas uma minoria dedica seu tempo a ações que podem ser consideradas de engajamento ou compromisso com as estruturas mais politizadas da sociedade, tais como ONGs (2,9%), Sindicatos (2,4%) e Associações (4,5%), lembrando, ainda, que a maior parte dessas entidades também oferece o lazer como ocupação para os participantes. Em estudo paralelo, igualmente desenvolvido no âmbito da pesquisa matriz e tomando como referência os movimentos organizados em defesa da pessoa idosa, constatamos:

“que a participação das mulheres é majoritária nas principais entidades de defesa do coletivo idoso. No entanto, esta participação não se dá em cargos de direção. Não há sequer um levantamento das demandas específicas da mulher idosa nas reivindicações ou propostas feitas pelas entidades. Estas se restringem às demandas de saúde e afetivas, consideradas por meio unicamente das queixas relativas à solidão. Para tanto, se submetem a atividades propostas por uma liderança (exercida por um homem), que se limita a ações recreativas” (NIGRO, 2014, p. 33)<sup>3</sup>.

Nessa perspectiva e, tendo por base os dados até aqui apresentados, observa-se que a relação com a família ainda é o grande eixo das atividades sociais dessas mulheres, seguindo o padrão de comportamento em que foram socializadas: sua participação não se amplia além do cuidado com a família e da dedicação aos serviços considerados secundários na hierarquia dos valores dominantes. A participação em entidades que estimulem a sua atuação política, tal como a vinculação a associações, sindicatos, e outras, é ainda muito escassa

Ao lado dessas atividades também está a dedicação à vida religiosa, tradicionalmente associada ao comportamento feminino: 70% delas são católicas; 24, 2% são evangélicas e 2,4%, espíritas. Não foram identificadas mulheres sem religião. Independente de sua opção de fé, é alto o percentual (89%) das que frequentam regularmente suas igrejas: 37,5% vão semanalmente; 6,0% mais de uma vez por semana; 22,4% , de uma a três vezes por mês; 23,6% menos de uma vez por mês.

---

3 Relatório do subprojeto de Pesquisa do PIBIC/FUNDAJ de Ícaro Nigro: Mulher Idosa em Pernambuco: um coletivo em ação. IN: Relatório da Pesquisa Mulher Idosa em Pernambuco. FUNDAJ. Mat. Impreso. 180p. .

Observa-se, portanto, que as atividades principais desenvolvidas pelas mulheres no âmbito público estão vinculadas à prática religiosa ou a dedicação a atividades familiares. Tais constatações se alinham com a ideia de que o comportamento da mulher idosa ainda encontra-se fortemente influenciado por essas estruturas, que tendem a reforçar o caráter doméstico de seu comportamento.

Para as entrevistadas que responderam à questão relativa à violência percebemos que os números apontam para um alto índice de violência doméstica. Identificam como principais agressores os filhos ou netos (16,8%) e parentes mais afastados (1,6%). Os cuidadores foram mencionados em apenas 0,6%, registrando que elas não consideraram como cuidadores as pessoas da família. Nesses casos, seguindo a tendência observada nos estudos sobre violência, não houve registro oficial dessas ocorrências, argumentando não quererem expor os seus familiares, ainda que tenham sido agredidas por eles.

Perguntadas pela forma de busca e acesso a informações, não houve menção a amigos ou grupos de apoio, mas fundamentalmente, está presente a TV (90,1%) e o rádio (81,8%).

Por fim, em relação à pergunta sobre qual o significado de *Ser Idosa*, a opinião da grande maioria das entrevistadas (76,1%), identifica esta fase da vida a elementos negativos: doença, tristeza, medo da morte, fim da vida, solidão. Apenas 23,5% delas percebem fatores positivos, tais como, ser a melhor fase da vida, seja por terem já criado os filhos ou por terem adquirido experiência. Enquanto que na opinião sobre o que significa *Ser Mulher*, elas apontam elementos que requerem uma grande responsabilidade por parte delas, ou seja, ser forte, *trabalhadeira*, ter responsabilidade com a família, ser compreensiva, carinhosa e inteligente. Na mesma perspectiva, obedecer e *sofrer muito* aparecem em grande parte das respostas.

Para refletir sobre estes dados nos baseamos na questão do envelhecimento populacional e nas concepções de Stuart Hall (2006) e Castells (1999) sobre a construção da identidade nas sociedades pós-modernas.

O envelhecimento populacional vem despertando internacionalmente a preocupação dos gestores públicos diante de seus aspectos duradouros e irreversíveis. Nesse contexto, é consensual a identificação do processo de feminização da velhice (CAMARANO, 2006), que corresponde a maior proporção de mulheres idosas em relação aos homens dentro do coletivo, estimulando a mudança dos paradigmas relativos à velhice, historicamente associada à exclusão social, dependência e doença. A ideia atualmente dominante, proposta pelos organismos internacionais, é a de promover o *envelhecimento ativo*, que

se propõe a estimular o protagonismo da pessoa idosa por meio de sua participação nas diversas estruturas sociais. Este conceito foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como orientação às principais políticas destinadas à população idosa. O *Plano Internacional para o Envelhecimento* (Madri, 2002) traz as diretrizes que vêm sendo seguidas nos diversos países do mundo e, também, no Brasil. Esse novo plano de ação cria o conceito de **envelhecimento ativo**, considerado o processo pelo qual se otimizam as oportunidades de bem estar físico, social e mental durante toda a vida, com o objetivo de ampliar a expectativa de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice (ONU, 2002). Este conceito, também se refere ao ato de uma implicação contínua em atividades socialmente produtivas e de trabalho gratificante. Nesse sentido, incorpora-se de maneira substancial a noção da pessoa idosa como uma pessoa de direitos e deveres na sociedade, devendo contribuir para a dinâmica da economia.

No entanto, pergunta-se: a atual geração das mulheres idosas, principalmente aquelas que demandam políticas públicas, encontram as condições estruturantes para assumirem este protagonismo?

Stuart Hall (2006) e Castells (1999) afirmam que a sociedade contemporânea vem sofrendo grandes transformações sociais, culturais, políticas e econômicas decorrentes principalmente do processo de globalização, provocando fragmentações nas antigas referências de suporte às identidades - como trabalho, família, religião.

Essas fragmentações sugerem mudanças, devido às novas realidades em que se apresentam, produzindo novas configurações sociais que transformam as identidades. Para o autor, há três concepções de sujeito que se formaram ao longo da história: *Sujeito do Iluminismo*; *Sujeito sociológico*; *Sujeito pós-moderno* (STUART HALL, 2006)

Em nossa análise, nos detemos apenas na ideia do *Sujeito pós-moderno*, considerando a pessoa que não possui identidade fixa ou permanente estando sempre em transformação, constituída de experiências advindas dos diversos sistemas culturais que nos rodeiam. Outra característica desta pessoa pós-moderna é a de possuir e absorver mais de uma identidade a partir das configurações sócio históricas. A identidade social é abrangente e se constrói nas diferenças e escolhas presentes nas relações sociais num processo de internalização e incorporação. A pessoa pós-moderna carece de afirmações e determinações tanto religiosas quanto científicas porque as duas já não satisfazem mais. Para ela, nada é fixo, tudo é mutável, moldável, fluido, contínuo,

assim como a identidade, por isso, estará em eterno conflito e disputas de status e papéis para autoafirmação.

Nessa perspectiva, Castells (1999), considera a identidade como um processo de construção de significados baseado na cultura ou num conjunto de propriedades culturais, que se relacionam entre si. As configurações que permeiam a organização da conjuntura social produzem novos significados e novas identidades, tais como: *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...] *Identidade de resistência*: criada pelos atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e de sobrevivência [...] *Identidade de projeto*: quando os atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social [...] (Castells, 1999, p.24).

Para Castells (1999), a identidade é algo fluido, mutante, que é transformada por meio das várias experiências acumuladas ao longo da vida e de condições sócio históricas impostas no meio em que vivemos, tanto influências por vias locais quanto globais. São as influências locais e globais, portanto, que produzem novas demandas e organizam formas de cognições da pessoa – objetiva e subjetivamente – servindo de marco para a construção e/ou reconstrução das identidades pelo reconhecimento e diferença.

Nesse sentido, é que necessitamos identificar quais as lutas, incorporações e fragmentações identitárias, que a atual geração das mulheres idosas está enfrentando, face ao conflito entre a sua vivência local e sua socialização histórica em uma sociedade patriarcal, frente à realidade global que as pressionam para que atuem no espaço público, referendado pela nova percepção da velhice como uma fase obrigatória de participação social.

No contexto de reconstrução dessas identidades, a mulher com mais de sessenta anos, vê reforçada sua vivência em um tempo de referências ambíguas, contraditórias, que exigem a fluidez na construção de sua identidade. Exige-se, portanto, fluidez a uma geração vinda de um contexto de formação de valores “sólidos”, fundamentados em dois alicerces: sociedade patriarcal, que exclui a mulher do espaço privado, e da velhice, concebida como afastamento das atividades públicas.

A entrada da mulher no mercado de trabalho provocou uma mudança significativa nas configurações familiares, pois estas mulheres passam a ser a principal ou a única fonte de renda da família. O crescimento econômico

informacional global, assim como mudanças tecnológicas nos processos de reprodução e as lutas da mulher por meio dos movimentos feministas, observadas a partir dos anos 60, dão ainda mais força a essas transformações sociais (CASTELLS,1999). As mulheres idosas, que vivenciam estes processos na atualidade, são também atingidas por tais mudanças, influenciando suas referências estruturais identitárias, baseadas essencialmente no patriarcalismo. No entanto, o EA, vem sendo unicamente exercido como uma orientação para que as pessoas idosas se adequem a este novo modelo, sem que sejam oferecidas as condições necessárias para tanto. Como foram observados nos dados obtidas pela pesquisa, pode-se constatar que prevalecem uma ambiguidade no comportamento dessas mulheres que, ao mesmo tempo em que buscam superar as concepções tradicionais sobre o envelhecimento, não encontram uma rede de apoio que lhes permita superar os comportamentos tradicionalmente internalizados por elas ao longo de sua socialização.

## Conclusões

As reflexões aqui apresentadas apontam para a necessidade de estudos diretamente focados na relação entre as atuais exigências contidas nas diretrizes da ONU, - adotadas pelo Brasil -, em relação ao envelhecimento e a atual geração de mulheres idosas.

Consideramos que as novas identidades da mulher idosa são arranjadas pela reconstrução de antigas referências identitárias, concomitantemente influenciadas pelas transformações de caráter externo - locais e globais. Por um lado, foram socializadas fortemente pela ideia da priorização do espaço doméstico como ambiente de sua atuação e continuam na velhice a seguirem esta orientação. Isso é devidamente observável pelas opções apontadas nas respostas das mulheres entrevistadas em relação ao gasto de seus rendimentos e pelas atividades principais por elas desempenhadas.

Tem em vista o *envelhecimento ativo* preocupa na realidade social das mulheres idosas, tanto os discursos externos, como aqueles internos (subjetivos), relativos à compreensão da mulher idosa sobre si mesma, que produz uma dupla demanda de atuação. De um lado, é exigido um comportamento associado à fragilidade e a domesticidade; de outro, é requerida a sua participação ativa na manutenção de sua vida e de sua família.

Os discursos externos e internos estão cercados e banhados nas produções e reproduções institucionais. As exigências do discurso global, muitas vezes,

não condizem com a realidade específica (local), contradição que provoca e induz ao reforço de um comportamento que sobrecarrega ainda mais a mulher idosa.

A fragilidade física e afetiva e a permanência da atuação no âmbito doméstico, por exemplo, apontadas não só pelo envelhecimento, mas também pela própria concepção sócio-histórica da mulher em sociedade, traduz esta luta: ainda que não queiram ser consideradas frágeis, e ainda que extrapolem o espaço de seu domicílio como campo de atuação, reproduzem para si, padrões que inibem representações ativas e livres a respeito do ser mulher e do ser idosa.

## Referências

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: Uma contribuição demográfica. In: FREITAS, E. V. et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2006. p. 88-105.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 2ª Ed. São Paulo, SP. Paz e Terra, 1999.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro, RJ. DP&A. 2006.

\_\_\_\_\_. **Identidade e diferença a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2009.

ONU **Estratégia Internacional de Ação sobre o Envelhecimento**, 2002. “Disponível em”: < [www.madrid2002-envejecimiento.org](http://www.madrid2002-envejecimiento.org). > “Acesso em”: maio/2016.

## “CAMINHOS PERCORRIDOS” POR MARIA THETIS NUNES: PIONEIRA CATEDRÁTICA DO ATHENEU SERGIPENSE

João Paulo Gama Oliveira  
*Faculdade Maurício de Nassau/SEED*  
jpg\_oliveira@yahoo.com.br

### Resumo

Maria Thetis Nunes, nasceu na cidade sergipana de Itabaiana no ano de 1923 dedicou boa parte da sua vida ao magistério secundário e superior, bem como as pesquisas e escritos acerca de diferentes facetas da História de Sergipe. Thetis, foi aluna do Atheneu Sergipense e depois retornou como professora da renomada instituição de ensino secundário, constituindo-se como a primeira mulher a ingressar naquela Congregação como catedrática. Dessa forma, os caminhos percorridos pela jovem Thetis até a realização do concurso são investigados no presente trabalho, no qual tomamos como fontes as suas publicações em jornais e sua participação em associações estudantis ainda como discente dos cursos ginásial e secundário, como também entrevistas da intelectual sergipana. A pesquisa aponta como a cátedra ocupada pioneiramente por Maria Thetis Nunes, foi conquistada paulatinamente, mesmo antes do certame que enfrentou com bravura e com uma bagagem de estudos tanto dentro da sala de aula em Sergipe e na Faculdade de Filosofia da Bahia, como também pelo aprendizado nos movimentos estudantis que fez parte, entre outras “redes” de sociabilidade. A mulher, forte e dedicada, contou com o apoio da família e de alguns professores ao longo da sua caminhada estudantil até a cátedra, mas, sobretudo, com uma forte determinação que a fez transpor barreiras que pareciam intransponíveis.

**Palavras-chave:** História da Educação, Intelectual, Itinerários, Maria Thetis Nunes.

## Introdução e Metodologia

Maria Thetis Nunes (1923-2009)<sup>1</sup> constitui-se como uma intelectual brasileira nascida no seio de família humilde na cidade sergipana de Itabaiana, a jovem deixou o interior para prosseguir os estudos na cidade de Aracaju. Na capital, estudou no Atheneu Sergipense o ensino secundário entre os anos de 1935 e 1941 deixando essa “Casa de Educação Literária” para ingressar na primeira turma da graduação em Geografia História na Faculdade de Filosofia da Bahia.

Ainda como aluna do ensino superior ingressou como catedrática de Geografia Geral no Atheneu Sergipense, dali em diante assumiu diferentes postos de direção, publicou dezenas de artigos na imprensa local, participou de diferentes congressos com apresentação de trabalhos científicos e, sobretudo, ensinou e escreveu acerca de diferentes facetas da História de Sergipe e do Brasil. Thetis Nunes possui a mais vasta obra sobre o passado sergipano inclusive com uma síntese da História da Educação sergipana da colônia a república, além de um variado número de escritos sobre intelectuais, entre outras temáticas abordadas pela pesquisadora.

Diante da vastidão que envolve sua vida, o presente trabalho busca analisar os “caminhos percorridos” por Thetis Nunes até a conquista de uma cátedra no Atheneu Sergipense. Para atingir tal fim utilizo como fontes as suas publicações em jornais e sua participação em associações estudantis ainda como discente dos cursos ginásial e secundário, além de uma entrevista com a própria Thetis efetuada no ano de 2007 e depoimentos concedido por ela a outros pesquisadores.

## Resultados e discussão

Thetis Nunes orgulhava-se do seu pioneirismo e fazia questão de mencioná-lo sempre que tinha oportunidade. Em entrevista concedida ao autor em 2007, a citada professora discorreu sobre sua trajetória com o nascimento na cidade de Itabaiana/SE, no ano de 1923. Filha de José Joaquim Nunes e Maria Anita Barreto, tendo perdido seu pai muito cedo, sua mãe assumiu a responsabilidade

---

1 A presente discussão deriva da Tese intitulada “Caminhos cruzados: itinerários de pioneiros professores do ensino superior em Sergipe (1915-1954)”, para saber mais sobre o assunto ler Oliveira (2015).

de cuidar tanto de Thetis, como de seus dois irmãos: Fernando Barreto Nunes e Emília Nunes. Seu pai faleceu logo depois de aventurar-se na busca da borracha na Amazônia na década de 1920.

Conforme estudos de Santos (1999), Thetis residia em uma casa situada na rua do Cisco, atualmente, 13 de Maio, na cidade de Itabaiana. Sua mãe, que só tinha o curso primário, lia constantemente os jornais enviados por seus tios da Bahia e do Rio de Janeiro. Sobre Anita Nunes, Thetis recorda dos ensinamentos por meio dos provérbios, da dedicação à família, das orientações seguras que dava aos seus filhos e do seu interesse pela leitura, bem como da sua facilidade de manipular os números.

Conforme Oliveira (1997), foi durante sua infância, mais precisamente aos 10 anos, que Thetis Nunes teve os primeiros contatos com a literatura, por meio de romances como o “Guarany” e “Amor e Perdição”, como também de revistas como “Tico-Tico” e das novelas escritas em fascículos como “A Filha do Diretor do Circo” e “Flávia, a Princesa Desventurada”. Também com essa idade, Thetis viveu a grande seca de 1933, que atingiu o nordeste brasileiro, marcas que ficaram guardadas em suas memórias:

Lembrando minha infância, evidencio fatos que marcaram a minha personalidade: a solidariedade existente entre as pessoas, a ausência de distinção social visível nas festas das casas, mesmo nas menos pobres, sem convites e preconceitos, onde todos dançavam...o drama da seca dos começos da década de 1930, olhando, espantada, os retirantes chegando à cidade, famintos e sedentos, e as longas filas de vasilhas em busca da água do único poço artesiano existente na cidade e os açudes quase secos ..., ou as pessoas chegando, espavoridas, fugindo de Lampião e outros cangaceiros (NUNES, 2005, p. 233).

O cotidiano da sua cidade berço, narrado no aniversário de oitenta anos, aparece repleto de marcas do presente na descrição daquele passado vivido em outrora. As memórias de Thetis Nunes já octogenária apresentam uma cidade com “ausência de distinção social” e seus círculos de convívio que envolviam festas em casas de grupos sociais distintos. Olhando por outro ângulo, veem-se também os reflexos da seca e do movimento do Cangaço que perpassou o nordeste brasileiro nas primeiras décadas do século XX, deixando suas marcas na cidade comercial de Itabaiana.

Alguns anos depois, a criança Thetis Nunes mudou-se para Aracaju, juntamente com a sua família. No trajeto entre o interior e a capital, a Serra de Itabaiana, antes visualizada a partir das árvores do seu quintal, foi, então, vista de perto. Durante a viagem, nunca antes realizada, pensava no exame de admissão que iria prestar naquela desconhecida cidade. Chegando à capital: “Ao descer da marinete na rua da Frente, tive, talvez, a visão mais impressionante da minha vida: o estuário do Rio Sergipe com a quantidade de água que oferecia e que eu nunca vira tanto...” (NUNES, 2005, p. 234).

A menina do agreste sergipano chegava à Aracaju. A seca vivida contrastava com as águas do Rio Sergipe, as várias casas da Rua da Aurora se diferenciavam da sua vivência na Rua do Cisco e arredores. A marinete que trazia os itabaianenses para Aracaju seguiu seu rumo de volta para Itabaiana e Thetis Nunes fincou suas raízes na cidade de Inácio Barbosa. O Rio Sergipe marcou sua primeira visão de Aracaju.

Sua professora primária chamava-se Izabel Esteves de Freitas, renomada docente da cidade natal de Thetis. No discurso de posse na Academia Sergipana de Letras, Thetis Nunes faz referência a sua primeira professora e aos tempos de estudante na sua cidade natal:

No magistério encontrei, a plena realização do meu ideal de vida. Professora eu sou desde os bancos ginásianos; mesmo acidentalmente ocupando outros cargos, nunca me afastei da sala de aula. Vocação despertada na infância numa singela escola pública isolada, pelo exemplo de uma professora admirável, a quem presto a minha homenagem: Izabel Esteves de Freitas. Ela acreditou na menina irrequieta e encantada pelos livros, e me estimulou a abrir caminhos além do horizonte, que me parecia intransponível, marcado pela serra de Itabaiana e suas ramifica es e a seguir sempre em frente, sem esmorecimento para que os sonhos se tornassem vida (NUNES, 1990, p. 90, grifos meus).

As memórias de Thetis Nunes acerca do início da vida estudantil estão interligadas   sua atua o como professora; neste momento, que pode ser considerado um dos mais marcantes na vida de um intelectual sergipano no século XX: a posse na ASL, a itabaianense apresenta fragmentos dos seus itinerários perpassados por recorda es distantes e nomes que contribuir m para sua conforma o na carreira, ou mesmo que necessita citar para creditar uma origem

do seu “despertar intelectual”. Izabel Esteves estava nas memórias de Thetis no rol das pessoas que a incentivou a “abrir caminhos além dos horizontes” apresentados naquele momento. Contudo, não foram só os incentivos daquela professora, como também um conjunto de fatores familiares, sociais e econômicos que fizeram com que Thetis Nunes transpusesse a serra de Itabaiana para que “os sonhos se tornassem vida”.

Como estudante do Atheneu Sergipense em Aracaju, Thetis Nunes, envolveu-se na política estudantil daquele estabelecimento de ensino. Rodrigues (2015) pontua que as alunas Neusa Nascimento e Maria Thetis Nunes participaram como sócias e oradoras do Grêmio Literário Clodomir Silva, como perceptível no seu discurso na Inauguração do Centro Estudantil, em 1938:

Platão afirmava: ‘um dia, uma hora, um momento de heroísmo vale mais que um século de prudência vulgar ou de virtude trivial’. E foi com os olhos dirigidos para estas palavras do imortal filósofo grego que ousei-me dirigir a tão ilustre auditório a fim de desempenhar a missão que me confiaram: representar nesta solenidade a mocidade feminina de minha terra. Aceitei esta missão com entusiasmo porque via o apoio de minhas colegas esta idéia dos jovens estudantes demonstrando que já não é a mulher antiga, enclausurada nas alcovas sombrias, completamente alheia às letras, á civilização e sim a mulher instruída que dia a dia vai revelando sua inteligência, sua inclinação, as artes, a literatura (NUNES, 1938, s/p).

Esse fragmento inicial do discurso de Thetis Nunes, na condição de aluna do quarto ano do curso fundamental do Atheneu Sergipense, aponta elementos do pensamento da jovem estudante defensora dos direitos das mulheres e representante das estudantes daquela instituição de ensino no ato de inauguração do Centro Estudantil. Tal discurso é seguido por referências à Júlia Lopes de Almeida, Victor Hugo, Aristóteles e Sócrates. Além disso, expressa seu pensamento através de frases como: “A educação de um povo é um dos urgentes e maiores problemas”; e na conclusão do parágrafo final afirma: “O progresso é um Tiradentes dando seu sangue em prol da liberdade da Terra de Santa Cruz”.

Um discurso como o citado, proferido em um auditório repleto de estudantes e entre eles algumas mulheres, possivelmente, contribuiu para que o nome de Thetis Nunes ganhasse relevo no meio estudantil, sendo não mais a menina de Itabaiana que chegou à cidade grande, mas, também, construindo “redes”

por meio de laços de afetividade e ideológicos, dialogando com os escritos de Sirinelli (2003).

Faz-se necessário ressaltar ainda que o discurso proferido pela aluna Thetis Nunes é datado de 1938, um ano após o chamado Golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas, ou seja, a liberdade nos diferentes cantos do país era vigiada, mas no Atheneu Sergipense, a itabaiense continuou a estudar e, em 1939, concluiu o seu curso fundamental.

Em suas próprias palavras, Thetis Nunes assim descreve o período de estudante daquela “Casa de Educação Literária”, sob a direção de Joaquim Vieira Sobral:

Lá chegando criança, cursaria os cinco anos ginasiais e os dois complementares, dentro do esquema da Reforma Francisco Campos. [...] Grande parte dessa vivência ocorreu sob a direção de Joaquim Sobral, que se iniciou quando eu ainda cursava a primeira série ginasial. [...] Foi ele um precursor da assistência ao estudante pobre, numa época que o jovem desprovido de recursos não contava com qualquer ajuda dos poderes públicos para estudar (NUNES, 1980, p. 2).

O que se pode entender por “estudante pobre”? Talvez os grandes elogios que Thetis Nunes efetuou ao professor de Desenho esteja atrelado ao apoio fornecido a ela, e outros sergipanos que, não possuidores de vasto capital econômico, como muitos dos seus colegas de classe, sentaram nos bancos do velho Atheneu e dali seguiram para diferentes profissões de comando. Possivelmente, Thetis Nunes precisou do apoio de Joaquim Sobral na fase de adaptação à escola, ou mesmo para poder se integrar ao ambiente novo que surgia na vida da interiorana no universo de muitos professores e exigências próprias do secundário da época.

Assim, Thetis Nunes e mais outros poucos concludentes do curso continuaram os preparativos para o ingresso no ensino superior nos chamados cursos complementares. No Atheneu Sergipense, Thetis Nunes foi aluna daqueles que depois foram seus colegas de profissão: Abdias Bezerra, Felte Bezerra, Gentil Tavares, José Augusto da Rocha Lima, José Rollemberg Leite, Gonçalo Rollemberg Leite, Mario Vilas Boas, Arthur Fortes entre outros. Este último marcou profundamente sua formação como professora e historiadora.

No Atheneu Sergipense, Maria Thetis Nunes estudou durante sete anos, concluiu o ginásio, em 1939; e o curso pré-jurídico, em 1941. Em entrevista a Jucá Melo (2006), Thetis Nunes credita sua formação a vários docentes, entre eles, alguns professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, como: Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Inácio Rangel, Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré, e outros do Atheneu Sergipense.

[...] tive professores maravilhosos, como Arthur Fortes, Gonçalo Rollemberg Leite, que foi o meu professor de Literatura por dois anos e que abriu o meu caminho para conhecer a literatura do Brasil e principalmente de Sergipe. Manoel Bomfim, eu só conheci graças a Gonçalo e depois me foi útil quando no ISEB tive que desenvolver um trabalho com conotações nacionalistas; como sou ligada a Sergipe e queria fazer um trabalho relativo a Sergipe aí me lembrei de Manoel Bomfim, que o professor Gonçalo tanto falava e fui estudar este Manoel Bomfim (NUNES, 2006, *apud* MELO, 2006, p. 55).

Gonçalo Rollemberg, seu professor de Literatura do curso pré-jurídico, reitera o papel do docente na formação dos alunos. No caso de Thetis, a pesquisa sobre Manoel Bomfim remete a uma lembrança das aulas de Literatura com Gonçalo. Do Atheneu Sergipense, seguiu para a Faculdade de Filosofia da Bahia (FFB) para ser aluna da primeira turma do curso de Geografia e História (1943-1945).

Antes disso, logo após concluir o curso pré-jurídico e o ensino secundário, no ano de 1941, Thetis Nunes foi convidada para lecionar no Atheneu Sergipense, pelo então diretor e seu ex-professor, Felte Bezerra, para ministrar aulas de História Geral e do Brasil como professora interina ao longo do ano de 1942. Thetis aceitou o convite e lecionou por um ano; em 1943, seguiu para o curso superior em Salvador. Ainda na condição de acadêmica da FFB, Thetis buscou um lugar na Congregação do Atheneu Sergipense ao se candidatar ao concurso cujo Edital de número 8 foi publicado no dia 20 de julho de 1944 no *Diário Oficial da União*.

O referido edital abria vagas para professor de: História Geral, Geografia Geral e Ciências Naturais. A instrução normativa estava baseada no Decreto Lei 4.244 de abril de 1942, tais normas eram semelhantes ao concurso ao qual Felte Bezerra se submeteu seis anos antes. Maria Thetis Nunes, ainda estudante do

segundo ano do curso superior na cidade de Salvador, enviou ofício ao Diretor da Faculdade de Filosofia da Bahia:

Para fins de concurso à cadeira de História Geral do Colégio Estadual de Sergipe, a infra firmada aluna da 2ª série curso de Geografia e História, vem requerer a V. Excia. os seguintes atestados:

Do exame vestibular à 1ª série do curso de Geografia e História realizado no ano de 1943, discriminando as notas e classificação obtida;

Da aprovação da 1ª série no ano de 1943 com as respectivas notas e classificação;

Identicamente da 2ª série feita no ano de 1944.

N. termos

P. Deferimento

Bahia, 6 de dezembro de 1944

Maria Thetis Nunes

(OFÍCIO DE MARIA THETIS NUNES A FFB, Pasta da discente Maria Thetis Nunes, Arquivo da FFCH/UFBA).

O pleito foi atendido e Thetis Nunes efetuou sua inscrição para concorrer à cátedra de História Geral em 13 de Janeiro de 1945. Conforme o Termo de Abertura de Inscrição para Concurso (1913-1948), localizado no CEMAS, a itabaianense apresentou os seguintes documentos: certidão de idade, atestado de saúde, cinquenta exemplares da tese “A Civilização Árabe sua influência na Civilização Ocidental”, certificado da primeira e segunda série do pré-jurídico.

Além da documentação relativa à sua vida de acadêmica, contando: certificado de atestado de frequência ao curso sobre o Método Histórico Crítico; documentação referente à obtenção do primeiro lugar no concurso de monografia da FFB, sendo esse um trabalho apresentado na cadeira de Antropologia daquela Faculdade; como também uma aula lida no curso de História Moderna da FFB e, ainda, atestado de desempenho de cargo no Centro de Estudos da FFB. Das suas vinculações com outros órgãos na cidade de Salvador, além da FFB, lista-se um diploma do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Depreendo que a jovem Thetis Nunes juntou documentos não exigidos no edital, mas demonstrou por meio deles sua dedicação à graduação; aos cursos complementares e ao movimento estudantil. Tal documentação mostra como o “engajamento” e a atenção aos estudos de Thetis Nunes na Bahia se fizeram

presentes no seu ingresso na docência, não só os conhecimentos angariados dentro e fora da sala de aula, bem como as distinções, serviram na disputa pelo concurso na parte da prova de títulos – o que reforça a importância do debruçar-se nos caminhos percorridos pelos intelectuais até o momento que alcançam determinados postos.

Na lista que trata da documentação entregue pela graduanda em Geografia e História, localiza-se ainda “[...] atestado de ter lecionado na Cadeira de História Geral e do Brasil no Colégio Estadual de Sergipe (cópia do contrato)” e, por fim, recortes de jornais de uma conferência realizada na Capitania dos Portos em Sergipe (LIVRO TERMO DE ABERTURA DE INSCRIÇÃO PARA CONCURSO (1913-1948) – CEMAS). O atestado de professora contratada do Atheneu Sergipense, antes de 1945, reforça os escritos de Thetis Nunes sobre Felte Bezerra como aquele que a convidou para lecionar naquela escola.

O concurso contou com dois inscritos, Thetis Nunes e o bacharel Manuel Ribeiro. Nascimento (2003), ao analisar tal concurso, vislumbra uma disputa entre os partidos do PSD e da UDN, sendo Manuel Ribeiro um prestigiado político pessedebista e Thetis, diante da sua vida acadêmica na Bahia, contava com a simpatia dos udenistas.

Na tentativa de entender melhor os pormenores que permeou o concurso, busquei a imprensa da época. No jornal *Correio de Aracaju* de 25 de julho de 1945, localizei a manchete: “Homenagem a memória de três grandes sergipanos: professores Artur Fortes e Abdias Bezerra e Almirante Amintas Jorge”, a matéria divide-se ao tratar das homenagens realizadas no IHGSE e no Atheneu Sergipense. Nesse último, o jornal faz uma síntese da reunião que ali ocorreu, ao tratar da fala do diretor Joaquim Vieira Sobral, da presença do representante interventor do Estado, o discurso do professor Manoel Franco Freire, que provocou as palmas dos presentes, bem como uma poesia feita por Avany Torres intitulada “Versos a um poeta que morreu”. Além desses, descreveu a fala de Maria Thetis Nunes:

Oração vibrante e oportuna foi a da acadêmica de Filosofia Srta. Maria Tetis, que falou sobre os pseudo concursos, aos quais os protegidos do Poder se submetem por desfaçatês, sabendo de antemão, que eles, - bem ou mal sucedidos nos exames – é que são nomeados e não os seus concorrentes que não tem pistolões na ditadura (JORNAL CORREIO DE ARACAJU, 25 de julho de 1945, p. 4).

O fragmento do citado jornal, que já traduz uma leitura do seu editor acerca da fala de Thetis Nunes, expõe uma jovem graduada que circulava no meio intelectual de Sergipe e proferia discursos, assim como foi sublinhado, tanto na sua época de estudante do Atheneu Sergipense como na Bahia, além de tratar de “pseudo concursos” na própria Congregação do Atheneu Sergipense a qual almejava conseguir um lugar. Os “pistolões” podem ser visualizados como os vínculos políticos que o seu concorrente possuía a ponto de ser nomeado para o cargo que ambos pleiteavam.

Diante da circulação que os jornais impressos possuíam no meio intelectual sergipano e mesmo a representatividade da Congregação do Atheneu Sergipense, pode-se induzir que tal discurso não ficou restrito àquela reunião. Assim, alguns meses depois da publicação, mais precisamente em 10 de outubro de 1945, foi publicado no *Diário Oficial do Estado de Sergipe* um decreto nomeando o bacharel Manuel Ribeiro para exercer o cargo de catedrático de História Geral, no Atheneu Sergipense, padrão O, com base no processo nº 9 209/45 passando a fazer parte do quadro permanente do Estado. Contudo, já no dia 25 de outubro do mesmo ano, o Interventor do Estado, naquele momento, Francisco Leite Neto, em substituição a Marcos Ferreira, nomeou Maria Thetis Nunes como professora substituta do catedrático de História Geral, enquanto durasse o impedimento para com o titular efetivo (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 28 de outubro de 1945).

Em 12 de março de 1946, consta um ofício no Livro de Recortes de Jornais do Atheneu Sergipense que informa:

[...] em face de telegrama do Sr. Ministro da Educação, de 7 de março do ano fluente, que não contraria a indicação por parte deste Colégio, da professora Maria Thétis Nunes para reger, em caráter efetivo, a cadeira de Geografia Geral, reafirmar o júbilo com que se receberia a concretização dêsse ato pelo Governo de Vossa Excelência (LIVRO DE RECORTES DE JORNAIS DO ATHENEU SERGIPENSE-CEMAS).

Tal notícia é confirmada na consulta ao *Diário Oficial do Estado de Sergipe* de 17 março de 1946, no qual consta um decreto com a nomeação de Thetis Nunes para professora catedrática com base no processo nº 2 030/46. A partir de então, Manuel Riberio assumiu História Geral e Thetis Nunes Geografia Geral no Atheneu Sergipense.

A existência de um processo fundamentando a nomeação de Thetis Nunes com um número diferente do que nomeou Manuel Riberio – 9 209/45, atrelada ao que havia sido publicado na imprensa sobre os concursos com a fala daquela jovem graduanda, somados a outros elementos aqui apontados, mostram como o ingresso de Thetis Nunes, no Atheneu Sergipense, esteve permeado por uma série de querelas e embates políticos e intelectuais.

No seu discurso de posse transcrito na íntegra no jornal *Correio de Aracaju*, entre vários elementos da sua trajetória até aquele momento, ela destacou a figura de Arthur Fortes sendo que sua posse ocorreu justamente no dia do aniversário do mestre de História e sublinhou “Grande foi a sua influência na minha formação intelectual” (NUNES, 1946, p. 2). Thetis Nunes afirmou ainda: “Detenho-me um pouco nos caminhos percorridos e, olhando para trás, vejo com alegria que jamais me afastei da meta traçada [...]” (NUNES, 1946, p. 2, grifos meus). Ciente do jogo de memória que envolveu tal fala, o discurso prosseguiu em uma narrativa cronológica com alguns acontecimentos marcantes da vida de Thetis que apontam sujeitos e espaços relevantes nos seus itinerários. Logo depois a catedrática trata da sua conquista como um símbolo da vitória feminina:

Ascendo a uma cátedra do Colégio Estadual de Sergipe, a minha vitória é a vitória do elemento feminino sergipano. As condições sócio-econômicas presentes lançaram a mulher no mesmo terreno das competições dos homens. E hoje, as vemos ocupando os mais diversos cargos, fazendo ruir os preconceitos seculares da sua inferioridade cultural. Para melhor compreender a situação da mulher na sociedade contemporânea, é preciso considerá-la não isoladamente, mas em flutuações da evolução social. É na história da divisão do trabalho que se acentou com a Revolução Industrial, que encontramos as causas e os efeitos da sua atual situação. Não nos encontramos mais na época em que a mulher, para ocupar um lugar de relevo em qualquer setor do pensamento, tinha que, cedendo às pressões do meio, se tornar uma caricatura masculina. [...] Nos nossos dias, pode a mulher distinguir-se nas artes, nas letras, ou nas ciências, sem perder o seu caráter essencialmente feminino. Comprovam as nossas afirmativas as biografias de mulheres famosas como Elisabeth Browning Mary Mitchell, Madame Curie e diversas outras. Todas elas compreenderam a grande afirmativa

de Nietzsche, o louco genial: “a vida consiste em transformar constantemente em luz e flamas tudo o que somos ou que se nos depara” (NUNES, 1946, p. 2).

Tal discurso proporciona diversas interpretações a serem trabalhadas por aqueles que se aventurarem a entender diferentes facetas de Maria Thetis Nunes. Por ora cabe apontar as leituras efetuadas pela sergipana, bem como as mulheres que a inspiravam. Sua posse mais do que alçar a um posto cobiçado da intelectualidade sergipana, era também uma vitória do elemento feminino. Sua erudição e uma sintética exposição da história das lutas das mulheres também são expostas nesse fragmento do discurso proferido pela jovem Thetis no ato da sua posse.

Maria Thetis Nunes que cursava o ensino superior na Bahia no momento de realização do concurso, tinha fama de “subversiva”, como afirmou em entrevista realizada no ano de 2007. Tal “fama” advinha de sua participação nos movimentos estudantis e do envolvimento com nomes de esquerda do meio acadêmico na Bahia. Mesmo adjetivada de tal forma e enfrentando o desafio de integrar um dos ápices da intelectualidade sergipana, em um concurso com intensa conotação política, Thetis Nunes, de “subversiva” na Bahia, chegou à cátedra de Geografia Geral no Atheneu Sergipense.

## Conclusões

Na presente pesquisa, mostro como a vivência na escola “passou para dentro” dessa intelectual brasileira. “Professores-paradigma” são creditados como influenciadores dos caminhos percorridos pela jovem estudante secundarista. Memórias construídas tempos depois quando se propôs a pensar a vida de uma longa distância, mas que possuíam um embasamento na história vivida nas salas de aula e outros espaços de práticas educativas.

Tais práticas escolares dos seus professores, somadas ao universo cultural no qual Thetis Nunes esteve imersa, contando com contribuições do ambiente familiar, com as amigas dentro e fora da sala de aula, a participação em centros acadêmicos, publicações em jornais, as viagens e as mudanças para estudar, constituem-se como elementos que reiteram o significado da “instituição escolar na nossa vida social”, assim como reafirmam a importância dos estudos dos itinerários formativos para a compreensão do intelectual, bem como da História da Educação brasileira na primeira metade do século XX.

Assim, a pesquisa concluiu que a aponta como a cátedra ocupada pioneiramente por Maria Thetis Nunes, foi conquistada paulatinamente, mesmo antes do certame que enfrentou com bravura e com uma bagagem de estudos tanto dentro da sala de aula em Sergipe e na Faculdade de Filosofia da Bahia, como também pelo aprendizado nos movimentos estudantis que fez parte, entre outras “redes” de sociabilidade. A mulher, forte e dedicada, contou com o apoio da família e de alguns professores ao longo da sua caminhada estudantil até a cátedra, mas, sobretudo, com uma forte determinação que a fez transpor barreiras que pareciam intransponíveis.

## Referências

CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Certificados de Exames de Admissão (1934-1946). Ref. 428FASS06. Cx. 107.

CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Livro com o quadro de funcionários docentes, disciplinas e séries (1926-1953). 480FASS09.

CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1916-1939). Ref. 496FASS01.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre/RS. nº. 2, 1990, p. 177-229.

DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de. “O todo poderoso império do meio”: transformações do ensino secundário entre a Reforma Francisco Campos e a primeira LDBEN (à guisa de apresentação). IN: DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de (Organizadores). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia: EDUFU, 2014. p. 11-30.

MELO, Jucá Adriano Silva. *Leituras de Maria Thetis Nunes*. Monografia (Conclusão de Curso em História). Graduação em Licenciatura em História da Universidade Tiradentes (Unit). Aracaju/SE, 2006; 55p.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. PSD X UDN na Congregação do Atheneu: o concurso de Maria Thétis Nunes. In: *Jornal Cinform*, Aracaju/SE, v. 1081, p. 4 - 4, 29 dez. 2003.

NUNES, Maria Thetis. *Discurso de Inauguração do Centro Estudantil de Sergipe*. 21 de agosto de 1938. Aracaju/SE. Acervo particular da autora doado ao IHGSE (FMT. S5. CX 520. Doc. 001).

NUNES, Maria Thetis. O prof. Artur Fortes soube viver o seu momento. In: *Correio de Aracaju*. Aracaju/SE. 28 de julho de 1945.

NUNES, Maria Thetis. Discurso de Posse na Congregação do Atheneu Sergipense. In: *Jornal Correio de Aracaju*. Aracaju/SE. 30 de julho de 1946.

NUNES, Maria Thetis. Dom Mario: o Professor. In: *A Cruzada*. Aracaju/SE. 16 de Março de 1968. p. 2. Hemeroteca do IHGSE.

NUNES, Maria Thetis. Viena, onde a História e a Arte se confundem. In: *Gazeta de Sergipe*. Aracaju/SE. 14 de setembro de 1977. p. 3. Hemeroteca do IHGSE.

NUNES, Maria Thetis. Joaquim Sobral, o Pioneiro da Assistência ao Estudante Pobre. In: *Gazeta de Sergipe*. Aracaju/SE. 10 de outubro de 1980. p. 3. Hemeroteca do IHGSE.

NUNES, Maria Thetis. Discurso de Posse na Academia Sergipana de Letras na cadeira nº 39. In: *Revista da Academia Sergipana de Letras*. Aracaju, nº 30. 1990. p. 81-94

NUNES, Maria Thetis. Discurso de Maria Thetis Nunes em agradecimento a comemoração do seu 80º aniversário. In: *Revista da Academia Sergipana de Letras*. Aracaju. nº 35. 2005. p. 233-239.

NUNES, Maria Thetis. Professora da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 15 de agosto de 2007. Aracaju/SE.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. *Caminhos Cruzados: itinerários de pioneiros professores do ensino superior em Sergipe (1915-1954)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2015; 315 p.

OLIVEIRA, Norberto de. *Maria Thétis Nunes: uma contribuição à historiografia sergipana*. Monografia (Graduação em História). Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão/SE, 1997; 44 p.

RODRIGUES, Simone Paixão. *Com a palavra, os alunos: associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva (1934-1956)*. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2015; 337 p.

SANTOS, Maria Nely. *Professora Thétis: uma vida*. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

SIRINELLI, Jean-François. Le hasard ou lanecessité: une histoire em chantier: L’histoire des intellectuels. *Vingtième Siècle: Revued’Histoire*. Vol. 9, nº 1.jan./maio 1986. p. 97-108.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

# **VIOLÊNCIA E CUIDADO: QUANDO AS IDOSAS PRECISAM DE PROTEÇÃO ESPECIAL- CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE DE SALVADOR**

Josimara Delgado  
josimaradelgado@gmail.com

Gabriela Pereira Souza  
gabysouza22@hotmail.com

Jéssica Batista Santos  
*Universidade Federal da Bahia*  
jessicabatista.jbs@gmail.com

## **Resumo**

O texto proposto pretende discutir questões relativas à proteção social aos idosos (as) com base em alguns dados coletados na cidade de Salvador, acerca da rede de proteção à violência contra o idoso e da pesquisa com um grupo de cuidadoras de idosos. Tais dados foram coletados no interior de duas experiências de pesquisa. Para a realização da pesquisa com as cuidadoras, foram feitas entrevistas com três mulheres frequentadoras de um serviço público de atendimento a idosos e cuidadores na cidade de Salvador. Evidenciou-se, nesse trabalho que o Estado continua prestando cuidados de modo desproporcional aos que vem sendo prestados pela família. Em relação à questão da violência, percebemos a falta de informações precisas nas instituições e/ou a falta de um certo padrão no registro das informações institucionais, sobretudo no tocante à questão do gênero.

**Palavras-chave:** envelhecimento, gênero, políticas públicas, cuidado, violência.

## Para começar o debate: envelhecimento e proteção social

Os idosos formam um grupo social que tem tido grande dificuldade para ver suas necessidades sociais contempladas pelas políticas sociais de forma satisfatória, ou seja, como direitos e, pois, como demandas coletivas que devem ser respondidas pelo poder público. No Brasil, apesar dos avanços, nas últimas décadas, no sentido da efetivação dos direitos sociais dos idosos, a proteção social pública prestada a esse grupo social é ainda limitada, sobretudo no tocante às demandas de cuidado e de proteção contra a violência, situações em que a família não pode ser nomeada como única instância de proteção – ainda que essa tenha sido uma tendência no interior das políticas voltadas para os idosos no Brasil – ou em que é ela mesma, a família, a fonte da desproteção ou da violação dos direitos. O texto proposto pretende discutir essas questões com base em alguns dados coletados na cidade de Salvador, acerca da rede de proteção à violência contra o idoso e da pesquisa com um grupo de cuidadoras de idosos.

Tais dados foram coletados no interior de duas experiências de pesquisa que se encadearam a partir de 2011: *A proteção social ao idoso nas políticas de Seguridade Social em Salvador*, *Proteção Social à Pessoa Idosa nas Políticas de Seguridade Social em Salvador: reflexões sobre gênero, geração e direitos*. Nesses trabalhos, a pretensão não tem sido aquela de realizar avaliações sobre os serviços prestados, mas sim análises sobre tais serviços, com base em dados concretos, bem como em referencial analítico específico sobre o envelhecimento e a proteção social, forjado sobretudo em dois eixos. Em primeiro lugar, na compreensão de que a discussão sobre proteção social envolve a questão econômica da disputa em torno de recursos sociais, mas também a questão de como, nessas disputas, são construídas identidades individuais e coletivas, bem como imagens sociais acerca dos sujeitos sociais envolvidos. Vale dizer, imagens que não são inócuas nesse jogo de redistribuição de recursos, mas, ao contrário, reforçam esse ou aquele projeto social. Em segundo lugar, as políticas de proteção social voltadas para grupos etários específicos, como os idosos, são determinações públicas que alocam recursos e criam ações sociais para idosos, crianças e adolescentes, mas, ao mesmo tempo, definem direitos e deveres mútuos entre esses grupos etários, criando determinados acordos sociais que incidem na vida privada e nos papéis familiares marcados por construções sociais de gênero e geração.

## 2. A pesquisa: algumas referências e discussão dos dados

### 2.1. Caminhos teóricos e metodológicos da investigação

É no interior desse universo de preocupações que nossa atenção se voltou, mais recentemente, para conhecer a proteção social existente em Salvador, envolvendo questões relativas ao cuidado de longa duração e à violência.

Acerca da questão do cuidado, encontramos um único serviço público de atendimento a idosos e cuidadores na cidade de Salvador. Trata-se de um Centro de Referência que atende, ambulatorialmente, os idosos encaminhados através da Rede Básica de Saúde (Unidade Básica de Saúde ou Equipe de Saúde da Família), com Formulário de Referência. Nessa instituição, o idoso conta, caso seja necessário, com Ambulatório de Apoio de Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Neurologia, Ortopedia, Psiquiatria e o Núcleo de Atenção Gerontológica - NAG, que visa prestar atenção integral interdisciplinar ao idoso que necessite de uma maior complexidade no cuidado, através de estratégias diferenciadas de apoio, com uma equipe formada por Assistente Social, Enfermeiro, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional. O Centro oferece ainda o serviço de Educação para o Cuidado, dirigido às famílias, cuidadores e pacientes, com o objetivo de repassar conhecimentos específicos, esclarecer dúvidas e beneficiar o trato e a convivência com o paciente assistido. Ao conhecermos esse serviço, tendo a oportunidade de frequentar algumas reuniões, tomamos conhecimento da realidade desses cuidadores, na verdade cuidadoras: o grupo é formado por mulheres, majoritariamente familiares, geralmente esposas e filhas dos idosos. Notou-se, em alguns encontros, a presença de duas cuidadoras informais e nunca a presença masculina. Com base nas observações feitas no grupo de apoio e na literatura que debate o tema, percebe-se que há uma feminilização e uma privatização em relação aos cuidados de longa duração. Conforme Guimarães, Hirata e Sugita (2012) as pesquisas revelam que as esposas, filhas, avós e noras são as principais cuidadoras.

A partir dessa experiência no grupo, conseguimos três informantes. Elas responderam a um questionário sobre seu perfil sócio-econômico e concederam uma longa entrevista, feita a partir de um roteiro semi-estruturado.

Em relação à questão da violência, nosso objetivo era, primeiramente, conhecer a rede de proteção ao idoso existente em Salvador e, num segundo momento, entrevistar mulheres idosas que vivenciam situações de violência. Cabe dizer que conseguimos desenvolver apenas a primeira parte do trabalho,

ainda assim, enfrentando uma série de dificuldades relativas à falta de informações precisas nas instituições e/ou à falta de um certo padrão no registro das informações institucionais. Iniciamos nosso percurso por uma pesquisa de caráter exploratório em busca de conhecer os serviços de proteção e defesa dos direitos do idoso existentes em Salvador. As instituições visitadas foram: a Delegacia do Idoso, a Coordenação de Apoio À Pessoa Idosa da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Ministério Público e o Centro de Referência Loreta Valadares. O contato com esses serviços se deu através de entrevista semiestruturada realizada com profissionais representantes de cada instituição. Após essa fase, a pesquisa seguiu para o levantamento dos dados institucionais acerca da realidade e violência contra a pessoa idosa em Salvador, além de permitir aproximação sobre o funcionamento da rede de proteção social ao idoso.

O que se verá a seguir é, então, a apresentação e discussão de parte dos dados obtidos a partir dessas duas experiências de pesquisa.

## **2.2 A realidade das cuidadoras a partir de sua própria voz: família, cuidado e proteção social**

Para a realização da pesquisa com as cuidadoras, foram realizadas entrevistas com três mulheres que aqui identificamos pelos nomes fictícios: Mara, Jandira e Carla.

Mara, 79 anos, dona de casa, declarou-se de cor amarela, estudou até a 5ª série do ensino fundamental, é casada e, há três anos, cuida do esposo  $\frac{3}{4}$  um idoso de 85 anos, aposentado, que está em situação de dependência após ser acometido pela doença de Alzheimer. Mara reside em um núcleo considerado extenso e intergeracional, pois convive com uma filha, o genro, uma neta, um bisneto e o idoso de quem cuida. Apesar de a família ser extensa, cada um tem a sua rotina  $\frac{3}{4}$  os mais novos estudam ou trabalham fora  $\frac{3}{4}$  e a responsabilidade das tarefas do cuidado acaba recaindo sobre Mara que é bastante idosa.

Jandira, 57 anos, declara-se de cor parda, possui o ensino superior completo, é aposentada, recebe cerca de três salários mínimos. Jandira é solteira, não possui filhos e tem três irmãos. Mora com sua mãe, uma idosa de 85 anos, dependente de cuidados, após ser acometida pela doença de Alzheimer, há cerca de 4 anos. A mãe também é aposentada e recebe um salário mínimo.

Carla, 62 anos, declarou-se de cor negra, possui ensino superior completo, é aposentada, possui uma renda de cerca de dez salários mínimos. Carla é

separada e não possui filhos. Cuida de sua mãe há sete anos, uma idosa de 97 anos, que tem Alzheimer e está em situação de dependência. Sua mãe é aposentada e recebe um salário mínimo. Carla tem uma irmã, entretanto, ela não conta com a ajuda da família para cuidar.

As cuidadoras entrevistadas apresentam um aspecto semelhante em sua condição familiar que é o fato de residirem com o idoso de quem cuidam. Por isso, as cuidadoras relataram uma rotina intensa. Essa sobrecarga é também derivada da ausência de ajuda de outros familiares com as tarefas do cuidado. Especialmente, porque duas das cuidadoras entrevistadas possuem um núcleo familiar com poucos membros. Como é o caso de Carla que só tem uma irmã a qual não compartilha com ela a execução de tais tarefas.

*“É porque também eu tomo para mim, e tem gente que gosta não é? Ela fica na dela lá, eu tomo e a pessoa se acha que eu tomei, paciência”. (Carla, 62 anos)*

Contudo, a existência de uma família com muitos membros não implica necessariamente em que as tarefas relativas ao cuidado do dependente sejam compartilhadas. É o que ocorre com Jandira. Ela tem três irmãos, no entanto, nenhum quis assumir com ela a função de cuidar de sua mãe. Pensam que é atribuição dela, uma vez que não se casou e nem teve filhos.

Normalmente na organização familiar, existe uma cobrança para que a mulher exerça o papel principal e os demais membros ficam apenas com atividades secundárias ou, em muitos casos, com nenhuma responsabilidade no cuidado aos dependentes. Como podemos observar a partir da fala da cuidadora.

*“É, não tinha opção, tinha que ser eu mesma, (...) porque eu moro com ela, não tenho filhos, nem tenho marido, então tem que ser eu mesao não é? (...) Eles fugiram, até hoje eles não encararam. (...) Só tem eu de mulher entendeu? Nem é dividir, pelo menos para levar ela para passear pelo menos o dia, não precisa nem dormir, passar o dia para poder eu sair”. (Jandira, 57 anos)*

Ficou evidente, nesses relatos, que a escolha acerca da pessoa que vai cuidar refere-se mais a uma questão de gênero do que prioritariamente a uma disponibilidade. No caso da cuidadora Jandira ela teve que parar de trabalhar, pois era a única mulher dentre os filhos da idosa.

*“Me aposentei mais rápido por causa dela, vai fazer um ano que eu me aposentei (...) queria trabalhar mais (...) eu não estava mais indo trabalhar, quando eu ia trabalhar acontecia alguma coisa as pessoas me ligavam (...)*

Esse fato caracteriza-se como a feminilização do cuidado, fenômeno que expressa a naturalização das funções ditas femininas. A mulher evidencia-se como a cuidadora, é a ela que cultural e socialmente é atribuído esse papel. Primeiro, cuida dos filhos, depois do marido, e posteriormente dos velhos (SANTOS, 2008).

É o caso de Mara, 79 anos, que mesmo tendo uma família extensa, morando no mesmo domicílio, relata que é a principal responsável pelos cuidados ao seu esposo. Mesmo sendo idosa, recebe uma carga maior com os cuidados ao marido.

Os custos para ofertar uma velhice dependente, mas confortável e digna, são, sem dúvida, muito altos. Nos três casos, uma grande parte da renda das famílias é destinada ao pagamento de planos de saúde, pois, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as famílias encontram dificuldades para terem acesso a um atendimento especializado com psicólogos, neurologistas e fisioterapeutas, por exemplo.

O recebimento de algum benefício ou de alguma assistência serve para auxiliar a família no cuidado e é importante para cobrir certos custos, embora, muitas vezes, não sejam suficientes. É o caso do recebimento de fraldas geriátricas, medicamentos e etc. As cuidadoras relataram ser um processo de muita espera e peregrinação para conseguir receber as fraldas e, muitas vezes, faltam medicamentos de uso contínuo.

*“Me deram um papel, preenchi um relatório, (...) fui no comércio, no INSS, (...) me cadastrei, levei o cartão do SUS dela, me cadastrei com o relatório da médica (...). Só que leva seis meses para dar. (...) Não é suficiente. Agora mesmo ela fez xixi aqui. Porque eu compro absorvente, além de fralda, absorvente grande. Aquele geriátrico. É o que gasta mais é esse absorvente, porque eu não deixo ela com fralda o dia todo, porque esquenta muito, ela já dorme a noite toda não é?”. (Jandira, 57 anos)*

Cuidar de alguém dependente exige que a família tenha apoio das políticas sociais. Além de serem atendidas em instituições públicas, devem ser orientadas sobre os processos de cuidar, ou seja, precisam de suporte social e de atenção para exercer o cuidado. Neste sentido, a inserção dos cuidadores em

atividades, grupos de orientação e programas de apoio, pode ajudar a minimizar adoecimentos, sentimento de culpa e impotência que são frequentes em familiares que cuidam de idosos dependentes.

Apontar a família como única prestadora de assistência exime o Estado de suas responsabilidades para com os idosos. Ademais, a família pode também violar direitos, agir de forma violenta, por meio de maus-tratos, retenção dos bens materiais e financeiros e até a própria negligência em relação ao idoso. Quase sempre, quem comete a violência contra o idoso é alguém próximo do seu convívio (SILVA E LACERDA, 2007).

Muitas vezes, os cuidados e os esforços físicos e emocionais exigidos desgastam a relação afetiva existente entre o cuidador e a família, tendo como consequências o comprometimento na vida social do cuidador, afastamento dos amigos e da participação em qualquer atividade de lazer. As cuidadoras relataram que só saem de casa esporadicamente em um evento, como um casamento.

Em suma, observou-se, a partir das falas das cuidadoras, que a rotina delas é ocupada com alguma tarefa relacionada ao cuidado com o dependente. Sofrem com o estresse, cansaço físico e mental, o que pode levá-las a um adoecimento, principalmente porque também são idosas e não contam com o apoio da família para a divisão de tarefas do cuidado.

### **2.3 A rede de proteção social ao idoso em situação de violência em Salvador.**

Na pesquisa exploratória nas diversas instituições, bem como na busca dos dados produzidos por essas, procuramos obter algumas informações específicas: dados sobre o gênero e a classe social dos idosos, o perfil do agressor, o perfil de quem acompanha o idoso no momento da denúncia, dentre outras. Vejamos os dados obtidos.

A Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso de Salvador é a única da Bahia e foi criada em 2006 para prestar atendimento ao idoso, sobretudo no que se refere aos casos classificados como criminosos. Os crimes mais comuns cometidos contra os idosos são: abandono, discriminação, extorsão, estelionato, lesão corporal, maus tratos e roubo. Conforme relatado, as denúncias raramente são realizadas pelos próprios idosos.

Quanto ao perfil dos idosos e o perfil dos agressores, a Delegacia afirmou que não há dados estatísticos que tornem possível estabelecer com clareza os

contornos dessa realidade. Apesar disso, o relato dos profissionais, do escrivão e da delegada, apontam que as mulheres são as mais agredidas entre o público idoso. Do mesmo modo, ou seja, com base na observação, os profissionais apontaram, sobre o perfil do agressor, a predominância dos cuidadores dos idosos, familiares ou não.

O Ministério Público do Estado da Bahia e, mais especificamente, o Grupo de atuação em defesa dos direitos do idoso e da pessoa com deficiência- GEIDDEF é uma instituição voltada para a garantia dos direitos e, no caso específico da temática do idoso, lida diretamente com as questões que envolvem a violência sofrida por essa população. Os casos que chegam ao Ministério Público são, em geral, encaminhados para a rede de atenção, de acordo com a demanda específica. Conforme relato da Assistente Social que nos atendeu no GEIDDEF, as maiores vítimas de violência são as mulheres idosas, apesar de não haver registros que contabilizem estes dados.

O Centro de Referência Loreta Valadares teve início em 2005, quando a Lei Maria da Penha já estava prestes a ser promulgada (2006). O serviço oferecido pelo Loreta Valadares é a atenção psicossocial e jurídica (divórcios, pensão alimentícia, guarda dos filhos) às mulheres vítimas de violência doméstica e estas demandas podem chegar tanto de forma espontânea, quanto por encaminhamento de outras instituições. Além das dificuldades diversas durante o processo da pesquisa, algumas instituições possuíam poucos registros sobre os atendimentos realizados, o que dificultou a análise dos eixos propostos para a pesquisa, vale lembrar, o perfil de gênero e classe dos idosos, o perfil dos agressores, a indicação de quem acompanha o idoso no momento da denúncia.

Contudo, tais dados, assim como os que já foram analisados, nos permitem traçar algumas análises importantes sobre a realidade da violência contra o idoso a partir da particularidade local. Vamos, pois, à descrição e análise dos dados.

A Delegacia do Idoso dispõe de dados relacionados às infrações penais registradas nas ocorrências. Os dados obtidos referem-se ao período entre os meses de janeiro e junho do ano de 2013 e 2014 e consideram as seguintes infrações penais: abandono de incapaz, abuso de confiança, ameaça, apropriação indébita, calúnia, cárcere privado, constrangimento, contravenção, dano, difamação, esbulho possessório sem dano, “estatuto do idoso”, estelionato, estupro, falsidade ideológica, furto qualificado, furto simples, homicídio, injúria, invasão domiciliar (violação), lesão corporal, maus tratos, perturbação da tranquilidade, roubo qualificado, roubo simples e vias de fato. Por “estatuto

do idoso” compreende-se aquelas denúncias que se enquadram no âmbito da infração dos direitos garantidos especificamente no Estatuto do Idoso.

No ano de 2013, entre janeiro e junho, o total de ocorrências delituosas foi de 868, sendo o maior número de ocorrências atribuídas ao “estatuto do idoso” (263 ocorrências), seguido de ameaça (185 ocorrências), estelionato (91 ocorrências), lesão corporal (60 ocorrências), injúria (57 ocorrências), outras ocorrências delituosas (48) e maus tratos (28 ocorrências). As infrações penais referentes a cárcere privado, esbulho possessório sem dano, homicídio, invasão domiciliar (violação) e “vias de fato” não tiveram registros de ocorrência no ano de 2013. Em 2014, durante o mesmo período, o total de ocorrências policiais registradas foi de 863, um pouco menos que o total do ano de 2013 (5 casos a menos). A ocorrência que obteve maior registro permaneceu a classificada como “estatuto do idoso”, com 262 ocorrências, seguida por 227 ocorrências referentes a ameaça, 89 ocorrências registradas como lesão corporal e como estelionato, 34 referentes a outras ocorrências delituosas, 29 ocorrências referentes a furto simples, 28 ocorrências de maus tratos e 22 relacionadas a injúria e difamação.

Sobre os dados obtidos no Loreta Valadares, tivemos acesso ao relatório anual do ano de 2014. No tocante ao perfil das mulheres acolhidas pela instituição, o número de idosas ainda é muito pequeno, comparado-se com outras faixas etárias. Em um total de 324 mulheres atendidas, apenas 21 delas tinha idade igual ou maior que 60 anos. Apesar do relatório apresentar também a questão de raça, de classe e o grau de escolaridade, não é possível fazer o recorte, dentro deste universo geral, ainda que essa realidade possa refletir sobre os dados específicos dessa população. De forma geral, a população atendida nessa instituição é, em sua maioria, negra (120) ou parda (154), possui grau de escolaridade situado no ensino médio (129) ou fundamental (107). Sobre a condição financeira da mulher atendida, 152 delas vivem de recurso próprio. A respeito do tipo de violência sofrida, 287 casos estão relacionados a violência psicológica, 252 são de violência moral e 199 referem-se a violência física.

Quanto aos dados obtidos pelo Ministério Público nas três promotorias existentes, verifica-se que o Sistema integrado de informações do Ministério Público - SIMP não informa questões mais específicas sobre o público atendido. Os dados referiram-se a processos/procedimentos pendentes, relativos ao período de 01/01/2013 a 25/11/2014. Os tipos de documentos registrados variaram entre representação/peça informativa, processo administrativo, procedimento/representação, processo ministerial e procedimento criminal. Quanto ao assunto do documento, foram contabilizados 30 diferentes tipos, alguns com

temática semelhante, porém nomeados de forma diferente. Dentre os assuntos mais recorrentes, estão: maus-tratos (80), abandono material/intelectual (49), informação processual/orientação (39), conflito familiar (38), interdição/curatela (18), situação de risco (18) e apropriação indébita (12). Os assuntos referentes a transporte/irregularidade, moradia, abandono de incapaz, discriminação por motivo de idade, poder público/omissão, erro de profissional de saúde, acessibilidade e tratamento médico hospitalar foram alguns assuntos que, dentre o período em questão, obtiveram apenas 1 registro.

Uma das dificuldades apresentadas durante o estudo é que a articulação com a rede é uma problemática relatada pela maioria das instituições visitadas. Essa situação implica no retorno a ser dado aos usuários, afinal, para que haja um retorno é necessário que um encaminhamento seja realizado e, com a situação de fragilidade da rede, muitas respostas demoram a ser emitidas ou não são feitas da forma ideal. Outra dificuldade refere-se a não padronização dos dados obtidos em cada instituição, o que dificulta estabelecer um perfil comparativo, tendo em vista que os elementos abordados em uma instituição, não necessariamente, também serão abordados por outra, ainda que o enfoque do atendimento seja muito semelhante.

Algumas das dificuldades referentes ao acesso a dados de violência contra o idoso estão ligadas, tanto ao fato de muitos casos de violência acontecerem no âmbito privado, ficando restritos àquela realidade, quanto à dificuldade de se notificar os casos de violência que são verificados em unidades de saúde e serviços de segurança, por exemplo. Isso dificulta a elaboração de medidas de combate à violência contra a pessoa idosa, já que os dados, apesar de permitirem conhecer um pouco da realidade, ainda representam apenas uma parcela do que realmente acontece (MINAYO, 2005).

### **3. Para encerrar: redes públicas de proteção e cuidado**

O processo de cuidar em família não é uma tarefa nova, porém, ela tem se reconfigurado ao longo dos anos. Nesse contexto social e político, brevemente discutido na parte inicial do trabalho, o cuidado com os dependentes, ao mesmo tempo que adquire visibilidade, tende a ser reprivatizado pelos discursos e práticas institucionais. E isso é especialmente problemático num contexto em que, como a literatura nesta área mostra, a composição familiar adquire novos formatos com o aumento dos divórcios, resultando em uniões mistas, famílias monoparentais, também a diminuição da quantidade de filhos.

Evidenciou-se, nesse trabalho, a partir dos relatos das cuidadoras entrevistadas, que o Estado continua prestando cuidados de modo desproporcional aos que vem sendo prestados pela família. E as mulheres são, em grande parte, responsabilizadas por prestar todo tipo de assistência ao idoso, mais do que qualquer outro membro da família. Como demonstramos, as cuidadoras podem ser filhas, esposas, noras. O que as leva a cuidar não é apenas o grau de parentesco ou a proximidade, mas o fato de portarem, em sua vida concreta, as relações assimétricas de gênero presentes em nossa sociedade.

Nesse sentido, o trabalho permitiu, dentro desse universo de problematizações, especificar algumas questões. Refiro-me ao fato das cuidadoras, além de mulheres, serem também velhas ou estarem adentrando a casa dos 60 anos. Nesse caso, os relatos que recolhemos, apontando a privação de lazer, a exposição a situações de estresse, a falta de acesso a medicamentos, não seriam violações de direitos dessas idosas?

Outra questão específica diz respeito ao fato de que, pelos relatos, fica clara a importância da aposentadoria das idosas cuidadoras e dos idosos dependentes nos gastos com o cuidado. É o recurso da aposentadoria que garante remédios, fraldas e, no caso de uma delas, com a renda maior, a contratação de uma ajudante em alguns momentos. Embora sejam assalariadas, essas não são famílias de baixa renda e, desse modo, conseguem oferecer, minimamente, condições dignas aos idosos dependentes. Contudo, pode-se questionar a usurpação do direito dessas idosas, de usufruto de suas aposentadorias para seu próprio benefício, o que fere a própria lógica da aposentadoria que é garantir o descanso remunerado. No caso de dona Mara, que não é aposentada, pois não se dedicou a atividades remuneradas, mas é dona de casa há muitos anos, a situação é mais complexa e impõe à idosa a tarefa de administrar os recursos da aposentadoria do marido, respeitando um critério por ela estabelecido: “o dinheiro é dele, a prioridade é ele”.

Vê-se, pois, que, se as famílias que prestam cuidados prolongados não contam com redes de suporte formais e programas de apoio na atividade de cuidar, além dos agravos individuais para a saúde da cuidadora, reproduzem-se injustiças sociais que, mais uma vez, penalizam as mulheres aposentadas e as donas de casa mais velhas, muitas das quais não conseguiram se aposentar.

Nesse sentido, pode-se ainda questionar acerca de como essa realidade se apresenta no interior de famílias de baixa renda, chamando a atenção para a dimensão da classe social que, no Brasil contemporâneo, implica na consideração de situações de extrema pobreza.

No tocante à questão da violência contra a pessoa idosa, essas palavras finais também apontam para a questão das políticas públicas e da defasagem existente entre os serviços prestados e a dinâmica social.

O próprio percurso da pesquisa com a rede de proteção foi adquirindo a lógica mesma dessa rede. Ou seja, fomos perseguindo as informações, de instituição a instituição e, obtendo, em cada uma delas, informações que se sobrepunham, mas não se completavam ou se fortaleciam na constituição de um quadro sólido de dados acerca da violência contra as mulheres idosas em Salvador. Assim como é característico dessa forma de violência, ser silenciada e circunscrita ao espaço privado, conforme mostramos, também as informações sobre ela não são facilmente produzidas e acessadas. Em parte, pela dificuldade da própria denúncia, quer a partir dos serviços, quer a denúncia feita pela família ou pelo idoso, em parte pela ausência de sistemas informacionais precisos e pensados para a identificação de questões relevantes no campo dos estudos sociais sobre o envelhecimento e a violência. Demonstramos, por exemplo, a inexistência de dados sobre cor, sexo e classe.

Além disso, a violência física é forma mais perceptível, mas as idosas sofrem outros tipos de violência menos evidentes, como a apropriação indevida de seus bens e a violência psicológica. Elas aparecem nos registros das instituições, mas ainda de forma menos significativa, o que não necessariamente significa que realmente ocorram em menor escala.

Outra questão que marcou o percurso da pesquisa foi a percepção da baixa resolutividade das ações disponíveis às idosas que sofrem violência, especialmente em suas expressões mais opacas e que são fruto de relações intergeracionais conflituosas e/ou envolvem bens materiais. Nesse sentido, percebemos também que os serviços não possuem um trabalho de acompanhamento dos casos, o que, em situações em que o encaminhamento da questão se dá pelo estabelecimento de acordos entre os familiares, não há como saber se efetivamente, tal acordo está sendo cumprido.

Assim, terminamos o artigo, reforçando a urgência da formação de redes de proteção aos idosos e idosas as quais sejam capazes de expressar, em sua dinâmica e serviços, as tramas sociais mais concretas por onde se (re) criam as desigualdades em nossa sociedade, tramas marcadas por relações interseccionadas de gênero, classe, geração e etnia. Essa é uma dimensão importante no debate sobre políticas sociais, pois permite aproximação mais efetiva em relação à realidade das mulheres idosas, de sua situação complexa e diversa, que combina novos papéis e estruturas arcaicas e reprodutoras de desigualdades.

## 4. Referências

GUIMARÃES, N. A; HIRATA, Helena. S; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho do *care* no Brasil, França e Japão. In: GUIMARÃES, N. A; HIRATA. **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do *care*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 79 – 99.

MINAYO, M. C. **Violência contra idosos**: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Secretaria Especial de Direitos Humanos. 2º edição, Brasil, 2005.

SANTOS, S. M. A. **Idosos, família e cultura: um estudo sobre a construção do papel do cuidador**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003, 3º edição, p. 15 -204.

SANTOS, T. S. Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar. **SER Social**, Brasília, v. 10, n.22, p.97-128, jan./jun. 2008.

SILVA, E. O; LACERDA, A. M. G. M. Violência e maus-tratos contra a pessoa idosa. **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 17, n. 3/4, p. 239-255, mar./abr. 2007.

## **GÊNERO E PODER: LEITURAS DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA SERGIPANA**

Kelly Araújo Valença Oliveira  
*araujo\_kelly71@yahoo.com.br*

Evanilson Tavares de França  
*evanilsont@gmail.com*

Ana Lúcia Lima da Rocha Muricy Souza  
*analucia.muricy@gmail.com*

Rinaldo Santos Lima  
*Secretaria de Estado da Educação/Sergipe (SEED/SE)*  
*rinaldors12@outlook.com*

Maria Batista Lima  
*Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE)*  
*balima.ufs@gmail.com*

### **Resumo**

Se há algo a que, assim nos parece, torna-se imensamente difícil estabelecer um posicionamento contrário, construir uma contestação substantiva – ainda que não neguemos definitivamente a possibilidade de tal arquitetura – é em relação à constatação de que homens e mulheres são responsáveis pela costura do tecido social e cultural, assegurando, dessa forma, as condições de existência humana. Ainda assim, eles e elas são dispostos em degraus diferentes, com ela ocupando os níveis inferiores nos mais variados setores da sociedade, notadamente aqueles em que a valorização social tem mais tonalidade. É a partir deste entendimento que confeccionamos o presente trabalho, o qual, apoiando-se no olhar de estudantes de uma escola pública sergipana, objetiva desenvolver reflexões/discussões sobre os posicionamentos de jovens, matriculados/as no Ensino Médio, no que concerne à relação

de gênero e aos modos como o poder, neste contexto, é inserindo e movimentado. A incursão investigativa, do tipo descritiva, sustentou-se na aplicação de questionários. A escolha por esse procedimento de investigação encontra repouso na facilidade por ele assegurada, no que se refere ao alcance de um número significativo de informantes em um tempo relativamente curto. Esperamos que as reflexões aqui desenvolvidas possam contribuir com a ressignificação dos olhares, a reflexão das práticas escolares (que representam práticas sociais), a construção de um currículo assentado na confecção de relações horizontalizadas entre os gêneros e com o desmantelamento de atitudes excludentes.

**Palavras-chave: gênero, relações de gênero, percepções de estudantes.**

## Primeiras palavras

A produção da existência humana (no sentido material e simbólico) é tarefa inerente a ambos os gêneros, independentemente do tempo histórico e/ou do espaço geográfico em que homens e mulheres se façam presentes. E isso vai se efetuando quase que “naturalmente”. Mesmo que não haja intencionalidade, ou ainda que a vontade não tonifique os movimentos, eles e elas, em harmonia ou envoltos em contradição, vão costurando os objetos materiais que facilitam o cotidiano e que são capazes de melhorar a qualidade de vida, prolongando-a. Carloto assegura que

A produção social da existência, em todas as sociedades conhecidas, implica por sua vez, na intervenção conjunta dos dois gêneros, o masculino e o feminino. Cada um dos gêneros representa uma particular contribuição na produção e reprodução da existência. (CARLOTO, 2001, p. 201).

Apesar da assertiva de Carloto, é interessante refletir não apenas sobre a participação dos gêneros na fabricação da existência humana, considerando o material e o simbólico, faz-se necessário também pensar nos modos como as diferentes participações se efetivam (e em sua relevância) e nas formas como são analisadas pelos diferentes sujeitos, homens e mulheres. Porque as representações construídas, tanto no concernente às formas de participação (e a relevância a elas atribuídas) quanto em relação às análises confeccionadas desvelam as maneiras como os gêneros são concebidos e a classificação (esse é realmente o termo, mesmo diante da dureza por ele revelada) a eles atribuída.

Quando nos referimos a representações, estamos recorrendo às construções de Moscovici para quem

[...] a representação social é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam a realidade física e social inteligível, se inserem num grupo ou numa relação cotidiana de trocas, liberam o poder da sua imaginação. (MOSCOVICI, *apud* ARRUDA, 2002, p. 142).

As representações, enquanto formas de conhecimentos socialmente elaborados e concretamente experimentados, interferem na construção da realidade de determinado contexto social e, por consequência, na arquitetura de identidades, de conceitos e, obviamente de preconceitos.

E quando as realidades são construídas (e reconstruídas), as experiências dos sujeitos participam de todos os processos e de modos diferentes. Passado e presente dialogam e como resultado tem-se um cenário e personagens que por ele transitam – e enquanto o fazem reorganizam os objetos cênicos ressignificando-os e ressignificando a si mesmos.

É também aí, num cenário tecido por homens e mulheres, a partir das experiências pregressas e atuais, que eles e elas vão tecendo o espaço (e o que nele se institui e/ou é instituído). É também nesse cenário que se elaboram as regras de conduta, as maneiras adequadas de comportamento (e por isso mesmo as formas de transgressão). Nascem – e não de parto natural – os conceitos, as definições, os sentidos e os significados. Vêm à luz por via do contexto sociocultural e a ele retornam para ressignificá-lo.

O conceito de gênero é mais um filho nascido e posto nesse cenário. Ainda que guarde relação embrionária com a concepção de sexo (de cunho fortemente biológico), nas ciências sociais, segundo Soihet e Pedro (2007, p. 288), gênero “significa a distinção entre atributos culturais e a dimensão biológica dos seres humanos”. Por conseguinte, entendendo que o social e o cultural conversam entre si e se interpenetram, as concepções de gênero são frutos da contextura sociocultural e, por essa razão, é permeável – em mão dupla – aos reveses próprios da aculturação e das consequências que lhe são peculiares.

Louro (1994, p. 35) sublinha que

[...] quando falamos em gênero estamos nos referindo a uma construção social e histórica de sujeitos femininos e masculinos, então é imprescindível entender que há diferentes concepções de gênero numa mesma sociedade [...].

Portanto, ainda que se considere um mesmo agrupamento social, as semantizações relativas a gênero podem variar, segundo os grupos étnicos, as gerações, as classes sociais, as denominações religiosas e outros.

Se são diversas as concepções que os grupos constroem sobre gênero, o mesmo se evidencia quando a categoria de análise são as relações entre eles, as relações de gênero. Como ocorre com as demais modalidades de relação (étnico-raciais, geracionais, entre os sexos, entre as classes), as relações de gênero também se concretizam sustentadas e envoltas por percepções capazes de produzir aproximações e afastamentos – e até mesmo segregações. Claro, são relações constituídas a partir de práticas sociais que se estruturam e se corporificam pelos modos como os sujeitos percebem o *outro*, se percebem, são percebidos e percebem as relações

com esse *outro* – e tudo isso gestado na contextura sociocultural. E como toda boa relação social, as relações de gênero estão também abarcadas pela questão do poder. Mesmo porque, como ratifica Gallo (2005), o poder é necessariamente relacional: germina e frutifica nos processos estabelecidos entre o *eu* e o *outro*: as relações de gênero compreendem “as relações de poder que se estabelecem socialmente entre homens e mulheres” (AGUIAR, 1997, p. 19).

É a partir desses entendimentos que buscamos verificar como os/as estudantes de uma escola pública sergipana percebem as relações de gênero na escola (e na família) e se percebem nessas relações.

## Metodologia da Pesquisa

A incursão investigativa efetuou-se em uma escola pública localizada na capital sergipana, como já mencionado em linhas anteriores. A opção por aquela unidade de ensino encontra guarida na proposta pedagógica da escola, que se assenta na reflexão/discussão de temáticas conflitantes e que são imensamente caras, em nosso entendimento, à construção de uma escola pública de qualidade social.

À vista disso, a instituição educativa, desde 2009, tem levado para o interior do seu espaço pedagógico (e dele irradia-se), a partir da construção e implementação de projetos interdisciplinares (exemplo: “O Mundo da Leitura é a Leitura de Todo Mundo”, “Alma Africana”, “Grupo *ParlaCÊNICO* de Teatro”, “Seminários de Cidadania Ativa”) temáticas como: “Currículo: um espaço/tempo polissêmico e polifônico”, “Sexo e sexualidade: tabus, cuidados, vivências”, dentre outros.

Por outro lado, a unidade de ensino em foco, por via dos espetáculos de teatro estrelados por seus/suas educandos/as, vem provocando a comunidade estudantil a refletir sobre o seu entorno e a questionar a realidade que a envolve. Nesses últimos sete anos, o Grupo *ParlaCÊNICO* de Teatro, através do projeto “A escola pública vai ao teatro”, já levou aos espaços culturais do estado (e da Bahia) mais de 18.000 pessoas para assistirem às suas produções.

Tais propriedades, que diferenciam e destacam (em nosso olhar) o estabelecimento de ensino, estimularam-nos a ouvir o seu corpo discente – aqui representado por estudantes do Ensino Médio, matriculados/as no 2º e 3º anos.

Como instrumento de pesquisa, adotamos o questionário, visto que, de acordo com Gil (2008), este instrumental possibilita obter informações relevantes de diversos sujeitos em um tempo relativamente curto; também porque “não expõe os pesquisados a influências das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistador” (GIL, 2008, p. 122).

O questionário compôs-se de 30 questões, sendo 26 fechadas e apenas 04 abertas. As perguntas abrangiam desde a autodeclaração étnico-racial até a aspectos pedagógicos da escola e a relação deles com a Educação Sexual.

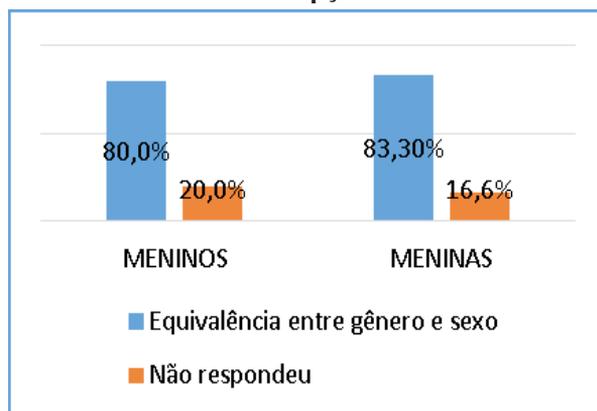
As análises aqui desenvolvidas, entretanto, serão construídas, entretanto, a partir das seguintes questões: 1) O que você entende por gênero? 2) Como você percebe as relações de gênero em escola? 3) Há discussões sobre as relações de gênero em sua escola? 4) Em sua opinião, os estudantes respeitam mais os professores, as professoras ou você não percebe diferença?

## Os dados da Pesquisa e suas Análises

Como nos lembra Brasil (1997, p. 321), “o conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos”. Por outro lado, “o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se as noções de ‘masculino’ e ‘feminino’ como construção social” (*idem, ibidem*). É evidente a relação íntima estabelecida entre gênero e sexo; contudo, representam categorias diferentes e atrelam-se a dimensões construtivas diversas, ainda que os diálogos entre tais dimensões sejam inevitáveis. Queremos dizer que, enquanto o conceito de sexo sustenta-se, prioritariamente, nos aspectos biológicos o de gênero apoia-se com prioridade nas instâncias social e cultural.

Por via disso, buscamos compreender como estudantes do Ensino Médio, de uma escola que implementa um currículo articulado, compreende o conceito de gênero. Então, perguntamos: O que você entende por gênero?

**Gráfico 01: Percepções de Gênero**



Fonte: Questionário

Para meninos e meninas (maioria absoluta), sexo e gênero representam categorias equivalentes. Ou seja, eles e elas não conseguem estabelecer distinção entre esses dois elementos. Explicação para isso, talvez, encontre guarida em questão posterior do mesmo instrumental. Senão, vejamos. Perguntamos aos/às educandos/as: Há discussões sobre relações de gênero em sua escola? Assim se comportaram os/as respondentes:

**Tabela 01: Discussões sobre gênero na escola**

CATEGORIAS	MENINOS	MENINAS
<b>Sim</b>	35,0%	27,7%
<b>Não</b>	20,0%	16,6%
<b>Mais ou menos</b>	40,0%	50,0%
<b>Não respondeu</b>	5,0%	5,5%

Fonte: Questionários

Como se observa, 60% dos garotos consideram que a escola não promove discussões sobre gênero (ou o fazem minimamente) e 66,6% das garotas esboçam o mesmo entendimento. Como então explicar o posicionamento de 35,0% dos meninos e 27,7% das meninas que afirmam ter obtido conhecimentos sobre gênero na escola onde estudam? Pensamos que, assim como a Tabela 01 elucida informações presentes no Gráfico 01, o inverso também se sucede. Ou seja, é provável que quando eles e elas (35,0% e 27,7%, respectivamente) optaram pelo “sim”, a interpretação plausível, assim nos parece, é: a escola trabalha questões vinculadas a sexo (que para mim equivale a gênero).

Convém negritar que, de acordo com os temas transversais, apresentados pelo Ministério da Educação (MEC), as questões de gênero podem ser colocadas em praticamente todos os conteúdos e disciplinas constitutivas do currículo escolar:

Estar atento a isso, explicitando sempre que necessário, é uma forma de ajudar os jovens a construir relações de gênero com equidade [*sic*], respeito pelas diferenças, somando e complementando o que os homens e as mulheres têm de melhor, compreendendo o outro e aprendendo com isso a ser pessoas mais abertas e equilibradas. (BRASIL, 1997, p. 323).

Esse entendimento, contudo, limitando-nos exclusivamente à educação formal, precisa pautar as práticas curriculares de todos/as aqueles/as que têm a docência como exercício profissional, em todos níveis e modalidades de ensino. O/a professor/a que atuará na Educação Básica deve passar por um processo de formação, inicial e continuada, articulado com as contínuas demandas sociais e, principalmente, com a construção de uma sociedade equânime. A prática pedagógica é necessariamente uma prática social – o que confere a ela os amores e dissabores constitutivos das sociedades. Porém, como ação intencional que é, o fazer pedagógico precisa refletir sobre os elementos que lhe constituem (e que pretende constituir) e buscar ressignificar os sentidos e significados sempre que estiver em jogo o bem-estar dos sujeitos, indistintamente.

Perguntamos aos/às estudantes: Como você percebe as relações de gênero em sua escola? A tabela abaixo (Tabela 02) fotografa os posicionamentos deles e delas.

**Tabela 02: Relação de gênero na escola**

CATEGORIAS	ELES	ELAS
Homens e mulheres são tratados igualmente	90,0%	80,5%
Homens têm mais direitos do que as mulheres	0,0%	16,6%
Mulheres têm mais direito do que os homens	0,0%	2,7%
Não respondeu	10,0%	0,0%

Fonte: Questionário

Ainda que meninos e meninas concordem que as relações entre os gêneros se realizam de modo equânime, há uma queixa das moças que exige um olhar mais sensível (apurado) para as situações que envolvem homens e mulheres no cotidiano da escola – principalmente quando se observa que os rapazes emudeceram nesse momento. De acordo com 16,6% delas, os garotos recebem tratamento diferenciado (leia-se: os meninos têm mais direitos do que as meninas) no espaço tempo escolar.

É imprescindível pensar, a partir do currículo explícito e também do currículo oculto, como se dão essas relações entre meninos e meninas, mulheres e homens, no espaço escolar. Mesmo porque, e este é um alerta que faz Aguiar (1997), os modos como eles e elas se relacionam nos micros espaços interferem nos papéis sociais exercidos nos espaços macros – a recíproca também se assenta na verdade.

Reconhecemos as dificuldades encontradas por professores e professoras no que tange à quebra de traços culturais (fortalecidos) oriundos de uma sociedade sustentada no patriarcado e no coronelismo. Costa (1998) enfatiza que

[...] o modelo de família nuclear é o monogâmico, heterossexual e patriarcal, constituído basicamente da figura paterna, materna e dos filhos, no qual cada um desses possui suas funções e cumpre seu papel. (COSTA, 1998, p. 221).

Ficando a mulher, normalmente, com as tarefas domésticas, enquanto aos homens cabe a administração de municípios, estados e nações. É dentro dessa contextura (social e cultural) que educadores e educadoras iniciam a sua formação humana; é no interior desse contexto que as instituições de ensino são erguidas e conformadas. Transformar essa realidade não é fácil, mas é preciso – e urgente.

Outro questionamento direcionado aos/às educandos/as foi o seguinte: Em sua opinião, os estudantes respeitam mais os professores, as professoras ou você não percebe diferença?

**Tabela 03: Relação de respeito entre estudante e professor/a**

CATEGORIAS	MENINOS	MENINAS
Professores	25,0%	30,5%
Professoras	10,0%	2,7%
Não percebe diferença	65,0%	61,1%
Não respondeu	0,0%	5,5%

Fonte: Questionário

Parece-nos, assim como ocorreu com a tabela trabalhada anteriormente, a centralização masculina nas relações sociais continua sendo uma tônica. O que é assustador, mas que explica (por exemplo), limitando-nos ao Brasil, porque no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas dos estados e nas câmaras municipais permanece a predominância de homens nos cargos eletivos.

Meninos e meninas admitem (25,0% e 30,5%, nessa ordem) que os/as seus/ suas colegas respeitam mais os professores do que as professoras – embora 65,0% deles e 61,1% delas informem não perceber diferença. O que se esconde nas entranhas dessa diferenciação concernente ao respeito? Talvez, espelhe as

relações familiares – presentes tanto na postura dos/as educadores como na configuração dos/as alunos/as. Mas, apesar de concordarmos com a relevância da força dessas relações, cremos que ela sozinha não explica o escalonamento do respeito.

No seio da sociedade, os comandos das instituições de poder encontram-se normalmente em mãos masculinas: Supremo Tribunal Federal, Câmara Federal, Senado Federal – e isso se repete pelos estados e municípios. Apesar do executivo brasileiro encontrar-se sob o comando de uma mulher, este fato reflete uma exceção absoluta.

Além das instituições públicas onde o macro poder encontra espaço/tempo privilegiado, as empresas privadas, em sua maioria, também são administradas por braços “fortes” de homens.

Essas reflexões precisam ser desenvolvidas pelas escolas, bem como a contextualização histórica delas. A sociedade que assim se encontra já se apresentou de modo diferente e outras diferentes desta podem (e devem) ser esculpidas.

## Palavras derradeiras (por enquanto)

Partimos do princípio, à guisa de Paulo Freire (2000), que a ação pedagógica se constitui embrionariamente de compromissos imprescindíveis assumidos com a pesquisa. É através e a partir dela que educadores e educadoras encontram fundamentos para revisitar o seu fazer pedagógico e os modos como vai ressignificando sua prática ao longo de sua experiência histórica. É também pela pesquisa que diálogos sincrônicos e diacrônicos são travados com aqueles e aquelas que contribuíram para reestruturação da sociedade ou que, inversamente, produziram ideologias capazes de reforçar o *status quo*. De todo modo, o encontro com olhares diversos possibilita a estruturação de posicionamentos mais substantivos.

A pesquisa aqui desenhada – ainda que em recorte – gestou-se nessa e dessa compreensão. Buscamos, a partir do diálogo com o outro, entender como a escola trabalha as questões de gênero e como os sujeitos, homens e mulheres, percebem e se percebem nessas relações.

Cremos que não ser apressado informar que, mesmo se detectando algumas mudanças significativas (e significantes), os ranços estruturantes de uma sociedade machista insistem em ficar – o que exige da escola (que deve empenhar-se na construção de uma escola pública de qualidade social) uma revisão de suas práticas e a construção de um currículo capaz de contribuir com a elaboração de outros pensares, dizeres e fazeres.

Obviamente, aqui não se esgotam as reflexões – até porque elas precisam ser contínuas –, mas pode se converter numa provocação (no sentido freireano) capaz de levar os sujeitos a elaborarem novos questionamentos, novos caminhos e novas formas de caminhar. Vamos lá?

## Referências

AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

ARRUDA, Angela. Teorias das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**. N. 117, p. 127-147, novembro/2002.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para análise das relações sociais. **Serv. Soc. Rev.** Londrina, v. 3, n. 2, p. 119-245, jan./jun. 2001.

COSTA, Selma Frossard. O processo de reinserção social do dependente químico após completar o ciclo de tratamento em uma comunidade terapêutica. **Serv. Soc. Rev.** Londrina, v. 3, n. 2, p. 119-245, jan./jun. 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GALLO, Sílvio. Sob o signo da diferença: em torno de uma educação para a singularidade. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **Cultura, poder e educação**: um debate sobre estudos culturais em educação. Canoas: ULBRA, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. **Proj. História**, São Paulo, (11), nov. 1994.

SOIHER, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

# CARTOGRAFIA DOS (POSSÍVEIS) CAMPOS DE DISPUTAS NO CENÁRIO DAS ADOÇÕES DE CRIANÇAS POR CASAIS HOMOAFETIVOS

Luciano Bairros da Silva

Josimeire Sales da Silva

Jardial Herculano da Silva;

Renata Guerda de Araújo Santos

Bárbara Lessa Fon

*Centro Universitário Cesmac*

e-mail: [lucianopsico@yahoo.com.br](mailto:lucianopsico@yahoo.com.br)

## Resumo

O presente trabalho objetiva responder a inquietações de estudantes de graduação em psicologia, sobre a presente dificuldade de adoção de crianças por casais homoafetivos. Neste artigo, apresenta-se o percurso realizado pelos autores para aproximação com o plano teórico e com a processualidade do campo-tema da pesquisa. Para visibilizar os (possíveis) campos de disputa no cenário das adoções por casais homoafetivos, utilizou-se do método cartográfico e das práticas discursivas e produção de sentidos. Os procedimentos basearam-se na livre aproximação com: produções científicas como artigos, livros, eventos acadêmicos; produções jornalísticas sobre o tema em circulação na mídia e nas redes sociais; participação de discussões com militantes do movimento LGBT do Estado de Alagoas e em atividades promovidas pelos mesmos. Os resultados e a discussão desenvolvem três eixos: a instituição família; a heteronormatividade; e a adoção. Considera-se que na contemporaneidade os casais homoafetivos estão produzindo maior legitimidade social e constituindo família(s) a partir de ampla gama de variações parentais.

**Palavras-chave:** Casamento Homoafetivo; Heteronormatividade; Adoção.

## Introdução

O presente trabalho surgiu das inquietações de dois alunos de graduação de um curso de psicologia. Ao curso do 7º semestre acadêmico, iniciaram algumas conversas sobre a temática de adoções, os procedimentos necessários para adotar uma criança, o elevado número de crianças em abrigos no contexto atual, efeitos psicossociais, etc. No entanto, surgiu neles também um incomodo que fez questionar porque é tão difícil para casais homoafetivos, compostos por duas pessoas do mesmo sexo, realizarem adoção de crianças? Essa problematização gerou uma pesquisa de iniciação científica, intitulada “Os discursos presentes em produções científicas que tratam de adoção por casais homoafetivos”.<sup>1</sup> Justifica-se sua realização por tratar-se de temática contemporânea, ainda pouco problematizada e tangenciada pela maioria dos currículos acadêmicos (ARAÚJO, OLIVEIRA, CASTANHA, 2007). Com objetivo de responder à pergunta incitada pelos alunos, este artigo apresenta o percurso realizado pelos autores para aproximação com o plano teórico e com a processualidade do tema em pesquisa, o campo-tema (P.SPINK, 2003). A intencionalidade foi cartografar o que possa estar em disputa no cenário das adoções por casais homoafetivos.

## Método

Os métodos tradicionais de pesquisa ocidentais e europeus movem-se, de modo representativo, ao modelo macrossocial do qual encontra-se investido, fazendo perpetuar um fazer-acadêmico-científico centrado na masculinidade -patriarcal, na manutenção das disparidades individuais e no totalitarismo das verdades tecno-científicas (LAJO, 2005; SANTOS, 1988). Porém também é possível visualizar movimentos que fazem “transitar as ciências humanas e as ciências sociais de paradigmas cientificistas para paradigmas ético-estéticos” (GUATTARI, 1992, p.21) e, com isso, somam-se esforços críticos à cristalização que envolve o método científico em pesquisa, propondo interpretações outras que o sugerem como o *caminho*, a *rota*, o *percurso* do fazer da pesquisa (LAJO,

---

1 Financiada pelo Programa Semente de Iniciação Científica (PSIC), edição 2015-2016, do Centro Universitário CESMAC e desenvolvida pelo grupo de Práticas Integradas de Pesquisa em Atenção à Saúde (PIPAS), pertencente à mesma instituição de ensino, contando com a parceria do Grupo de Pesquisa em Psicologia Discursiva, do PPG em Psicologia, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

2005; SANTOS, 1988; M.SPINK, 2013). Esta pesquisa alinha-se à perspectiva psicossociológica que compreende a produção do conhecimento científico como uma prática social e coletiva e sustenta-se no referencial metodológico das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos (M.SPINK, 2013). O método utilizado neste trabalho é a cartografia, definida como forma de acompanhar processos e produções subjetivas (POZZANA, KASTRUP, 2014), “útil para descrever processos mais que estados de coisas” (PASSOS, EIRADO, 2014, p.109). O Objetivo da cartografia é “desenhar a rede de forças ao qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (POZZANA, KASTRUP, 2014, p.57). Entende-se que o trabalho do cartógrafo “se faz pelo engajamento daquele que conhece no mundo a ser conhecido” (ALVAREZ, PASSOS, 2014, p.131). Sendo assim, os procedimentos desta pesquisa basearam-se na livre aproximação com: produções científicas como artigos, livros, eventos acadêmicos; produções jornalísticas sobre o tema em circulação na mídia e nas redes sociais; participação de discussões com militantes do movimento LGBT do Estado de Alagoas e em atividades promovidas pelos mesmos. Essa circulação pelas diversas discursividades – acadêmica, jornalística e dos movimentos sociais – busca qualificar a implicação do cartógrafo (investigador) com o que venha a cartografar (produzir), promovendo ao investigador e seu tema de investigação compartilharem o mesmo território existencial, os mesmos sentidos e modos de expressão.

## Resultados e Discussão

Atualmente a instituição família sofre diversas mudanças em âmbito social e cultural. Isso não significa dizer que ela encontre-se fragilizada ou extinguindo-se. Ela tem sido cada vez mais pautada nos discursos sociais, políticos e acadêmicos, buscando diversificar suas configurações e, assim, perpetuando-se em muitos e novos formatos (ROUDINESCO, 2003). No contexto brasileiro, historicamente todas as camadas sociais dedicaram muito valor à instituição família: a classe alta, por entender que ela garantiria a manutenção do patrimônio cultural e de bens em sua linhagem; a classe média, por identificar nela um projeto moderno de sociabilidade – a família nuclear; e a classe popular por encontrar referências de vínculo social e extensão de redes de ajuda mútua (DUARTE, 1994).

Para Fonseca (2005), a instituição família organizou-se de dois modos. Por um lado, famílias apoiadas no modelo nuclear preocuparam-se em estabelecer

laços de amizade entre os parentes, o que fez eliminar do convívio aqueles parentes considerados problemáticos e, conseqüentemente, o maior investimento – afetivo, financeiro e cultural – naqueles que sobressaíam socialmente. E, de outro lado, famílias em situação de precariedade socioeconômica estabeleceram redes horizontais de relação com todos os parentes e extensivo a outros sujeitos não-parentes, com o fim de oferecer e receber apoio.

Tendo em vista estes movimentos, o conceito de família adquiriu no momento atual uma concepção abrangente e complexa. Amazonas e Braga (2006) afirmam que é incorreto denominarmos família um conjunto de incessantes transições culturais, econômicas, políticas e sociais que ocorreram e continuarão ocorrendo nos laços parentais, sendo mais preciso definir estes movimentos como *famílias*. O que devemos também considerar é que mesmo com “todas essas transformações acontecidas no interior da família, podemos dizer que ela ainda se mantém idealizada e desejada por todos” (Ibid., p.179).

Porém, a concepção de família baseada na configuração tradicional de pai, mãe e filho(s), heterossexual e com grande relevância à relação orgânica na sua composição é ainda prevalente nos discursos sociais e acadêmicos. As mudanças que se constata nas novas configurações familiares sugerem uma ampliação do conceito família, que vai além do modelo hierarquizado (ARAÚJO, OLIVEIRA, CASTANHA, 2007), ganhando outros valores, outros papéis sociais e funções e estabelecendo novos sentidos acerca da sua configuração. Com maior frequência se observa a formação de configurações familiares baseados no relacionamento, na conjugalidade, na parentalidade e na afetividade (Ibid.). Famílias são aglomerados de afetividade que proporcionam, aos seus membros, crescerem em convívio, produzindo vínculo entre si e fortalecendo as relações que compõem essa estrutura e que permite a troca afetiva independente da sexualidade.

## **Famílias, afetividade e direitos sociais**

Uma das configurações familiares que se apresenta na atualidade é a família homoparental ou homoafetiva, composta por duas pessoas do mesmo sexo, que optam por serem pais ou mães – seja isso por meio da adoção, por inseminação e/ou, como a prática nomeada, por ‘barriga de aluguel’. Conforme Derrida e Roudinesco (2004, p.48), o termo homoparentalidade surgiu “em 1997 para designar uma situação em que pelo menos um dos pais se assume como homossexual”. Costa e Nardi (2015, p.138) diferem deste, o termo homoafetividade

criado pela jurista Maria Berenice Dias, que afirmava não ser “possível falar em homossexualidade sem falar em afeto [...], as uniões de pessoas do mesmo sexo nada mais são do que vínculos de afetividade”. Nestes casos, uma justificativa utilizada para oficializar a união entre dois homens ou duas mulheres são os laços afetivos, os quais dão sentido à conjugalidade do casal. Por este sentido, supõe-se que se os sujeitos se amam, estes devem ficar juntos.

Porém existem riscos em justificarmos ou garantirmos o direito à conjugalidade homoafetiva, apenas pelo critério da amorosidade. Costa e Nardi (2015) problematizam que tipo de direitos à família homoparental efetivamente é garantido, quando centramos a análise nos elementos subjetivos e de personalidade, considerando motivo menor os direitos fundamentais de livre exercício de sua sexualidade, previsto constitucionalmente. Ressalta-se que o uso dos prazeres eróticos e sexuais, de maneira consensual, entre sujeitos que podem responder sobre seus atos é livre e garantida pelos Direitos Humanos (FILHO, 2011).

Altoé (2003), de forma semelhante, afirma que as práticas da justiça, muitas vezes, encontram-se em conflito, tendo de escolher entre o discurso do direito, fundamentado em regras, normatizações e condutas, e os discursos *psis* – psicanálise, psicologia e psiquiatria –, que defendem as individualidades, liberdades e desejos de foro íntimo. A dificuldade está localizada na produção das práticas da justiça que integrem estas duas discursividades, aproximando os direitos à igualdade e à diversidade, produzindo um caminho para a proposição de Santos (2003) quando diz que “devemos lutar pela igualdade sempre que a diferença nos inferioriza, mas devemos lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

Sendo as famílias homoafetivas uma presença no contexto brasileiro, devemos considerar também que estes casais desejam ou sonham, assim como os demais, realizarem-se tendo filho(s). Como salienta Chaves (2009, p.210) “o fato de ser homo ou heterossexual não torna um indivíduo mais ou menos capacitado para exercer o papel de pai e mãe”. O que deve estar em análise no momento de uma adoção é, de uma lado, a existência da “vontade da realização de um projeto parental, e do outro se busca o bem estar das crianças, que têm a possibilidade de se verem amados e de crescerem em um ambiente familiar” (Ibid.). *A priori*, a orientação da homossexualidade não caracteriza melhor ou pior condição para o exercício das funções paterna ou materna. Por fim, toda decisão de justiça, nos casos de adoção, deve ter por finalidade atender ao

melhor interesse da criança, em outras palavras, “o interesse do adotando deve vir sempre em primeiro lugar” (Ibid., p.210).

No Brasil, a primeira decisão de adoção por casal homoafetivo foi realizada no Estado do Rio Grande do Sul tendo, na ocasião, o juiz subsidiado sua decisão no argumento que importa nestas situações a qualidade e o vínculo afetivo que podem ser propiciados ao adotante e não a orientação sexual do casal (Ibid.). Em 2013, no Estado de Alagoas, ocorreu a segunda decisão de mesmo caráter, quando um menino foi adotado por um casal homoafetivo (CNJ, 2015).

Apesar de alguns avanços nas decisões jurídicas sobre esta questão, um estudo apontou que alunos dos cursos de Psicologia e de Direito, em grande parte não corroboram com estas práticas (ARAÚJO, OLIVEIRA, CASTANHA, 2007). O argumento contrário da maioria dos alunos de Psicologia à adoção por casais homoafetivos, sustentava-se na crença que estas crianças vivenciarão influência na orientação sexual, preconceito(s) e ausência de referencial materno ou paterno, o que poderia desenvolver distúrbios psicológicos. Os alunos de Direito, por sua vez, afirmaram que isto poderia originar problemas morais. Os autores apontam a necessidade emergente de fomento à discussão da temática com a sociedade, estudantes e profissionais da área para promoção do bem-estar de adotantes e adotados (Ibid.).

## **Desnaturalização e heteronormatividade**

Interessa também por em análise a instituição família a partir de outros componentes: os indivíduos, seus corpos e suas funções. Em relação às definições à palavra *corpus*, encontram-se referências às partes materiais, visíveis, biológicas, de natureza autodefinida e independente de valores culturais. A partir do imperativo dos discursos biomédicos e bioclínicos os *corpus* são tomados para descrição das sexualidades, assumindo uma naturalização binária, inscrita na diferença das genitálias que, com efeito, é extensiva a outras partes do sujeito. Como exemplo: para os estudos da anatomia há uma finalidade do corpo masculino à valentia e do feminino à maternagem; para o cristianismo há uma alma masculina para homens e outra feminina para as mulheres; e socialmente há modos de existir homem e modos de existir mulher. A partir da hegemonia da biologia molecular, a dicotomia sexual ganha novos instrumentos para sua diferenciação, sendo agora utilizados para isso o código genético e a dosagem hormonal (MÉLLO, 2012).

Criados os corpos inertemente sexuados, ou seja, corpos tatuados pela natureza que nos ditam como devemos habitá-los, sendo a tatuagem principal a que se encontra nas genitálias, temos consequências importantes: se existem diferenças e o corpo feminino é perfeito à maternagem (portanto ao privado) e o masculino é perfeito à guerra (portanto ao público), os corpos só devem se unir também de modo perfeitamente normal: um homem com uma mulher. A heterossexualidade é o modelo de normalidade (MÉLLO, 2012, p.199)

Destaca-se que será a partir do final do século XIX, que os países ocidentais irão patologizar as práticas sexuais entre sujeitos do mesmo gênero, abrindo-se o campo judiciário à intervenção do saber *psi* para diagnosticar e tratar a doença do homossexualismo (FILHO, 2011, BUTLER, 2009). Os profissionais *psis* assumem um discurso sobre a verdade do sexo, tanto enunciando a patologia da homossexualidade, como garantindo devolver a normalidade heterossexual àqueles acometidos pela doença. Assentado a isso, criou-se: a caricatura de homossexuais instintivamente perversos e promíscuos; a ideia da homossexualidade congênita ou como degenerescência; a homossexualidade como atraso do desenvolvimento psicosssexual; além de possíveis terapêuticas como choque elétrico para provocar aversão ao comportamento homossexual; terapias de reversão, todo mais um conjunto de discursividades científicas que pudessem reafirmar a heteronormatividade (Ibid.).

Impõe-se a heterossexualidade normativa ou heteronormatividade, que é emanada para todos os campos do social, como estratégia de governabilidade da vida e de administração e gestão dos corpos, ou seja, “como tecnologia biopolítica, destinada a produzir corpos *straight*” (PRECIADO, 2011, p.12) e identidades *prêt-a-porter* (ROLNIK, 2001).

A heteronormatividade e seus efeitos no cotidiano serão objetos de problematização e questionamento pelo movimento feminista, que propõe o conceito de gênero como instrumento para desnaturalizar as diferenças entre homens e mulheres. Com isso, denominou-se perspectiva relacional de gênero o entendimento que “gênero constitui-se como modelo cultural construído a partir de relações historicamente construídas” (MÉLLO, 2012, p.200). E o modo como cada gênero planifica a historicidade em seu corpo, tem sido nomeada de performance (BUTLER, 2003; 2014). No campo *psi* estes movimentos performáticos foram interpretados como identitários, efeitos de uma produção de subjetiva.

Tanto para a performance de gênero, como para as produções identitárias *psis*, a heterossexualidade cede passagem a outros modos de uso da sexualidade, mas com seus respectivos registros: a homo, a lesbo, a bi, a transexualidade, etc.

Apesar das problematizações sociais promovidas pela teoria relacional de gênero, o sexo biológico manteve seu *status* na definição de gênero ou mesmo identitária, ou seja, o corpo permaneceu inerte a esta discussão (MÉLLO, 2012).

*O juízo de Deus*, o sistema do juízo de Deus, o sistema teológico, é precisamente a operação Daquele que faz um organismo, uma organização de órgãos que se chama organismo (...). O organismo já é isto, o juízo de Deus, do qual os médicos se aproveitam e tiram seu poder (DELEUZE, GUATTARI, 1996, p.15, grifo dos autores)

com a perpetuação de uma sexualidade orgânica, naturalizada, inata, pré-organizada e pré-funcional.

Isso levou também ao acirramento de procedimentos que destrincharam o corpo, repartido-o em órgãos (boca, pênis, vagina, ânus, etc.) e mapeado precisamente seus usos para o prazer, a satisfação e a procriação ou não procriação. Esse corpo agora diagnosticado (MÉLLO, 2012), serve melhor à regulação de um império sexual (PRECIADO, 2011), que fará proliferar toda espécie de tecnologias para o corpo sexual: cirurgias, hormônios, próteses, silicones, fármacos, exercícios, etc. Temos então uma sexopolítica que fará investimentos na capitalização sexual do corpo (Ibid.).

Nesse sentido, percebe-se certa estratificação dos corpos (DELEUZE, GUATTARI, 1996) produzida pelos modelos de representação universalista da subjetividade internalizada, individualizante e repetitiva, perdendo sua potência emancipadora de sujeitos e coletivos, revertidos em simples dispositivos de colonização capitalística.

O próprio inconsciente freudiano evoluiu ao longo de sua história, perdeu a riqueza efervescente e o inquietante ateísmo de suas origens e se recentrou na análise do eu, na adaptação à sociedade ou na conformidade a uma ordem significativa, em sua versão estruturalista (GUATTARI, 1992, p.21)

Concorre a estes uma redefinição da subjetividade, entendida como máquina produtiva, constituída por componentes heterogêneos, de natureza

plural e polifônica, permitindo a materialização de novas modalidades e possibilidades diversificadas de subjetivação. Uma subjetividade maquínica, virtualmente carregada de todos os possíveis, capaz de acoplar-se a qualquer componente – individual, coletivo e institucional – e produtora permanente de desejos. Subjetividade enquanto produto e produtora de desejos (Ibid.).

Nesta afirmação do desejo como lugar de produção e dispersão de intensidades, Deleuze e Guattari (1996) propõem o conceito de corpo sem órgãos (CsO), contrário a normatização funcional dos órgãos, que tratamos por organismo. O CsO põe-se como inimigo das limitações de uso e sentidos do organismo.

Desfazer o organismo nunca foi matar-se, mas abrir o corpo a conexões que supõem todo um agenciamento, circuitos, conjunções, superposições e limiares, passagens e distribuições de intensidade, territórios e desterritorializações medidas à maneira de um agri-mentor (Ibid., p.24).

O CsO nos convida a desarticular ou a criar  $n$  articulações com o que parece cristalizado; a dessubjetivar, como um convite ao nomadismo de movimentos e às experimentações; a nos desidentificarmos, como ação para desfazer limites e fronteiras biopolíticas.

As minorias sexuais apropriam-se e põe em análise os dispositivos sexopolíticos de controle dos corpos e das vidas, fazendo diferir as estratégias de biopoder sobre o corpo e as potências de vida destes mesmos corpos. O corpo normal passa por um processo de desterritorialização, afirmar-se sua indeterminação e o seu uso como dispositivo de intervenção nas estratégias sexopolíticas. Do mesmo modo que ocorreu com o(s) gênero(s), o corpo foi desnaturalizado, entendido então como produto e produtor. O corpo como agente sexopolítico, como espaço de criação e aglutinação apresenta sua potência: as minorias sexuais, reservadas aos guetos, se justapõem em multidões e o “monstro sexual que tem por nome multidão torna-se *queer*” (PRECIADO, 2011, p.14, grifo da autora).

Sobre a multidão *queer* e seu processo de desidentificação é possível dizer que:

Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexopolíticas

específicas de produção dos corpos “normais” e “desviantes”. Por oposição às políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”: são os *drag kings*, as *gouines garous*, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes-ciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas (PRECIADO, 2011, p.16, grifos da autora).

As multidões *queer* seguem o caminho da desontologização do sujeito da sexopolítica, afirmando não existir a “diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida” (PRECIADO, 2011, p.18).

## Adoção por casais homoafetivos

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) prevê que toda criança ou adolescente deva ser criado e educado no seio de sua família, mesmo que substituta, o que caracteriza família adotiva. Estão postos algumas critérios para que uma pessoa ou família seja adotante, como idade igual ou maior a 21 anos; haver o mínimo de 16 anos de diferença entre adotante e adotado; e sendo este último maior de 12 anos, ele expressar concordância com o ato da adoção. O estado civil do adotante é irrelevante como critério nestas situações, não estando também previsto o impedimento em lei à adoção de crianças por qualquer que seja a configuração familiar (ROSA et al., 2016).

No entanto, casais homoafetivos encontram dificuldades para adotar crianças, sendo tais atos justificados pelos possíveis prejuízos psicossociais que a mesma estaria exposta. Nesse sentido, um dos argumentos utilizados, vinculados aos aspectos do desenvolvimento psicológico, é a ausência de uma das referências, ou paterna, ou materna, nestas configurações familiares. Associado à perspectiva heteronormativa, estes discursos sugerem que estas crianças vivenciariam dificuldades na constituição de sua identidade; experimentaríamos crises de identidade; teriam dificuldades de diferenciar o masculino do feminino por não ter essa referência intrafamiliar; e, ainda, sofreriam influências para se tornarem homossexuais (COSTA et al., 2010; AMAZONAS, VERÍSSIMO,

LOURENÇO, 2013; CECÍLIO, SCORSOLINI-COMIN, SANTOS, 2013). Em relação aos discursos vinculados aos aspectos do desenvolvimento e das relações sociais, sugerem que as crianças adotadas por casais homoafetivos tendem a sofrer discriminação, passando por situações e dificuldades de interação social, preconceito na escola, nas instituições, entre outros (COSTA et al., 2010; CERQUEIRA-SANTOS, BOURNE, 2016).

Não havendo uma disposição social que legitime a adoção de crianças por casais homoafetivos e sendo a monoparentalidade uma prática comum no Brasil atual, muitos casais homoafetivos optam pelo registro de adoção com guarda única, situação jurídica onde apenas um dos cônjuges assume de forma legal a filiação e guarda da criança (CECÍLIO, SCORSOLINI-COMIN, SANTOS, 2013). Presente o conflito entre uma legislação não proibitiva em relação a adoção por casais homoafetivos e a hegemonia da visão imperativa e heteronormativa das relações familiares, houve a recente regulamentação no âmbito da justiça, do registro de nascimento e da emissão da certidão de nascimento dos filhos havidos por reprodução assistida e que, por meio comprovado, permite aos casais homoafetivos o registro de nascimento da criança onde conste os respectivos nomes dos pais ou das mães (CNJ, 2016).

Com relação a produção de investigações acadêmicas que abordem os aspectos desenvolvimentais de crianças nas configurações familiares em questão, encontra-se ainda pouca produção internacional e a escassez da produção brasileira (CERQUEIRA-SANTOS, BOURNE, 2016; ROSA et al., 2016). No entanto, contrariando as discursividades que defendem os prejuízos do desenvolvimento psicossocial de crianças adotadas por casais homoafetivos, os estudos comparativos entre crianças de famílias heteroafetivas e crianças de famílias homoafetivas, consideram não haver diferenças significativas no comportamento sexual e de gênero (CERQUEIRA-SANTOS, BOURNE, 2016). Apesar do tema ser objeto de estudos na área do Direito, Serviço Social e Psicologia, até atual momento, estes trabalhos não apresentaram repercussão na legitimação e inclusão social desse modo de parentalidade (CECÍLIO, SCORSOLINI-COMIN, SANTOS, 2013).

## Conclusões

Considera-se a respeito da temática da adoção de crianças por casais homoafetivos, que apesar da inexistência de legislações proibitivas ou estudos científicos que subsidiem prejuízos ao desenvolvimento psicossocial destas

crianças, os avanços na garantia de direitos têm caminhado a passos lentos, principalmente no que tange os direitos de família, conceito, configurações familiares e promoção da cidadania das pessoas homoafetivas. No entanto, assim como a multiplicidade e diversidade de modos de configurações familiares presentes na contemporaneidade, os casais homoafetivos estão produzindo maior legitimidade social, constituindo-se família(s) a partir de ampla gama de variações parentais.

## Referências

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas no método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.131-149.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; BRAGA, Maria da Graça Reis. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 177-191, dez, 2006.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VERISSIMO, Hugo Vasconcelos; LOURENCO, Gilclécia Oliveira. A adoção de crianças por gays. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 631-641, 2013.

ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de; OLIVEIRA, Josevânia da Silva Cruz de; CASTANHA, Alessandra Ramos. Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v.19, n.2, p.95-102, ago, 2007.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014.

CECILIO, Mariana Silva; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 18, n. 3, p. 507-516, set. 2013.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; BOURNE, Justin. Estereotipia de Gênero nas Brincadeiras de Faz de Conta de Crianças Adotadas por Casais Homoparentais. **Psico-USF**, Itatiba, v. 21, n. 1, p. 125-133, abr. 2016.

CHAVES, Marianna. Adoção homoafetiva: panorama brasileiro e luso-hispânico. In.: SOUZA, Coelho de; CANDIDO, Ivone Maria (Orgs.). **Parentalidade** – análise psico-jurídica. Curitiba: Juruá, 2009. p.209-228.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Alagoas é o 2º a realizar uma adoção homoafetiva legalmente**. Brasília, 2015. Disponível em: <cnj.jus.br>. Acesso em: 19 jun 2015.

\_\_\_\_\_. **Provimento nº 52**, de 14 de março de 2016. Dispõe sobre o registro de nascimento e emissão de respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.

COSTA, Angelo Brandeli; NARDI, Henrique Caetano. O casamento “homoafetivo” e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.23, n.1, p.137-150, 2015.

COSTA, Pedro Alexandre, CALDEIRA, Sara, FERNADES, Inês, RITA, Cláudia, PEREIRA, Henrique, LEAL, Isabel. Atitudes da população portuguesa em relação à homoparentalidade. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 26, n. 4, p. 790-798, dez. 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. Tradução Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. **De que amanhã... diálogo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

DUARTE, L. F. D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, I. (Org.). **Família e sociedade brasileira: desafios nos processos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, 1994. p. 23-41.

FILHO, Fernando Silva Teixeira. Apontamentos para uma Psicologia contra-homofóbica. In.: Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. Brasília: CFP, 2011, p. 48-66.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde & Sociedade**, v.14, n.2, p.50-59, ago, 2005.

GATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed.34, 1992.

LAJO, Javier. **Qhapaq Ñan: la ruta inka de sabiduría**. Lima: Amaro Runa Ediciones, 2005.

MELLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v.24, n.1, p. 197-207, abr. 2012.

PASSOS, Eduardo; EIRADO, André do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas no método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.109-130.

POZZANA, Laura; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). **Pistas no método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.52-75.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n.1, p.11-20, abr. 2011.

ROLNIK, Suely. Despachos no museu: sabe-se lá o que vai acontecer... **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v.15, n.3, p. 03-09, jul. 2001.

ROSA, Jéssica Moraes; MELO, Anna Karynne; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc e SANTOS, Manoel Antônio dos. A Construção dos Papéis Parentais em Casais

Homoafetivos Adotantes. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 36, n. 1, p. 210-223, Mar. 2016.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1988.

SANTOS, Boaventura de S. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez Ed., 2013.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre , v. 15, n. 2, p. 18-42, dez. 2003.

## O ENVELHECIMENTO DA CATEGORIA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Luísa Vilharquide Firmino  
*luvilharquide@gmail.com*

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alda Britto da Motta.

*Universidade Federal da Bahia (UFBA), Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM)*  
*aldamotta01@homail.com*

### **Resumo:**

A categoria das trabalhadoras domésticas passa por uma recente transformação em sua composição geracional, já que na última década a média de idade das profissionais subiu significativamente. O presente artigo objetiva estudar este deslocamento geracional, tendo em vista a redução do trabalho infantil e da extrema pobreza e a maior escolarização de mulheres negras jovens no Brasil. Por fim, destaca a fragilidade das frágeis garantias trabalhistas e previdenciárias oferecidas às trabalhadoras maduras e idosas devido, sobretudo, à alta taxa de informalidade da categoria.

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico, Geração, Envelhecimento, Mulheres negras.

## Introdução

A natureza das atividades em regra desenvolvidas pelas trabalhadoras domésticas se relaciona intimamente com o trabalho reprodutivo historicamente atribuído às mulheres como o correspondente cultural ao seu papel de gênero. Esta relação se reflete na atual situação de que 94,8% do trabalho doméstico remunerado no Brasil é realizado por mulheres (IBGE, 2012, p.6), bem como no fato desta ocupação ser o destino de cerca de 17% das mulheres que trabalham no país (DIEESE, 2011, p.1).

O recente passado escravista brasileiro, época em que as atividades domésticas eram realizadas por pessoas negras escravizadas, também impacta a composição da categoria das trabalhadoras domésticas. Na contemporaneidade, a categoria segue majoritariamente composta por mulheres negras, que representam 61,6% das trabalhadoras (PINHEIRO et al., 2011, p.36). Além disso, entre as trabalhadoras domésticas as mulheres negras são as que mais trabalham informalmente, o que as sujeita a outras violações de direitos trabalhistas e previdenciários. Assim, prevalecem o racismo e a divisão racial do trabalho, que limitam o acesso das pessoas negras a funções de maior remuneração, prestígio social e garantia de direitos.

A vulnerabilidade social das trabalhadoras domésticas e a precariedade de direitos trabalhistas da categoria se influenciam reciprocamente. As pessoas que vivem em maior desvantagem diante das opressões sistêmicas são continuamente direcionadas para o trabalho doméstico remunerado, ao passo que as trabalhadoras domésticas recebem baixas remunerações e eram a única categoria que não gozava plenamente dos direitos garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) aos trabalhadores urbanos e rurais até a aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de 2013 (BRASIL, 2013, online).

O trabalho doméstico está distribuído socialmente de acordo com as relações de poder e é um dos trabalhos atribuídos à população em maior vulnerabilidade social. Nesse sentido, a conjuntura em que a maior parte do trabalho doméstico remunerado é exercida por mulheres negras e pobres manifesta que as relações de emprego doméstico são marcadas pelas desigualdades de gênero, raça e classe.

A análise deste fenômeno demanda reflexões sobre a dinâmica existente entre diferentes sistemas de dominação, para o que utilizarei o referencial teórico-metodológico da interseccionalidade. Esta escolha se dá vez que este método de articulação teórica dos sistemas de opressão foi pensado por

feministas negras para tratar da realidade de mulheres negras, visando problematizar e desconstruir práticas de discriminação.

Kimberlé Crenshaw propôs que ao colocar em foco experiências vividas por mulheres negras, estas devem ser analisadas não como resultado da adição do racismo e do sexismo, mas da intersecção entre estes e outros sistemas que colocam a mulher negra em posição subalterna (CRENSHAW, 1989).

Conforme examina Sirma Bilge, “O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (BILGE, 2009, p.70 apud HIRATA, 2014, p.62). Nesta perspectiva, as hierarquias sociais são criadas pelas interações entre múltiplos sistemas de dominação, que impactam conjunta e simultaneamente a vida em sociedade. Alda Britto da Motta destaca a categoria geração como uma das dimensões básicas da vida social e de suas análises, articulando-se dinamicamente com as categorias gênero, raça e classe (BRITTO DA MOTTA, 2004, p.1). Este artigo corrobora com este entendimento e busca demonstrar que o trabalho doméstico também se encontra desigualmente dividido entre gerações.

O estudo da categoria geração leva à percepção das idades da vida como construções sociais e culturais, que variam espacial e temporalmente, de acordo com cada cultura (MÜLLER, 2009, p.112).

Ainda, é fundamental considerar que as diferentes gerações se constroem conjuntamente, muitas vezes implicando em conflitos e reestruturações sociais, a saber:

Essas dimensões realizam-se no cotidiano e na História e podem ser também definidas como categorias relacionais ou da experiência. Expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias. Provisórias, porque na dialética da vida os lugares sociais se alternam, as situações sociais desestruturam-se e reconstroem-se em outros moldes. Do ponto de vista de cada indivíduo ou grupo, isto significa a múltipla pertinência de classe, de sexo/gênero, de idade/geração e de raça/etnia, com a formação de subjetividades ou de identidades correspondentes (BRITTO DA MOTTA, 2004, p.1).

Assim, geração é uma categoria consideravelmente mutável, seja pela variedade de contextos sociais figurados por indivíduos de um mesmo grupo

geracional, própria experiência geracional em trânsito de cada indivíduo ou transformações históricas e sociais que constituem novas condições de existência para as gerações.

Diversos estudos vêm apontando um envelhecimento da categoria das trabalhadoras domésticas no Brasil nas últimas décadas. Entre 1999 e 2009 houve substancial crescimento da proporção de trabalhadoras domésticas com mais de 30 anos, que, de 56,5% das trabalhadoras domésticas em 1999, passaram a representar 72,7% destas em 2009 (PINHEIRO et al., 2011, p.36).

Esta estatística encontra amparo na pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que identificou que em 2004 27,2% das trabalhadoras domésticas estava na faixa etária de 30 a 39 anos de idade, o que representava a maior parcela da categoria, enquanto em 2011 a maior parcela era composta por mulheres de 40 a 49 anos, que somavam 28,5% do total de trabalhadoras. Outro destaque dado pela pesquisa é o aumento da proporção de trabalhadoras domésticas com 50 anos ou mais, que passou de 13,7%, em 2004, para 21,9%, em 2011. Tal envelhecimento da categoria reflete também, a redução do número de jovens realizando o emprego doméstico remuneradamente, fração que reduziu de 6,1% para 3,9% para meninas entre 10 e 17 anos e de 16,8% para 9,3%, para as jovens entre 18 e 24 anos, entre os anos de 2004 e 2011 (DIEESE, 2013, p.7).

A Pesquisa Mensal do Emprego realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 também obteve resultados semelhantes, destacando a diminuição da concentração de trabalhadoras domésticas de 25 a 34 anos e o crescimento nos grupos de 35 a 44 anos e de 45 a 54 anos, entre 2003 e 2009. A pesquisa ainda comparou a composição etária da categoria das trabalhadoras domésticas com a da população ocupada, demonstrando que enquanto 31,6% da população ocupada tinha 45 anos ou mais em 2009, entre as trabalhadoras domésticas este percentual foi de 40,3% (IBGE, 2010, p.7), demonstrando que o envelhecimento da categoria está além do processo de envelhecimento geral da sociedade brasileira.

A análise geracional demanda o estudo conectado ao contexto social e histórico que lhe confere sentido (MANNHEIM, [s.d.], p.163). Deste modo, para estudar estas mudanças na composição geracional da categoria das trabalhadoras domésticas, é necessário considerar as transformações ocorridas nas últimas décadas nas condições de vida de mulheres trabalhadoras de diferentes idades no Brasil.

## Meninas trabalhadoras domésticas

Apesar de a Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente disporem categoricamente acerca da proibição de qualquer tipo de trabalho aos menores de 14 anos muitos são os relatos de trabalhadoras domésticas que começaram a trabalhar ainda crianças, geralmente entre 9 e 12 anos<sup>1</sup>.

Como trabalhadoras informais e em regra morando nas casas de seus empregadores, as meninas não possuem jornada de trabalho definida, passam o dia todo à disposição para a execução de serviços e não têm tempo livre para estudar ou brincar.

Sobre o tratamento dado às meninas trabalhadoras domésticas, Angela Figueiredo dispõe que “As necessidades relativas às diferentes fases do desenvolvimento são suprimidas, há uma exigência para uma maturidade precoce na medida em que o corpo se torne mais forte para suportar melhor a exploração, a responsabilidade e o trabalho.” (FIGUEIREDO, 2011, p.101).

Com a imposição do trabalho doméstico, muitas meninas são expostas à exploração de sua força de trabalho e a um cotidiano de trabalho que envolve longas jornadas, esforços físicos intensos, exposição a situações de risco de abuso físico, psicológico e sexual e risco de acidentes de trabalho com fogo e objetos cortantes, situação que viola os direitos da criança e do adolescente.

Desde o ano de 1996, o Governo Federal executa o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que desenvolve ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática de trabalho precoce, exceto os maiores de 14 anos em condição de aprendiz. Entre as políticas do Peti, estão os programas de transferência de renda que exigem a frequência escolar da criança, como o Bolsa Família, a inserção das crianças, adolescentes e suas famílias em serviços socioassistenciais e a realização de campanhas informativas contra o trabalho infantil (MDS, online).

As iniciativas do programa, somadas às melhorias nas condições socioeconômicas das famílias no Brasil e ao declínio da extrema pobreza, geraram impacto na redução do trabalho infantil no país. Em 1992, 13,3% das crianças de 5 a 14 anos estavam trabalhando, enquanto, no ano de 2008, este percentual chegou a 5,1%. (BARROS; MENDONÇA, 2010, p.11)

---

1 Alguns relatos podem ser encontrados na obra “Tensões e experiências: Um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador”, publicada pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (MORI et al., 2011).

Ocorre que, mesmo diante da redução do trabalho infantil, atualmente o trabalho doméstico não deixou de ser uma das principais alternativas de trabalho para as meninas pobres, bem como as condições de trabalho a elas oferecidas não sofreram grandes transformações.

O relatório “Por ser menina no Brasil” denuncia que apesar das ações promovidas pelo Peti, 13,7% das meninas de 6 a 14 anos no Brasil trabalham ou já tiveram experiência de trabalho, sendo que 2,3% afirmaram que procuram trabalho e 10,6% preferiram não responder. Entre as meninas que trabalham a maior parcela, 37,4%, realiza o trabalho doméstico remunerado (PLAN INTERNATIONAL BRASIL, 2015, p.13). É importante destacar que a pesquisa foi feita quase em sua totalidade com meninas que frequentam a escola e que, considerando que grande parte das meninas trabalhadoras domésticas é impedida de estudar<sup>2</sup>, provavelmente há ainda mais meninas trabalhando com trabalho doméstico do que a pesquisa aponta.

Mesmo diante da diminuição percentual da participação das meninas no trabalho doméstico remunerado, como o contingente da categoria é muito expressivo, ainda há muitas meninas ocupadas no trabalho doméstico. É alarmante que o trabalho doméstico ainda seja um destino comum para as meninas pobres, já que – além dos prejuízos ao pleno desenvolvimento infantil e o descumprimento dos direitos da criança e do adolescente – as meninas são necessariamente trabalhadoras informais, figurando relações de trabalho de intensa exploração e precariedade e sujeitas à completa vulnerabilidade de qualquer proteção jurídica ao trabalho realizado.

## **Escolarização de mulheres jovens e novas perspectivas de emprego**

O envelhecimento da categoria das trabalhadoras domésticas também se relaciona com a redução percentual das mulheres jovens no trabalho doméstico. A transformação dos interesses profissionais das jovens trabalhadoras é parte da mudança do próprio significado da juventude para as mulheres pobres.

---

2 A infância, como a juventude, é uma fase da vida recorrentemente demarcada pela instituição da escola. As meninas trabalhadoras domésticas que são impedidas de estudar acabam por ter negado, mais uma vez, o direito à infância e ao pleno desenvolvimento infantil. Para as meninas pobres viver uma infância protegida raramente é uma opção, já que a divisão socialmente criada entre infância e adultez costuma ser esfumada pela responsabilidade de realizar as atividades domésticas, remuneradamente ou não.

A noção de juventude foi elaborada de acordo com a experiência de jovens burgueses, constituindo uma busca de outros grupos sociais ascender à condição de “viver a juventude” e se aproximar deste paradigma. Atualmente, verifica-se a existência de múltiplas juventudes, considerando que diferentes grupos sociais vivenciam a juventude por meio de situações e significações diferentes (ABRAMO, 2008, p.43-44).

O acesso à educação formal é uma das mais importantes variáveis que influenciam a vivência das juventudes, quadro que sofreu expressivas transformações nos últimos anos. Entre 1988 e 2008 a média de escolaridade da população brasileira cresceu de 4,5 para 7,4 anos, sendo que o crescimento foi mais acentuado entre as mulheres. O crescimento da escolarização das mulheres foi tão expressivo que a disparidade da escolarização entre os gêneros chegou a se inverter ao final do período analisado, de modo que as mulheres contam com uma média de anos de escolaridade maior do que a dos homens (BARRETO, 2013, p.7-8).

Ainda que persistam as disparidades entre a escolarização de jovens brasileiros de acordo com suas classes sociais e raças, é notório o crescimento do percentual de jovens negros que concluíram o Ensino Médio e que tiveram acesso ao Ensino Superior entre os anos de 1995 e 2009. Enquanto em 1995 apenas 8% dos jovens não brancos de 18 a 24 anos havia concluído o Ensino Médio sem inserção no Ensino Superior e 2% tiveram acesso ao Ensino Superior, em 2009 os índices passaram para 31% e 11% respectivamente (ANDRADE, 2012, online).

No que diz respeito à classe social, os níveis de ensino dos jovens seguem variando de acordo com a renda familiar. O número de jovens pobres que concluem o Ensino Médio e que acessam o Ensino Superior ainda é muito pequeno, embora o crescimento da escolarização dos jovens das faixas mais pobres da sociedade seja percentualmente muito maior do que dos jovens ricos (ANDRADE, 2012, online).

Portanto, a ampliação do acesso ao Ensino Fundamental e o maior índice de conclusão do Ensino Médio e de acesso ao Ensino Superior por pessoas negras e pobres, especialmente mulheres, participa da construção de um novo significado da juventude para esta parcela da população. Se até recentemente as mulheres jovens pobres não eram vistas socialmente nem por si mesmas como jovens (BRITTO DA MOTTA, 2013, p.6), o aumento da escolarização modifica suas percepções e inaugura outras possibilidades de existência. As jovens mulheres negras, cada vez mais escolarizadas, encontram novos tipos

de inserção no mercado de trabalho e o trabalho doméstico remunerado deixa, progressivamente, de ser sua única opção.

Muitas trabalhadoras domésticas desejam que suas histórias não se repitam e lutam para que, apesar das condições desfavoráveis, suas filhas estudem e possam ter outras profissões, seja por melhores remunerações e mais direitos ou pelas experiências negativas que tiveram no decorrer do exercício do trabalho doméstico.

Nesse sentido, Miriam Nobre aponta que as mulheres têm investido em escolarização e problematiza:

[...] Se houver dinamismo na economia com o crescimento de postos de trabalho na indústria e escritórios, se houver ampla reforma agrária, as mulheres estarão enfrentando os constrangimentos pessoais, culturais e sociais para construir suas trajetórias profissionais. Se há escolha, há pouca chance do emprego doméstico se manter como uma instituição de tão grande alcance. (NOBRE, 2004, p.68-69)

Assim, as mudanças descritas se relacionam com o crescimento da indústria e do setor de serviços no Brasil, que absorveram significativamente em outras ocupações a população feminina que ocuparia os postos de trabalho doméstico, oferecendo mais garantias trabalhistas e melhores condições de emprego.

## **Mulheres maduras e mulheres idosas no emprego doméstico**

Conforme mencionado, o processo de envelhecimento da categoria das trabalhadoras domésticas supera o envelhecimento da população ocupada. Um dos pontos que influenciam a atual expressiva maioria de mulheres com mais de 30 anos ocupadas no emprego doméstico e o aumento da parcela de mulheres maduras e idosas na profissão é o aumento da continuidade da relação de emprego.

Entre os anos de 1999 e 2009, o tempo médio de permanência das trabalhadoras no emprego subiu 10,4 semanas para as mulheres que não moram no emprego e 34,9 semanas para aquelas que moram, de modo que em 2009 o tempo médio de permanência era de 57 semanas para as que não moram no emprego e 91 semanas para as que moram (PINHEIRO et al., 2011, p.64).

Merece destaque que entre as trabalhadoras idosas, é maior a parcela que mora no emprego do que a que não mora<sup>3</sup>.

A estabilidade e a garantia de emprego oferecidas pela manutenção do vínculo empregatício acabam por manter a trabalhadora doméstica nesta função, mesmo diante da precariedade de direitos e garantias. Isso significa que mais mulheres estão envelhecendo enquanto ocupadas no emprego doméstico.

A maior parte das trabalhadoras que mantém relações de emprego longas acaba não dispondo de tempo, condições financeiras ou motivação para continuar os estudos ou realizar cursos profissionalizantes, permanecendo no emprego doméstico por falta de possibilidade de alocação em outras funções.

Como na contemporaneidade a escolarização ocorre nos primeiros anos da vida – durante a infância e a juventude – poucas vezes as pessoas já adultas, maduras ou idosas conseguem se reinserir no ambiente escolar. Nestes termos, é possível verificar que aquelas que hoje são mulheres trabalhadoras domésticas maduras ou idosas cresceram em um momento histórico do país em que concluir mesmo os níveis de ensino mais básicos era um desafio para as classes pobres, principalmente para as mulheres.

Ou seja, as mulheres trabalhadoras domésticas maduras ou idosas, em regra, são mulheres que possuíam menor acesso à educação formal e que foram impulsionadas ainda jovens para o mundo do trabalho devido à pobreza de seus núcleos familiares, quadro que é agravado no caso das mulheres negras (DIEESE, 2013, p.7).

É possível afirmar, diante destas circunstâncias, que “O emprego doméstico tem, assim, ocupado posição central nas possibilidades de incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, particularmente das negras, pobres e sem escolaridade ou qualificação profissional” (PINHEIRO et al., 2011, p.36).

Nas fases da vida posteriores à adultez as mulheres acumulam as consequências das desigualdades a que foram expostas, isto é: “Nesta fase, as mulheres vivem as desvantagens acumuladas ao longo de uma vida de discriminação e desigualdades estruturais.” (BELO, 2013, online).

Diante da melhora das condições de estudo para a juventude, em destaque para a juventude negra, as mulheres não escolarizadas restam em desvantagem

---

3 Maior percentual das trabalhadoras domésticas que moram no emprego são trabalhadoras formais, portanto acessam mais garantias trabalhistas, porém a coabitação com o empregador frequentemente implica na flexibilização da jornada de trabalho e de outros direitos.

para o mercado de trabalho: a defasagem educacional das mulheres mais velhas contribui para alocação destas nos postos de trabalho subalternos.

Desta maneira, ocorre uma redistribuição do trabalho doméstico remunerado entre as gerações e as trabalhadoras mais velhas aceitam condições de trabalho precárias perante a necessidade de garantir a própria subsistência e de seus familiares.

Os altos índices de informalidade da relação de emprego doméstico<sup>4</sup> reverberam na desproteção previdenciária das trabalhadoras domésticas, em especial durante a velhice. Ou seja, muitas das trabalhadoras mais velhas arcam com as implicações da informalidade da relação de emprego por não poderem aposentar – seja por idade, tempo de serviço ou invalidez – e seguem trabalhando.

Há também a questão da desproteção legal do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para as trabalhadoras domésticas, que foi sanada apenas com a Lei Complementar nº 150, de 2015 (BRASIL, 2015, online), e fez com que muitas mulheres trabalhadoras domésticas não formassem este fundo ao longo dos anos trabalhados para utilizar em caso de doenças graves, desemprego sem justa causa, na aquisição de casa própria ou para seu conforto durante a aposentadoria.

No Brasil, os direitos das pessoas idosas são precários, a despeito da conquista da instituição do Estatuto do Idoso em 2003. Em um contexto de baixa aplicabilidade dos direitos à saúde, habitação, cultura e lazer, esporte, educação, entre outros, torna-se ainda mais preocupante que as mulheres trabalhadoras domésticas cheguem à velhice sem receber aposentadoria.

## Conclusão

Nas últimas décadas ocorreram grandes transformações na escolarização formal da população pobre e negra no Brasil. Este processo foi estimulado por mudanças nas políticas governamentais, como a intensificação dos programas de transferência de renda, maiores investimentos na educação de base e a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que aumentaram o acesso da população pobre ao Ensino Superior.

---

4 Apenas 28% das trabalhadoras domésticas negras e 31,7% das brancas trabalhavam formalmente no Brasil no ano de 2009 (PINHEIRO et al., 2011, p.44).

Também é importante destacar que o movimento negro brasileiro não deixou de pontuar a necessidade de cotas raciais nas instituições de Ensino Superior, que passaram a ser implantadas em diversas universidades públicas brasileiras.

O aumento da escolarização da população pobre e negra no Brasil impactou as relações de trabalho em diversos aspectos, mas principalmente ampliando o acesso a melhores posições no mercado de trabalho e reduzindo o trabalho infantil.

No que diz respeito ao trabalho doméstico remunerado, é possível verificar que há uma menor quantidade de mulheres trabalhadoras domésticas jovens e adultas, vez que há outras possibilidades de emprego e de existência para mulheres negras.

Infelizmente estas transformações não estão alcançando todas as mulheres negras pobres. Analisando a dimensão geracional é notório que as mulheres negras e pobres maduras ou idosas ainda não possuem oportunidades muito diversas no mercado de trabalho.

Envelhecer no trabalho doméstico ainda representa vulnerabilidade para as mulheres trabalhadoras domésticas mais velhas, mesmo com os direitos conquistados com a Emenda Constitucional nº 72, de 2013 (BRASIL, 2013, online). A alta informalidade e histórico de desproteção jurídica da relação de emprego doméstico não só impacta suas condições de vida ao longo de suas existências, mas também faz com que quando estejam idosas estas mulheres se encontrem em uma situação de maior precariedade do que se tivessem tido acesso a outros empregos, formais e de maiores remunerações.

## Referencias Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: \_\_\_\_\_. Branco, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 37-72.

ANDRADE, Cibele Yahn de. **Acesso ao ensino superior no Brasil**: equidade e desigualdade social. Campinas: Ensino Superior Unicamp, 2012.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. **Relatório Situação da População Afrodescendente – Brasil**. Salvador: Programa A Cor da Bahia, 2013.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Trabalho infantil no Brasil: Rumo à erradicação**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010.

BELO, Isolda. **Velhice e mulher: vulnerabilidades e conquistas**. Revista Feminismos. vol.1, n.3, 2013. p. 1-20.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 01 de junho de 2015**. Dispõe Sobre O Contrato de Trabalho Doméstico; Altera As Leis no 8.212, de 24 de Julho de 1991, no 8.213, de 24 de Julho de 1991, e no 11.196, de 21 de Novembro de 2005; Revoga O Inciso I do Art. 3o da Lei no 8.009, de 29 de Março de 1990, O Art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de Julho de 1991, A Lei no 5.859, de 11 de Dezembro de 1972, e O Inciso VII do Art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de Dezembro 1995; e Dá Outras Providências. Brasília, DF, 2015.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013**. Altera A Redação do Parágrafo único do Art. 7º da Constituição Federal Para Estabelecer A Igualdade de Direitos Trabalhistas Entre Os Trabalhadores Domésticos e Os Demais Trabalhadores Urbanos e Rurais. Brasília, DF, 2013.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As idades da Mulher. **Revista Feminismos**, v. 1, p. 10, 2013.

\_\_\_\_\_. Teoria de Gerações na perspectiva de gênero. In: Maria Helena Santana Cruz; Amy Adelina Alves. (Org.). **Feminismo, Desenvolvimento e Direitos Humanos**. 1 ed. Aracaju: 2004, v. 1, p. 1-20.

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics*. In: University of Chicago Legal Forum, III, 1989, Chicago. **Feminism in the Law: Theory, Practice and Criticism**. Chicago: University Of Chicago, 1989.

DIEESE. **As características do trabalho doméstico remunerado nos mercados de trabalho metropolitanos**. São Paulo: 2011.

\_\_\_\_\_. **O emprego doméstico no Brasil**. [São Paulo, 2013](#).

[IBGE. Pesquisa Mensal do Emprego \(PME\): Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas. Brasília: 2012.](#)

[. Pesquisa Mensal do Emprego \(PME\): Algumas das principais características dos trabalhadores domésticos vis a vis a população ocupada. Brasília: 2010.](#)

[FIGUEIREDO, Angela. Condições e contradições do trabalho doméstico em Salvador. In: MORI, Natália et al. \(Org.\). \*\*Tensões e experiências: Um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador.\*\* Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria \(CFEMEA\), 2011. p. 89-132.](#)

[HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. \*\*Tempo Social, Revista de Sociologia da Usp.\*\* São Paulo: v. 26, n. 1, p.17-33, jan/jun. 2014.](#)

[MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: \\_\\_\\_\\_\\_. \*\*Sociologia do Conhecimento.\*\* Porto, Portugal: Res Editora, \[s.d.\]. p.115-176.](#)

[MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME \(MDS\). \*\*Programa de Erradicação do Trabalho Infantil \(Peti\).\*\* Disponível em: <\[www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti\]\(http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti\)>. Acesso em: 15 jan. 2015.](#)

MORI, Natalia; BERNARDINO-COSTA, Joaze; FLEISCHER, Soraya. Introdução. In: MORI, Natália et al. (Org.). **Tensões e experiências: Um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador.** Brasília: [Centro Feminista de Estudos e Assessoria \(CFEMEA\)](#), 2011. p. 15-29.

MÜLLER, Elaine. Repensando a problemática da transição à adultez. Contribuição para uma Antropologia das Idades. Política e Trabalho. **Revista de Ciências Sociais.** n, 31, Setembro de 2009. p.107-125.

NOBRE, Miriam. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, Ana Alice (Org.) et al. Reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: Piacere In Arte, 2004. p.61-70. Edição eletrônica: Cláudia Moretto. Disponível em: <[http://www.fes.gdm.cl/uploads/documentos/sindicatos\\_y\\_relaciones\\_laborales/reconfiguracao\\_das\\_relacoes\\_de\\_genero\\_no\\_mundo\\_do\\_trabalho\\_2004.pdf#page=61](http://www.fes.gdm.cl/uploads/documentos/sindicatos_y_relaciones_laborales/reconfiguracao_das_relacoes_de_genero_no_mundo_do_trabalho_2004.pdf#page=61)>. Acesso em: 02 fev. 2015.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália; PEDROSA, Cláudia. Situação atual das trabalhadoras domésticas no país. In: MORI, Natália et al. (Org.). **Tensões e experiências**: Um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. Brasília: [Centro Feminista de Estudos e Assessoria \(CFEMEA\)](#), 2011. p. 33-69.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL. **Por ser menina no Brasil**: Crescendo entre Direitos e Violências. São Paulo: Plan International, 2015

## A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: ENTRELACES DE GÊNERO E GERAÇÃO

Márcia Santana Tavares  
*Universidade Federal da Bahia*  
*marciatavares1@gmail.com*

### **Resumo:**

A violência perpetrada contra as mulheres não escolhe idade e classe social, nem se restringe apenas à esfera doméstica, “entre quatro paredes”, na trama das relações familiares, ela se entende ao espaço público, embora suas manifestações muitas vezes permaneçam invisibilizadas ou secundarizadas, uma vez que se materializam de forma diferenciada. O fato é que, como tentaremos refletir neste artigo, as mulheres sofrem vários tipos de violência ao longo da vida, quando crianças, adultas e, finalmente, idosas, em virtude da sua condição de gênero e faixa etária, mas também do lugar em que transitam, estabelecem relações e demandam serviços, ou seja, no espaço privado, na casa e na convivência com familiares e, no espaço público, na rua e em instituições das quais são usuárias de serviços. Neste sentido, este artigo se propõe a refletir sobre as modalidades de violência recorrentes nas várias etapas de vida das mulheres, a partir de uma perspectiva de gênero e geração.

**Palavras chaves:** Violência; Mulheres; Gênero; Geração.

## I. Introdução

A violência contra as mulheres consiste não só em uma violação dos direitos humanos como um problema de saúde pública que tem adquirido proporções endêmicas e, comprometido o desenvolvimento socioeconômico do país, a despeito do investimento do governo federal em políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM, que desde sua criação alinhou-se à luta pela implementação e aplicação da Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha e, desde 2007, quando assumiu a coordenação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, procurou, em conjunto com outras secretarias e ministérios, com os governos estaduais e municipais, imprimir novas estratégias de prevenção, combate e repressão às diferentes modalidades de violência que atingem as mulheres brasileiras.

Debert e Oliveira (2007) ressaltam que a violência doméstica e familiar tem ocupado um espaço cada vez maior na mídia impressa e eletrônica brasileira, em que reportagens, documentários e notícias denunciam os abusos cometidos por maridos e companheiros contra as mulheres, por pais contra seus filhos crianças e adolescentes e por filhos contra seus pais idosos.

De acordo com as autoras, a imagem da família como espaço de harmonia e proteção contra um mundo sem coração, à medida em que vêm à tona relações de opressão em que o abuso físico e emocional contra mulheres, crianças, jovens e idosos ganham visibilidade pública e passam a compor as estatísticas sobre a violência nos centros urbanos, fazendo com que medidas de políticas públicas e legislações sejam criadas.

Para Azevedo (1993), a família é uma instituição erigida sob duas desigualdades: gênero e geração. A primeira delas, mediante a dominação masculina sobre a mulher e, a segunda, a desigualdade de geração, em que os mais velhos exercem autoridade sobre os mais jovens. Assim, a violência consiste na conversão de uma desigualdade em um exercício de opressão, superioridade, que tem no ambiente familiar o espaço ideal para sua manifestação. Ocorre que, durante muito tempo, a cisão entre público e privado isentou o Estado de intervir no que acontecia entre quatro paredes, isto é, a solução de quaisquer problemas no âmbito doméstico dizia respeito apenas aos membros do grupo familiar.

Azevedo (1993) acrescenta que especialistas têm apontado o ambiente familiar como uma instituição propícia às expressões de todas as formas de violência, uma vez que o espaço doméstico reside em locus de dominação histórica do homem sobre a mulher e dos mais velhos sobre os mais novos.

As diferenças naturais entre homens e mulheres, entre adultos e crianças são transformadas em desigualdades e, estabelecidas como padrões culturais, que justificam, muitas vezes, comportamentos de violência. A autora esclarece que:

Daí os vários tipos de violência doméstica: a) em termos da direção exercida, essa sempre contra os mais fracos na hierarquia do poder familiar (mulher/criança-adolescente/filho); b) sempre qualificada em termos de natureza (sexual/física/psicológica). (AZEVEDO, 1993, p. 127)

Todavia, as situações de violência a que são submetidas as mulheres ao longo de suas vidas apresentam variações, de acordo com as diferenças sociais, culturais e econômicas resultantes do seu pertencimento a determinada raça/etnia, geração e procedência regional e/ou social (PASINATO, 2010). Neste artigo, portanto, pretendo analisar como a intersecção entre gênero e outros marcadores sociais como idade/geração, raça/etnia e classe social contribuem para sustentar e invisibilizar a violência contra as mulheres.

## **2. Caminhos metodológicos**

Para a construção deste texto utilizei a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. Lima e Miotto (2007), ao apontarem a diferença entre pesquisa bibliográfica e revisão bibliográfica, esclarecem que, ao tratar da pesquisa bibliográfica, enfatizam que ela é desenvolvida com a finalidade de fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que auxiliem a análise futura dos dados coletados. Neste sentido, o caminho metodológico escolhido permitiu-me realizar um estudo teórico a partir de documentos escritos, mais precisamente, relatórios de pesquisa, processos administrativos e prontuários de instituições, de modo a compor o perfil de mulheres, crianças e idosas atendidas nos serviços da rede de proteção de Salvador, ao mesmo tempo em que dialogo com estudos desenvolvidos por mim e outras autoras sobre a violência contra mulheres em Salvador, cujo resultado apresento nas próximas linhas.

## **3. A violência contra as mulheres: da infância à velhice.**

A família, a despeito da importância que lhe é atribuída como espaço de transmissão dos princípios basilares de respeito à pessoa humana, configura-se

como um espaço de hierarquia e subordinação caracterizada pelo processo de dominação que o homem exerce sobre a mulher e dos adultos sobre as crianças e adolescentes (RIBEIRO, FERRIANI & REIS, 2004).

No tocante às crianças e adolescentes, a violência doméstica ganhou visibilidade e passou a ser objeto de discussão no Brasil, no meio científico e político, a partir dos anos 1980, em especial a violência sexual, que passa a ser considerada como um problema de saúde pública, que exige ações governamentais de prevenção, assistência e garantia de direito as vítimas (BRITO et al, 2005).

A violência sexual infantojuvenil consiste em uma modalidade de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. Em suma, esse tipo de violência reúne duas desigualdades básicas: gênero e geração. (ARAÚJO, 2002).

Faleiros (1997) pondera que a construção social de valores como o machismo, patriarcalismo, submissão de gênero e sujeição das crianças aos adultos permanece fortemente arraigada em nossa sociedade, potencializando o abuso sexual. Habigzang e colaboradoras (2006, p. 16) definem o abuso sexual como

[...] todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Tem por finalidade estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter estimulação sexual.

A violência sexual infantojuvenil consiste em uma modalidade de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. Em suma, esse tipo de violência reúne duas desigualdades básicas: gênero e geração. (ARAÚJO, 2002). Faleiros (1997) pondera que a construção social de valores como o machismo, patriarcalismo, submissão de gênero e sujeição das crianças aos adultos permanece fortemente arraigada em nossa sociedade, potencializando o abuso sexual, em que há uma maior proporção de vítimas do sexo feminino, uma vez que as mulheres ainda são tidas como objeto sexual, a despeito das conquistas feministas (MARTINS; JORGE, 2010).

Com efeito, ao estudarmos 70 processos do Ministério Público, no período de janeiro de 2013 até janeiro de 2014, constam na 9ª Promotoria da Infância e Juventude de Salvador/BA setenta casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Neste universo, 78,57% das vítimas são crianças do sexo feminino, sendo 55 abusos cometidos com meninas e 15 com crianças e adolescentes do sexo masculino (LACERDA, 2015). Cabe ressaltar que a violência

sexual contra meninos pode ser subnotificada, em virtude de questões culturais, valores machistas, mas também não podemos descartar que, conforme enfatiza Langdon (1993, p. 155), entre o dito e o não dito,

[...] a narrativa que não pode ser contada carrega um peso igual ou maior que aquela contada. No caso da sociedade de classe média, as proibições de narrativas sobre abuso sexual de jovens ou meninas carregam mensagens que marcam as Vítimas para o resto de suas vidas, mas não permitem uma elaboração no sentido de entender quem é realmente o culpado.

A análise dos 70 processos da 9ª Promotoria da Infância e Juventude de Salvador/BA demonstra que o vínculo familiar permanece fortemente associado aos casos de violência sexual. Dentre os acusados, foram identificados 17 são pais, 13 padrastos, 6 primos, 4 irmãos, 3 avós e 6 tios, ou seja, 70% dos agressores são membros do grupo familiar, o que facilita o acesso às vítimas masculino (LACERDA, 2015).

Todavia, Saffioti (1997) esclarece que a denúncia de abuso contra crianças do sexo masculino é rara, pois mesmo quando um menino é usado sexualmente por um adulto, no imaginário social ele é igualado a uma mulher, o que culmina na ocultação e/ou negação do abuso.

A diferença de idade e a ligação afetiva existente entre o agressor e a vítima reiteram a desigualdade existente nessa relação, pois a criança ou o adolescente são considerados não como sujeitos, mas objetos de desejo do adulto. Neste sentido, Saffioti (1997, p. 171) argumenta que a preferência por crianças aponta para o abuso sexual consiste em afirmação de poder, principalmente se levarmos em conta a predominância de casos de abusos cometidos por pais e padrastos. Daí porque refuta a ideia do abuso como decorrente de uma pulsão incontrolável e defende a tese de afirmação do poder do macho (LACERDA, 2015).

Com relação à violência perpetrada contra mulheres adultas, ao desenvolver uma pesquisa documental, retrospectiva, de duzentos processos administrativos instaurados desde o 4º trimestre de 2009 até o 2º semestre de 2013, de mulheres em situação de violência que recorreram ao Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (GEDEM) do Ministério Público da Bahia, em busca de proteção e, o respectivo levantamento de cada processo na Vara Especializada, com a finalidade de conferir as informações obtidas, eu pude construir um perfil

das mulheres em situação de violência na capital, que apresento nas próximas linhas (TAVARES, 2015).

Com relação à faixa etária das mulheres agredidas, embora em 95 do total de 200 processos estudados não constasse sua idade, ou seja, em 47,5 % dos processos a idade da vítima não foi preenchida, nos demais processos os percentuais mais elevados se concentravam na faixa etária de 33 a 37 anos, com 13,0%, seguidos por 9,5 %, na faixa etária de 27 a 32 anos e, 8,5%, na faixa etária de 38 a 43 anos. Já os percentuais menos representativos correspondiam à faixa etária de 44 a 49 anos e acima de 55 anos, ambos com percentuais equivalentes a 5,5%, seguidos de 5%, referentes à faixa etária de 21 a 26 anos e, em menor grau, os índices relativos à faixa etária de 50 a 55 anos, com 3% e à faixa etária de 15 a 20 anos, com 2%.

Os dados apurados demonstram que a violência doméstica e familiar contra as mulheres persiste enquanto se mantiver a sua relação de convivência com o agressor (AQUINO, 2006), ao mesmo tempo em que revelam sinais da violência contra a mulher idosa que, assim como o abuso sexual contra crianças e adolescentes, é subnotificada, devido à culpa, vergonha ou receio da vítima de sofrer represália, mais agressões e até internação em asilos, uma vez que a agressão geralmente é cometida por membros por familiares (SILVA & FRANÇA, 2013).

Os dados revelam também que a violência sofrida pelas mulheres apresenta modalidades e gradações distintas conforme sua faixa etária. Por exemplo, a violência patrimonial e econômica é predominante apenas entre as mulheres com idade de 50 a 55 anos, que também são alvo de violência física/patrimonial/econômica, além de enfrentarem três tipos e/ou mais de violência. Já acima de 55 anos, as mulheres sofrem violência física, psicológica/emocional, física/psicológica/emocional, cárcere privado, além de três tipos e/ou mais de violência, que também atingem mulheres na faixa etária de 33 a 37 anos. Por outro lado, **se** há maior incidência de violência psicológica/emocional na faixa etária de 38 a 43 anos, a violência física/psicológica/emocional se concentra entre mulheres de 27 a 32 anos, enquanto mulheres com idade entre 15 a 37 anos são submetidas a cárcere privado, tal qual as mulheres acima de 55 anos, conforme já mencionado. Finalmente, o homicídio é recorrente entre mulheres mais jovens, com idade de 15 a 26 anos e de 33 a 37 anos.

A Bahia figura no ranking de violência como o 12º Estado mais violento para as mulheres, apresentando, em 2013, uma taxa média de 5,8 feminicídios por 100 mil mulheres, índice superior tanto em relação à região nordeste, cujo

patamar estimado representou 5,6 para o mesmo ano, quanto relativo à média nacional, correspondente a 4,8 óbitos. Dentre as capitais do país, Salvador figura como a 10ª mais violenta: são 7,9 feminicídios em cada 100 mil mulheres (WAISELSFIZ, 2015).

O feminicídio é definido como o assassinato de uma mulher impelido pela condição de ser mulher. Quase sempre cometido por homens contra as mulheres, é motivado por ódio, desprezo ou pelo sentimento de perda da propriedade sobre elas. No Brasil, a circunstância que mais preocupa representantes do Estado comprometidos em coibir a violência de gênero é a do feminicídio íntimo, aquele cometido em contexto de violência doméstica, em que há ou houve relação íntima ou de afeto entre o assassino e a vítima. São mortes que, na maioria das vezes, poderiam ser evitadas com a ruptura do ciclo de violência através de mecanismos previstos na Lei Maria da Penha (INFORMATIVO, 2013).

No tocante ao grau de instrução das mulheres, no estudo dos processos administrativos já mencionados, embora não conste tal informação em 127 dos 200 processos estudados, ou seja, 63, 5%, podemos inferir que a violência contra as mulheres não só atinge diferentes faixas etárias como diversos graus de instrução, embora haja maior incidência no nível médio, com 31 mulheres, cujo percentual corresponde a 15,5%, seguido por 27 mulheres com ensino fundamental completo, que equivalem a 13,5%. Identificou-se 15 mulheres com grau de instrução superior, cujo percentual, 7,5%, indica mudanças no perfil de mulheres que denunciam as agressões sofridas.

Cabe ressaltar, entretanto, que outros estudos desenvolvidos com mulheres após sua saída de Delegacias Especializadas de Salvador apresentam um perfil diversificado com relação à escolaridade, ora predominam mulheres com segundo grau completo e incompleto (SILVA, LACERDA & TAVARES, 2012), ora os índices mais elevados correspondem a mulheres com nível médio (SOARES, 2011). Então, a violência doméstica e familiar atinge qualquer mulher, independente do seu grau de instrução.

Quanto às características étnico-raciais das mulheres, o relatório elaborado para o GEDEM identifica que, embora em 131 dos 200 processos estudados esta variável tenha sido omitida, o que corresponde a um percentual de 65,5%. Nos demais processos predomina a cor parda, com um percentual equivalente a 25% (50 mulheres), seguido por 5% de mulheres classificadas como pretas (10 mulheres) e, 4% classificadas como brancas (8 mulheres).

Novamente, os dados coincidem com outros estudos realizados sobre a violência contra as mulheres a exemplo da versão mais atualizada do Mapa

da Violência (2015), que revela o crescimento da violência contra as mulheres negras, ao mesmo tempo em que esta violência diminui para as mulheres brancas. De acordo com Waiselfisz (2015), o não reconhecimento das especificidades da violência contra as mulheres e, principalmente contra as mulheres negras, contribui para que a discriminação de gênero e o racismo produzam danos irreversíveis na vida das mulheres negras, pois, de acordo com o autor, de 13 mulheres assassinadas em 2013, 7 eram mulheres negras.

No que se refere às atividades laborais exercidas pelas mulheres, o relatório também omite essa informação em 116 dos 200 processos investigados, cujo percentual equivale a 58%. Nos demais processos, o índice mais representativo é o de donas de casa, isto é, 20 mulheres que não exercem atividade remunerada (10%) e, empregadas domésticas, totalizando 16 mulheres (8%), embora 14 mulheres desempenhem atividades variadas, tais como costureira, diarista, auxiliar de serviços gerais, professora, médica secretária etc.

A pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli (Claves/ENSP/Fiocruz) Edinilsa Ramos, durante o painel Enfrentamento da Violência Intrafamiliar, realizado no 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Abrascão 2012), ressaltou que os casos de violência contra a pessoa idosa estão diretamente relacionados à família e, envolvem desde maus-tratos físicos e psicológicos, abuso financeiro ou material, abuso sexual, negligência, abandono, além do autoabandono e da autonegligência.

A pesquisadora enfatizou ainda que a violência intrafamiliar ocorre nas interações entre pai, mãe, filhos e parentes, devendo ser desnaturalizada, pois aproximadamente 90% dos casos de violência acontecem no espaço doméstico e, 2/3 dos agressores são cônjuges e filhos, cujo comportamento violento é potencializado pelo uso de drogas, que aumenta em três vezes a incidência de violência (VARGAS, 2012).

De fato, a coabitação de gerações tem afetado os níveis de hierarquia e poder no núcleo familiar, as pessoas mais jovens (filhos/as e netos/as) passam a exercer poder e controlar as mais idosas, principalmente com relação às questões financeiras, quando o idoso/a possui salário ou algum tipo de remuneração previdenciária. Deste modo, o poder das pessoas mais velhas é anulado, pouco a pouco deixam de ser ouvidas, o que as torna susceptíveis à violência doméstica e intrafamiliar, à discriminação, desrespeito e maus tratos (AZEVEDO; TAVARES, 2014).

Assim, as violências resultantes de idade/geração sofridas pelas mulheres idosas, continuam ausentes na agenda das ações políticas em defesa da dignidade das mulheres.

Ao que tudo indica, as mulheres na velhice se igualam aos homens em relação ao sexo e à condição social de gênero, ou seja, as assimetrias de poder e desigualdades de gênero que acompanham suas trajetórias e experiências de vida se tornam invisíveis, na medida em que, agora idosas, parecem perder a condição de ser mulher (AZEVEDO; TAVARES, 2014, p. 13).

## 4. Últimas considerações

A discussão aqui apresentada traz algumas inquietações surgidas a partir da minha incursão nos estudos sobre violência contra as mulheres e, particularmente, compartilhar algumas inquietações quanto aos prestados pela rede de proteção às mulheres que se encontram em situação de violência.

Mais precisamente, procurei demonstrar que a violência doméstica e familiar acompanha a trajetória de vida das mulheres desde a infância à vida adulta até a velhice.

A violência de gênero, quando imbricada com a violência geracional, doméstica e intrafamiliar, mostra um quadro deveras preocupante, a imagem idílica da família como refúgio contra um mundo desumano e cruel é demolida diante da vulnerabilidade e desproteção a que se encontram sujeitas crianças/meninas, mulheres adultas e idosas em situação de violência, cujos agressores são pessoas do seu círculo de parentesco e convivência.

Afinal, conforme enfatiza Britto da Motta (2001), numa perspectiva de idade/geração, ser criança, jovem, adulto ou velho é uma “situação” que pode ser vivenciada de forma semelhante ou diferenciada, de acordo com o gênero e a classe social a que pertencem os indivíduos de cada grupo etário.

Neste sentido, entendo que tanto os estudos sobre o tema como políticas, programas e ações voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres não podem prescindir de um olhar mais atento sobre a intersecção entre gênero e geração.

Por outro lado, se gênero e idade/geração atuam como dimensões fundantes de análise da vida social, uma vez que exprimem relações básicas, por onde se entrecruzam subjetividades, identidades e se projetam trajetórias, estas não se dissociam de outros marcadores sociais, a exemplo do pertencimento a determinado grupo étnico e classe social que tanto podem oferecer às mulheres outras alternativas para romperem com situações de violência como podem contribuir para intensificar os graus de violência a que se encontram expostas,

tanto na esfera doméstico-familiar como no âmbito institucional, na medida em que as políticas de enfrentamento à violência ainda não conseguem responder de forma efetiva e satisfatória às suas demandas, assegurando às mulheres desde a infância à velhice o direito a uma vida sem violência.

## Referências:

AQUINO, Sílvia de. “Análise de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) em funcionamento no Estado da Bahia, em uma perspectiva de gênero e feminista”. Aquino S. de. – Salvador, 2006.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicol. estud.** [online]. 2002, vol.7, n.2, p. 3-11.

AZEVEDO, Maria Amélia. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: problemas teóricos de pesquisa no Brasil. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 3, p. 127-135, dez. 1993. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1993000300016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000300016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 08 maio 2016.

AZEVEDO, Eulália Lima; TAVARES, Márcia Santana. As DEAMs desconhecem sexo e gênero na velhice: reflexões sobre mais uma modalidade de violência contra as mulheres. **Anais do 18º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR**. Recife: UFRPE, 2014.

BRITO, Ana Maria M.; ZANETTA, Dirce Maria T.; MENDONÇA, Rita de Cássia V.; BARISON, Sueli Z. P.; ANDRADE, Valdete A. G.; Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(1), p. 143-149, 2005.

BRITTO DA MOTTA, Alda; A dimensão de gênero na análise do envelhecimento. In: FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (orgs.). **Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero**. São Luís: EDUFMA/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; Salvador: REDOR, 2001, p. 193-213.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Amanda Marques de. A polícia e as formas de feminização da violência contra o idoso. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 15-28, jul./dez. 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. Trabalho apresentado na Oficina de indicadores da violência Intrafamiliar e da Exploração Sexual de crianças e adolescentes, promovida pelo CECRIA, em Brasília de 01 a 02/12/97.

HABIGZANG, Luísa F.; AZEVEDO, Gabriela Azen; KOLLER, Sílvia Helena and MACHADO, Paula Xavier. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicol. Reflex. Crit.** [online]. 2006, vol.19, n.3, p. 379-386.

INFORMATIVO Compromisso e Atitude Lei Maria da Penha. Instituto Patrícia Galvão. – n. 3, outubro 2013.

LACERDA, Simone Oliveira de. **Violência sexual contra crianças e adolescentes:** uma leitura de gênero dos processos da 9ª Promotoria da Infância e Juventude de Salvador/Bahia, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Instituto de Psicologia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

LANGDON, E. Jean. “O dito e o não-dito”: reflexão sobre narrativas que famílias de classe média não contam. **Estudos Feministas**. – n. 1, 1993, p. 155-158.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: **Rev. Katál.** Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto contexto** - enferm. [online]. 2010, vol.19, n.2, p. 246-255.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça para mulheres em situação de violência. Um estudo de caso sobre a Delegacia da Mulher e a rede de enfrentamento a violência de Belo Horizonte. **Anais** do 34º Encontro Anual da ANPOCS, 2010.

RIBEIRO, Márcia Aparecida; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; REIS, Jair Naves dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2004, vol.20, n.2, p. 456-464.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. No fio da navalha: violência contra criança e adolescente no Brasil atual. In: MADEIRA, Felícia (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Record/Rosa dos Tempos; 1997, p. 135-211.

SILVA, Ermildes Lima da; LACERDA, Simone Oliveira de. Denunciei, e agora? Fragmentos de conversas com mulheres em situação de violência. **Anais** do XIII Encontro de Pesquisadores em Serviço Social. Juiz de Fora: MG, 2012.

SILVA, Edson Alexandre da; FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho. Violência e Maus-tratos contra as pessoas idosas. **Sinais Sociais**. – nº 22, v. 8 –. Rio de Janeiro: SESC, 2013.

SOARES, Jenefer Estrela. Relatório Final do Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica 2010-2011. Salvador: UFBA, 2011.

VARGAS, Tatiane. Mulheres idosas são as principais vítimas de violência. **Informe ENSP**. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/31463>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

## MULHERES NORDESTINAS: SOCIEDADE DE PARTIDA E DESLOCAMENTO NA TRANSVERSALIDADE DAS QUESTÕES E GERAÇÕES

Raimunda Gomes da Silva  
*Universidade Estadual de Roraima*  
[silvaraimunda@uol.com.br](mailto:silvaraimunda@uol.com.br)

Este artigo faz parte de uma pesquisa maior sobre a experiência migratória de mulheres nordestinas relacionada a temática de estudo da minha tese intitulada **Deslocamentos, sonhos, desafios e identidades: experiência de mulheres nordestinas em Boa Vista/Roraima (1985-2000)**<sup>1</sup>. Nesse artigo foca as informações básicas acerca das 16 mulheres entrevistadas a partir de ficha técnica<sup>2</sup> de cada uma, como local de origem, a identificação pessoal e o processo de deslocamento do local de origem/referência até a cidade de Boa Vista, no sentido de captar em suas narrativas os gêneros de mulheres, as questões de mudanças que anunciam no lugar de origem/referência e o lugar de acolhimento.

Tem como principal abordagem teórica a categoria de análise histórica Joan Scott entendendo gênero como uma categoria construída nas relações sociais, baseada na diferenças entre os sexos.<sup>3</sup> Trata-se, portanto, de uma categoria relacional entre homens e mulheres, o que significa que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir por meio de um estudo que os considere totalmente separados. Além de ser uma forma primeira de significar as relações

---

1 SILVA, Raimunda Gomes da Silva. **Deslocamentos, sonhos, desafios e identidades: experiência de mulheres nordestinas em Boa Vista/Roraima (1985-2000)**. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2016.

2 Dados elaborado pela autora a partir da ficha técnica das mulheres entrevistadas. Boa Vista, 2013 e 2014.

3 SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. 3ª. ed. Recife: SOS CORPO, 1996, p.11.

de poder, gênero também é um termo dinâmico que faz variar os perfis masculinos e femininos, tanto no tempo como no espaço.<sup>4</sup>

Nessa perspectiva, estudar gênero não se limita apenas à análise das identidades, mas também das instituições, da política, da família, da economia, considerando ainda suas interlocuções com classe, etnia, raça, geração, assim como o valor simbólico do gênero. Portanto, tais questões estão presentes em todos os espaços que constituem representações de gênero, “como um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diferentes formas de interação”,<sup>5</sup> que, por conseguinte, são relações de poder.

Considera-se relevante a ênfase na migração enquanto processo dinâmico construído nas relações tanto da sociedade de origem como da sociedade de destino. Entretanto as questões de gênero e etnia, categorias que podem trazer outros aspectos subjetivos de quem migra e de quem convida a migrar, tanto no que diz respeito ao lugar de origem do(a) migrante como ao lugar de recepção, nem sempre são levadas em consideração. Uma vez que “as mulheres frequentemente são fundamentais e centrais nessas redes, pois tanto nas redes que articulam a própria migração quanto naquelas que reúnem grupos familiares, elas são os ‘nós’ que conectam as pessoas”.<sup>6</sup>

Desse modo, a perspectiva de deslocamento enquanto processo dinâmico, neste artigo, articula-se com a categoria de análise histórica de gênero. Assim, busca-se dar historicidade aos sentidos dos deslocamentos, identificando e problematizando as relações de poder, as diversidades de gênero de mulheres, bem como de gerações, temporalidades e espaços. Abordagem mais sintonizada com o processo de deslocamento que se caracteriza no final do século XX, que contribui de forma mais favorável para a análise dos deslocamentos de mulheres sozinhas ou das mulheres como protagonistas deles.<sup>7</sup> Nesse olhar, Sayad

---

4 Idem.

5 SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. 3ª. ed. Recife: SOS CORPO, 1996, p.13.

6 Brettell, DeBerjeois, 1992, p.47. Apud: ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, p.61.

7 Dentro dessa perspectiva de deslocamento de mulheres enquanto sujeitos do processo migratório, tomam-se como principais referências pesquisas de deslocamentos internacionais como as de Assis (2011) e de Bassanezi (2012). Essas autoras auxiliam nas reflexões relacionadas às mudanças sofridas pelas mulheres tanto no Brasil como nos países de acolhimento, além de incluírem questões de gênero, etnia, classe e subjetividades dos deslocamentos. ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros**. Florianópolis: Ed. Mulheres,

contribui de forma plural, visto que “a migração é compreendida enquanto um fator social completo, sendo necessário analisá-la em seus vários aspectos (políticos, econômicos, sociais e culturais), considerando-a em sua dupla dimensão de fato coletivo e trajetória individual”.<sup>8</sup>

Quanto as fontes exploradas nesse artigo, são dados fornecidos pelas próprias mulheres, a partir da ficha técnica de cada uma, em que constam informações como nome completo, local de nascimento, grau de instrução, estado civil, quando e por que se deslocou para Roraima. São levadas em conta ainda informações censitárias sobre o lugar de origem/referência dessas depoentes, geração, semelhanças e diferenças entre si, no sentido de pontuar algumas características e construir um perfil das migrantes em estudo.

A cidade de Boa Vista<sup>9</sup> é a única capital brasileira que se situa no hemisfério norte. Está localizada na posição noroeste do estado, em uma área de campos naturais – chamados regionalmente de lavrados. Até o início da década de 1940, pertencia ao Estado do Amazonas. Em 1943, com a implantação do

---

2011. BASSANEZI, Maria Sílvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

8 SAYAD, 1998. Apud: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 484.

9 De acordo com Barros, “o município de Boa Vista, inicialmente, em 1890, chamado ‘Boa Vista do Rio Branco’, fazia parte da Província do Amazonas, que durou até 1943 com a implantação do Território Federal de Rio Branco. O censo demográfico de 1920 mostrava uma população de 7.424 habitantes vivendo em Roraima. Em 1887 a população era de 1.000 habitantes para esta parte do Brasil. Cerca de 30 anos depois do ‘boom’ da borracha na Amazônia, a população teria aumentado em aproximadamente 6.000 habitantes, que se achavam, em quase sua totalidade, no bolsão da pecuária em torno de Boa Vista, onde se cristalizou uma sociedade pastoril com roças de subsistência e recursos de pesca e caça. Dessas fazendas e dos imigrantes nordestinos emergiu uma cultura material baseada no couro, não tão intensa quanto no semiárido do Nordeste do Brasil – sertão –, provavelmente, pelo menos quanto ao vestuário de couro para cavaleiro e cavalo [...]. Em 1938, seu nome foi reduzido para Boa Vista, e foram anexados dois municípios: Caracaraí e Murupu. Entre os anos de 1939 e 1943, amplia-se para mais dois distritos: Guitaná e Serra da Lua. Nestas regiões a maioria da população era indígena e a migração que se dirigiu para Boa Vista era, em sua maioria, amazonense e cearense. A pequena sede era formada por grupos sociais ligados ao comércio localizado à Rua Jaime Brasil, onde também viviam famílias de fazendeiros, funcionários públicos e garimpeiros, que passaram a residir em Boa Vista após a exploração de diamante, no final da década de 1930.” BARROS, Nilson Cortez Crocia. **Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional**. Recife: Ed. Universitária, 1995, p.53.

Território Federal do Rio Branco<sup>10</sup>, foi emancipada e tornou-se a capital do Território.

Apesar de Roraima não fugir da política excludente e predatória, sua ocupação foi mais tardia, em relação a outros espaços da Amazônia. Até a segunda metade da década de 90, a circulação de pessoas e mercadorias permaneceu descontínua em decorrência da precária infraestrutura energética e viária, que inviabilizava tanto as atividades já existentes como o surgimento de novas.<sup>11</sup> As estradas não eram asfaltadas, a energia não era confiável, visto ser produzida à base de termelétrica e depender de óleo diesel.<sup>12</sup>

Com um comércio dependente de Manaus, essa situação interferia no cotidiano da população, uma vez que a alimentação, vestuário, materiais de primeira necessidade eram comprados, muitas vezes, pelos comerciantes e pecuaristas locais de seis em seis meses, no momento em que o Rio Branco estava cheio. O Rio Branco foi a única via de transporte para o abastecimento da região por longos anos, condição que se manteve até a inauguração da BR-174, em 1977.

Entretanto, a fronteira dos países vizinhos Venezuela e República Cooperativa da Guiana era outra opção, pois

[...] era mais fácil o intercâmbio comercial até mesmo pela distância ser menor do que Manaus, além dos gêneros de primeiras necessidades e outros davam para suprir a carência da população desprovida de abastecimentos.<sup>13</sup>

Porém, nos discursos que fomentavam a migração para a região, a ideia de “vazio demográfico”, de “terras sem homens” foi também difundida antes, durante e depois pelos governos militares.<sup>14</sup> A implantação do Território Federal

---

10 Em 1962, devido ao fato de ser o mesmo da capital do Acre, o nome do Território Federal do Rio Branco foi alterado para Território Federal de Roraima, passando posteriormente a Estado de Roraima, com a Constituição de 1988.

11 BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

12 SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. **Roraima: a construção de identidades políticas. Indígenas e não-indígenas no final do século XX**. Dissertação (Mestrado em História Social), UFRJ/ IFCS/ PPGHIS, Rio de Janeiro, 2003, p.71.

13 DIAS, Dalva Honorato de Souza. **BR-174: o caminho do desenvolvimento**. Boa Vista, 2003, p.39.

14 A partir de 1943, por meio da política de implantação de Território na Amazônia, Rio Branco, hoje Roraima, passou a promover a ocupação, principalmente por nordestinos, de forma mais efetiva por

do Rio Branco promoveu o desenvolvimento de projetos de colonização, assim como acelerou o processo de estruturação da cidade de Boa Vista, enquanto capital do Território, ao estabelecer planos de assentamentos e formação de um quadro de funcionários públicos.

Posteriormente, a transformação do Território em Estado promoveu a implantação de novos órgãos públicos federais na cidade, a exemplo da Universidade Federal de Roraima. Órgãos que, por sua vez, passaram a exigir uma mão de obra mais qualificada, atraindo outros perfis de migrantes e abrindo espaço para a realização de mulheres enquanto protagonistas de seus sonhos.

## 2 Perfis das mulheres migrantes

### 2.1 - Mulheres Cearenses

As mulheres cearenses revelam semelhança quanto ao estado civil: todas migraram solteiras. Com relação à qualificação, apenas uma não tinha formação superior, nem inserção no mercado de trabalho.

Verifica-se que o deslocamento migratório das cearenses se deu do interior para a capital e os fluxos migratórios incluíram um período na capital cearense – exceto no caso de Regina, que fez uma migração por etapas. Maria Goretti Lima nasceu em Aracoiaba, Ana Lúcia é natural de Palmácea, zona rural do município; ambas migraram para Fortaleza ainda crianças. O deslocamento para a capital cearense tinha como principal motivação garantir uma melhor educação ou preparação para fazer a universidade. Outro ponto comum é o deslocamento para Roraima nos anos 1990.

Essas mulheres fazem parte de redes migratórias, junto a amigos(as)/colegas da universidade em que estudavam e familiares. São professoras recém-formadas, com exceção de Lúcia Taveira, que já fazia mestrado em Química. Das seis mulheres, três já atuavam na área de educação. Outra diferença refere-se à idade: observam-se jovens de 22 a 24 anos; de 25 a 29 anos; uma de 36; e uma de 44.

## 2.2 - Mulheres Paraibanas

As quatro mulheres paraibanas entrevistadas apresentam mais semelhanças do que diferenças. Todas são professoras. Apenas Lenira Costa ainda cursava Serviço Social, mas tinha Magistério, e esse foi um dos fatores que contribuíram para o seu deslocamento. Eram jovens com idade entre 20 e 23 anos e solteiras. Quanto às redes migratórias, incluem redes familiares, de amigos e de colegas universitários(as). No conjunto das paraibanas foi incluída a potiguar Lena, natural de Natal-RN, mas sua referência era Campina Grande<sup>15</sup>. Ela migrou com os dois filhos, de cujo pai era desquitada, estava na segunda relação conjugal e foi protagonista do próprio deslocamento e do de sua família.

Com relação às gerações migratórias, observa-se que esses deslocamentos ocorreram num momento em que Roraima demandava a inserção de professores no magistério da Educação Básica e no Ensino Superior, entre 1985 e 1990. E, a partir de 1990, ampliaram-se as possibilidades da categoria de migrantes em estudo, com a estruturação da Universidade Federal de Roraima e, no decorrer da década, as primeiras etapas da implantação do estado de Roraima.

As paraibanas se colocaram principalmente na Educação Básica, entretanto, ressalta-se que tanto as paraibanas como as cearenses atuaram nas duas modalidades de ensino a exemplo da Professora Gioconda Santos e Souza Martínez, migrante paraibana e Professora da UFRR que conquistou tanto o espaço como vice-Reitora (2004 – 2012 e de Reitora de março de 2012 a março de 2016).

A influência de migrantes nordestinos(as) é visível desde a implantação da universidade Federal de Roraima: “Dos 76 (setenta e seis) docentes relacionados, 52 (cinquenta e dois) eram do Nordeste, Desse total, eram 21 (vinte e uma) mulheres e 31 (trinta e um) homens, ou seja, 40,79% dos nordestinos eram professoras e 59,21% eram professores.”<sup>16</sup> Pode-se observar a participação de maioria de docentes migrantes nordestinos(as) em Roraima inserido na implantação da Primeira universidade do estado de Roraima e um deslocamento das representações da migração nordestina, vista como migrante desprovido(a) tanto em formação quanto economicamente. Contribuição que não se restringe ao ensino superior, mas também à educação básica, além de outros setores.

---

15 Cidade onde Lena viveu da sua infância até o momento do deslocamento para Boa Vista.

16 SILVA, Raimunda Gomes. Deslocamentos, sonhos, desafios e identidades: experiência de mulheres nordestinas em Boa Vista/Roraima (1985-2000). Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2016.

Quanto à idade das migrantes dos quatro estados, observa-se o predomínio das faixas etárias de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos, se destacando entre as paraibanas o deslocamento de mulheres mais jovens.

### **2.3 - Mulheres Maranhenses**

As duas maranhenses se aproximam apenas no tipo de rede migratória, pois ambas migraram por meio de rede familiar. Nos outros aspectos, são distintas: local de origem, estado civil e geração. A primeira pertence à cidade de Caxias, solteira, chegou com 28 anos e tinha formação em Magistério. A segunda é de Vitorino Freire, casada, tinha 19 anos e ainda não havia concluído o Ensino Médio.

### **2.4 - Mulheres Pernambucanas**

As duas pernambucanas apresentam mais semelhanças do que diferenças. Ambas tinham formação superior, eram solteiras, pertencem à mesma geração e se deslocaram por meio de redes migratórias de colegas de universidade. Eram diferentes em alguns pontos: a primeira, a professora Déborah, já estava cursando mestrado e se deslocou após aprovação no concurso para magistério superior do departamento de Letras da Universidade Federal de Roraima<sup>17</sup>; a segunda, a professora Raimunda dos Anjos, reforça que se deslocou por conta da questão profissional, se inserindo na Educação Básica de escola pública e particular, e depois optando pelo trabalho na escola pública. Também eram diferentes na origem: a primeira é da cidade do Recife e a segunda, de São José do Egito.

## **3. A Análise dos Perfis**

O conjunto de mulheres entrevistadas reúne algumas semelhanças que delineiam um perfil predominante: profissionais qualificadas, professoras, solteiras, de origem urbana e inseridas em redes migratórias oriundas de espaços universitários, o que foi identificado a partir dos relatos de mulheres cearenses, paraibanas e pernambucanas.

---

17 O concurso foi realizado na Universidade Federal de Pernambuco, devido ao fato de ela ser candidata única.

Quanto às diferenças, as cearenses entrevistadas, com exceção de duas, se deslocaram com o objetivo de acessar o Ensino Superior. Na época, a Universidade Federal de Roraima estava em processo de estruturação e era a primeira instituição de Ensino Superior do estado. Nessa primeira fase, a contribuição de profissionais nordestinas, especialmente cearenses, era visível: com a aproximação entre professores das instituições do Norte e Nordeste por meio de assessoria; com espaços de divulgação, por exemplo, na Universidade Federal do Ceará; cursos de pós-graduação nos quais professores que já trabalhavam na UFRR iam estudar – não só na UFC, mas também na UFPE; com os espaços de convivência frequentados por colegas de curso ou em que os próprios professores dessas instituições incentivavam os recém-formados a se inscreverem em concursos para as novas universidades do Norte do país. A própria UFRR financiava deslocamentos de professores para outras regiões, como o Sudeste, para convidar outros profissionais para trabalhar em Roraima.

Os perfis das mulheres pesquisadas acusam gêneros de mulheres que de forma indireta ou indiretamente já usufruíam de uma educação mais flexível principalmente no que diz respeito o acesso à educação, a qualificação profissional. Também se observa diferentes perfis de gêneros femininos tanto em relação ao local de origem como campo, cidade pequenas, médias e capitais como Fortaleza e Recife, constituindo assim diferentes gêneros de mulheres que acusam processo de mudanças nas relações de gênero não nos espaços urbanos, mas também nas áreas rurais.

Entretanto, são mudanças que configuram gêneros mais independentes que com disposição para buscar outras oportunidades em outros lugares e conquistar seus próprios espaços, uma vez que se deslocam com recursos humanos com qualificação profissional, sendo os estudos a inserção no mercado de trabalho um dos principais instrumentos de autonomia. Não são feministas radicais e nem submissas, são mulheres comuns protagonistas de suas próprias histórias.

Relacionando as questões de gênero e gerações, se observa nas três gerações o desejo de liberdade, de conquistar o próprio espaço, principalmente nas gerações da década de 1960. Considerada como um tempo de “modelos flexíveis de mulheres”, de mudanças, como o maior acesso da mulher à qualificação, ao emprego remunerado, a métodos mais eficientes de controle da natalidade. Tempo de utopias, da segunda onda do feminismo nos Estados Unidos e na Europa e de influência das ideias de Simone Beauvoir, com a

expressão “Não se nasce mulher, torna-se”.<sup>18</sup> Mas também foi a década da implantação da Ditadura Militar no Brasil e na América Latina, momento em que as utopias desse período foram bloqueadas. Foi em meio a essas fronteiras que cresceram as mulheres dessa geração. Entre utopias e ditaduras, jovens desta pesquisa, nascidas na década de 1970, apresentam características menos rígidas aos modelos normativos de ser mulher, principalmente no que diz respeito as relações afetivas.

## Considerações Finais

Portanto, pode-se observar que a conquista de oportunidades, autonomia e liberdade são questões consideradas como metas para a maioria das mulheres em estudo. O investimento nisso se inicia no Nordeste, principalmente por meio dos estudos, pois são mulheres que se deslocam como recursos humanos com qualificação profissional, característica que lhes possibilita mais oportunidade de inserção e as diferencia daquelas que chegam desprovidas de quase tudo – tanto de recursos materiais como de formação.

Assim como Bassanezi<sup>19</sup> identifica mudanças nos deslocamentos internacionais, Lisboa observa característica semelhante “na migração interna (nacional) e externa (internacional) [de mulheres] como sujeitos autônomos, em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos”.<sup>20</sup> D’Ávila Neto e Nazareth também problematizam os deslocamentos de mulheres nordestinas, que não ocorrem só no sentido profissional, mas ainda no que diz respeito a questões subjetivas: a maior valorização, mais oportunidades e reconhecimento.<sup>21</sup> Também se percebe outro olhar para as mulheres nordestinas, retratadas com papéis ativos no processo migratório, e não como coadjuvantes, como meras acompanhantes e em projetos de reunificação de famílias, mas como protagonistas do próprio deslocamento. Contudo, não se deve apressadamente

---

18 PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p.513-514.

19 BASSANEZI, Maria Sílvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

20 LISBOA, Tereza K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 15, nº. 3, set.-dez./2007, p.808.

21 D’AVILA NETO, Maria Inácia; NAZARETH, Juliana. Redes sociais na experiência migratória de mulheres nordestinas. **Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO: Psicologia social e política da existência: fronteiras e conflitos**. Maceió, 30/10 a 02/11/2009.

subestimar as mulheres identificadas como coadjuvantes, pois cada uma aglutina a história de um tempo, bem como as especificidades construídas em torno do ser mulher, das relações de poder, dos silêncios e das táticas.

## UMA DAMA ENTRE OS CAVALEIROS: GÊNERO, ENVELHECIMENTO E VIUVEZ

Silmária Souza Brandão  
*silmariasbrandao@gmail.com*

Lina Maria Brandão de Aras  
*Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres,  
Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia-  
laras@ufba.br*

### Resumo

O estudo objetiva discutir a trajetória de Maria Eunice Pereira e Pina, viúva, fundadora do Museu das Cavalhadas, poetisa, empreendedora e que mesmo com a saúde prejudicada, reconstruiu sua trajetória em busca da realização de seus desejos na cidade de Pirenópolis (GO). Através dos estudos de gênero, viuvez e envelhecimento é possível trazer às páginas da história trajetórias que ilustram a presença feminina em diversos espaços sociais. A reconstituição se deu com a História Oral, literatura específica sobre a região e seus festejos, bem como utilizou-se dos conceitos referidos para análise da trajetória da personagem estudada. Por fim, restou patente que as mulheres envelhecidas ocuparam lugares e desempenharam seus papéis, constituindo-se como atrizes de suas histórias.

Palavras-chave: Gênero. Geração. Viuvez. Envelhecimento.

Todos os anos em Pirenópolis, cidade situada em Goiás, a 160 km de Brasília, 40 dias após a quaresma ocorrem os festejos do Divino. Estes marcam a religiosidade local, vinculada a fé cristã, quando são realizadas as cavalcadas, cujo ponto alto é a representação da luta medieval entre mouros e cristãos, numa alusão à invasão árabe na Península Ibérica.

Tratar das Cavalcadas implica, necessariamente, em falar do Museu das Cavalcadas. Definido como museu casa, lugar para contar as origens e trajetórias destes festejos ao longo dos anos e articular tal acervo com a figura fundadora do Museu, Maria Eunice Pereira e Pina, cuja biografia se confunde com a história de Pirenópolis. A trajetória dessa personagem chamou a atenção exatamente pela existência do Museu das Cavalcadas, que apesar de pequeno, tem um rico acervo, composto de fotos, cartazes e indumentárias utilizadas na representação dos festejos, merecendo destaque a sala de objetos pessoais da sua fundadora Sra Maria Eunice, bem como a discreta, generosa e acolhedora D. Célia Pina, filha de D. Eunice, responsável pela manutenção do museu e guia durante a permanência dos visitantes no museu.

Justifica-se a importância desse estudo em razão da singularidade do traçado de vida dessa mulher que, sem concluir o curso ginásial, galgou seu espaço, atuando em diversas áreas da vida social, contribuindo para divulgar a sua cidade natal e das Cavalcadas, além de demonstrar espírito empreendedor e determinação, além de elaborar os versos sobre seu cotidiano.

Faz-se necessário incluir no campo da pesquisa as mulheres mais velhas, assim como as viúvas, que pouco interesse despertam no mundo acadêmico, impondo-se o recorte de gênero e geração, com foco na velhice e suas nuances. As mulheres consideradas idosas ou mais velhas vêm exercendo seus espaços de poder, na família e no seu entorno, fato já referido como se vê adiante:

*A História Social oportunizou a incorporação de novos personagens antes considerados invisíveis e desimportantes. Neste grupo, por longo tempo, estiveram as mulheres. Entre as que restaram segregadas e menos visualizadas, estão as viúvas. Quem poderia se interessar por elas se nenhuma contribuição aparente trouxe à História? Elas estão deslocadas da História, dos estudos sobre mulheres e das relações de gênero. (BRANDÃO, 2013, p.15).*

O fio condutor desse estudo é a análise de aspectos cotidianos da vida da personagem, observando os jogos de poder que se inscrevem em sua trajetória, permeada por relações de gênero patriarcais, cuja figura central seria o falecido

marido, bem como os mecanismos de exercício de poder que se forjaram ao longo do tempo, em especial a partir da viuvez.

O contato inicial com D. Célia Pina, filha de D. Eunice, se deu de forma protocolar na visita ao museu, figura solicita, mas bastante reservada, tomou com surpresa o interesse pela fundadora do Museu. Os dados fornecidos tiveram origem numa conversa informal com a mesma, diversas vezes interrompida pela chegada de visitantes ao museu. Do mesmo modo, o livro de poesias escritas por D. Maria Eunice denominado “Devaneios de uma Pirenopolina”, serviu de fonte, pois aí se encontra o estilo literário de sua autora, sempre enaltecendo sua terra natal.

O livro Carapinas dos Pirineus de Adriano César Curado (2014), contempla diversas biografias de filhos de Pirenópolis, entre eles, a poetisa Maria Eunice. Outra fonte foi um exemplar do jornal Nova Era, cujo cargo de diretora foi exercida por nossa personagem, durante o tempo em que circulou aquele periódico. Por fim, o Dossiê sobre a Festa do Divino Espírito Santo, nos proporcionou detalhes da festa, de sua organização e da importância da personagem em estudo para a comunidade local.

O estudo objetiva investigar a atuação de uma mulher multifacetada numa cidade pequena no cerrado brasileiro. Nascida em 1930 em Pirenópolis, Maria Eunice já contava com 75 anos quando faleceu vítima de problemas cardíacos. Na sua trajetória exerceu diferentes papéis mãe, avó, comerciante, poetisa ou primeira-dama.

A família Pina pertenceu a elite local, fato que nossa personagem soube tirar proveito, para transitar nos círculos sociais, mesmo em ambientes considerados preponderantemente masculinos, o que era convencional para uma mulher naquela sociedade, posto que fora criada para ser esposa e mãe, guiada pelo esposo a dirigir seus passos enquanto durou a união, interrompida pela morte do marido.

D, Maria Eunice apresentava, desde jovem, um quadro de epilepsia severa, sofrendo de constantes e graves crises. Aos 16 anos, casou-se com Sebastião de Pina Sobrinho, com quem teve seis filhos, não obstante o quadro neurológico já referido, o que obrigava-a a estar sempre acompanhada em casa ou em suas atividades fora do lar. De acordo com o relato de sua filha, Célia Fátima de Pina, até o falecimento de seu pai, Sebastião de Pina Sobrinho (1973), sua mãe era uma dona de casa, administrava a casa e os filhos, assessorada por, pelo menos, uma criada e cercada pela atenção do marido, preocupado com sua vitalidade e bem-estar.

O quadro delineado na narrativa remonta a uma família onde há o domínio do chefe de família sobre os demais membros, em especial a esposa, D. Eunice, soberana nos recônditos do lar, nas limitações que lhe eram postas por sua saúde frágil ou pelas normas sociais, a serem seguidas por uma mulher casada e mãe de família, numa cidade pacata, como aquela onde nascera.

Pela narrativa de D. Célia, o casal vivia em harmonia, tendo o seu pai se dedicado a vida à esposa e a família, demonstrando grande preocupação com a saúde da mulher, fato que o levava a empreender anualmente uma viagem a São Paulo, para realizar exames que atestassem a boa saúde da consorte, vítima de complicações cardíacas e constantes ataques epiléticos, que a todos apavorava.

Ainda como descrito pela depoente, a sua mãe em face do constante risco de ter uma crise convulsiva jamais ficava sozinha e mesmo para tomar banho mantinha sempre a porta do banheiro aberta, incumbindo as filhas ou a empregada ficar por perto para acudir-lá em caso de necessidade. Também, a sua doença neurológica, impediu-a de aprender a andar de bicicleta, e, privou-a de dirigir automóveis, embora andasse a cavalo.

D. Eunice cursara o primário num colégio de freiras carmelitas, denominado Nossa Senhora do Carmo em Pirenópolis, restando impedida de cursar o ginásio e mesmo de cursar magistério como era o seu desejo, pelo fato de já se encontrar noiva e, posteriormente, casada, o que lhe impedia de acordo com a escola de conviver com moças jovens ou adolescentes, ainda solteiras. Frustrada por não concluir sua formação, procurou estudar inglês, tomando aulas na Fazenda Vaga Fogo, com um casal de amigos.

A família vivia na casa onde hoje funciona o museu, mantida pelo Sr. Sebastião Pina, proprietário de uma loja situada na mesma rua onde residia. Interessa-nos nesta trajetória, o momento em que D. Eunice ficou viúva, cercada de filhos para cuidar, tendo como única fonte de manutenção, uma pequena pensão deixada pelo seu marido, mas insuficiente para fazer frente as necessidades da família. Neste ponto, apesar de próspera, a família sofreu um abalo financeiro por razões que não foram possíveis apurar, em razão do silêncio e da recusa da depoente, que demonstrou-se pouco à vontade para tocar no assunto, pedindo que tal assunto fosse deixado de lado na presente abordagem.

Desta forma, D. Eunice se ressentiu da ausência do companheiro, constatando que lhe sobrava muito tempo livre no seu estado de viuvez, numa cidade pacata e com poucas perspectivas de crescimento, uma vez que o turismo

ainda não figurava como principal atividade econômica da região, atrativo incentivado pela Prefeitura tempos depois.

D. Eunice partiu em busca de artesãos locais, com o objetivo de convencê-los a produzir peças e fornecê-las para o que seria a primeira loja do tipo naquela cidade. Assim, em 07 de abril de 1975, dois anos depois de viúva, D. Eunice se lançou no ramo do comércio de artesanato, numa loja situada aproximadamente duas ruas após sua residência e ponto estratégico para o comércio, nas proximidades da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário.

A viúva, entretanto, detinha habilidades no ramo de artesanato, pois produzia as flores de papel que eram entregues ao final da cavalhada aos participantes, num sinal de gentileza e de selamento da paz, entre os contendores da disputa. Essas mesmas flores, levaram-na a participar de uma exposição em Brasília, realizada no Centro de Artesanato, durante quinze dias, conforme relatado por D. Célia Pina. O intercâmbio proporcionado pelo artesanato favoreceu a aquisição de novos conhecimentos em Brasília, mantendo-a interessada sobre o que acontecia ao seu redor. Com o fomento da atividade turística, a Festa do Divino ganhou maior destaque, em especial a Cavalhada, que contava com a participação de um dos filhos de D. Eunice, Luiz Armando Pompeu de Pina, que encarnava o papel de “Rei dos Mouros”. Daí nossa personagem passou a dispor de grande material relativo à festa, o que levou-a a inicialmente guardar as roupas e demais objetos utilizados por seus filhos, surgindo a ideia de fundar o Museu das Cavalhadas, sonho concretizado em 1976, oportunidade em que o acervo passou a receber doações de outros cavaleiros e participantes da festa.

De início o museu ocupava um pequeno espaço da casa, mas, em razão do aumento da coleção existente, o espaço da casa foi reduzido, para que duas de suas salas acondicionassem o material arrecadado. Dirigindo o trabalho do museu, D. Eunice conheceu pessoas das mais variadas partes do mundo, passando a corresponder-se com diferentes pessoas dentro e fora do Brasil. A sociabilidade de D. Eunice, não era exercida apenas através das missivas que recebia e enviava. Era uma mulher que gostava de receber pessoas em sua casa, sendo informado por sua filha, que a mesma acomodava em sua residência alunos de universidades e integrantes do Projeto Rondon, confirmando a sua vocação de estar sempre arrodada de gente.

Embora não seja possível apurar com exatidão o início das suas atividades literárias, a poesia de D. Eunice tem estreita relação com a cidade de Pirenópolis, decantada em seus versos, com a família, a quem dedicou diversos poemas, destacando seus filh(o) as e netas como tema, poesias reunidas no seu

livro denominado “Devaneios de uma Pirenopolina” (1993). Sua poética levou-a aproximação com outros poetas da cidade e mesmo de outros estados. A sua capacidade de articular-se com as gerações mais novas, está demonstrada nos poemas que dedicou aos seus filhos(as) e netas, buscando sempre um atributo carinhoso para cada um deles. Até mesmo sua falecida sogra foi objeto de sua poesia, para retratar a tristeza e admiração pela figura que considerava uma segunda mãe. Entretanto, não há referência nominal a perda do marido. Em alguns poemas há referência à tristeza, mas não à viuvez que durou 35 anos. Como o estado de viuvez pode ser vivenciado de maneiras diferentes para homens e mulheres, embora haja o mesmo fato fundador que é a morte do cônjuge, devendo-se ainda observar a situação de classe e gênero, considero que nossa protagonista buscou no trabalho e na poesia uma forma de conviver com a falta do marido e de ocupar o tempo que então lhe sobrava<sup>1</sup>.

Em um de seus poemas, denominado “Saudade 1”, há referência a perda de alguém do sexo masculino, o que inferimos seja o seu marido, onde a poetisa afirma que chorou longos dias e noites, meses e anos, até resolver de novo ser feliz, acolhendo um conselho que lhe fora dado, na forma de pergunta, porquê sofrer por um passado que não volta mais? Apesar da sua resolução de encarar o sofrimento como aprendizado, ela afirma não ter esquecido a pessoa a quem perdeu, mas buscou sentido, nas coisas que a rodeavam. E assim, acreditamos, nossa personagem se reinventou para passar a vida de viúva, devendo-se observar que em sua trajetória que, D. Eunice viveu mais tempo viúva que no estado civil de casada, não havendo menção em sua biografia da existência de um novo relacionamento.

No seu livro há poesias de diversos poetas dedicados a d. Eunice, inclusive um de autoria da escritora Cora Coralina, com quem também se correspondia. Em sua casa eram realizadas reuniões literárias, que deram origem a Academia de Letras e Música de Pirenópolis, num trabalho conjunto com o também literato Arnaldo Set.

A efervescência das suas ideias e ápice do seu dinamismo resultaram em mais um empreendimento de fôlego em parceria com o jornalista José Reis, com a criação de um jornal, “Nova Era”, que circulou por cerca de dez anos

---

1 Ver: FALCÃO, Tânia Maria Lago. *Dor sofrimento, dor encantamento: retratos de vidas-ser viúva em camadas médias pernambucanas*. Recife: UFPE, 2003. (Dissertação de Mestrado) e MOTTA, Alda Britto da. *Viúvas Alegres: uma nova/ velha geração*. In *Feminismo, Ciência e Antropologia*. Costa, Ana Alice Alcântara e Sardenberg, Cecília Maria Bacellar (org). Salvador: REDOR/NEIM, 2002, p.263-276.

naquela cidade, sendo impresso em Brasília, e vendido ao custo em fevereiro de 1990, de Cr\$ 5,00, constando D. Maria Eunice como diretora do periódico. O jornal trazia poesias, receitas, entrevistas com personalidades locais, cobertura da vida social, como casamentos e aniversários, as atividades dos clubes da cidade, além de notícias esportivas. A manutenção da publicação era garantida pelos anunciantes, em sua maioria estabelecimentos comerciais, além dos serviços de um médico homeopata.

Confirmando a sua vocação para trato com pessoas, D. Eunice exerceu o cargo de primeira-dama da cidade no segundo mandato de seu filho na Prefeitura da cidade, Luiz Armando Pompeu de Pina, durante os anos de 1997 a 2000. De acordo com D. Célia Pina, sua mãe exerceu a assistência social, visitando escolas para distribuição de material escolar, uniformes e cestas básicas nos povoados.

No exercício do cargo de primeira-dama promovia ações de saúde, através de encontros e palestras ministradas por médicos e enfermeiras, dando atenção às gestantes e mães, naquele município. Além das doações de agasalhos, fazendo da Secretaria de Assistência Social, um ambiente acolhedor, buscava valorizar os colaboradores, promovendo as comemorações de aniversários e festas da época, tudo devidamente registrado por fotos ou filmagens.

Observe-se que entre as viúvas a presença da família é sempre uma questão recorrente, notadamente pela “fragilidade” que apresenta uma mulher, de *per si*, considerada incapaz, infelicitada pela perda do marido, aturdida com questões prementes que envolvem filhos, manutenção da casa, o segmento das atividades negociais do falecido, restando quase sempre presente, o controle dos varões ligados à família, como pais, cunhados e, até mesmo, filhos mais velhos, numa trama em que submissão e resistência se alternam cotidianamente.

Nos versos da poetisa, se revela o seu lado mais pujante, o de mãe. Em sua poesia por diversas vezes dedicadas aos filhos, expõe a maternidade como um dos temas centrais de sua existência. Em uma de suas poesias intitulada “Ser mãe”, enaltece o amor materno, mas critica as mães “de hoje em dia” por não cuidarem pessoalmente das crianças.

Em pelo menos seis poesias dedicadas aos filhos e netos, D. Eunice trata do seu lado maternal, afirmando que para ela suas filhas nunca deixarão de ser crianças. Aos filhos dedica uma admiração especial, vinculando-os às Cavalhadas, demonstrando seu orgulho em face dos mesmos integrem de forma viril o grupo de homens que davam vida à festa, considerada um dos mais belos espetáculos já vistos.

Sua relação mais amorosa por certo era com seus netos. Ela lhes dirige palavras doces e carinhosas, mas é com as netas que seu sentimento extrapola em elogios, descritos a partir das características físicas e pessoais de cada um, transparecendo o arrebatamento e o júbilo que lhe proporciona ser a matriarca da numerosa prole.

Pelo relato de D. Célia, e pelas recordações da infância constantes dos versos, D. Eunice teve uma infância feliz de menina do interior, sem preocupações com o futuro. Por certo, o casamento com um homem de uma família da elite lhe garantiu maior projeção social, posto que em diversos setores daquela comunidade, a família Pina se fazia representar, participando da vida política e social de Pirenópolis. Assim, não é difícil imaginar o que a perda do provedor pode ter significado na vida daquela mulher, cujo sustento passara a ser tirado apenas da pouca pensão deixada pelo marido, impedida por algum revés da sorte de ter acesso quicá em razão de manobra deliberada de terceiros de ter seu quinhão no momento da perda do marido. Para algumas mulheres a morte do marido pode representar além do prejuízo financeiro, perda do status e, mesmo, a morte social. No caso de D. Eunice, ao que parece essa lógica se inverteu, pois em sua biografia, não há referências ao nome do marido a vincular sua existência e atuação, seu nome é que aparece em destaque em tudo que fez, como se a vida inteira tivesse sido solteira.

Na tentativa de angariar recursos para manutenção da família, D. Eunice buscou na sua formação de mulher preparada para o lar, nas atividades artesanais o caminho para adentrar na atividade comercial, rompendo com o ramo em que trabalhava o marido, que seria de eletrodomésticos, talvez pela premência da aplicação de maior capital para dar início ao referido negócio. D. Eunice integrou uma geração de mulheres que teve poucas oportunidades de emprego formal, fato agravado pela sua baixa escolaridade. Essa condição confirma a necessidade de recomeçar após o advento da viuvez, oportunidade de reinserir-se no grupo social e de utilizar a autonomia agora conquistada, para agir sozinha e da maneira que julgasse mais acertada. De acordo com MOTTA (1997), as mulheres da terceira idade vêm passando por um momento de liberação, vivenciada pela “liberdade de gênero” decorrente das ideias feministas e mudanças sociais em que essas mulheres experimentam alegrias, projetos e uma liberdade que se constitui numa novidade em seus percursos de vida.

Embora na sua fala, D. Célia não fizesse referência a existência de desarmonia entre seus pais, o cuidado devotado à esposa, como restou enfatizado, nos leva a pensar numa submissão de D. Eunice ao marido que, na qualidade

de chefe de família e provedor, abarcava o poder de decisão e o comando da família, provavelmente não deixando espaço para atuação da esposa. Chamou-nos a atenção neste relato que depois da morte do marido, D. Eunice, deixou de ter as constantes convulsões causadas pela epilepsia, livrando-se da doença que a tornava dependente e, de certa forma, sob constante vigilância de todos que a rodeavam.

Ainda de acordo com a nossa depoente, alguns anos depois de ter dado início a atividade artesanal em sua loja, D. Eunice, sofreu um golpe em sua atividade comercial. A prefeitura de Pirenópolis, dando impulso à indústria do turismo, passou a cooptar os artesãos das localidades próximas, oferecendo-lhes valores maiores dos que os já praticado com D. Eunice que, não suportando a concorrência estatal, encerrou suas atividades comerciais.

A Viúva Pina, entretanto, tinha inúmeras outros afazeres para cuidar, em especial, na vida social, na convivência com os filhos e netos, na correspondência mantida com outros poetas e assuntos relacionados ao museu, nas visitas que recebia por conta do museu, o jornal, a Academia de Letras, a assistência social em seu município, enfim, manter-se ocupada por certo, foi uma estratégia para continuar viva e atuante, apesar da prolongada viuvez, visivelmente desfrutando da autonomia advinda do fato de não estar mais casada e nem representada pela figura do esposo.

Nesta senda, nossa personagem transitava nos mais diversos ambientes, realizando reuniões com homens de variados segmentos, trocando correspondência com múltiplos poetas, posto que para dar andamento a seus projetos, essa interação se fazia necessária. Mesmo a festa do Divino e a Cavallhada são eventos majoritariamente masculinos, restando à mulher atividades consideradas femininas, como confecção de adereços e adornos para as crianças nas procissões, das flores entregues no final da cavallhada e da comida nos dias que antecedem a batalha propriamente dita.

D. Maria Eunice, por certo, que burlou a ordem estabelecida, inicialmente por conta da sua paixão pelas Cavallhadas, mas por seu protagonismo, em participar dos festejos, auxiliando os filhos na organização da festa, já que seu filho Luiz Armando Pompeu de Pina, por longo tempo foi “Rei dos Mouros” naquela festividade e, posteriormente prefeito, sendo usado os quintais das casas para ornamentar cavalos e produzir outros adornos, seja por incentivar a criação

da cavalhadinha-mirim<sup>2</sup>, em que as crianças, utilizavam cavalos de pau para participar da representação e alguns dos seus netos participavam da referida festa, bem como, pela iniciativa da criação do museu, no espaço em que lhe foi possível, reunir o acervo que serve como referência da festa na cidade.

Na primeira festa literária de Pirenópolis, “FLIPIRI” a poetisa foi homenageada em reconhecimento ao seu trabalho, bem como pela fundação da APLAM, Academia de Pirenopolina de Letras. Seu nome foi emprestado a uma escola infantil, diante de sua iniciativa de promover a educação infantil, visando atender um desejo seu, pelo fato de gostar de crianças e, em especial, de lecionar, tendo fundado a Escola Pequeno Príncipe, onde atuava como diretora, provavelmente dando vazão também a seu desejo frustrado de ser professora.

A sua capacidade de lidar com novas tecnologias, está demonstrada na sala de objetos pessoais, anexa ao museu, onde se avista a máquina de escrever de D. Eunice, havendo referência no relato de D. Célia, que havia uma máquina para o uso de seu pai e outra exclusiva para sua mãe. O gosto pela fotografia é indicado pelos inúmeros retratos, uma das quais, com o então Presidente Juscelino Kubitschek, em visita a Pirenópolis. Por fim, a sua preocupação em filmar os eventos e comemorações, demonstra a sua preocupação em documentar os fatos, utilizando os aparatos então disponíveis.

Os artifícios adotados por D. Eunice, de utilização de bens e serviços desconhecidos, bem mais que uma estratégia de sobrevivência no seu meio, demonstra a busca pela inserção no mundo de novidades que lhe surgiam, revelando a sua flexibilidade no trato com pessoas e coisas. Na poesia que dedicou aos seus filhos Eduardo, João Luiz e Luiz Armando, denominada “A nossa Juventude” a poetisa revela seu ponto de vista sobre as novas gerações, suas posturas e linguagem utilizadas, referindo admirar a nova geração e adorar um papo com eles, bem como as gírias e expressões por eles utilizadas: “Paz e Amor!”, “E isso ai bicho!”, “Tudo legal! Um barato!”

A percepção individual de nossa personagem em face da passagem do tempo e a sua condição geracional em relação a filhos e netos, é relevante como eixo da análise que ora proponho, haja vista que a velhice e a infância

---

2 De acordo com o Dossiê do IPHAN, a Cavalhadinha-mirim passou a integrar a festa em 1989, data que coincide com o primeiro mandato de Luiz Armando Pompeu de Pina, filho de D. Eunice Pina. O objetivo maior desse seguimento da festa é a transmissão das tradições locais, sendo relevante a preparação de novos cavaleiros. Ainda de acordo com o relato de D. Célia e informações do dossiê o responsável pela Cavalhadinha- mirim seria Sr. João Luiz Pompeu de Pina, um dos filhos de d. Eunice.

foram um dos temas da sua poesia revelando a sua preocupação com a idade e o tempo vivido. Como categoria de análise as relações sexo/gênero, idade/geração, nos remetem as relações sociais de poder, sendo a idade importante fator de organização social que legitima ou não indivíduo a agir de determinadas maneiras.

De acordo com Swain (2008, p.261-263) a velhice é um dos grandes tabus da cultura ocidental, categoria abstrata cuja materialização tem estreita relação com o biopoder, um não-lugar, um conjunto de representações sociais que atrelam a velhice a corpos desfeitos e mentes errantes, que fazem da juventude um ideal a ser perseguido.

D. Eunice colocou na sua poesia a ideia de que o tempo da idade avançada, ou do “homem velho” como assim expressou, é um tempo de “reviver a esperança, alimentar sonhos, manter a alma de criança”, e assim o fez, quando projetou uma sede nova para o museu, em formato de castelo medieval, buscando em muitas portas patrocínio para concretizar seu desejo, conforme referido por D. Célia, até mesmo a uma emissora de TV nacional o citado projeto foi apresentado, sem no entanto, lograr êxito em seus planos.

Na poesia denominada “Saudade II”, a poetisa faz referência ao tempo que passou, ao falar da saudade do que já viveu e da mocidade, saudade até do sofrimento que já teve. Destaca a inquietação pelo que estava vivendo e pelo que ainda viveria, ressaltando que “viver é inquietar-se”. Afirmando que embora saibamos a vida como fugaz, não desejamos morrer, numa clara alusão ao seu sentimento pessoal em relação à vida e a morte, convicta de que mesmo com as mazelas sofridas, o melhor ainda era viver.

D. Eunice, pode expressar na sua poesia, os seus sentimentos e deu vazão a partir do advento da viuvez ao exercício da autonomia pessoal, direcionada para múltiplas atividades, revelando um dinamismo incomum, aflorado já perto dos quarenta anos, momento em que exerceu os espaços de poder que a sua atuação lhe proporcionara. Por certo ela escapou de cumprir aquilo que era socialmente esperado de uma mulher viúva na pequena cidade onde nasceu, passando a gerir sua vida e a escrever pessoalmente a sua história. De acordo com MOTTA (1999, p.209):

*Auto-afirmar-se no cotidiano é a primeira forma de diferenciação da velhice segundo os gêneros e as classes sociais. As mulheres, voltadas desde o início à domesticidade e ao cotidiano, e alguns dos mais pobres, que não têm quem os proteja ou os substitua em*

*tarefas e na provisão da família, têm permanecidos mais ativos. E reconhecem-se assim.*

Depreende-se que o casamento estável e feliz de D, Eunice, como referido por sua filha, lhe proporcionou a convivência com a ordem patriarcal, na medida em que esteve a sombra de um homem que não lhe autorizava trabalhar, por exemplo, posto que não era do agrado do marido que permanecesse no seu estabelecimento, embora o mesmo fosse quase em frente a casa onde residiam, numa “proteção” que lhe impunha a submissão ao marido, que sob o pálio do cuidado podia exercer o seu poder e autoridade sobre a esposa e a família.

De acordo com Motta (1998, p.71) é na família que os afetos são mais verdadeiros e significativos, “(...) também porque essas relações são carregadas de ambiguidade, nas suas contradições entre afetividade e poder/dominação, ou entre afetos polares, que podem não ser claros até para os que os vivenciam.” O que D. Célia classificou como proteção e cuidado, era percebido pela viúva Pina da mesma forma?

O traçado de vida de D. Eunice a partir do advento da viuvez combina com o caminho de alguém que por longo tempo oprimido, achou na solidude a oportunidade para realizar desejos pessoais e demandas reprimidas. Alguém que rompeu com a viuvez e renasceu para encontrar seu eu, se permitiu devaneios e realizar sonhos. Observe-se que para uma mulher nascida na década de 30 do século XX, estar viúva com mais de quarenta anos poderia resultar numa acomodação, que acarretaria o fim de qualquer projeto pessoal.

Embora o termo velhice, derive de uma construção social, D. Eunice ao perder o marido já não estava na “primavera da vida”, passando a chefiar a prole, desempenhando talvez uma liderança jamais vivenciada até então, numa família que restou numerosa, convivendo gerações diferentes, conflitos diversificados, momento importante para sua afirmação enquanto, mãe, mulher, avó, na ocupação dos espaços de poder que a nova situação lhe oportunizara.

O que se esperava dela era a inatividade no campo profissional e pessoal, posto que como a grande maioria de mulheres de sua geração não fora educada para trabalhar e ser produtiva do ponto de vista laboral, no máximo para exercer a função de professora infantil, no papel clássico de segunda mãe de crianças pequenas. Seu protagonismo tardio, colocou um ponto final na sua situação de “desimportância social”.

A variação de comportamento no modo de vivenciar a viuvez é sinalizada por Motta (2002, p.272), destacando que entre as mais jovens (setenta e poucos anos), estas revelaram a experiência de saborear no seu cotidiano um inusitado sentimento de liberdade que propiciou a possibilidade de divertimento, passeio, festas, novas amizades e mesmo namoro.

Nas muitas atividades que desempenhou, restou demonstrada a inquietação de uma mulher de projetos e disposta a realizá-los, fugindo da inércia e acomodação que um casamento tranquilo, à primeira vista, lhe proporcionou. Seu trabalho, reconhecido entre seus pares, se perpetuou na sua paixão pelas cavalhadas, pela sua cidade natal, no museu e academia que fundou e nos seus versos. Deixou sem realização, entretanto, a construção de uma sede para o Museu das Cavalhadas.

## Referências

*A Festa do Divino Espírito Santo*. Disponível em <http://www.pirenopolis.tur.br/cultura/folclore/festa-do-divino>. Consulta em 10/03/2016.

BRANDÃO, Silmária Souza. *Linhas quebradas: viuvez, gênero e geração em Salvador (1850-1920)*. Salvador: UFBA, 2010. (Tese de Doutorado).

CURADO, Adriano César. *Os Carapinas dos Pirineus*. Anápolis, Kelps, 2014.

*DOSSIÊ FESTA DO DIVINO ESPÍTIRO SANTO, PIRENÓPOLIS GÓAIS*. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_festa\\_%20do\\_divino\\_pirenopolis.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_festa_%20do_divino_pirenopolis.pdf).

*JORNAL NOVA ERA*, ano II, nº3. Pirenópolis, Janeiro/fevereiro 1990.

MOTTA, Alda Britto da. *Reinventando Fases: a família do idoso*. Salvador: Cadernos CRH, nº. 29, P-69-87, 1998.

..... Viúvas Alegres: uma nova/ velha geração. In *Feminismo, Ciência e Antropologia*. Costa, Ana Alice Alcântara et all (org). Salvador: REDOR/ NEIM, 2002, p.263-276.

\_\_\_\_\_. "Terceira idade": gênero, classe Social e moda teórica. In: COSTA, Ana Alice et all. (org). *Ritos Mitos e Fatos*. Salvador: NEIM/UFBA, 1997.

\_\_\_\_\_. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu* (13) 1999: pp. 191-221.

PINA, Maria Eunice Pereira e. *Devaneios de uma Pirenopolina*. Goiânia, Kelps, 1993.

SWAIN, Tania Navarro. Velha? Eu? Auto-retrato de uma feminista. In: *Figuras de Foucault*. Margareth Rago et all (orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VELHICES INSTITUCIONALIZADAS: COMPARAÇÃO DE VIVÊNCIAS

Vanessa Cunha Boaventura  
*Faculdade Anísio Teixeira (FAT)*  
[vcboaventuraa@hotmail.com](mailto:vcboaventuraa@hotmail.com)

### Resumo

Neste estudo utilizo o termo representação social como categoria de análise, o qual auxiliará na compreensão das concepções construídas pelas velhas e velhos sobre seu processo de envelhecimento/velhice, a partir de suas vivências, seja no asilo – Associação feirense de Assistência Social (AFAS), de Feira de Santana – BA; ou no programa de Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade Estadual de Feira de Santana (UATI/UEFS). Compreendo a velhice como uma categoria socialmente produzida; portanto, nela estão imbuídos os valores e a cultura de determinada sociedade. Este estudo é parte de minha dissertação de mestrado - no que se refere à metodologia, realizei uma pesquisa de campo de cunho foi qualitativo no ano de 2014. O presente trabalho pode trazer contribuições no estudo do envelhecimento, na medida em que aborda as vivências da velhice a partir de dois grupos sociais distintos: as velhas e velhos que residem num asilo e as/os que participam das atividades do programa de Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) da Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia; visando identificar, dentre outros fatores, se o fato da/o velha/o residir num asilo ou ter um “envelhecimento ativo”, por participar de atividades na Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) contribui ou não para uma representação social mais positiva ou negativa.

**Palavras-chave:** Velhices, Gênero, Representações Sociais.

## Introdução

O tema envelhecimento continua sendo uma das preocupações da humanidade desde o início da civilização, porém, o século XX marcou os grandes avanços da ciência sobre o envelhecimento, quando se pode observar um aumento do somatório de conhecimentos nesse campo de estudo (PAPALÉO NETTO, 2006).

Outro elemento a ser analisado no estudo do envelhecimento é que apesar das “melhorias”<sup>1</sup> na difusão das imagens, dos conceitos hegemonicamente difundidos e dos novos espaços conquistados pela pessoa idosa<sup>2</sup>, “continua o investimento – através dos elementos biológicos – para a normatização de uma velhice plenamente uniformizada” (BELO, 2011, p. 106). Mas é válido considerar que as pesquisas mais recentes começam a identificar as diferenças entre os segmentos de idosos (BRITTO DA MOTTA, 2013<sup>3</sup>).

Compreendo a velhice como uma categoria socialmente produzida, que ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais diferentes (DEBERT, 2007). Assim, parto do pressuposto de que não há uma única velhice, homogênea, uniformizada, mas velhices, múltiplas, heterogêneas. Velhices de mulheres e homens, que se diferenciam, sobretudo, por sua condição de gênero, geração, classe e raça.

Neste estudo o termo representação social é utilizado como categoria de análise social, o qual auxiliará a compreender melhor as concepções construídas pelas mulheres e homens velhos sobre seu processo de envelhecimento e velhice, através da inter-relação entre os atores sociais e o contexto no qual estão inseridas/os e o significado que esta adquire na vida dos indivíduos.

As representações da velhice, as formas como esta fase da vida é referenciada, continuam construindo modelos de comportamento para as pessoas velhas. Modelos estruturados principalmente a partir da homogeneização e biologização da velhice, que, em sua maioria, não consideram as “diferenças internas deste coletivo em torno de gênero, classe social, raça, estado de saúde,

---

1 Considerando que na mídia e em outros estudos apenas se propagava a imagem negativa do envelhecimento; na qual o avanço da idade era associado apenas à decadência física e ausência de papéis sociais.

2 Tendo em vista que a velhice pode ser uma fase favorável para a realização de projetos que foram anteriormente abandonados, logo pode ser uma fase para se buscar o prazer/satisfação pessoal.

3 Registro da aula do dia 24/10/13, na disciplina Ciências Sociais e Envelhecimento, ofertada pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais.

situação familiar e outros elementos fundamentais para entender as velhices” (BELO; SANTOS, 2000, *apud* BELO, 2011, p. 106).

O presente trabalho pode trazer contribuições ao estudo do envelhecimento, na medida em que aborda as vivências da velhice a partir de dois grupos sociais distintos: as velhas e velhos que residem num asilo e as/os que participam das atividades do programa de Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) da Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia; visando identificar, dentre outros fatores, se o fato da/o velha/o residir num asilo ou ter um “envelhecimento ativo”, por participar de atividades na Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) contribui ou não para uma representação social mais positiva ou negativa. Sendo assim, o problema que norteia minha pesquisa é: quais as representações sociais que mulheres e homens velhos têm acerca da própria velhice? Com isso, pretendo desvelar as principais expectativas, experiências, ganhos, além dos estereótipos e/ou preconceitos, medos e perdas no que se refere ao processo de envelhecimento.

## Metodologia

Para realização da minha pesquisa defini dois campos: o primeiro, um asilo, no qual busco desvelar a velhice a partir da vivência/experiência de velhas e velhos asilados, que muitas vezes não têm laços familiares, seja pela ausência de parentes, rompimento dos laços ou os têm com pouca frequência e construíram, ou não, novos laços com os outros moradores do asilo, com os funcionários, amigos, dentre outros (GOMES, 2008).

O segundo campo é o Programa de Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), promovido pela Universidade Estadual de Feira de Santana – BA, que realiza ações interativas, educativas e qualificadas que privilegiam a pessoa idosa no seu processo de envelhecer com dignidade. Dessa forma, os sujeitos da pesquisa vivenciam a velhice de forma diferente; sendo assim, será possível perceber as diferenças e/ou semelhanças nas representações da velhice.

A pesquisa é de cunho qualitativo, uma vez que busco/tento compreender os significados que os idosos dão à sua vida, à sua velhice. Na pesquisa qualitativa a/o pesquisadora/or vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.

No que tange às técnicas e instrumentos de coleta de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir da literatura existente que versa sobre a temática.

A observação direta que é de suma importância no campo, tendo em vista que permite que o pesquisador chegue mais perto da perspectiva dos sujeitos, na qual pode verificar, dentre outras questões, como se dão as relações das/os pesquisadas/os na instituição (AFAS/UATI), junto a outras/os velhas/os, com profissionais, e/ou familiares, bem como outros laços afetivos construídos.

Como instrumento de pesquisa principal, utilizou-se a entrevista, que, de acordo com Minayo (2005), é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo; é uma conversa a dois, que objetiva construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa.

No que se refere ao tipo, foi utilizada a entrevista semi-estruturada, tendo em vista oferecer maior liberdade aos sujeitos pesquisados de se expressarem livremente. Gostaria de ponderar que o fato de não poder gravar as entrevistas dos idosos residentes no asilo dificultou um pouco, porque se perde maior tempo durante a entrevista, haja vista que tenho que escrevê-la, e ainda fiquei tensa, com receio de perder algumas informações. Eu, particularmente, prefiro que as entrevistas sejam gravadas.

Durante a pesquisa de campo e realização da coleta de dados, bem como em todos os momentos anteriores ao trabalho de campo registrei todos os acontecimentos referentes à pesquisa (como solicitação da autorização, por exemplo) em um diário de campo, no qual relato as informações/acontecimentos, as conversas.

Para a análise dos dados, utilizou-se análise de conteúdo, que se constitui em um conjunto de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos, que possibilitou a criação de categorias para a discussão dos resultados.

É importante destacar que para a identificação das/dos velhas/os pesquisadas/os utilizo o seguinte esquema: a) para as/os idosas/os da UATI/UEFS são utilizadas as letras do alfabeto (de A à J) seguidas da palavra UATI; b) para as/os idosas/os da AFAS, os números (de 01 a 17) seguidos da palavra AFAS; posteriormente vem sexo, estado civil e idade.

## **Resultados e discussão**

O processo de institucionalização dos asilos no Brasil começou no final do século XIX e início do século XX (GROISMAN, 1999; PONTES, 2009; GOMES, 2008, BERNARDO, 2010), com a criação dos asilos de velhos, quando esse segmento começou a ganhar visibilidade e diferenciar-se dos loucos e mendigos.

A partir dessa “demarcação espacial da velhice” (PONTES, 2009), “contidos pelos muros do asilo, aqueles que lá ingressavam tornavam-se homogêneos (por sua velhice) e ganhavam visibilidade social simplesmente como ‘os velhos’ de um asilo para a velhice desamparada” (GROISMAN, 1999, p.54).

Os asilos podem ser considerados como uma instituição que se constituía em um mundo à parte, e ingressar nela significava romper laços com família e sociedade; haja vista que com o asilamento, há a transferência das funções tradicionalmente assumidas pela família, para instituições e pessoas especializadas; que podem levar ao isolamento das pessoas mais velhas na sociedade contemporânea e à perda de poder e influência destas nas famílias (BERNARDO, 2010).

A Associação Feirense de Assistência Social (AFAS) é um asilo localizado na região norte de Feira de Santana, numa área urbana, próximo a Universidade Estadual da Cidade. Criada em 03 de março de 1963, a partir da iniciativa da Igreja Evangélica Unida de Feira de Santana, na qual o pastor Elvio Indoso firmou sociedade com outros pastores e membros políticos da cidade, visando adquirir sócios com quota estipuladas para o sustento da mesma, assim formou-se a Associação Feirense de Assistência aos Mendigos.

Em todas as minhas idas à AFAS verifiquei que as/os idosas/os seguem a rotina da instituição, no entanto, não se determina onde e como devem ficar; não são obrigadas/os a participar dos cultos ou missas, por exemplo, bem como a participar das comemorações. Há aquelas/eles que preferem não sair dos quartos, algumas/uns são acamados e não gostam de ir para a varanda ou sentar para assistir televisão na ala feminina ou na sala de refeições, por exemplo, não gostam de interagir com as/os outras/os. As/os idosas/os somente saem do asilo acompanhadas de algum/a funcionário/a ou familiares; bem como não têm acesso ao dinheiro da aposentadoria, haja vista que fica na instituição o cartão para pagar as despesas de sua moradia. Essa que é uma das características de instituições totais<sup>4</sup>, segundo Goffman (1961).

Em 2014 viviam no asilo quarenta e três idosos internos, sendo vinte e seis mulheres e dezessete homens<sup>5</sup>. Para a pesquisa seriam entrevistadas/os

---

4 Modelo de uma instituição total, esta que apresenta quatro características fundamentais, são elas: (...) todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade (...); cada fase da vida diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas (...); as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários (...) e toda a sequência de atividades é imposta de cima por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários (...) (GOFFMAN, 1961 *apud* DEBERT, 2007, p.106-107).

5 Dados coletados em abril de 2014.

inicialmente 10 idosas/os; de acordo com uma lista inicial feita pela enfermeira, de acordo com a capacidade mental e vontade de ceder a entrevista; ou seja, ela me sugeriu nomes daquelas/es que são mais “abertos” para conversa, no entanto, fiquei a vontade para conversar com todas/os.

Ao todo entrevistei dezessete idosas/os; sendo dez mulheres e sete homens; mas quatro dessas entrevistas foram descartadas: três porque não responderam ao objetivo da pesquisa e a quarta entrevista foi descartada porque a pessoa não tinha a idade mínima de 60 anos<sup>6</sup>.

Quanto ao perfil das/os entrevistadas/os foram entrevistadas dez mulheres, com idade entre 60 e 89 anos; destas: seis são solteiras, duas são viúvas e duas separadas e sete homens, com idade de 53 anos (que foi excluído da pesquisa), os demais têm entre 62 -98 anos, sendo quatro solteiros e três casados.

Das mulheres, quatro idosas são aposentadas, seja porque contribuíram para a previdência, a partir de trabalhos como doméstica (quatro delas domésticas e uma cozinheira), ou ainda professora (que nunca trabalhou); bem como recebem o Benefício de Prestação Continuada (quatro recebem o BPC)<sup>7</sup>, aquelas que nunca trabalharam ou trabalharam enquanto domésticas e não contribuíram para a previdência) e duas são aposentadas por doença (uma esquizofrênica e uma pela cegueira).

Quanto aos homens, os sete são aposentados, destes apenas um refere-se ser pelo BPC, porém acredito, a partir dos relatos, que pelo menos mais quatro recebam o benefício, já que afirmaram que não contribuíram ou ainda que nunca trabalharam de carteira assinada e ainda um entrevistado que afirmou sempre ter trabalhado na roça, portanto pode ter a aposentadoria rural. Dentre as profissões destes destaca-se: carpinteiro, montador de bolsas, comerciante, trabalhador rural e mecânico.

A partir desse dado pode-se verificar que o do asilamento também passa sob o ângulo da classe social; sobretudo se fizermos a associação classe social x solteirice ou ainda classe social x viuvez sem filhos; bem como houve a incidência de dois casos de homens casados, porém residentes no asilo<sup>8</sup>.

---

6 Como já tinha começado a entrevista, não ia parar no meio do caminho. Afinal, ele foi muito receptivo e ficou feliz em ter alguém para ouvi-lo.

7 Acredito que esse número seja maior – principalmente daquelas domésticas que estão como aposentadas, haja vista que nem sempre as domésticas trabalhavam de carteira assinada para ter seus direitos reconhecidos; no entanto, no prontuário está assim e as próprias idosas não sabem identificar qual tipo de aposentadoria recebe.

8 Como mencionado no item: FATORES QUE LEVARAM AO ASILAMENTO.

Vale destacar ainda que o asilo ainda é “lugar de doidos”, como no princípio da fundação dos primeiros asilos. Há filhos que “jogam” os pais lá pelo fato de apresentarem problemas de saúde, bem como problemas mentais (depressão, esquizofrenia, demência, etc.). Na AFAS, há algumas pessoas com problemas mentais. É importante abordar que não há diferenciação maior no cuidado destas, a não ser medicamentoso (específico) ou quando é necessário dar alimentação na boca, banhos ou outros cuidados que a doença exija.

Antes de abordar a criação das Universidades Abertas à Terceira Idade (UATI) é importante demarcar a expressão “Terceira Idade”, que se deu na França a partir de 1962, que começou a ser utilizada com a entrada do idoso no mercado consumidor, devido à expansão do sistema de aposentadoria; a outra condição pauta-se nas reelaborações recentes sobre o corpo e a saúde.

A Universidade Aberta da Terceira Idade teve origem em 1972, em Toulouse, na França. Correspondia a um curso de extensão universitária, bem como de atualização cultural, numa perspectiva de educação continuada, que estava voltado para um segmento específico da população (as/os idosas/os) (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2005).

Gomes, Loures e Alencar (2005), abordam que o modelo precursor para a Universidade Aberta para a Terceira Idade existia desde os anos 60, através da oferta de “atividades culturais e de incentivo à sociabilidade, tendo como objetivos ocupar o tempo livre dos aposentados e favorecer as relações sociais entre eles.” (p.123).

A Universidade Aberta à Terceira Idade - UATI, da Universidade Estadual de Feira de Santana foi criada em 04 de agosto de 1992, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão. As ações desenvolvidas são interativas, educativas e qualificadas – professores com formação para prestar o serviço -, voltadas à pessoa idosa em seu processo de envelhecer. No que se refere ao critério utilizado para participar do programa, é necessário ter 50 anos ou mais e fazer a matrícula na secretaria do programa no período que é, antecipadamente, divulgado no blog ou site da UEFS, bem como nos próprios cursos.

Em 2014, o programa tinha oitocentas e dez pessoas matriculadas. Do total, 37,5% (304 pessoas) possuem idade entre 70 e 79 anos; e 36% (298 pessoas) têm idade entre 60-69 anos. Para realização da pesquisa escolhi acompanhar a oficina de dança de salão, haja vista que é uma das oficinas mais procuradas para matrícula, bem como que há um número significativo de participantes, setenta pessoas, aproximadamente. Desse total, sessenta e três são mulheres, logo sete são homens, sendo que apenas dois ou três são assíduos. Na oficina

de dança de salão é possível verifica a heterogeneidade das/os idosas/os no que se refere ao gênero, classe, cor/raça, geração/idade.

Entrevistei, ao todo, dez idosas/os, sendo seis mulheres e quatro homens; as idades das/os entrevistadas/os variam de 68 a 85 anos; do total, cinco são casadas/os (duas mulheres e três homens)<sup>9</sup>; três viúvas/os (duas mulheres e um homem); e duas separadas. Quanto à raça/cor tem-se: seis pardo/a/morenos/as; duas pretas/escuras, uma morena clara e uma branca. As rendas variam de um salário mínimo a oito salários, sendo que é perceptível verificar a questão de “classe” no modo de se vestirem<sup>10</sup>, dos acessórios, etc; bem como na escolaridade. No que se refere à escolaridade: três têm o segundo grau completo (magistério/profissional); três, primeiro grau incompleto; dois, primeiro grau completo; um é semi analfabeto; e um não estudou.

Há muita diferença na forma em que as/os idosas/os da AFAS e da UATI definem uma pessoa idosa. As/os entrevistadas/os da AFAS citaram que veem uma pessoa idosa com respeito, “tanto para o masculino como para o feminino”, como a entrevistada 01/AFAS aborda, e a entrevistada 03/AFAS acrescenta que, além do respeito, é uma pessoa digna de “carinho e compreensão”. No item “carinho”, apenas uma entrevistada – a J/UATI concorda que as/os idosas/os necessitam de carinho e companhia:

“Com muito respeito. O respeito é outro. Porque a vida de velho, idoso, tem que ter respeito, tanto para o masculino como para o feminino. É um cidadão de bem, direito, merece muito respeito, não deve ser xingado, humilhado. Aqui tem muita discussão por causa disso [do respeito].” (Entrevistada 01/AFAS, F, solteira, 72 anos).

“É uma pessoa digna de carinho, compreensão, respeito, muito respeito. Mesmo que não saiba falar é bom a gente ouvir.” (Entrevistada 03/AFAS, F, separada, 68 anos).

“A pessoa idosa é uma pessoa carente de companhia, não é? Uma pessoa carente de companhia... eu não tenho necessidade financeira, mas tenho necessidade de carinho, eu quero carinho.” (Entrevistada J/UATI, F, viúva, 67 anos).

---

9 Sendo que o entrevistado H é casado com a entrevistada I.

10 Apesar de ter a blusa da dança, as bijuterias ou brincos e correntes de ouro, relógios e outros acessórios; as bolsas, celulares, sandálias, etc.

Outro fator recorrente foi a associação de uma pessoa idosa à idade, ou ter “maior idade”, como algumas autoras denominam: a quarta idade (os velhos mais velhos):

**“Eu considero uma pessoa de sessenta anos para cima, é o começo do fim, porque está mais perto da morte.** Temos quatro fases: nascer, viver, envelhecer e morrer. Tem que colocar as mãos pro céu quem tem mais de setenta anos.” (Entrevistado 06/AFAS, M, solteiro, 62 anos).

“[risos] A idade que eu tenho é porque Deus quis que eu vivesse e vou viver mais um pouco. Então, a pessoa idosa é que tem mais idade, quem já viveu muito, muito mesmo, igual a mim, com 83 anos, já vivi muito!” (Entrevistada 17/AFAS, F, solteira, 83 anos).

Não poderia ser diferente a associação à dependência, à inatividade, haja vista que a maioria que reside na AFAS depende de cuidados e foi residir na instituição justamente por isso:

**“Acho que uma pessoa idosa tá ali, não faz mais nada, né? Tem umas que ficam abestalhada, dá loucura de doido, umas ficam doente. As daqui, que nem eu, não trabalham, se tivesse sortura para trabalhar, bem que a gente trabalhava.”** (Entrevistada 05/AFAS, F, solteira, 75 anos).

“É uma pessoa, um velho carente, dependente dos outros. Depende para tomar banho, se arrumar, dessas coisas.” (Entrevistado 07/AFAS, M, solteiro, 80 anos).

Na AFAS teve quem associou uma pessoa idosa a uma criança, que necessita de cuidados:

**“É uma criança. O idoso é criança. A pessoa nasceu e se criou, é jovem, depois trabalha, é adulto; e quando fica velho é criança; tem que tratar e zelar como uma criança.** Como minha mãe, na idade dela, ela tem oitenta e poucos anos, ela precisa de cuidado, mas ainda faz tudo.” (Entrevistada 04/AFAS, F, viúva, 68 anos).

Pelo fato de terem uma “velhice ativa”, promovida não somente por suas condições de classe, mas do próprio lugar onde vivem e convivem, nenhuma/um idosa/o da UATI apontou esses aspectos destacados pelas/os idosas/os da AFAS. Foram abordados fatores como a melhoria da vida, pela liberdade que se tem hoje, o fato de aproveitarem mais, como a entrevistada A/UATI e o entrevistado D/UATI citam:

**“Hoje em dia as pessoas idosa é beleza, porque a gente temos liberdade que a gente não tinha e agora tem. A gente curte, a gente brinca, a gente faz tudo, conversa. A velhice hoje em dia tá melhor que a modernagem! (...)** porque o estrago é na juventude, que as vezes nem chega na velhice.” 1 (Entrevistada A/UATI, F, separada, 80 anos).

“Bem, uma pessoa idosa sempre considero uma pessoa alegre na vida, a gente passou tantas coisas na vida, que a gente chega numa certa idade possível que a gente aproveite, uns se acham ruim outros se acham bem. Eu mesmo me acho muito bem.” (Entrevistado D/UATI, casado, 85 anos).

Nesse sentido, concorda com o que foi apontado por Britto da Motta (1999) quando “enaltecem a juventude como um tempo bom para aproveitar a vida” e ainda que “os jovens de hoje estão tendo muito mais oportunidades que os do seu tempo, mas – é quase unânime, isto – às vezes não aproveitam porque ‘exageram’ com a bebida e droga, rebeldia e desobediência” (p.107).

Ainda nesse tópico, a entrevistada C/UATI relatou o fato de algumas/uns idosas/os, tanto homens quanto mulheres, adotarem atitudes de “jovens”:

“Olha a pessoa idosa eu vejo (...), bem, depende da pessoa, porque aquele idoso que não aceita que é velho. **Porque eu sempre falo que eu quero envelhecer com qualidade e não ser uma velha ridícula. Aí aquele velho que não aceita, eu vejo assim, não aceita a idade, principalmente a mulher, que quer dar uma de garotinha, usar roupa que não é, que não combina com ela, eu fico com pena, porque não é feliz. Porque nem é jovem, nem é velho... as pessoas de fora veem como velho e ela se vê como jovem, aí é difícil porque o jovem não vai aceitá-la e os velhos também não**

**vão aceitar, ai fica uma pessoa perdida (...)** (Entrevistada C/UATI, F, casada, 68 anos).

Esse fato associa-se ao conceito de envelhecimento ativo, que Belo (2011) destaca que “(...) vem se transformando em uma apologia à juventude: Juventude na velhice. A responsabilidade pelo processo de envelhecimento passa a ser da própria pessoa, transformando a velhice numa fase obrigatoriamente saudável e produtiva.” (BELO, 2011, p. 117). Esses valores e atitudes são perceptíveis nas próprias oficinas oferecidas pela UATI.

Perguntou-se as/aos entrevistadas/os se acreditam que há diferenças entre as velhices de homens e mulheres. Nesse tópico houve um equilíbrio no número de respostas, entre as/os idosas/os da AFAS e as/os da UATI, e a maioria, surpreendentemente, opinou pela pouca diferença de vivências entre os dois sexos.

Os que afirmaram que não há diferença, abordaram que “somos todos iguais” ou ainda que “a velhice chega para todos”, que enfrentam as mesmas limitações e dificuldades durante o processo de envelhecimento; ou seja, uniformizam as vivências, não percebem as diferenças de gênero. Neste ponto, não houve diferença de opinião entre homens e mulheres.

“Eu acho que é tudo a mesma coisa, o que um depende, o outro depende. Quando a pessoa é normal, é tudo igual. Tudo chega para os dois, inclusive a doença.” (Entrevistado 07/AFAS, M, solteiro, 80 anos).

**“Não sei, sabe por que? Eu acho é que somos todos iguais.** A velhice chega para os homens e as mulheres. Os homens e as mulheres ficam, se sentem desconfortáveis do mesmo jeito. A velhice é triste minha filha... olhe aqui quantas velhinhas e velhinhos tem e não recebem uma visita, se sentem tristes.” (Entrevistada 17/AFAS, F, solteira, 83 anos).

Quanto as/aos que perceberam essas diferenças, destacaram que o homem não aceita a velhice, quer ser jovem, principalmente no que se refere à sexualidade. Neste ponto, somente duas mulheres:

“Existe. Não digo muito porque os masculino, referência da minha família morreram tudo. A velhice da mulher é mais calada que a dos homens. Os homens são mais perigosos, querem ser jovens a qualquer custo. Tem um que a mulher colocou aqui porque qualquer

mulher que passava ele queria pegar, danado.” (Entrevistada 01/AFAS, F, solteira, 72 anos).

**“Do homem tem porque em um certo motivo o homem só conta virtude em novo, em velho ele já é velho; e a mulher todo tempo é mulher (...), porque a mulher, por mais que ela sofre, ela é mais resistente do que o homem. (...) E o homem não pari, podia ser melhor, mas não é, é engano deles. Eles não tem a potência de uma mulher, a resistência de uma mulher. Parece que é Deus mesmo! Que sabe que mulher é muito sofredora (...).”**(Entrevistada A/UATI, F, separada, 80 anos).

Ainda houve aquela que apontou criticamente que o homem é mais respeitado que a mulher:

**“Ah, existe, tem toda diferença. O homem é mais respeitado em todos os sentidos. A mulher não, é tratada como babaca, acham que a gente não entende. A gente entende, mas tem horas que é melhor ficar calada.”** (Entrevistada 03/AFAS, F, separada, 68 anos).

Além desse aspecto, a entrevistada C/UATI cita que a “mulher aceita mais a velhice”, até pelo sofrimento e privação de liberdade que teve na juventude:

**“Existe. A mulher é mais fácil aceitar a velhice, o homem dificilmente ele aceita porque, e principalmente, do lado sexual. Que nós mulheres somos mulheres pro resto da vida, você pode ter 100 anos, 200 anos, a mulher é a mesma mulher.... o sexo na mulher, bem, em mim e nas outras mulheres, que hoje tem reposição hormonal, *tem tudo...* e no homem já é diferente, meu marido tem 75 anos, quando chega a 40 anos ele já começa a declinar, que você sabe que a menopausa do homem começa dos 40 aos 60 e da mulher é rapidinho, é assim e vai logo embora; e eles não aceitam, eles não aceitam isso, eles não aceitam ser velho, você vê que todo velho corre atrás de garotinha. (...) E o homem é muito dengoso, nós mulheres aceitamos mais o peso, as coisas, a gente já sabe: uma dor, uma coisa, um médico, a gente corre logo, entendeu? (...) nós mulheres não, estamos sempre nos cuidando, é por isso que a velhice da mulher é mais saudável e**

**o homem é diferente, tanto do lado sexual, quanto de médico, tem medo (...) isso é educação, infelizmente a mulher é educada diferente do homem.”** (Entrevistada C/UATI, F, casada, 68 anos).

Debert (2004) expõe que alguns autores discutiram a velhice da mulher como mais difícil pela “dupla vulnerabilidade” há uma discriminação: como mulher e como idosa (p.104). Enquanto para outros, “a velhice feminina seria mais suave que a masculina, na medida em que a mulher não experimenta uma ruptura em relação ao trabalho tão violenta como a dos homens na aposentadoria” (DEBERT, 2004, p. 140). Além disso, a mulher teria sido “habituada a mudanças drásticas em seu organismo e capacidade física por causa da procriação, da gravidez, da lactância e da menstruação, tem mecanismos que lhe permitem enfrentar melhor do que os homens as transformações que ocorrem com a velhice.” (KEITH, 1990 *apud* DEBERT, 2004, p. 141).

Enfim, Britto da Motta (2011a, p.15), enfatiza os diferenciais de gênero construídos nas trajetórias de vida, dos homens e das mulheres: “(...) tão diversas, quase paralelas, raras vezes confluentes, somente quando velhos têm encontrado destinos e situações mais assemelhados – aproximados pelo preconceito e pelo cerceamento social (...)”, no entanto, jamais idênticas, são marcadas sobretudo pela condição de gênero.

## Conclusões

Pesquisar sobre as representações sociais da velhice, através do conhecimento de trajetórias individuais e coletivas das/os idosas/os pesquisadas/os de uma instituição asilar e uma Universidade Aberta à Terceira Idade, a partir da análise de gênero e, não menos importante, de geração, classe, raça, espaço/território são importantes, tendo em vista que ainda hoje há uma universalização das experiências das/os mesmos.

As representações feitas pelas/os idosas/os da AFAS e da UATI demonstram que a palavra velha/o ainda carrega mais aspectos negativos – relacionando-se a dependência, algo sem valor, sem utilidade, descartável – do que aspectos positivos e, por isso, é mais difícil reconhecer-se como tal. Foi unânime a preferência pela denominação idosa/o. Das/os pesquisadas/os, quem não se reconhece como velha/o afirmam que “velha/o é a/o outra/o”, principalmente as/s idosas/os que não têm problemas de saúde – complicações/agravantes – que as/os levem a depender de alguém. Essa questão é maior acentuada quando as/

os idosas/os participam das atividades da UATI, consideram ainda que aquela/e que não participa que não é ativa/o, é, portanto, velha/o.

Pelas entrevistas podemos perceber que a experiência asilada mostrou-se mais negativa, tendo em vista que a vivência é mais complexa e sofrida. São muitas pessoas – oriundas de um lar próprio ou sem lar (moradores de rua) – com costumes diferentes, marcas de gênero, geração, classe, raça – residindo no mesmo lugar. Poucos têm aproximação com seus familiares.

Para as idosas/os da UATI, a experiência em participar das atividades possibilita a resignificação do envelhecimento, a partir de vivências afetivas com, outras/os idosas/os – apesar de reconhecerem que são colegas, amigas/os, não – de conversar, se distrair, viajar. Foi possível verificar que as oficinas promovidas, especialmente a de dança de salão – torna-se uma maneira de produzir estereótipos mais positivos em relação à velhice – ou a negação dessa – ao próprio corpo e à mente. A Universidade Aberta à Terceira Idade cria a “cultura da Terceira Idade” (GUERRERO, 1993, *apud* DEBERT, 2004, p.159), que é, afinal, “um conjunto de valores e práticas voltado para a demonstração de que é possível ser jovem em qualquer idade.”

Quanto à representação da velhice, pode-se separar em dois grupos: 1) velhice dependente – fase de dependência, da “chatice do velho”, da falta de paciência dos outros e falta de liberdade (citadas principalmente, mas não somente, pelas/os idosas/os da AFAS); e 2) velhice ativa – na qual as pessoas podem e continuam fazendo tudo, fase prazerosa; de realização pessoal – de ter liberdade, especialmente as mulheres da UATI.

Disparidades maiores foram vistas nas representações das diferenças entre a velhice das mulheres e dos homens – foi onde a questão de gênero ficou mais acentuada. As respostas das/os entrevistadas/os não se distanciaram muito. Uma parte pequena – mais das/os idosas/os da AFAS – relatou que não há diferenças, que todos são iguais – homogeneização da velhice – como se nessa fase da vida as diferenças fossem dissolvidas. Três entrevistadas (duas da UATI) elucidaram que a maior diferença é que os homens querem ser jovens, especialmente no que tange ao aspecto sexualidade (potência sexual); e a educação diferenciada de homens e mulheres quando crianças; os homens considerando-se “inteiros” com relação ao mundo do trabalho. É quando o gênero se sobrepõe às categorias geração, raça e classe social.

Por fim, a heterogeneidade da caracterização da velhice comprova que a velhice não deve ser caracterizada como uma fase única, homogênea, “igual para todas/os”. No estudo esta heterogeneidade se mostrou face à diversidade

das/os idosas/os entrevistadas/os, que são marcados por suas condições de gênero, classe social, geração, bem como por suas vivências: asilada – longe da família, relacionando-se e convivendo diariamente com pessoas que até então eram estranhas; ou participando do programa de Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI/UEFS), em seu seio familiar, interagindo com outras/os idosas/os que, mesmo com idades ou classes sociais diferentes, tem uma velhice, especialmente, ativa!

## Referências

BELO, Isolda. **Do corpo à alma: o disciplinamento da velhice**. In: Etapas da vida: jovens e idosos na contemporaneidade. Marcia Longhi, Maria da Conceição Lafayette de Almeida [organizadoras]. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. 173p. Família e Gênero, n. 15. p. 105-122

BERNARDO, Kátia Jane Chaves. **Envelhecer em Salvador: uma página da história (1850- 1900)**. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2010

BRITTO DA MOTTA, Alda. **As Velhas também**. In: Ex Aequo, n.23, 2011a, p. 13-21. Disponível em: [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-55602011000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-55602011000100003&script=sci_arttext)

\_\_\_\_\_. **“As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento”**. In: Cadernos Pagu (13), Unicamp, Campinas, n.13, p. 191 – 221. 1999. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/n13a07.pdf>

DEBERT, Guita Grin. **A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade**. In: LINS DE BARROS, Myriam (org.). *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 49-67.

\_\_\_\_\_. **A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

GOMES, Marcia Queiroz de Carvalho. **Proteção social à velhice e o circuito de solidariedades intergeracionais.** Salvador, 2008.289 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

GOMES, Lucy; LOURES, Marta Carvalho; ALENCAR, Josélia. **Universidades Abertas da Terceira Idade.** In: História da Educação, ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas, n. 17, p. 119-135, abr. 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29204/pdf>

GROISMAN, Daniel. **Asilos de velhos: passado e presente.** In: Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Porto Alegre, v.2, p.67-87, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco, 2005.

PAPALÉO NETTO, Matheus. **O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos.** In: Tratado de Geriatria e Gerontologia. Elizabete Viana de Freitas [et. al.] (org.) 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, p.2-12.

PONTES, Paula Lopes. **Vivendo no lar: um estudo sobre os motivos de ingresso dos idosos residentes na instituição Franciscano.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2009.